

Estado do Rio Grande do Sul e Fórum dos Conselhos Regionais
de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul:
Atualização dos Planos de Desenvolvimento Regionais

Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional

Corede Norte/RS

COREDE Norte/RS

Junho de 2017

P712 Plano estratégico de desenvolvimento regional Corede Norte - RS 2015- 2030 /
organização Paulo José Sponchiado. - Porto Alegre : EdiFAPES, 2017.
300 p.

ISBN 978-85-7892-126-2

1. Desenvolvimento regional 2. Empreendedorismo 3. Planejamento estratégico
I. Sponchiado, Paulo José II. URI - Erechim III. CREDENOR IV. COREDE

C.D.U.: 338.45(816.5)

Catálogo na fonte: bibliotecária Sandra Milbrath CRB 10/1278



CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE

DIRETORIA ADMINISTRATIVA:

Presidente:

Paulo José Sponchiado

Vice-presidente:

Carlos Alberto Bordin

Secretário Geral:

Alessandro Dal Zotto

Secretário Executivo:

Ademir Peretti

Tesoureiro:

Ademar José Rigon

“Os dados, idéias, opiniões e conceitos emitido nos planos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não expressando necessariamente a opinião da SPGG/RS”

Órgão Financiador:

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão-SPGG.
Convênio SPGG-RS N. 1636/2015

Organização e Responsabilidade Técnica:

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e
das Missões - URI - Erechim

Coordenador:

Paulo José Sponchiado

Consultor Técnico Responsável:

Dr. Rogerio Ortiz Porto

Relator e Revisor Técnico de Projetos:

Centro de Extensão - CETEX
Julio Cesar Brancher

Secretário Executivo:

Ademir Peretti

**Formatação/ Coleta de dados/ Diagramação de Mapas
Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental:**

Dra. Franciele Rosset de Quadros
Dr. Vanderlei Secretti Decian

Revisor Técnico e da Coerência da Proposta:

Dr. Nédio Piran

Revisora Linguística:

Dra. Elcemina Lucia Balvedi Pagliosa

Referências Bibliográficas:

Vania Maria Barboza

COORDENAÇÃO REGIONAL:

CREDENOR – Conselho Regional de Desenvolvimento do Norte

ÓRGÃO FINANCIADOR:

SPGG – Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - RS

ENTIDADES APOIADORAS:

Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão do RS

URI – Erechim

AMAU – Associação de Municípios do Alto Uruguai

Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai

Instituições de Ensino Superior da Região

Núcleo de Cooperativismo do Alto Uruguai

EMATER – Regional Norte – RS

DAER - RS

SEBRAE

Coordenadorias Regionais do Estado do RS

COMUDEs – Conselhos Municipais de Desenvolvimento

Sindicatos Patronais e de Trabalhadores

Câmaras Municipais de Vereadores

Agradecimentos:

A todas as Lideranças Regionais e a Comunidade em geral.

LISTA DE SIGLAS

AD - Agência de Desenvolvimento
ALL - América Latina Logística
AIDS - Síndrome da imunodeficiência adquirida
AMAU - Associação dos Municípios do Alto Uruguai
ANA - Agência Nacional de Águas
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações
APA - Área de Proteção Ambiental
APL - Arranjo Produtivo Local.
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BR - Estrada Federal
CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
COREDE - Conselho Regional de Desenvolvimento
CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento.
COTREL - Cooperativa Tritícola de Erechim
CPRM - Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais do Ministério de Minas e Energia.
CREDENOR - Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Norte
CRS - Circunscrição Regional de Saúde
DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Rio Grande do Sul
DOP/DAER - Distrito Rodoviário do DAER.
EMATER/ASCAR - Associação Sulina de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito Rural do Rio Grande do Sul.
EXPOINCAR - Exposição Industrial, Comercial e Agropecuária Regional
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FEE - Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FFCHL - Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de São Paulo.
FHSTE - Fundação Hospitalar Santa Terezinha
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDESE - Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico
IES - Instituição de Ensino Superior
IFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Erechim
IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande

do Sul, Campus Erechim

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

IPERGS - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas do Ministério do Planejamento.

JCA - *Jewish Colonization Association*

MW - *Megawatt*

MCH - Média Central Hidrelétrica

PCH - Pequena Central Hidrelétrica

PER - Plano Estratégico Regional

PIB - Produto Interno Bruto

PIB *per capita* - Produto Interno Bruto por pessoa

PKD - Partial Knock Down - Sistema de montagem de carroceria pré-prontas

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PPGA - Programa de Pós-Graduação em Administração - Escola de Administração - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.

RS - Estado do Rio Grande do Sul

RS - 420 - Estrada Estadual

SC - Estado de Santa Catarina.

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul.

SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul (alterado o nome)

SEPLAN - Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional.

SINE - Sistema Nacional de Emprego.

SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Erechim

SUS - Sistema Único de Saúde

UBS - Unidade Básica de Saúde

UC - Unidade de Conservação

UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFFS - Universidade Federal Fronteira Sul

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UPF - Universidade de Passo Fundo

URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões - Câmpus Erechim

USF - Unidade de Saúde Familiar

VAB - Valor Adicionado Bruto

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Síntese das Etapas de Planejamento Estratégico Territorial	27
Figura 2 - COREDES do Rio Grande do Sul	31
Figura 3 - Regiões Funcionais de Planejamento e COREDES do Rio Grande do Sul	31
Figura 4 - Domínios Morfoclimáticos do Brasil	32
Figura 4 - Distribuição das Zonas e Centro de Zona do COREDE Norte - RS	40
Figura 5 - Classes de Distribuição da Estimativa de População para os Municípios do COREDE Norte do RS	42
Figura 6 - Pirâmide Etária da População Total da Região Norte em 2000	43
Figura 7 - Pirâmide Etária da População Total da Região Norte em 2010	43
Figura 8 - Pirâmides Etárias da População Urbana da Região Norte nos anos de 2000 e 2010	44
Figura 9 - Pirâmides Etárias da População Rural da Região Norte nos anos de 2000 e 2010	44
Figura 10 - Pirâmide Etária da População Total da Região Norte em 2010	45
Figura 11 - Pirâmides Etárias das Populações Urbana e Rural da Região Norte em 2010	45
Figura 12 - Classes de Distribuição do IDESE/2013 para os Municípios do COREDE Norte do RS	50
Figura 13 - Bacias dos rios Passo Fundo e Apuaúê - Inhandava e Inserção da Região Norte	54
Figura 14 - Balanço Hídrico Anual (Precipitação menos evapotranspiração) em mm	54
Figura 15 - Quantificação em Hectares do Uso e Cobertura da Terra para o COREDE Norte do RS	57
Figura 16 - Quantificação em percentuais do Uso e Cobertura da Terra para o COREDE Norte do RS	57
Figura 17 - Distribuição das Terras Indígenas inseridas nos limites dos Municípios do COREDE Norte - RS	64
Figura 19 - Áreas Prioritárias para Conservação	66
Figura 20 - Política nacional e estadual de corredores para conservação de espécies	66
Figura 21 - Distribuição das UCs inseridas nos limites dos Municípios do COREDE Norte - RS	67
Figura 22 - Classificação da expectativa de Vida ao Nascer para os municípios do COREDE Norte - RS	76
Figura 23 - Classificação da Mortalidade Infantil para os municípios do COREDE Norte - RS	77
Figura 24 - Vias Troncais na Região Norte	92
Figura 25 - Classes de Distribuição do PIB/2013 para os municípios do COREDE Norte	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Origem dos Cônjuges no período de 1919 a 1949.....	36
Tabela 2 - IDESE 2013 - Zona de Aratiba e seus municípios.....	48
Tabela 3 - IDESE 2013 - Zona de Erechim e seus municípios.....	48
Tabela 4 - IDESE 2013 - Zona de Getúlio Vargas e seus municípios.....	48
Tabela 5 - IDESE 2013 - Zona de Jacutinga e seus municípios.....	49
Tabela 6 - IDESE 2013 - Zona de Marcelino Ramos e seus municípios.....	49
Tabela 7- IDESE 2013 - Zona de São Valentim e seus municípios.....	49
Tabela 8 - IDESE 2013 - Região Norte.....	50
Tabela 9 - Desastres naturais por tipo de evento nos municípios da Região Norte - entre 1991 e 2010.	55
Tabela 10 - Uso e Cobertura da Terra Ano de 2015 para o COREDE Norte - por Município..	58
Tabela 11 - Uso e Cobertura da Terra Ano de 2015 para o COREDE Norte - por Zona.....	60
Tabela 12 - Uso e Cobertura da Terra Ano de 2015 (Área em Hectares) por Zona.....	62
Tabela 13 - Uso e Cobertura da Terra Ano de 2015 (Percentual) por Zona.....	62
Tabela 14 - Terras indígenas por etnia e município.....	63
Tabela 15 - Dados sobre a área de proteção ambiental do rio Suzana.	64
Tabela 16 - Dados da APA dos rios Ligeirino e Leãozinho.....	65
Tabela 17 - Dados sobre o Parque Natural Municipal Longines Malinowski.....	66
Tabela 18 - Número de estabelecimentos de educação e ensino e número de matrículas iniciais por tipo de estabelecimento - Região Norte - 2015.....	69
Tabela 19 - Número de estabelecimentos de educação e ensino e número de matrículas iniciais por tipo de estabelecimento - Rio Grande do Sul - 2015.....	69
Tabela 20 - Matrícula inicial 2015, por modalidade de ensino e municípios da Região.....	71
Tabela 21 - Taxa de analfabetismo da Região Norte e suas Zonas - 2010.....	72
Tabela 22 - Escolaridade da população de 10 anos e mais - Região Norte e suas zona.....	73
Tabela 23 - Número de Hospitais, de leitos, de médicos e de enfermeiros.	75
Tabela 24 - Indicadores de criminalidade por municípios da Região Norte.....	78
Tabela 25 - Indicadores de criminalidade da região Norte.....	79
Tabela 26 - Condição de ocupação dos domicílios.....	80
Tabela 27 - Condição de ocupação dos domicílios - em porcentagem.....	81
Tabela 28 - Tipo de construção e número de cômodos dos domicílios da região Norte - 2010 - em números absolutos.....	82
Tabela 29 - Tipo de Construção e número de cômodos dos domicílios da Região Norte - 2010 - em porcentagem.....	82
Tabela 30 - Domicílios com bens duráveis - região Norte e suas zonas - em números absolutos - 2010.....	84
Tabela 31 - Domicílios com bens duráveis - região Norte e suas zonas - em porcentagem - 2010.....	85
Tabela 32 - Situação de indigência e pobreza nas zonas da região Norte.....	88
Tabela 33 - Número de convênios e volume de recursos transferidos por meio do bolsa família para a região Norte e suas zonas.....	89
Tabela 34 - Índice de Gini da renda familiar e renda domiciliar per capita nas zonas da região Norte.....	90
Tabela 35 - Situação da ligação asfáltica dos municípios da Região.....	91
Tabela 36 - Consumo de energia na região Norte e suas zonas, por setores.....	93

Tabela 37 - Número de consumidores de energia, por setor e município	94
Tabela 38 - Acesso a telecomunicações na região Norte e suas zonas	95
Tabela 39 - Fonte ou forma de abastecimento de água nas zonas da região Norte	96
Tabela 40 - Forma de esgotamento sanitário na região Norte e suas zonas	97
Tabela 41 - Produto Interno Bruto e per capita dos municípios da região Norte 2013	98
Tabela 42 - Valor adicionado bruto a preços correntes por setor de atividade - Região Norte - 2013.....	99
Tabela 43 - Estrutura em porcentagem do valor adicionado bruto das atividades da indústria na região Norte - 2012	105
Tabela 44 - Estrutura de atividades da indústria de transformação, na região Norte e no Estado, em 2013 - em porcentagens	107
Tabela 45 - Estrutura do valor adicionado bruto das atividades de serviços - 2012 - Região Norte e estado do Rio Grande do Sul - em porcentagens	108
Tabela 46: Situação das finanças públicas da região Norte e de suas zonas - 2015	111
Tabela 47 - FOFA Setorial: EDUCAÇÃO	115
Tabela 48 - FOFA Setorial: SAÚDE.....	116
Tabela 49 - FOFA Setorial: ASSISTENCIA SOCIAL.....	117
Tabela 50 - FOFA Setorial: SEGURANÇA PÚBLICA	122
Tabela 51 - FOFA Setorial: INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	123
Tabela 52 - FOFA Setorial: MEIO AMBIENTE	123
Tabela 53 - FOFA Setorial: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	126
Tabela 54 - FOFA Setorial: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS).....	130
Tabela 55 - Classificação de projetos para a Agricultura	161
Tabela 56 - Armazenagem de grãos na propriedade	162
Tabela 57 - Desenvolvimento local e fortalecimento da cadeia produtiva da citricultura no COREDE NORTE	162
Tabela 58 - Conservação do solo e da água nas 32 unidades de referência tecnológica - URT do Alto Uruguai.....	163
Tabela 59 - Instalação e implantação dos Serviços Municipais de Inspeção (SIM's) em todos os municípios da Região do Alto Uruguai e estruturação do Sistema Regional de Inspeção, por intermédio de consorcio intermunicipal.....	163
Tabela 60 - Programa de incentivo à irrigação/açúdes	164
Tabela 61 - Globalização ao acesso à internet banda larga no meio rural e pequenas cidades do Alto Uruguai	164
Tabela 62 - Estruturação do Centro de Treinamento de Agricultores de Erechim - CETRE.....	165
Tabela 63 - Incentivo à produção agrosilvopastoril no Alto Uruguai	165
Tabela 64 - Incentivo ao reflorestamento para produção de lenha, cavacos e madeira	166
Tabela 65 - Experimentação e Fomento de matérias-primas amiláceas no Alto Uruguai Gaúcho	166
Tabela 66 - Programa White Gold de desenvolvimento da bovinocultura de leite no Alto Uruguai.....	167
Tabela 67 - Classificação de projetos para a Indústria.....	168
Tabela 68 - Ampliação e manutenção do Banco do Vestuário do Alto Uruguai.....	168
Tabela 69 - Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Vestuário do Alto Uruguai	169
Tabela 70 - Qualificação da mão-de-obra da região para atuar no setor têxtil.....	169
Tabela 71 - Portal APL Polovest - site de vendas e E-commerce coletivo.....	170
Tabela 72 - Inovação competitiva do APL polovest.....	171
Tabela 73 - Compras Coletivas do APL Polovest	172
Tabela 74 - Selo do APL Polovest.....	172

Tabela 75 - Classificação de projetos para o Turismo	174
Tabela 76 - Estruturação da oferta turística.....	174
Tabela 77 - Promoção do turismo regional no Alto Uruguai: marketing e comercial.....	175
Tabela 78 - Estruturação do sistema da governança e do APL do turismo na Região do Alto Uruguai.....	175
Tabela 79 - Classificação de projetos para Ciência e Tecnologia	176
Tabela 80 - Construção do Parque Científico e Tecnológico do Alto Uruguai - TECNOURI Norte	177
Tabela 81 - Construção e Instalação de Incubadoras de Empresas nas IES públicas e comunitárias da Região do Alto Uruguai.....	178
Tabela 82 - Fortalecimento do Pólo Científico e Tecnológico.....	179
Tabela 83 - Classificação de projetos para Serviços na Saúde.....	179
Tabela 84 - Construção de Prédio de Internações Hospitalares na FHSTE.....	180
Tabela 85 - Reforma e ampliação Pronto Socorro e CDI FHSTE.....	180
Tabela 86 - Construção e reforma ambulatório de especialidades FHSTE	180
Tabela 87 - Reforma e ampliação UTI neonatal, UCI, centro obstétrico e maternidade da FHSTE	181
Tabela 88 - Reforma de prédio da FHSTE para atender à especialidade de ortopedia e traumatologia	181
Tabela 89 - Aquisição e instalação de equipamento de Tomografia Computadorizada para o Hospital São Roque de Getúlio Vargas	182
Tabela 90 - Classificação de projetos para Serviços na Segurança	183
8.6.1 Prioridade 1	183
Tabela 91 - Implantação de Sistema Regional de Videomonitoramento - Brigada Militar (13º BPM)	183
Tabela 92 - Recomposição do efetivo da Brigada Militar (13º BPM).....	185
Tabela 93 - Fortalecimento do potencial de armamento da Brigada Militar (13º BPM).....	186
Tabela 94 - Renovação da frota de viaturas da Brigada Militar (13º BPM).....	187
Tabela 95 - Modernização e ampliação da rede de comunicação da Brigada Militar (13º BPM).....	188
Tabela 96 - Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) - Coletes à prova de balas para a Brigada Militar (13º BPM)	189
Tabela 97 - Modernização e ampliação da Tecnologia da Informação (TI) da Brigada Militar (13º BPM).....	190
Tabela 98 - Recomposição de Armamento e Equipamentos de proteção da Polícia Civil	191
Tabela 99 - Aquisição de aparelhos tecnológicos para a Polícia Civil	191
Tabela 100 - Melhoramento da prestação de serviço público de Bombeiros na Área da 2ª Cia BM/7ª BBM e Região Funcional 9 - CREDENOR	192
Tabela 101 - Substituição de mobiliário e equipamentos de informática para polícia civil...	193
Tabela 102 - Recomposição de Frota de Viaturas da Polícia Civil.....	193
Tabela 103 - Classificação de projetos para Serviços Educação.....	194
Tabela 104 - Capacitação e qualificação dos professores da rede pública estadual de abrangência da 15ª CRE	194
Tabela 105 - Capacitação e qualificação dos gestores escolares.....	195
Tabela 106 - 1º Campeonato Escolar 15ª CRE.....	195
Tabela 107 - Capacitação Técnica das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura no processo de informatização e Treinamento sobre Legislação e procedimentos (autorizações e licenças ambientais)	196
Tabela 108 - Classificação de projetos para Infraestrutura	197
Tabela 109 - Pavimentação Asfáltica da BR-153 – Erechim a Passo Fundo.....	198

Tabela 110 - Manutenção e recuperação da ERS-135 – Erechim – Passo Fundo	198
Tabela 111 - ERS 426 - Ligação de Mariano Moro e Severiano de Almeida - LOTE 2.....	199
Tabela 112 - ERS 483 - Ligação de Campinas do Sul e Cruzaltense.....	199
Tabela 113 - Pavimentação da ERS 420, entre Aratiba e a barragem de Itá, numa extensão de 29 quilômetros.....	200
Tabela 114 - Construção e Pavimentação da VRS entre Barra do Rio Azul e a ERS 420, numa extensão de 22 quilômetros.....	200
Tabela 115 - Pavimentação da ERS 211, trecho Campinas do Sul até o lago da Barragem do rio Passo Fundo	201
Tabela 116 - Pavimentação da ERS 477, trecho Centenário a Carlos Gomes, numa extensão de 13 quilômetros.	201
Tabela 117 - VRS 408 - Ligação de Ponte Preta à Barão de Cotegipe (Entroncamento da BR 480), numa extensão de 14,4 quilômetros.....	202
Tabela 118 - Carlos Gomes à ERS 126 (Paim Filho) – Conclusão da pavimentação	202
Tabela 119 - ERS 483 - Ligação de Entre Rios do Sul e Cruzaltense.....	203
Tabela 120 - VRS que liga Faxinalzinho até a BR 480 (Erval Grande), numa extensão de 14 quilômetros.....	203
Tabela 121 - Ponte sobre o Lago da Barragem sobre o rio Passo Fundo	204
Tabela 122 - Pavimentação da ERS 477, trecho ERS- 477 até Centenário.....	204
Tabela 123 - Construção e Pavimentação da VRS entre Barra do Rio Azul e a ERS 137, 420, em Itatiba do Sul, numa extensão de 6 quilômetros.....	205
Tabela 124 - VRS 137 - Ligação de Itatiba do Sul à Barão de Cotegipe (Entroncamento da BR 480), numa extensão de 28 quilômetros.....	205
Tabela 125 - VRS que liga Benjamin Constant do Sul até a BR 480, numa extensão de 5 quilômetros.....	206
Tabela 126 - VRS 828 - Ligação de Quatro Irmãos e Erebangó e até a ERS 135	206
Tabela 127 - Hierarquização dos Projetos Região Funcional 9.....	209
Tabela 128 - Comissões Setoriais e entidades envolvidas	212
Tabela 129 - Modelo de Gestão do Plano Estratégico de Desenvolvimento	213

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	21
2. INTRODUÇÃO	23
3. DIAGNÓSTICO TÉCNICO	27
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO COREDE NORTE - CREDENOR	28
3.1.1 Aspectos Físico-naturais	30
3.1.2 Aspectos históricos	33
3.2 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E INDICADORES SOCIAIS	38
3.3 DIMENSÃO AMBIENTAL	50
3.4 DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL	67
3.4.1 Educação	67
3.4.2 Saúde	73
3.4.3 Segurança	77
3.4.4 Habitação.....	80
3.4.5 Cultura	83
3.4.6 Equidade e inclusão social	88
3.5 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL E DE GESTÃO PÚBLICA.....	90
3.5.1 Logística e transporte.....	90
3.5.2 Energia e comunicação.....	92
3.5.3 Saneamento básico	95
3.6 DIMENSÃO ECONÔMICA.....	97
3.6.1 O setor agropecuário.....	100
3.6.2 O setor industrial.....	103
3.6.3 O setor de serviços.....	107
3.6.4 As finanças públicas.....	110
4. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE E A MATRIZ FOFA	113
5. ESTRATÉGIAS REGIONAIS	133
5.1 DIRETRIZES DA DIMENSÃO ECONÔMICA	133
5.1.1 Agricultura.....	133
5.1.2 Indústria.....	134
5.1.3 Comércio e Serviços.....	134
5.1.4 Turismo	134
5.1.5 Ciência e Tecnologia	135
5.2 DIRETRIZES DA DIMENSÃO ESTRUTURAL	135
5.2.1 Infraestrutura viária de âmbito regional.....	135
5.2.2 Infraestrutura viária de âmbito municipal.....	135
5.2.3 Acessibilidade e energia.....	135
5.2.4 Saneamento (dialoga com ambiental)	136
5.3 DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL	136
5.3.1 Segurança Pública:	136
5.3.2 Saúde	136
5.3.3 Assistência Social.....	137
5.3.4 Educação	137

5.3.5 Cultura	137
5.4 DIMENSÃO AMBIENTAL	138
5.5 DIMENSÃO INSTITUCIONAL.....	138
6. DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS REGIONAIS.....	139
6.1 EIXO ESTRATÉGICO 1 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO HARMÔNICO E SUSTENTÁVEL.....	140
6.1.1 Agricultura	140
6.1.1.1 Produção primária.....	140
6.1.1.2 Agregação de valor.....	142
6.1.1.3 Comercialização.....	142
6.1.1.4 Assistência técnica e capacitação.....	143
6.1.2 Indústria	144
6.1.2.1 Indústrias do setor Metalmeccânico	144
6.1.2.2 Indústria do setor têxtil.....	145
6.1.2.3 Indústria e alimentos.....	146
6.1.2.4 Indústrias moveleiras / madeireiras	146
6.1.3 Turismo.....	147
6.1.3.1 Estruturação do APL do Turismo.....	147
6.1.4 Associativismo / Cooperativismo.....	148
6.1.5 Comércio.....	148
6.2 EIXO ESTRATÉGICO 2 - PROMOVER E DESENVOLVER A PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA, A INOVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, E O EMPREENDEDORISMO, IMPLANTANDO E QUALIFICANDO INSTRUMENTO E AGENTES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	148
6.2.1 Pólo tecnológico	149
6.2.2 Incubadoras de empresas.....	150
6.2.3 Parque tecnológico regional.....	150
6.2.4 Unidades municipais de apoio ao empreendedorismo	150
6.3 EIXO ESTRATÉGICO 3 - APRIMORAR E AMPLIAR A DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIDADE À POPULAÇÃO REGIONAL	150
6.4 EIXO ESTRATÉGICO 4 - APRIMORAR E QUALIFICAR OS MECANISMOS DE APOIO À GESTÃO PÚBLICA, DISPONIBILIZANDO AOS GESTORES INSTRUMENTO DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM EFICIÊNCIA, EFICÁCIA, DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA.....	153
6.5 EIXO ESTRATÉGICO 5 - APRIMORAR A MATRIZ ESTRUTURAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI.....	154
6.5.1 Projetos que promovam a integração inter-regional	154
6.5.2 Projetos que promovam a integração intra-regional	155
6.5.3 Projeto para promover a integração interestadual.....	156
6.5.4 Projeto para melhoria das estradas vicinais e para mantê-las em condições de trafegabilidade permanente.....	156
6.5.5 Água potável, com globalização do acesso	156
6.5.6 Esgoto sanitário tratado	156
6.5.7 Lixo domiciliar e industrial.....	156
6.5.8 Globalização do acesso à energia elétrica	157
6.5.9 Biodiesel, utilizando soja ou outro insumo	157
6.5.10 Globalização do acesso à internet e à telefonia, incluindo todo o meio rural...158	
7. REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS.....	159
8. CARTEIRA DE PROJETOS DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI.....	161

8.1	Projetos voltados para a Agricultura com priorização	161
8.1.1	Prioridade 1.....	162
8.1.2	Prioridade 2.....	162
8.1.3	Prioridade 3.....	163
8.1.4	Prioridade 4.....	163
8.1.5	Prioridade 5.....	164
8.1.6	Prioridade 6.....	164
8.1.7	Prioridade 7.....	165
8.1.8	Prioridade 8.....	165
8.1.9	Prioridade 9.....	166
8.1.10	Prioridade 10	166
8.1.11	Prioridade 11.....	167
8.2	Projetos voltados para a Indústria (Têxtil e Metalmeccânica).....	168
8.2.1	Prioridade 1.....	168
8.2.2	Prioridade 2.....	169
8.2.3	Prioridade 3.....	169
8.2.4	Prioridade 4.....	170
8.2.5	Prioridade 5.....	171
8.2.6	Prioridade 6.....	172
8.2.7	Prioridade 7.....	172
8.2.8	Prioridade 8.....	173
8.2.9	Prioridade 9.....	173
8.2.10	Prioridade 10	173
8.2.11	Prioridade 11.....	173
8.2.12	Prioridade 12	173
8.2.13	Prioridade 13	173
8.2.14	Prioridade 14.....	173
8.3	Projetos voltados para o Turismo.....	174
8.3.1	Prioridade 1.....	174
8.3.2	Prioridade 2	175
8.3.3	Prioridade 3	175
8.4	Projetos voltados para Ciência e Tecnologia	176
8.4.1	Prioridade 1.....	177
8.4.2	Prioridade 2.....	178
8.4.3	Prioridade 3.....	179
8.5	Projetos voltados para Serviços na Saúde.....	179
8.5.1	Prioridade 1.....	180
8.5.2	Prioridade 2	180
8.5.3	Prioridade 3.....	180
8.5.4	Prioridade 4.....	181
8.5.5	Prioridade 5.....	181
8.5.6	Prioridade 6.....	182
8.6	Projetos voltados para Serviços na Segurança	183
8.6.2	Prioridade 2.....	185
8.6.3	Prioridade 3.....	186
8.6.4	Prioridade 4	187

8.6.5 Prioridade 5.....	188
8.6.6 Prioridade 6.....	189
8.6.7 Prioridade 7.....	190
8.6.8 Prioridade 8.....	191
8.6.9 Prioridade 9.....	191
8.6.10 Prioridade 10.....	192
8.6.11 Prioridade 11.....	193
8.6.12 Prioridade 12.....	193
8.7 Projetos voltados para Serviços na Educação.....	194
8.7.1 Prioridade 1.....	194
8.7.2 Prioridade 2.....	195
8.7.3 Prioridade 3.....	195
8.8 Projetos voltados para Gestão pública - Meio Ambiente.....	196
8.8.1 Prioridade 1.....	196
8.9 Projetos voltados para Infraestrutura - acessos asfálticos.....	197
8.9.1 Prioridade 1.....	198
8.9.2 Prioridade 2.....	198
8.9.3 Prioridade 3.....	199
8.9.4 Prioridade 4.....	199
8.9.5 Prioridade 5.....	200
8.9.6 Prioridade 6.....	200
8.9.7 Prioridade 7.....	201
8.9.8 Prioridade 8.....	201
8.9.9 Prioridade 9.....	202
8.9.10 Prioridade 10.....	202
8.9.11 Prioridade 11.....	203
8.9.12 Prioridade 12.....	203
8.9.13 Prioridade 13.....	204
8.9.14 Prioridade 14.....	204
8.9.15 Prioridade 15.....	205
8.9.16 Prioridade 16.....	205
8.9.17 Prioridade 17.....	206
8.9.18 Prioridade 18.....	206
8.9.19 Prioridade 19.....	207
9. PRIORIZAÇÃO DA REGIÃO FUNCIONAL 9.....	209
10. GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO REGIONAL.....	211
11. REFERÊNCIAS.....	215
ANEXOS.....	217

1. APRESENTAÇÃO

Este documento representa o relatório da etapa 2 do contrato firmado entre o COREDE Norte e a URI – Universidade Regional Integrada do Alto Urugai e Missões – Erechim, que atende a orientação do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, Fórum dos COREDES, e integra o Convênio SPGG-RS, número 1636/2015, celebrado junto ao Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.

O Convênio tem como objeto a atualização e ampliação do Plano Estratégico Regional-PER, do COREDE Norte/RS, de acordo com os termos especificados em Plano de Trabalho apresentado segundo as diretrizes e referências de implementação da atualização previstas no Anexo II do Convênio celebrado, já aprovado, correspondendo à etapa 1.

O Produto agora apresentado intitula-se **“Diagnóstico Técnico e Relatório de Avaliação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE Norte/RS”** e corresponde ao **Produto de número 02**. Este produto apresenta o Diagnóstico Técnico e o Processo de Construção do Planejamento Participativo, bem como os resultados do Relatório de Avaliação, que foi construído a partir de um levantamento de dados relativamente padronizados, para manter uma orientação única em todo o Estado, e utilizando metodologias e instrumentos de planejamento estratégico participativo.

Desta forma, foi possível identificar as bases de sustentação do desenvolvimento regional (forças internas), as suas limitações (fraquezas), as oportunidades que podem surgir de novos horizontes oferecidos pelo mundo exterior ou por inovações introduzidas e não tendenciais. Também foram identificados os riscos e ameaças. Desta forma, foi possível identificar potencialidades e desafios e selecionar um conjunto de prioridades.

Este produto antecede o Relatório de Propostas (produto 3 do Plano de Trabalho), contendo uma Carta de Projetos. A integração de todos os produtos gerados resultará no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE Norte.

2. INTRODUÇÃO

Os Governos que tem, do ponto de vista institucional, uma tradição de ouvir a sociedade, como é o caso do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para promoverem o desenvolvimento regional, precisam que a sociedade identifique em seu meio as potencialidades que possuem e as oportunidades que possam explorar em cada uma das regiões em que habita, produz e se realiza.

Neste sentido, a sociedade é parte integrante do Estado e, o mesmo tem que promover o diálogo, que passa a ser essencial para que o sistema de planejamento não só gere investimentos e ações do Governo, mas também, respostas objetivas à sociedade. No entanto, a sociedade é composta por inúmeros atores e suas organizações específicas, com visões de mundo diferentes, objetivos específicos e que interagem entre si com propostas diferenciadas umas das outras. A realidade é diferente para cada uma desses atores, o que significa que ela é vista e interpretada de forma diversa por cada um deles, ficando condicionada por seus interesses e objetivos específicos, o que é manifestado por meio de seus representantes locais, regionais e setoriais.

Tentando harmonizar todas essas visões, o Estado do Rio Grande do Sul, por meio dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, COREDES, procurou regionalizar o sistema de planejamento e, como consequência os investimentos públicos e as políticas setoriais regionalmente distribuídas.

Na década passada foram elaborados os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional e, agora, se trata de promover a atualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional, abrangendo os vinte e oito COREDES existentes no estado. Foram adotados instrumentos para essa atualização: a elaboração de um Diagnóstico Técnico, um conjunto de Propostas, que deverão resultar numa Carteira de Projetos prioritários a serem implantados e a Consolidação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional.

O diagnóstico, que é o objeto deste relatório, compreende dois momentos distintos: um diagnóstico apoiado em dados secundários, que não determina a verdade objetiva e única, mas que é necessário para expor uma visão de conjunto a todas as sub-regiões e para os diferentes atores setoriais; e uma validação e correção desse diagnóstico, após reuniões nas seis sub-regiões (que aqui foram chamadas de Zonas, em função da meto-

dologia adotada pelo IBGE) e de uma ampla reunião coletiva que deu origem aos grupos setoriais. Desta forma, foi consolidado um conceito que planejar é pactuar com os atores da sociedade, dentro de uma perspectiva mínima de consenso, para o que é indispensável levar em consideração os representantes de sub-regiões e de diferentes setores.

No diagnóstico técnico foram respeitadas as seis dimensões propostas, metodologicamente, a saber:

1. A Dimensão Espacial, compreende as características físico-naturais, entre as quais foram analisados o clima, as formações geológicas, os solos e o domínio morfoclimático dominante, bem como as características históricas, quando se avalia como se deu a ocupação do território sob estímulo público e privado e, quais foram as repercussões, até hoje, dessa forma de colonização.
2. A Dimensão Demográfica e os indicadores sociais, quando avaliados a evolução da população total, urbana e rural, as pirâmides etárias destas categorias populacionais (entre 2000 e 2010), as suas repercussões futuras, pelo evidente êxodo rural da população jovem mais produtiva e os indicadores sociais que se mantêm acima da média do Estado.
3. A Dimensão Ambiental mostrando que a região não está incluída em áreas relacionadas como de preservação ambiental especial dentro das políticas Federais e Estaduais e nem em corredores para conservação de espécies, mas que mantêm vários núcleos de unidades de conservação, demonstrando a preocupação da região com a conservação ambiental.
4. A Dimensão Socio-cultural foi trabalhada em relação à educação (estrutura e condições do ensino fundamental, médio, profissionalizante e superior indicadores sobre escolaridade e analfabetismo); saúde (hospitais, número de leitos, de médicos e enfermeiros); segurança (ocorrências de criminalidade, por tipo); habitação (condições e tipo das construções, número de cômodos e disponibilidade de utensílios e bens); cultura (museus, eventos e iniciativas sociais na área); equidade e inclusão social (bolsa família e outras ações conjuntas dos municípios com o Estado e a União).
5. A Dimensão Infraestrutural e de Gestão Pública, na qual foram avaliadas as condições de logística e transporte, especialmente pela ausência de ligação asfáltica de um terço das sedes municipais da região, pela falta de energia trifásica para o meio rural e pela ausência de comunicação por internet. Foram avaliadas as condições de saneamento básico, especialmente em relação à disponibilização de água tratada e da ligação das residências a sistemas de tratamento de esgoto cloacal ou fossa séptica.

6. Na Dimensão Econômica foram considerados os produtos agropecuários e de extrativismo vegetal que mais contribuem no desenvolvimento da região, além da estrutura industrial e seus segmentos mais importantes, inclusive apontando aqueles que estão com dificuldades momentâneas e os serviços, em muitos casos, altamente dependentes da administração pública. Foram avaliadas as finanças públicas municipais considerando, inclusive, suas receitas.

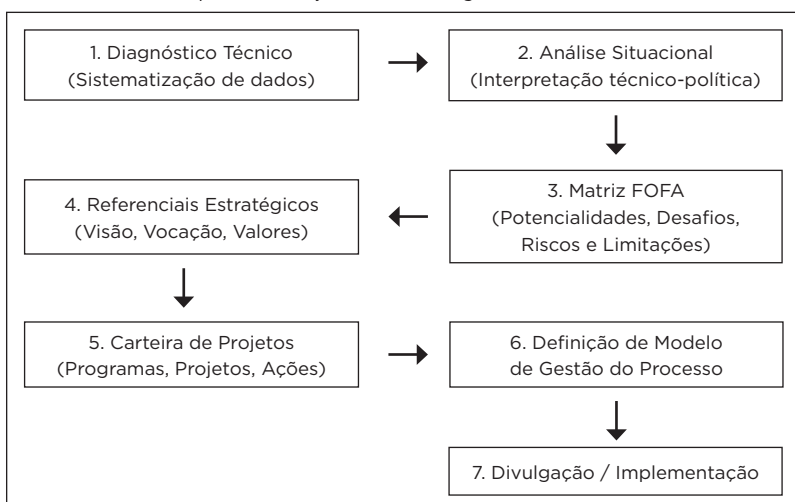
Na Avaliação foram considerados os aspectos regionais, tendo se realizado reuniões nas seis sub-regiões definidas em comum acordo com as lideranças regionais, e que foram designadas como Zonas, segundo metodologia proposta pelo IBGE (ARATIBA, ERECHIM, GETÚLIO VARGAS, JACUTINGA, MARCELINO RAMOS e SÃO VALENTIM), com reuniões que abrangeram os municípios que compõem cada uma dessas zonas. As manifestações estão contidas nas matrizes FOFAs de cada uma dessas regiões e que correspondem ao item 4, deste relatório, juntamente com a avaliação coletiva, por setores.

3. DIAGNÓSTICO TÉCNICO

No Diagnóstico Técnico foram consideradas as três dimensões espaciais pertinentes, ou seja, os municípios, as suas afinidades espaciais imediatas (Zonas, no caso foram consideradas seis zonas ou sub-regiões) e a Região Norte, como um todo. Desta forma se procurou levar em consideração que o planejamento tivesse “o sentido de processo que envolve sujeitos e atores sociais, econômicos e institucionais capazes de se articularem (regionalmente) na busca do bem comum” (Allebrandt, S. L.; Butternbender, P. L.; Siedenberg, D. R., 2010, p. 29).

Metodologicamente, foram consideradas para a atualização do Plano Estratégico Regional da Região Norte - PER, as etapas de trabalho apresentadas na Figura 1 e que compreendem a elaboração do Diagnóstico Técnico, a partir de dados de fontes secundárias, sistematizados e analisados; a validação desse diagnóstico em reuniões regionais, com a presença de representantes de todos os municípios, implicando numa Análise de Situação Regional, na qual são interpretados regionalmente e coletivamente os dados coletados e o diagnóstico elaborado, e é construída uma matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) para cada uma dessas regiões, que posteriormente é levada para outra Análise de Situação, de cunho setorial, também coletiva e com representantes de todas as re-

Figura 1 - Síntese das Etapas de Planejamento Estratégico Territorial



Fonte: Allebrandt, S. L.; Butternbender, P. L.; Siedenberg, D. R., 2010.

giões e de todos os setores da sociedade. Ali, mais uma vez, são avaliados pela sociedade os dados e os diagnósticos elaborados, gerando matrizes FOFAs Setoriais (Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, Infraestrutura e Transportes, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Inovação), por meio das quais são coletivamente interpretados os dados para a detecção de Potencialidades, Desafios, Riscos e Limitações, e são indicadas as diretrizes para posterior elaboração de uma Carteira de Programas, Projetos e Ações, bem como a definição de um Modelo de Gestão que visa à implementação do Planejamento Estratégico.

No diagnóstico técnico foram considerados os limites da Região Norte, os municípios que a compõem, a sua inserção na Região Funcional de Planejamento 9; as bacias hidrográficas, nas quais o seu território está inserido; a disponibilidade de solos férteis e agricultáveis; as limitações ao seu uso, o tipo de clima e a oferta natural de água por meio de chuvas abundantes; as limitações impostas pelos terrenos íngremes (que por outro lado representam refúgios para a flora e a fauna, pela conservação da vegetação natural) e pelas estiagens recorrentes.

A formação histórica da Colônia de Erechim, última experiência promovida pelo Governo do Estado, por meio da Divisão de Colonização, posteriormente transformada em Inspetoria de Terras da Secretaria da Agricultura, apresentou inúmeras inovações que provocaram um extraordinário dinamismo desta Colônia, que rapidamente se desenvolveu, apoiada numa colonização que combinou ações inovadoras do Estado e a participação de empresas de colonização privadas. Formou-se um núcleo com diversas etnias, respeitando as populações que anteriormente ocupavam a área, embora dispersas (indígenas e pelo-duros vinculados à pecuária extraordinariamente extensiva) e introduzindo colonos de origem italiana e alemã (de seus países de origem ou das Colônias Velhas), polonesa e judaica, além de outras etnias. Todos os demais aspectos do Diagnóstico Técnico foram considerados, como se verá a seguir.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO COREDE NORTE - CREDENOR

O Conselho Regional de Desenvolvimento do Norte - CREDENOR - foi criado em 1991 e integra a Região Funcional de Planejamento 9¹. É composto por trinta e dois municípios: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Var-

gas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

Tem uma área de 6.405,30 Km², representando 2,27% da área total do Estado e uma, população de 228.781 pessoas, segundo as estimativas do IBGE para 2015, representando 2,03% do total do Estado, e, conseqüentemente, tendo uma densidade demográfica menor do que a média do Estado (35,72 e 41,85 habitantes por Km², respectivamente).

Por localizar-se no centro geográfico do Alto Uruguai, Erechim, sede do COREDE Norte, acabou sendo favorecido pelas obras e ações de infraestrutura dos governos Estadual e Federal, além de empreendimentos privados. A infraestrutura viária, com destaque para a RFFSA (hoje concedida à ALL - América Latina Logística) liga Erechim à capital do Estado e ao centro do País (hoje desativada). As principais rodovias como a BR 153 liga a Região ao centro e sul do RS e ao centro do país. A BR 480 liga com o Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná e a RS 420 liga com Itá no meio Oeste de Santa Catarina.

Além destas, há outras rodovias estaduais que confluem dos municípios do Norte do RS para Erechim como: RS 331 (Erechim-Marcelino Ramos com meio Oeste de SC), RS 477 (Erechim-Áurea com Nordeste do RS, COREDE Nordeste à leste), RS 211 (Erechim-Campinas do Sul). (PIRAN, 2015).

A rede viária, responsável pela chegada ou saída de produtos da região, geopoliticamente converge para Erechim, que é o principal polo regional, mas ainda não conta com ligação asfáltica em 30% das sedes municipais.

O município de Erechim é considerado centro regional por contar com 45% da população e por abrigar a maioria das atividades socioeconômicas que têm no agronegócio a sua principal base, refletindo na industrialização de alimentos oriundos de carne suína e de aves. Diferencial é o setor metalmeccânico (reboques, carrocerias, cabines, ônibus), em sua maioria estabelecido no polo regional liderado por Erechim.

A região recebe a influência de Passo Fundo, que é o principal centro de serviços e de infraestrutura da Região Funcional 9, sendo o sexto maior PIB do Rio Grande do Sul, em 2013, de acordo com dados da Fundação de

1. "As Regiões Funcionais de Planejamento foram propostas pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS - Rumos 2015, contratado pelo Governo do Estado em 2003. Para tratar de temas de interesse regional os COREDES foram assim agrupados em Regiões Funcionais, sendo estas e os COREDES utilizados para o planejamento das ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual de Investimento. Faz parte da Mesorregião Fronteira do Mercosul". Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional - Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Perfil Socioeconomico COREDE Norte - novembro de 2015

Economia e Estatística - FEE. Segundo estudos do IBGE, Passo Fundo é o centro regional clássico de Região Funcional, enquanto que Erechim é o Centro Regional do CREDENOR.

Os indicadores sociais e econômicos se refletem no IDESE e a Região Norte apresentou o terceiro maior índice em 2013, destacando-se a saúde e a educação, “embora a Região detenha alto percentual de adultos com ensino fundamental incompleto”².

A Região não tem nenhum município com deficiências no suprimento de energia e tem problemas pontuais de suprimento de água potável, mas o tratamento de esgoto segue os padrões médios do Estado, predominando as redes de esgoto misto (pluvial-cloacal).

3.1.1 Aspectos Físico-naturais

A região Norte situa-se no extremo norte do estado do Rio Grande do Sul, em sua porção central entre os meridianos 51° 49'34” a 52° 48'12” de longitude oeste e os paralelos de 27° 12'59” a 28° 05'15”, de latitude sul.

Está limitada ao norte pelo rio Uruguai, a leste, pelo rio Apuaú ou Ligeiro, por linhas secas e pequenos arroios até seguir pelo rio do Peixe ou Piraçuca. O limite sul, segue pelos Arroios Invernadinha, Tigre e Butiá, além de linhas secas até o rio Passo Fundo, que fecha o limite sul e oeste.

A posição da região Norte no Rio Grande do Sul em relação às Regiões Funcionais de Planejamento e aos demais COREDES está representada nas figuras 2 e 3.

Do ponto de vista geológico, na região predominam basaltos, andesitos, riódacitos e riolitos, sendo que estas últimas rochas estão mais restritas a ambas as margens do rio Erechim, próximo à sua confluência no rio Passo Fundo e na região entre Áurea e Marcelino Ramos.

Sobre os basaltos e andesitos clássicos desenvolveram-se solos profundos, principalmente argissolos, das quais as unidades Erechim e Estação são as mais representativas, predominando na região do planalto suave ondulado a ondulado de Erechim para o sul.

As rochas mais ácidas (riódacitos e riolitos) e os basaltos vitrófiros deram origem a neossolos, rasos, com muita pedregosidade, embora férteis,

2. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional - Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Perfil Socioeconômico COREDE Norte - novembro de 2015

característicos da Associação Ciríaco-Charrua, predominante em todos os terrenos mais íngremes que drenam para os rios Uruguai, Piraçuze, Apuaê-Inhandava.

Figura 2 - COREDES do Rio Grande do Sul

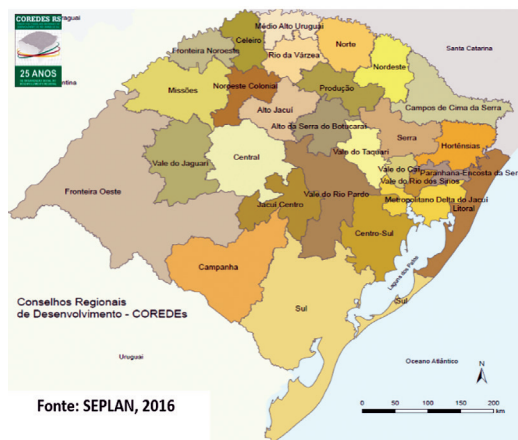
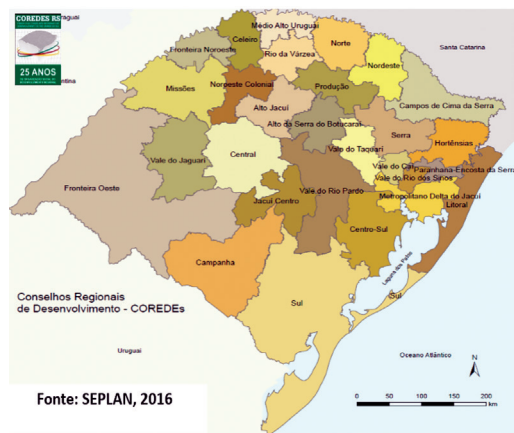


Figura 3 - Regiões Funcionais de Planejamento e COREDES do Rio Grande do Sul



Do ponto de vista morfológico, a Região Norte está inserida no Domínio das Araucárias, apresentando três grandes áreas características: as áreas íngremes que drenam para os principais rios e seus tributários, ao norte e a leste; as áreas suave onduladas que ocorrem, principalmente, na zona polarizada pelo centro zonal de Getúlio Vargas e a porção central da região, em torno de Erechim, com sub áreas com características de transição para as outras duas áreas (Figura 4).

O clima é caracterizado em dois compartimentos:

- O da encosta do Rio Uruguai e dos seus tributários diretos, no qual a temperatura média anual é superior a 18°C e a temperatura média do mês mais quente (janeiro) é de $24,8^{\circ}\text{C}$, representando um clima do tipo Cfa - II 1a.

- O dos terrenos suave ondulados a ondulados, em torno de Erechim e em direção a Sertão, ao sul, e Jacutinga, o vale do rio Erechim a oeste, que é dominada pelo clima do tipo Cfa - II 2a, no qual as temperaturas médias anuais são inferiores a 18°C e a temperatura média do mês mais quente (janeiro) é de $22,7^{\circ}\text{C}$.

As precipitações pluviométricas são as mais altas do Rio Grande do Sul, o que não impede que na maior parte da Região Norte ocorram *deficits* pluviométricos entre os meses de dezembro a março. As precipitações pluviométricas médias, anuais, variam de 1.823 mm, na bacia do rio Passo Fundo, a 1.994 mm, na bacia do rio Apuaúê-Inhandava. Para comparar, a precipitação pluviométrica média anual das regiões da Campanha e Fronteira Oeste apresenta cerca de 1.400 mm.

Figura 4 - Domínios Morfoclimáticos do Brasil



Fonte: Ab'Saber, A. N., 2008

3.1.2 Aspectos históricos

A Região Norte do estado do Rio Grande do Sul teve um desenvolvimento tardio devido ao processo de colonização implantado nessa região. Foi influenciada marginalmente com a fundação, em dezembro de 1632, da redução Jesuítica de Santa Teresa, em áreas do atual município de Passo Fundo, porque suas matas serviram de abrigo aos índios caingangues e de outras nações, que não queriam ir para as reduções ou que não quiseram ser aprisionados pelos bandeirantes, comandados por André Fernandes, que destruiu a redução em 1637.

Como essas reduções jesuíticas foram criadas (incluindo Santa Teresa e São Joaquim), para a exploração da erva mate, certamente teria havido uma expansão colonizadora em direção à Região Norte do Rio Grande do Sul. Entretanto, a partir de 1634, foi introduzido o gado bovino, por influência do Padre Roque Gonzales, que tomou a iniciativa de comprar 5.000 cabeças de gado de Manoel Cabral de Alpoim (Português, criador de gado nas regiões de Entre Rios, Argentina e a atual Fronteira Oeste) e distribuí-las para as cinquenta reduções então existentes (100 cabeças para cada uma delas)³.

Os “Vicentinos” mantiveram aí um posto de apoio às entradas dos bandeirantes, durante cinquenta anos. A partir de 1682 os Jesuítas e os índios a eles ligados, começaram a retornar a suas antigas reduções, começando por São Francisco de Borja (1682) até Santo Ângelo Custódio, em 1707.

Para fundar São Luiz Gonzaga, em 1687, os Jesuítas retornaram a Santa Tereza e São Joaquim de onde levaram mais de 2.900 índios. Os Jesuítas encontraram mais de vinte mil cabeças de gado alçado, mantendo um posto para cuidar desse gado e também para explorar a erva-mate, com um carijo no Passo do Rio da Várzea, no atual Pulador. Em 1713 transferiram o gado para os Campos de Cima da Serra, dando origem à Vacaria dos Pinhais⁴.

O caminho que levava a São Paulo, pelo divisor de águas, passava pelos Campos de Cima da Serra, o que isolou mais a Região Norte quando surgiram os ciclos do couro, do charque e da mula. O ciclo do charque no Rio Grande do Sul foi um dos mais importantes ciclos econômicos do Brasil, tendo ocorrido desde meados do século XVIII, até 1835, quando eclodiu a Revolução Farroupilha, que desorganizou o sistema produtivo ⁵. A Região Norte, embora não tenha sido beneficiada pelas iniciativas de colonização germânica, a partir de 1822, e italiana (a partir de 1872), por ser a última, apresentou algumas características diferenciais e mais favoráveis que outras Colônias Tardias:

a) Vantagem físico natural

A mata de altitude, com uma grande densidade de madeira de lei, mesclada com Araucária angustifolia, representava um grande potencial de “acumulação primitiva”^{6,7}. O pinhão, as resinas, os resíduos florestais, os vimes, as embiras, as taquaras e a madeira de lei, ofereceram alimento, combustível e matéria prima para a produção de bens para uso doméstico, como gamelas, móveis e utensílios domésticos e criação de bens de capital, como rebolos, moendas, cangas, cochos e outros tantos, permitindo a produção de farinhas, mosto e sucos⁶. O material pétreo era utilizado para a construção das adegas, dos alicerces das casas, das taipas de barragens, para a criação de instrumento de amolar e afiar; para a formação de peças para várias atividades relacionadas com outras tipicamente artesanais e indústrias incipientes e outras atividades⁶.

Esta acumulação primitiva é uma forma de apropriação de uma riqueza disponível para facilitar os processos produtivos posteriores⁷.

b) Vantagem tecnológica

Neste processo de exploração dos recursos naturais os “colonos” não precisaram usar instrumentos rudimentares e nem técnicas apreendidas dos nativos ou dos caboclos, como nas colônias velhas. No caso da Região Norte, a exploração madeireira já se estrutura como uma indústria organizada, em serras, machados e serrarias para produzir madeira para o mercado mais dinâmico do Brasil, que era São Paulo. Então, a acumulação primitiva tem um impacto maior na riqueza regional, estimulando um empreendedorismo que em outras colônias não necessariamente aflorou com a mesma intensidade e rapidez.

c) Vantagem Institucional

Só a partir de 1900 ficaram claras as atribuições em termos de colonização, estabelecendo-se regulamentos que definiam os papéis da União, do Estado e dos particulares. Também ficou resolvido o problema de titulação das terras, bem como o valor e a forma de pagamento das mesmas, o que era um fator de inquietação nas colônias velhas. Esses regulamentos repre-

3. SIMONSEN, R. História Econômica do Brasil - 1500-1820 - Cia. Ed. Nacional- 1969 - 6a Ed. - S. P.).

4. NASCIMENTO, Welci. Passo Fundo começa com a redução de Santa Teresa. <www.projetopassofundo.com.br>

5. ROSA, Joal A. e PORTO, Rogério O. relatório Final. Agenda de Projetos Estratégicos para o Desenvolvimento da Região do Alto Uruguai/RS - Agencia de Desenvolvimento do Alto Uruguai, maio de 2006.

6. PORTO, Rogério O. Hotel Dall'Onder - Uma empresa sociotélica. Dissertação de mestrado, 2002. PPGA-UFRGS.

7. ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. 1969, Editora Globo, Porto Alegre.

sentam também o primeiro código florestal do Rio Grande do Sul. Desta forma, o Governo do Estado fundou a colônia de Erechim, em 1908, que já em 1914 possuía 18.000 habitantes⁸.

d) Vantagem da colonização planejada e mista

A colonização foi dirigida e coordenada pelo Estado do Rio Grande do Sul, recebendo imigrantes de várias etnias, especialmente italianos, alemães e poloneses. Também houve concessões a empresas e instituições de cunho privado, responsáveis pela vinda, entre outros, de colonos judeus. Foram absorvidos colonos provenientes de colônias velhas que buscavam novas áreas para se instalar e produzir (enxamagem).

A Divisão de Terras e Colonização mudou o sistema de distribuição dos lotes, que passaram a ser de tamanhos em torno de 40 hectares (em média 47,7 ha, em 1920) e não mais 25 hectares, e todos os lotes tinham acesso a um caminho ou estrada, por um lado, e uma drenagem por outro. Foram construídos edifícios públicos e escolas (20) e estabeleceu um cadastro bem organizado de lotes urbanos (3.800 lotes) e rurais (10.082 que cobriam 212.796 hectares, mas também construiu 868 quilômetros de rodovias e 2.550 quilômetros de estradas vicinais⁹.

Como toda a ocupação do território foi planejada, a estrutura da cidade de Erechim se baseou no sistema viário de Paris e todos os demais núcleos surgiram ao longo da ferrovia, das rodovias ou em entroncamentos delas.

Foi iniciativa da Divisão de Colonização a promoção da colonização com Poloneses. A vinda em massa de colonos, diretamente da Polônia, se deu principalmente em 1908, mas o fluxo se manteve até após a 2ª Guerra Mundial. Assim, vários municípios têm um predomínio de pessoas de origem polonesa, como é o caso de Áurea (Capital Brasileira dos Poloneses), Carlos Gomes, Centenário e Floriano Peixoto, enquanto que em Barão de Cotegipe, Itatiba do Sul, Gaurama, Erval Grande, Getúlio Vargas e Erechim (onde se localiza o Consulado Honorário da República da Polônia para o Alto Uruguai e Missões (1996), é importante a presença de descendentes dos primeiros poloneses.

Em 1931 é criada a Sociedade Instrutiva e Recreativa Rui Barbosa e inúmeras iniciativas são adotadas, desde então, para preservar a cultura e os costumes dos colonos de origem polonesa, com núcleos de dança folclórica, música, canto, gastronomia e festas típicas.

8 . ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. 1969, Editora Globo, Porto Alegre.

A iniciativa da *Jewish Colonization Association* é o melhor exemplo de colonização privada. Em 1909, a *Jewish Colonization Association* (JCA) comprou a fazenda Quatro Irmãos, com 98.850 hectares, tendo instalado 350 famílias até 1914, sendo as despesas de traslado custeadas pelos próprios “colonos”, possuindo, portanto, capital próprio superior ao de outros colonos. Em 1926, a JCA envia mais 100 famílias para esta área e para os núcleos de Barão Hirsch, Baronesa Clara e Rio Padre, mas neste caso custeando a maior parte das despesas¹⁰. A JCA fechou seus escritórios em 1926, mas em 1934, na cidade de Erechim, é fundada a Sociedade Cultural e Beneficente Israelita.

A combinação de colonização oficial e privada, associada à absorção de imigrantes novos do exterior e de pessoas das colônias velhas determinou uma forma de ocupação diferenciada. A colônia tardia de Erechim recebeu, em 1919, 44% dos colonos do exterior e 43% das colônias antigas, mas também 12% das áreas circunvizinhas da pecuária, o que mostra a diversidade de fontes de povoamento e a importância maior que em outras colônias dos “pelo-duros”.

Entretanto, quando a colônia já se estava consolidada, em 1939, o fluxo de estrangeiros era de apenas 14%, enquanto provinham das velhas colônias 52%. Baixa a contribuição dos “pelo-duros” e cresce a contribuição dos filhos da própria colônia, que passam a ser totalmente dominantes em 1949.

Tabela 1 - Origem dos Cônjuges no período de 1919 a 1949.

Origem dos Cônjuges	1919	1939	1949
	%	%	%
Estrangeiros	44,0	14,4	3,3
Velhas colônias alemãs	22,6	8,0	3,1
Velhas colônias italianas	14,1	31,1	12,7
Colônias do Planalto	6,8	13,3	20,2
Zona de pecuária circunvizinha	12,5	7,1	6,0
Colônia de Erechim	-	26,1	54,7

Fonte: Roche, Jean - A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul - 1969 - Editora Globo.- P. Alegre

e) A Vantagem da multiplicidade étnica

A questão étnica pode ser uma riqueza ímpar. A Colônia de Erechim nunca foi etnicamente pura e a endogamia foi menor que em todas as demais colônias do Rio Grande do Sul, determinando uma miscigenação que

9 . e 10. COHEN, Vera R. A. 1992. A imigração Judaica no Rio Grande do Sul - in RS: Imigração & Colonização. Ed. Mercado Aberto - Porto Alegre.

criou um tipo humano singular, embora as características de cada uma das raças que a formaram tenham se mantido¹¹.

Em algumas colônias, a taxa de homogeneidade étnica dos casamentos ultrapassava os 80%, no período de 1946/1950, quando o processo de colonização já tinha se encerrado e já predominava o deslocamento dos excedentes populacionais para fora do Estado. Este é o caso de colônias “tardias” como Panambi, Não-Me-Toque e Santa Rosa, mas no caso de Erechim esta taxa cai para 36%, o que identifica uma miscigenação acentuada¹².

Inúmeras etnias povoaram a região e mesmo os ocupantes originais das terras não foram totalmente alijados, mantendo-se vários toldos indígenas e atividades de pecuária que utilizam o trabalho, em geral, não remunerado, dos caboclos e dos índios das reduções.

f) A vantagem da existência da estrada de ferro

A ferrovia é um elemento essencial, neste contexto, porque após construído o eixo Porto Alegre – Uruguaiana, ela parte de Santa Maria e alcança Cruz Alta, em 1894; Passo Fundo, em 1900 e, Marcelino Ramos, em 1910. A colônia de Erechim, instalada em 1908, se desenvolveu mais rapidamente do que qualquer outra porque suas estradas de rodagem iam ter a uma via férrea¹¹, conseguindo compensar, com sobras, seu distanciamento de Porto Alegre e o fato de não poder utilizar o transporte flúvio-lacustre, chegando a exportar mais e a menores preços do que outras colônias¹³.

A ferrovia não é só o meio de transporte mais efetivo da época, permitindo o transporte de cargas pesadas, como a madeira e os grãos da Região Norte e facilitando as transações comerciais e o fluxo de mercadorias, mas é também o vetor que determina a proliferação de núcleos urbanos que estabelecem a diferenciação espacial mínima para que ocorram transações ao interior da colônia e que representam o acicate para que as atividades produtivas se estabeleçam e proliferem apoiadas num mercado interno incipiente. A diferenciação interna é essencial para que surjam atividades concentradas em determinados espaços para suprir as demandas atomizadas dos colonos¹⁴.

Os dois fatores mais importantes para o progresso ímpar da colônia de Erechim foram a ferrovia e a nova orientação da Divisão de Terras e Colonização do Estado. A ferrovia ofereceu a base para a expansão rápida

13 . ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul, 1969. Editora Globo, Porto Alegre.

14 . ROSA, Joal A. e PORTO, Rogério O. Relatório Final - Agenda de Projetos Estratégicos para o Desenvolvimento da Região do Alto Uruguai/RS - Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai, maio de 2006.

15 . e 16. ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul, 1969. Editora Globo, Porto Alegre.

porque era possível atingir mercados dinâmicos, explorando as vantagens que o meio físico natural oferecia; porque nucleava os centros urbanos incipientes e estimulava as diferenciações estruturais ao interior da Colônia, fortalecendo uma estrutura urbana rapidamente amadurecida e diversificada; porque era o conduto de entrada de insumos e demandas e a saída de produtos e serviços.

Desta forma, a Colônia de Erechim, em 1913, isto é, cinco anos após a sua fundação, tinha uma via férrea, que a atravessava, balizada por cinco estações, cada uma delas com várias lojas: 6 na estação de Erechim (atual Getúlio Vargas), 22 em Erebango, 12 em Capoeira, 20 em Paiol Grande (atual Erechim), 7 em Barro¹⁵. A estrutura urbana da Colônia de Erechim era, então, diferenciada em comparação com outras colônias primitivas ou tardias, o que lhe imprimiu uma dinâmica maior porque as relações de troca foram mais intensas, apresentando, inclusive uma hierarquia urbana mais complexa que outras colônias.

A colônia povoada, efetivamente, a partir de 1909 teve uma expansão exponencial da produção agrícola, sem contar com a exploração madeireira e a extração da erva mate, o que se manifesta pelo número de lotes ocupados que passaram de 3.397 para 6.135, com a produção quadruplicando em volume e em valores. Esta colônia contava, em 1950, 171.000 habitantes nos 5.792 quilômetros quadrados. A atividade industrial, efetivamente, nela se desenvolveu (4% da produção do Rio Grande do Sul, o que é digno de nota)¹⁶.

A Divisão de Colonização possibilitou as vantagens institucionais, com novos regulamentos, corrigiu o tamanho dos lotes transformando-os em mais rentáveis, por terem maior escala, favoreceu e estimulou uma colonização mista, com capitais públicos e privados, que permitiu uma vertente favorável do ponto de vista étnico, representando um enorme avanço, além de haver planejado o sistema de inserção do colono à terra, com toda a infra estrutura necessária.

3.2 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E INDICADORES SOCIAIS

As características socioeconômicas, a infraestrutura de serviços e a polarização exercida permitiram identificar cinco Centros de Zona (Aratiba, Getúlio Vargas, Jacutinga, Marcelino Ramos e São Valentim) e um Centro Sub-Regional (Erechim), além de 26 Centros Locais, segundo hierarquia

estabelecida em estudo do IBGE¹⁷. Esses seis centros influenciam e polarizam os seus entornos, que compõem as zonas sob sua influência, resultando no agrupamento em Zonas e Centros de Zona do COREDE Norte: **Aratiba**, compreendendo os municípios de Aratiba, Barra do Rio Azul, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Três Arroios; **Erechim**, englobando os municípios de Barão de Cotegipe, Erechim, Gaurama e Paulo Bento; **Getúlio Vargas**, contando com os municípios de Charrua, Erebang, Estação, Floriano Peixoto, **Getúlio Vargas**, Ipiranga do Sul e Sertão; **Jacutinga**, com os municípios de Campinas do Sul, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Jacutinga, Ponte Preta e Quatro Irmãos; Marcelino Ramos, compreendendo os municípios de Áurea, Carlos Gomes, Centenário, **Marcelino Ramos** e Viadutos; e São Valentim, com os municípios de Benjamin Constant do Sul, Erval Grande, Faxinalzinho, Itatiba do Sul e **São Valentim** (Figura 5).

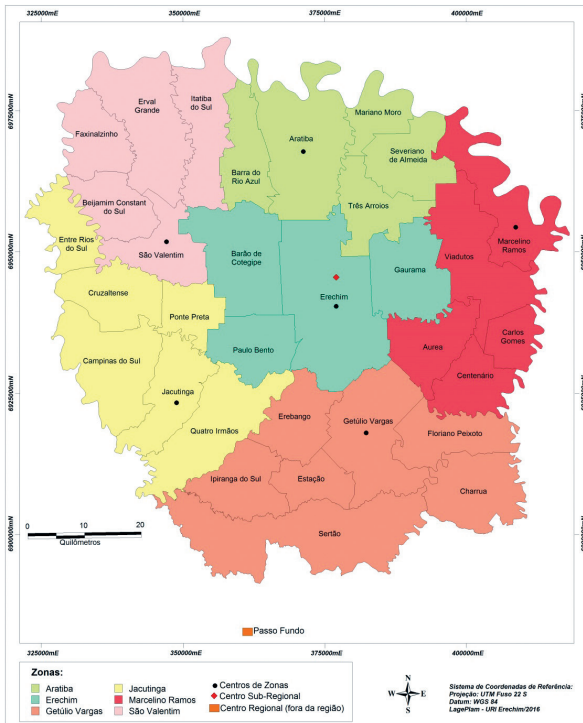
Em 2015, a população total da região alcançava 228.781 pessoas, com uma taxa de urbanização que já superava os 72%, em 2010. A única zona que manteve um crescimento populacional ao longo dos 15 últimos anos foi a de Erechim, que aumentou a sua população total em 6,6% ao longo da década 2000 a 2010 e aumentou mais 6,1 entre 2010 e 2015. Todas as demais zonas tiveram reduções importantes em sua população, na década, sendo a maior a da zona de São Valentim (menos 21,7% no período) e a menor a de Jacutinga (menos 1,5%).

Aparentemente se recuperando desta tendência ao esvaziamento demográfico, a zona de São Valentim apresentou o maior crescimento da população no quinquênio 2010 a 2015, enquanto que a zona de Aratiba foi a única a apresentar redução em sua população no período (menos 2,1%), continuando na tendência da década anterior (menos 7%). A zona de Marcelino Ramos praticamente manteve a mesma população no último

17. "INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro. 2007. Segundo o estudo, "centro de gestão do território [...] é aquela cidade onde se localizam os diversos órgãos do Estado e as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade por meio das empresas nela sediadas" (CORRÊA, 1995, p. 83). Foram avaliadas variáveis identificando níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica, por meio de estudos complementares (com dados secundários) enfocando diferentes equipamentos e serviços - atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, INTERNET, redes de televisão aberta e transporte aéreo. Após a identificação e hierarquização dos núcleos, foram pesquisadas as ligações entre as cidades, de modo a delinear as áreas de influências dos centros. Para os centros de gestão do território, essas ligações foram estudadas com base em dados secundários. Para as demais cidades foram pesquisados: 1) as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão e 2) os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços, tais como, compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários. Uma vez delimitadas as Regiões de Influência, verificou-se que o conjunto de centros urbanos com maior centralidade - que constituem foco para outras cidades, conformando áreas de influências mais ou menos extensas - apresenta algumas divergências em relação ao conjunto dos centros de gestão do território. A etapa final consistiu na hierarquização dos centros urbanos, para a qual foram elementos importantes a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da Região de Influência de cada centro". citado por Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional - Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Perfil Socioeconomico COREDE Norte, pg. 9 - novembro de 2015

quinquênio, tendo perdido cerca de 13% da sua população na década anterior, comportamento similar a da zona de Getúlio Vargas, embora esta, no quinquênio tenha aumentado a sua população em 2%.

Figura 4 - Distribuição das Zonas e Centro de Zona do COREDE Norte – RS



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental

Este comportamento da população total certamente está condicionado tanto pela saída da população do meio rural, como pela redução da taxa de natalidade. A taxa de urbanização passou de 64% para 72%, na década (na zona de Erechim a taxa de urbanização passou de 85 para 89%, com forte influência do município de Erechim onde a taxa de urbanização em 2010 era de 94,24%, taxa que aumentou para 2015 tendo em vista o crescimento populacional que ocorreu, certamente acompanhado por mais uma redução na população rural).

Por outro lado, houve uma redução, ao longo da década e em termos absolutos de 33,64% da população da Região Norte, na faixa etária de 0 a 9 anos de idade, sendo que no meio rural esta redução foi de 49,24% e no

meio urbano de 25,34%. Refletindo o comportamento da década anterior, mas reforçando a tendência para as décadas futuras, houve uma redução em 14,06% na população da Região na faixa de 10 a 19 anos, sendo que no meio rural esta redução chegou a 30,53%, sendo de 5,16% no meio urbano.

Em todas as demais faixas etárias a população do meio urbano cresceu, enquanto que no meio rural ela diminuiu até a faixa de 40 a 49 anos, o que indica que a população produtiva, por excelência, saiu do meio rural. As taxas de crescimento da população mais velha, no meio urbano são impressionantes, variando de 23% (40 a 49 anos de idade) a 90,40% (pessoas com mais de 79 anos de idade). Mesmo no meio rural a taxa de crescimento da população com mais de 50 anos de idade varia de 4% a 87% (pessoas com mais de 79 anos de idade).

Como indicador de migração, percebe-se que a população regional na faixa etária de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos reduziu em 7,56% e 12,73%, respectivamente, parte migrando para as cidades, já que a população urbana aumentou em 1,41 e 1,02%, respectivamente, mas a maior parte saiu da região e principalmente saiu do meio rural (menos 29,86 e 40,27%, respectivamente).

As zonas de Erechim (51,3% da população total) e Getúlio Vargas (17,3%) determinam a evolução demográfica da Região Norte, já que as demais quatro zonas contribuem com 7,7 a 8,1%, cada uma, para a formação da população da Região. No entanto, a dinâmica da população rural é definida pelos pequenos municípios, incluindo aqueles que orbitam em torno de Getúlio Vargas e Erechim.

Assim, a Região Norte é composta por um município com 102.395 habitantes (Erechim, Centro Sub-regional), outro com 16.647 habitantes (Getúlio Vargas, Centro de Zona), mais nove municípios com população entre 5.000 e 10.000 habitantes, entre os quais, foram considerados como Centros de Zona os municípios de Aratiba e Marcelino Ramos (os outros sete são Centros Locais); nove municípios com população entre 3.000 e 5.000 habitantes, entre os quais São Valentim e Jacutinga também foram considerados Centros de Zona (os demais sete são Centros Locais) e, finalmente, doze municípios tem população menor do que 3.000 habitantes e são considerados pelo IBGE como Centros Locais (Figura 6).

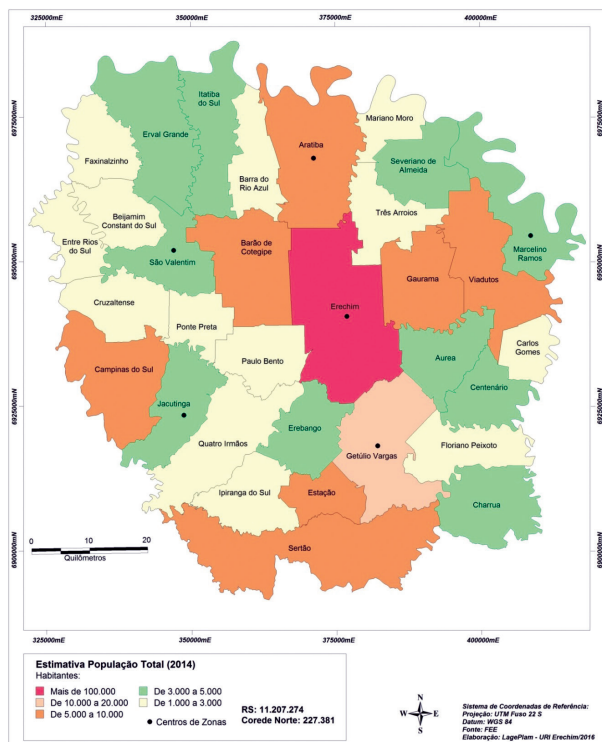
A tendência de esvaziamento da população rural se manteve entre 2010 e 2015, segundo informações coletadas no local, mas a população urbana cresceu, assim como a população total da Região Norte e da maior parte de seus Centros de Zona.

As tendências evolutivas da população na década que vai de 2000 a 2010 provocaram alterações importantes na sua estrutura etária.

A pirâmide etária da população total da Região Norte era do tipo clássico, segundo os dados do Censo de 2000, embora já indicasse uma tendência a reduzir a taxa de natalidade, pela menor participação da faixa de 0 a 9 anos de idade. Isso é mais evidente, ainda, na sua população urbana.

Já em 2010 a pirâmide mostra uma forte redução relativa na população com menos de 10 anos de idade, indicando uma diminuição da taxa de natalidade, provocada pela decisão das famílias de terem menos filhos. Aparece, nitidamente, uma evasão das pessoas com 30 a 39 anos de idade e um prenúncio de redução na faixa de 20 a 29 anos de idade.

Figura 5 - Classes de Distribuição da Estimativa de População para os Municípios do COREDE Norte do RS

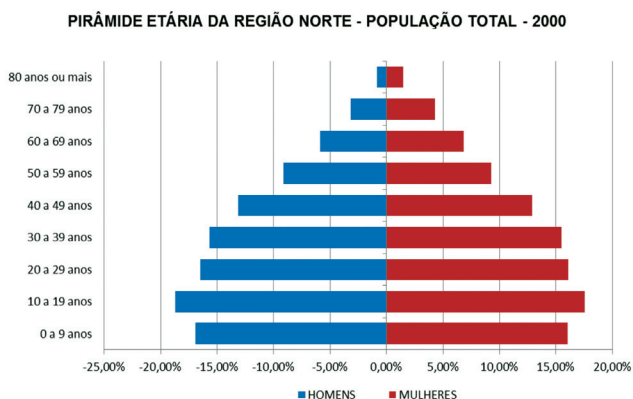


Fonte: Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental

Proporcionalmente, aumenta mais a participação da população de 40 a 49 anos de idade. Em sua população urbana é mais acentuada a tendência

em reduzir o número de filhos, sendo proporcionalmente menor a participação da população com menos de 10 anos de idade. Percebe-se que, no meio urbano, essa decisão de reduzir a natalidade já vem da década anterior, porque a população na faixa de 10 a 19 anos é menor que a população da faixa imediatamente superior (Figura 7).

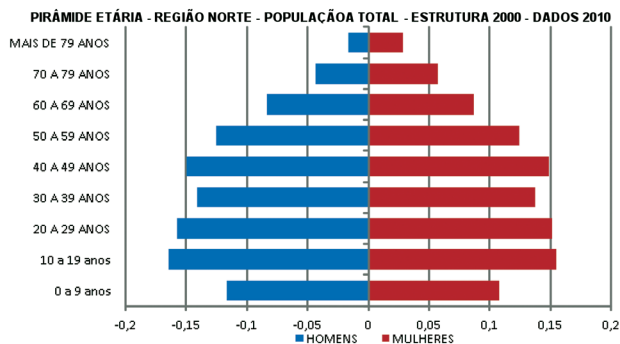
Figura 6 - Pirâmide Etária da População Total da Região Norte em 2000



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000

Começa a se fazer presente a menor participação relativa da população entre 30 a 39 anos de idade, também na população total, embora em menor proporção. Essas “reduções” são características de regiões que já não oferecem plenas oportunidades a seus jovens adultos, justamente os que estão na melhor idade para oferecerem a sua contribuição ao desenvolvimento regional (Figura 8).

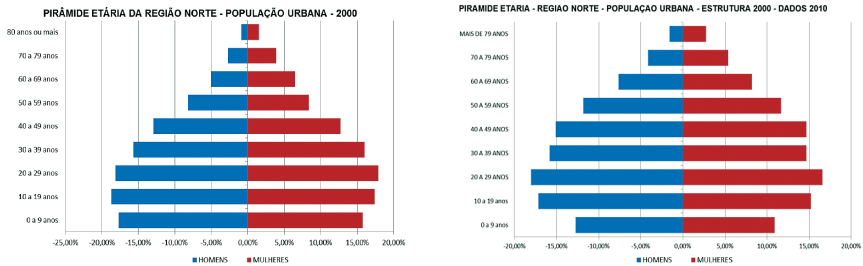
Figura 7 - Pirâmide Etária da População Total da Região Norte em 2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010

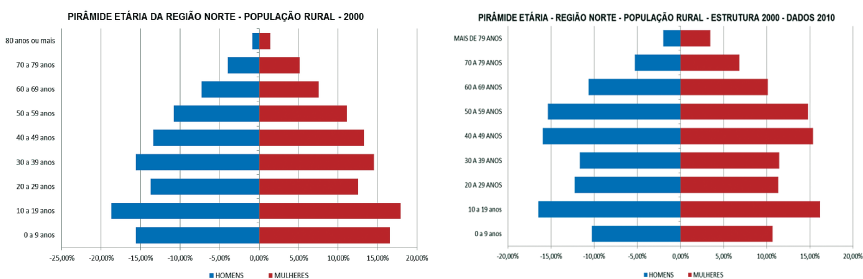
Já no meio rural o que mais chama a atenção é a redução de participação da população na faixa etária de 20 a 29 anos de idade, mesmo no ano 2000, o que se acentua em 2010, quando também aparece essa mesma tendência na faixa de 30 a 39 anos de idade. A redução da taxa de natalidade é nítida. Cresce, por outro lado a população com mais de 40 anos de idade, especialmente nas faixas de 50 a 59 anos de idade e, proporcionalmente, também nas faixas acima de 70 anos de idade. O crescimento da população rural com mais de 79 anos de idade chama a atenção.

Figura 8 - Pirâmides Etárias da População Urbana da Região Norte nos anos de 2000 e 2010



Fonte: IBGE - Censos de 2000 e 2010

Figura 9 - Pirâmides Etárias da População Rural da Região Norte nos anos de 2000 e 2010

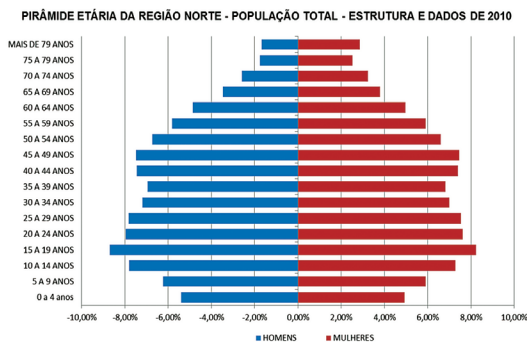


Fonte: IBGE - Censos de 2000 e 2010

Analisando-se os dados do Censo de 2010 com a sua estrutura original, essas tendências, anteriormente descritas, ficam mais evidentes ainda, principalmente quando se identifica que a população que mais reduz a sua participação na total é aquela com menos de 5 anos de idade, confirmando a tendência de redução da taxa de natalidade, como também fica claro que a população com mais de 79 anos de idade, principalmente entre as mulheres, supera a população de 75 a 79 anos de idade, caracterizando um aumento da longevidade. Aliás a região possui várias pessoas com mais de 100 anos de idade¹⁸.

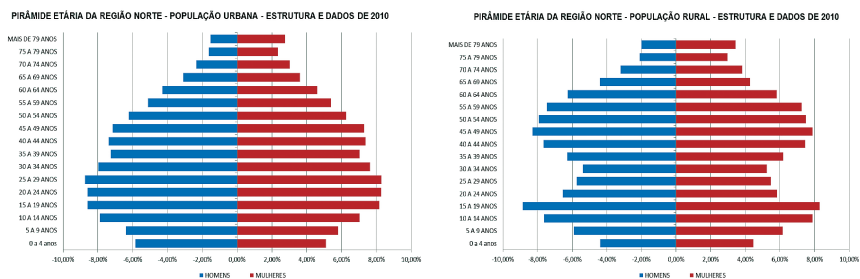
Na população rural a redução do número de crianças (menos de 5 anos de idade) é nítida, mas também é nítida a redução da população na melhor idade para a produção, que é a população na faixa de 25 a 39 anos de idade, embora também se note redução na população de 20 a 24 anos de idade e na faixa de 40 a 44 anos de idade. O aumento na população com mais de 75 anos de idade, especialmente naquela com mais de 79 anos de idade é bem acentuado.

Figura 10 - Pirâmide Etária da População Total da Região Norte em 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010

Figura 11 - Pirâmides Etárias das Populações Urbana e Rural da Região Norte em 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010

Mesmo com essa evolução demográfica que indica problemas de retenção da população mais produtiva, com uma taxa de natalidade progressivamente reduzida e um envelhecimento da população, ainda assim a Região Norte apresenta alguns bons indicadores sociais. Em 2013, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE¹⁹) do COREDE Norte foi de

18. Para que se pudesse fazer as comparações entre os dois Censos foi necessário enquadrar as informações segundo decênios, porque várias faixas etárias do Censo de 2000 estavam assim organizadas. A informação de 2010, organizada por quinquênios foi agregada em decênios. Para fins de análise também é apresentada a informação do Censo de 2010 com a estrutura original dos dados do Censo de 2010.

0,795, encontrando-se no Nível Médio de desenvolvimento, mas muito próximo do Nível Superior (0,800) e tendo melhorado esse índice e a sua posição ordinal, em relação a 2012, passando da quarta posição para a terceira, no conjunto dos 28 COREDES, o que significa que somente dois COREDES apresentam uma posição ordinal melhor que o COREDE Norte (Serra - IDESE 0.815 e Noroeste Colonial - IDESE 0,800). A Região Norte manteve o primeiro lugar em educação e o sexto lugar em renda, tendo melhorado a sua posição em saúde, indo do 8º para o sexto.

Segundo o Perfil Socioeconômico do COREDE Norte, no bloco educação desse COREDE “destacam-se os índices dos Sub-Blocos Pré-Escola (taxa de matrícula na Educação Infantil) e Ensino Fundamental (nota da Prova Brasil), em que o COREDE obteve valores maiores que as médias estaduais. No entanto, no Sub-Bloco Escolaridade Adulta (percentual da população adulta com, pelo menos, Ensino Fundamental completo), a Região apresentou seu pior desempenho, com índice menor que o estadual”²⁰, o que pode estar relacionado ao alto índice de população idosa no meio rural.

Considerando-se o desempenho dos municípios que compõem esse COREDE, verifica-se uma dispersão muito grande dos valores do IDESE. Nenhum município situa-se no intervalo que é considerado de baixo desenvolvimento (0,000 a 0,499) e nem no nível mais baixo de Desenvolvimento Médio (0,500 a 0,599).

Já no Nível intermediário do IDESE (0,600 a 0,699) estão enquadrados os municípios de Charrua, tendo como desempenho na área da Educação ruim (ranking 495); Erebango, com desempenho em Saúde ruim (ranking 439), Florianópolis, com desempenho na área da Educação ruim (ranking 437), todos da zona de Getúlio Vargas, Benjamin Constant do Sul, com o pior desempenho no quesito Renda (ranking 497) e Faxinal-

19. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), é um índice sintético que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul. Para cada uma das variáveis componentes dos blocos Saúde, Educação e Renda, é calculado um índice. São fixados, a partir disso, valores de referência máximo (1) e mínimo (0) de cada variável. O índice final de cada bloco é a média aritmética dos índices dos seus sub-blocos. Considera-se a classificação do índice em Alto (acima de 0,800), Médio (entre 0,500 e 0,799) e Baixo (abaixo de 0,499) nível de desenvolvimento. O IDESE considera, no total, um conjunto de doze indicadores divididos nos três blocos. O Bloco Educação utiliza cinco indicadores, que se dividem em quatro sub-blocos, de acordo com as faixas etárias: população entre quatro e cinco anos (taxa de matrícula na pré-escola), população entre seis e 14 anos (nota da Prova Brasil 5º e 9º ano do ensino fundamental), população entre 15 e 17 anos (taxa de matrícula no ensino médio) e população com 18 anos ou mais (percentual da população adulta com pelo menos ensino fundamental completo). O Bloco Renda é composto por dois sub-blocos: apropriação de renda e geração de renda. O Bloco Saúde utiliza cinco indicadores, que são divididos em três sub-blocos: saúde materno-infantil (taxa de mortalidade de menores de 5 anos e número de consultas pré-natal por nascidos vivos), condições gerais de saúde (taxa de mortalidade por causas evitáveis e proporção de óbitos por causas mal definidas) e longevidade (taxa bruta de mortalidade padronizada).

20. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional - Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Perfil COREDE Norte - novembro de 2015.

zinho também mal em renda (ranking 455), sendo estes dois últimos municípios pertencentes à zona de São Valentim.

Com exceção de Aratiba, Três Arroios, ambos da zona de Aratiba, Erechim e Ipiranga do Sul e dos cinco municípios citados anteriormente todos os demais se situam na faixa superior de Desenvolvimento Médio (0,700 a 0,799). Alguns tem melhores indicadores na área da Educação (Severiano de Almeida - 15º; Centenário - 26º e Ponte Preta - 34º, entre todos os municípios do Rio Grande do Sul; enquanto que Barra do Rio Azul tem desempenho muito bom em Educação e Saúde (Educação - 35º; Saúde - 18º).

Entre os municípios mais bem situados no ranking de valores do IDESE, dois estão na zona de Aratiba, sendo que Três Arroios ocupa a 4ª posição (IDESE - 0,858) entre todos os municípios do Rio Grande do Sul, salientando-se em Educação (80) e Renda (100) e, Aratiba a quinta posição (IDESE - 0,851), também tendo alto nível em Educação (380) e Renda (120). Essa posição está intimamente relacionada aos *royalties* pagos pelas Barragens de Passo Fundo e Itá.

Erechim apresenta a 29ª posição (IDESE - 0,820) no ranking dos municípios Gaúchos, sendo a base da sua posição o seu desempenho em Educação (160) e Renda (360), enquanto que Ipiranga do Sul (IDESE - 0,832), mesmo situado numa zona com municípios de péssimo desempenho, situa-se na 100ª melhor posição no Rio Grande do Sul, devido principalmente ao seu nível de renda, rankeado na décima primeira posição.

Uma outra leitura possível é a que provem da comparação ao interior de cada zona e delas entre si.

Assim a zona de Jacutinga, que só tem um município com um desempenho que chama a atenção (Ponte Preta, em educação) apresenta a menor dispersão de valores de ordem de colocação quanto ao IDESE, tendo o município com melhor indicador na posição 830 (Quatro Irmãos) e o pior na posição 1550 (Entre Rios do Sul).

Já a zona de Getúlio Vargas apresenta a maior dispersão no número de ordem da classificação que varia de 10 a 455. Em situação intermediária se encontram todas as demais zonas da Região Norte, variando os valores de ordem de classificação de 4 a 198, na zona de Aratiba; de 29 a 240, na zona de Erechim; de 186 a 333, na zona de Marcelino Ramos e, de 185 a 466, na zona de São Valentim.

Tabela 2 - IDESE 2013 - Zona de Aratiba e seus municípios

IDEESE 2013 - ZONA DE ARATIBA								
	EDUCAÇÃO		RENDA		SAÚDE		IDEESE	
	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM
Aratiba	0,786	38º	0,884	12º	0,882	59º	0,851	5º
Barra do Rio Azul	0,787	35º	0,605	366º	0,898	18º	0,763	160º
Mariano Moro	0,715	215º	0,688	220º	0,849	193º	0,751	198º
Severiano de Almeida	0,8	15º	0,66	273º	0,864	120º	0,775	129º
Três Arroios	0,809	8º	0,891	10º	0,874	78º	0,858	4º

Fonte: FEE

Tabela 3 - IDESE 2013 - Zona de Erechim e seus municípios

IDEESE 2013 - ZONA DE ERECHIM								
	EDUCAÇÃO		RENDA		SAÚDE		IDEESE	
	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM
Erechim	0,798	16º	0,825	36º	0,836	238º	0,820	29º
Barão de Cotegipe	0,685	288º	0,704	196º	0,854	169º	0,747	204º
Gaurama	0,723	184º	0,714	174º	0,846	204º	0,761	170º
Paulo Bento	0,733	156º	0,777	81º	0,853	172º	0,788	100º

Fonte: FEE

Tabela 4 - IDESE 2013 - Zona de Getúlio Vargas e seus municípios

IDEESE 2013 - ZONA DE GETÚLIO VARGAS								
	EDUCAÇÃO		RENDA		SAÚDE		IDEESE	
	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM
Getúlio Vargas	0,715	216º	0,698	206º	0,842	223º	0,751	197º
Charrua	0,493	495º	0,647	291º	0,806	359º	0,649	455º
Erebango	0,678	304º	0,638	306º	0,782	439º	0,699	346º
Estação	0,738	142º	0,753	114º	0,865	117º	0,785	103º
Floriano Peixoto	0,599	437º	0,624	330º	0,856	156º	0,693	370º
Ipiranga do Sul	0,779	57º	0,885	11º	0,833	251º	0,832	10º
Sertão	0,765	83º	0,785	75º	0,805	360º	0,785	104º

Fonte: FEE

Tabela 5 - IDESE 2013 - Zona de Jacutinga e seus municípios

IDESE 2013 - ZONA DE JACUTINGA								
	EDUCAÇÃO		RENDA		SAÚDE		IDESE	
	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM
Jacutinga	0,743	133º	0,722	156º	0,872	88º	0,779	115º
Campinas do Sul	0,772	69º	0,749	120º	0,816	321º	0,779	112º
Cruzaltense	0,772	68º	0,708	187º	0,847	201º	0,776	125º
Entre Rios do Sul	0,654	350º	0,783	77º	0,857	147º	0,765	155º
Ponte Preta	0,787	34º	0,682	232º	0,866	109º	0,779	117º
Quatro Irmãos	0,764	85º	0,762	105º	0,863	128º	0,796	83º

Fonte: FEE

Tabela 6 - IDESE 2013 - Zona de Marcelino Ramos e seus municípios

IDESE 2013 - ZONA DE MARCELINO RAMOS								
	EDUCAÇÃO		RENDA		SAÚDE		IDESE	
	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM
Marcelino Ramos	0,717	203º	0,642	299º	0,86	136º	0,739	231º
Áurea	0,651	360º	0,638	305º	0,822	289º	0,704	333º
Carlos Gomes	0,718	199º	0,664	262º	0,835	245º	0,739	233º
Centenário	0,792	26º	0,601	374º	0,876	75º	0,756	186º
Viadutos	0,715	210º	0,668	252º	0,852	180º	0,745	214º

Fonte: FEE

Tabela 7- IDESE 2013 - Zona de São Valentim e seus municípios

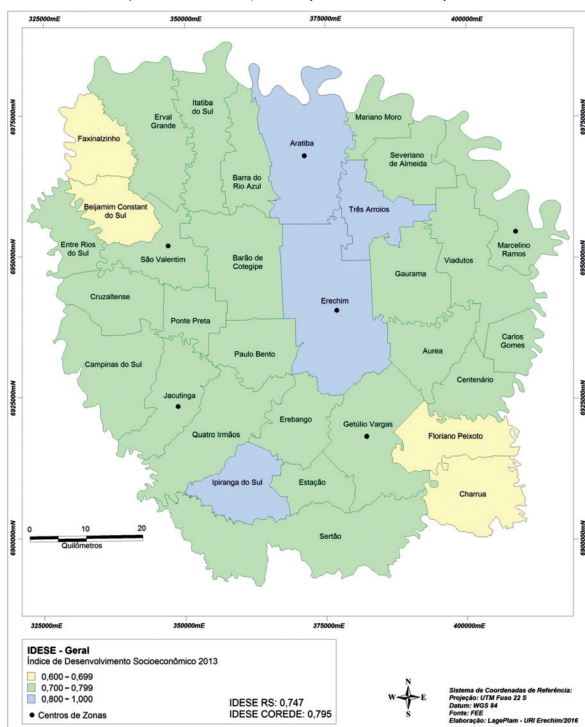
IDESE 2013 - ZONA DE SÃO VALENTIM								
	EDUCAÇÃO		RENDA		SAÚDE		IDESE	
	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM
São Valentim	0,766	81º	0,671	249º	0,832	254º	0,757	185º
Benjamin Constant do Sul	0,705	242º	0,398	497º	0,812	336º	0,638	466º
Erval Grande	0,677	305º	0,576	414º	0,86	134º	0,704	328º
Faxinalzinho	0,617	419º	0,535	455º	0,819	307º	0,657	442º
Itatiba do Sul	0,774	65º	0,544	448º	0,821	293º	0,713	309º

Fonte: FEE

Tabela 8 - IDESE 2013 - Região Norte

IDESE 2013 - REGIÃO NORTE								
	EDUCAÇÃO		RENDA		SAÚDE		IDESE	
	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM	ÍNDICE	ORDEM
Norte	0,768	1º	0,775	6º	0,843	6º	0,795	3º

Figura 12-Classes de Distribuição do IDESE/2013 para os Municípios do COREDE Norte do RS



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental

3.3 DIMENSÃO AMBIENTAL

A lei Estadual nº 11.520, de 03 de agosto de 2000, aprovou o Código de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, estabelecendo em seu artigo 69, que “caberá aos municípios o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades consideradas como de impacto local, bem como aquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou Convênio”, proporcionando que os administradores municipais se responsabilizassem pelo licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local, o que facilitou em muito o processo de licenciamento.

A Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, estabeleceu que é competência dos municípios o licenciamento das atividades de impacto local. Sendo assim, os 32 municípios que compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento Norte - CREDENOR possuem competência para efetuar o licenciamento ambiental de atividades de impacto local.

A FEPAM firmou Convênio de Delegação de Competências em Licenciamento e Fiscalização Ambiental, de atividades definidas como de impacto supralocal, com um número de municípios habilitados. Por esse instrumento, o município de Erechim possui competências em licenciar e fiscalizar as questões ambientais, de acordo com a Resolução do Conselho de Administração da FEPAM Nº08/2006, que estabelece os critérios, pré-requisitos e as diretrizes gerais para a firmação de convênios entre a FEPAM e Erechim. Este município possui autorização de licenciamento pleno, segundo restrições impostas pela FEPAM/SEMA.

Este fato é muito importante porque permite ao município polo da Região Norte promover os licenciamentos de forma mais ágil e, pela proximidade com as atividades e empreendimentos, fiscalizá-los de forma mais efetiva.

A dimensão ambiental, num planejamento estratégico, tem uma posição central porque ela determina ou limita as possibilidades de desenvolvimento, com qualidade de vida, sendo que aqui se coloca a grande dicotomia: qualidade de vida para a vida silvestre, para as condições naturais originais, ou qualidade de vida para o ser humano em comunhão com o ambiente natural.

De qualquer modo, independente da posição filosófica, é importante identificar quais são os recursos naturais disponíveis, as áreas naturais preservadas espontaneamente, as áreas preservadas por políticas específicas, a situação de populações com características especiais, referidas na legislação, como as áreas indígenas, por exemplo, a maneira como são utilizados os recursos naturais, principalmente o solo e a água e o tipo de solução que está sendo dado para a contaminação promovida pelos núcleos urbanos e pelas atividades rurais.

Do ponto de vista natural a Região Norte está inserida no Domínio Morfoclimático das Araucárias, participa de dois Comitês de Bacias Hidrográficas, o Comitê da Bacia Apuaê - Inhandava e o Comitê da Bacia do rio Passo Fundo, foi coberta por lavas basálticas sobre as quais se desenvolveram basicamente dois tipos de solos: argissolos profundos, bem drenados, em terrenos ondulados a suave ondulados e de boa profundidade e fertilidade,

identificados como Unidades Erechim, Estação e Erval Grande; e neossolos, rasos, pedregosos, em terrenos ondulados a íngremes, embora muito férteis, identificados como Associação Ciriaco - Charrua, ou apenas a Unidade Charrua.

A estrutura administrativa estadual de recursos hídricos estabeleceu inicialmente um formato de divisão de bacias hidrográficas que não respeitava o critério hidrográfico (rio troncal que deságua num rio sistêmico (Rio Uruguai, por exemplo), num lago (por exemplo, Lagoa dos Patos), num estuário (por exemplo, o Guaíba ou o Prata), num mar interior (mar Negro), num oceano, mas sim um critério geográfico pelo qual as bacias, para formação de seus comitês de gerenciamento deveriam ter dimensões aproximadamente similares, embora já existissem os Comitês das bacias dos Sinos e do Gravataí, quando o Estado foi dividido em bacias hidrográficas.

Há que considerar que o Rio Grande do Sul só poderia legislar sobre bacias hidrográficas de seu domínio, ou seja, bacias interiores, ainda que contribuintes de bacias cujo rio troncal estabelecia limites interestaduais ou internacionais.

Foram estruturados sistemas de gerenciamento de sub bacias (dentro de uma mesma bacia) e em outros casos foram agregadas duas ou mais bacias dentro do mesmo comitê de gerenciamento, como é o caso da Bacia Apuauê-Inhandava.

A Região Norte está inserida justamente entre o leito do rio Apuauê e o rio Passo Fundo, fazendo parte de duas bacias hidrográficas (Apuauê-Inhandava e Passo Fundo) e, conseqüentemente participando de dois Comitês de Gerenciamento de bacias.

Como a dimensão ambiental incorpora elementos da ação do homem sobre a natureza e de sua ação disciplinadora, no que se refere a recursos hídricos, essa sistemática de organização institucional de administração desses recursos apresenta algumas dificuldades, entre as quais a de que grande parte da Região Norte conta com bacias singulares, não tão pequenas, e que deságuam diretamente no rio Uruguai e não tem, hidrograficamente, nenhuma relação com as bacias oficiais do rio Passo Fundo ou dos rios Apuauê e Inhandava.

Então, numa dimensão ambiental, o primeiro elemento a considerar é quais são as limitações da Região Norte em relação às duas bacias hidrográficas nas quais a região está inserida.

A Região Norte está limitada ao norte pelo rio Uruguai, que é uma bacia sob domínio da Agência Nacional de Águas e com uma estrutura de geração hidrelétrica, disciplinada pela ANEEL, com nula intervenção da comunidade; à leste pelo rio Apuaúê e, à sudoeste, pelo rio Passo Fundo.

Dentro da Região Norte afluem para o rio Apuaúê os tributários da margem esquerda, sendo os principais o Rio do Peixe ou Rio Puraçuze e Rio Apuaúê Mirim. Dentro da Região Norte afluem para o rio Passo Fundo somente os tributários da margem direita, sendo os principais o Rio Inhunpaça e Rio Erechim.

No entanto, grande parte da Região Norte é drenada por sistemas hidrográficos que, fisicamente, não pertencem nem à bacia do Rio Passo Fundo e nem à bacia do Apuaúê-Inhandava, como é o caso de todas as drenagens que fluem diretamente para o rio Uruguai, de dimensões muito variadas, mas de hierarquia igual aos rios que definiram as bacias hidrográficas consideradas administrativamente como rios troncais das bacias. Esse é o caso das bacias que tem como drenagens troncais os seguintes rios principais: Rio Suzana, Rio Bom Retiro, Rio Dourado, Rio Pedra Grande e Rio Douradinho.

No atual sistema de administração dos recursos hídricos, todas essas bacias singulares estão incorporadas administrativamente ao Comitê de Gerenciamento da Bacia Apuaúê-Inhandava.

A precipitação pluviométrica média é elevada (1.823 mm na bacia do rio Passo Fundo e 1.994 mm, na bacia dos rios Apuaúê - Inhandava)²¹, com *deficits* durante o verão, mas com um balanço hídrico muito favorável, como se pode observar na figura 14 que mostra um saldo positivo de 800 a 1000 mm anuais. Os menores excedentes ocorrem em dezembro e março.

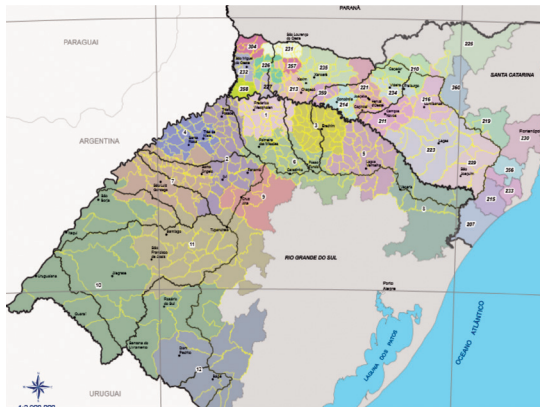
Segundo orientação da Organização Mundial para a Agricultura e a Alimentação (FAO) ausência de chuvas superiores a oito dias afetam a produtividade agrícola. Toda a Região Norte esta sob a influência das estiagens e secas.

Enquanto a incidência de vendavais, granizo, inundações na Região Norte representam de 3,4 a 5,2% dos mesmos fenômenos que ocorrem no Rio Grande do Sul, as estiagens e secas representam 9,3%, conforme se pode observar na tabela 9.

Segundo as imagens de satélite analisadas, recentes, a mata ciliar está bem conservada, assim como a mata das encostas das principais drenagens.

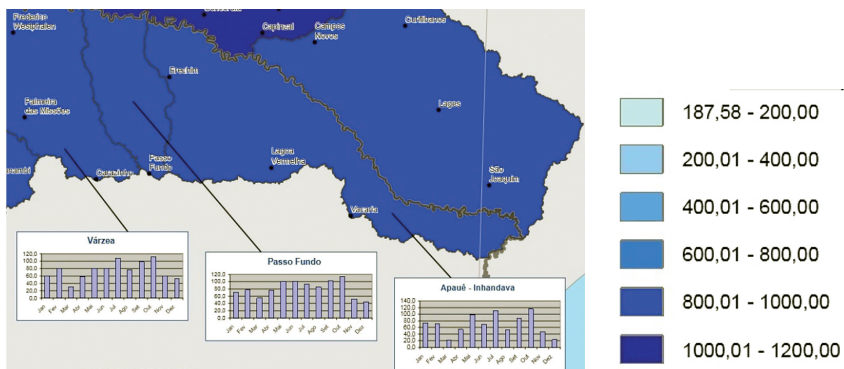
21. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Brasileira da Bacia do Rio Uruguai - 2009 - Secretaria da Irrigação e Usos Múltiplos da Água - Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Cooperação BID - Japanese Trust Funds

Figura 13 - Bacias dos rios Passo Fundo e Apuaú – Inhandava e inserção da Região Norte



Fonte: Rio Grande do Sul, 2009

Figura 14 - Balanço Hídrico Anual (Precipitação menos evapotranspiração) em mm



Fonte: Rio Grande do Sul, 2009

Não há nenhum indício de que há uma pressão do avanço de culturas temporárias, como milho e soja, sobre áreas florestadas remanescentes e nem que houve um aumento do consumo de água que viria a degradar mais rapidamente os solos.

A produção de grãos se dá em áreas suave onduladas e, portanto, historicamente ocupadas com a produção de grãos. A alteração principal que houve foi que a região se especializou na produção de sementes e, neste caso, frequentemente associada à produção sob sistemas irrigados, o que reduz a pressão de demanda de água retida nos solos, que ocorreria em condições de sequeiro, e impede a incidência negativa dos efeitos das estiagens e secas.

Tabela 9 - Desastres naturais por tipo de evento nos municípios da Região Norte - entre 1991 e 2010.

Municípios e Estado	Vendaval ou ciclone	Granizo	Inundação Gradual	Inundação Brusca	Estiagem e seca
Aratiba	2	1	1		10
Aurea		1			8
Barão de Cotegipe	1			1	7
Barra do Rio Azul	2	1		2	8
Benjamin Constant do Sul	1			2	5
Campinas do Sul	1	1	1		9
Carlos Gomes			1		7
Centenário	1	3			6
Charrua					7
Cruzaltense					5
Entre Rios do Sul		1			9
Erebango					6
Erechim			1	1	7
Erval Grande	1	1	1	2	9
Estação	4	2	2	3	7
Faxinalzinho	1				9
Florianópolis	1	2			5
Gaurama				1	8
Getúlio Vargas	2	1		2	6
Ipiranga do Sul				1	6
Itatiba do Sul	1				9
Jacutinga		1		1	9
Marcelino Ramos	1		1	2	9
Mariano Moro		1			11
Paulo Bento					3
Ponte Preta					7
Quatro Irmãos				1	5
São Valentim	2	4	2	3	10
Sertão			1	4	9
Severiano de Almeida				1	11
Três Arroios	1		1		8
Viadutos		1	1	3	10
Região Norte	22	21	13	30	245
Rio Grande do Sul	654	405	371	832	2.643
Região Norte/RS	3,36%	5,19%	3,50%	3,61%	9,27%

Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais - 1991 - 2010 - Volume Rio Grande do Sul - CPDE - UFSC

A mata ciliar sendo preservada, até as nascentes, favorece a preservação da vida silvestre, principalmente com a proibição da caça, mas a atividade agrícola se exerce em terrenos altos e, conseqüentemente, a erosão dos

solos, independe da conservação da mata ciliar. Foi a mudança da tecnologia de produção e uso do solo, adotada na Região Norte e em outras Regiões do Estado, com a introdução do plantio direto e do cultivo mínimo que reduziu o impacto ambiental da atividade produtiva na agropecuária. Igual efeito teve a introdução da irrigação, que impediu o esgotamento da umidade nas camadas superficiais do solo, preservando a microfauna e microflora do solo.

O uso do solo é prioritariamente em atividade agrícola, exceto na Zona de Aratiba, onde a agricultura implantada, incluindo o solo preparado, representa apenas 33%, enquanto que as pastagens representam outros 33% e a vegetação arbórea nativa 24%. Na Zona de São Valentim a agricultura mais solo preparado representam 40% da superfície total, enquanto que as pastagens representam 28% e a vegetação arbórea nativa 23%, respectivamente. Nestas duas regiões, pelas hidrelétricas aí instaladas, a lâmina d'água ocupa de 4 a 6% da área.

As zonas de Aratiba e Marcelino Ramos são influenciadas pela superfície de alague da barragem de Itá, enquanto que a zona de Jacutinga é influenciada pela barragem de Monjolinho e, a de São Valentim, pela barragem do rio Passo Fundo, determinando uma área ocupada por lâmina d'água desproporcionalmente maior (Tabelas 10, 11, 12 e 13 e Figuras 16 e 17). Nas demais zonas a agricultura implantada e o solo preparado representam de 53 a 73% do total de uso do solo; a vegetação arbórea nativa varia de 13 a 23% e as pastagens de 10 a 21%.

Figura 15 - Quantificação em Hectares do Uso e Cobertura da Terra para o COREDE Norte do RS

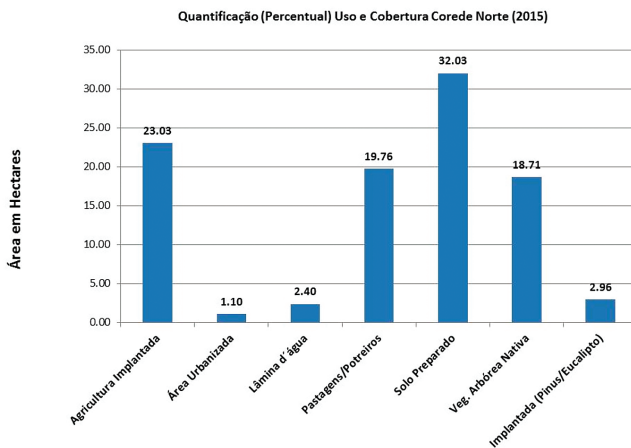


Figura 16 - Quantificação em percentuais do Uso e Cobertura da Terra para o COREDE Norte do RS

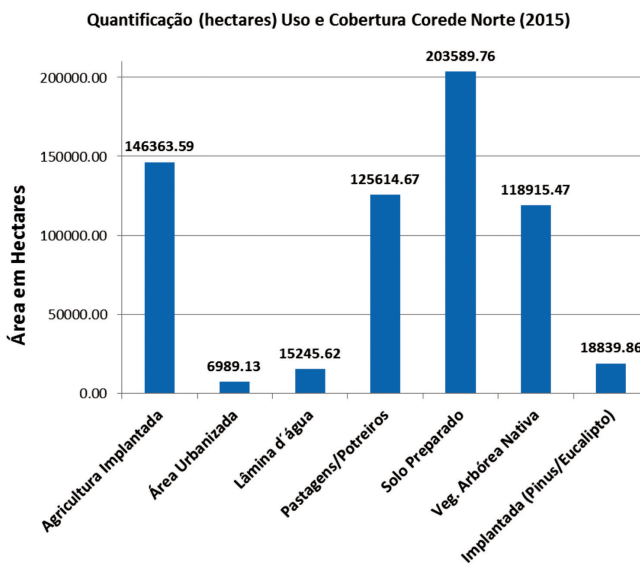


Tabela 10 - Uso e Cobertura da Terra Ano de 2015 para o COREDE Norte - por Município

Município	Agricultura Implantada		Área Urbanizada		Lâmina d' água		Pastagens/Potreiros		Solo Preparado		Veg. Arbórea Nativa		Implantada (Pinus/Eucalipto)		Total
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	
Aratiba	5925,88	17,30	198,74	0,58	3006,53	8,78	12263,80	35,81	3307,86	9,66	7519,44	21,95	2027,59	5,92	34249,84
Aurea	4346,71	27,50	146,45	0,93	7,39	0,05	1771,23	11,21	6592,42	41,71	2638,82	16,69	303,48	1,92	15806,50
Barra do Rio Azul	2477,06	16,85	52,38	0,36	32,73	0,22	6738,72	45,83	1051,23	7,15	3664,08	24,92	688,16	4,68	14704,36
Barão de Cotegipe	4573,61	17,58	172,67	0,66	21,10	0,08	6759,73	25,98	6996,53	26,89	6379,89	24,52	1113,53	4,28	26017,06
B. Constant do Sul	2107,59	15,98	57,76	0,44	27,37	0,21	3574,18	27,10	2038,54	15,46	4749,65	36,01	633,03	4,80	13188,12
Campinas do Sul	5791,58	22,03	186,33	0,71	3944,00	15,00	1460,14	5,55	13702,70	52,12	1012,92	3,85	191,91	0,73	26289,58
Carlos Gomes	2285,60	27,11	26,42	0,31	13,49	0,16	1941,90	23,04	2307,78	27,38	1648,18	19,55	206,53	2,45	8429,90
Centenário	3677,10	27,50	78,10	0,58	7,27	0,05	2069,14	15,47	4580,38	34,25	2696,37	20,16	264,79	1,98	13373,15
Charrua	5012,20	25,25	93,97	0,47	0,10	0,00	2211,49	11,14	6866,43	34,60	5321,35	26,81	341,37	1,72	19846,91
Cruzaltense	3366,52	20,30	61,21	0,37	995,07	6,00	2093,38	12,62	8481,51	51,13	1460,73	8,81	129,38	0,78	16587,80
Entre Rios do Sul	1839,95	15,34	169,92	1,42	882,64	7,36	2016,70	16,81	4315,25	35,97	2561,30	21,35	209,92	1,75	11995,68
Erebango	3533,51	23,26	118,29	0,78	22,27	0,15	1321,22	8,70	8514,46	56,05	1307,33	8,61	373,69	2,46	15190,77
Erechim	9676,25	22,51	2996,33	6,97	72,01	0,17	6204,01	14,43	13690,06	31,85	9133,82	21,25	1207,74	2,81	42980,22
Erval Grande	5099,72	17,92	96,11	0,34	664,27	2,33	10871,78	38,20	2417,13	8,49	6905,93	24,27	2401,74	8,44	28456,68
Estação	2603,92	25,92	227,70	2,27	3,30	0,03	1039,77	10,35	5280,17	52,55	719,47	7,16	172,81	1,72	10047,14
Faxinalzinho	3028,02	21,05	57,26	0,40	434,56	3,02	3916,96	27,23	3549,10	24,67	3156,27	21,94	244,57	1,70	14386,74
Floriano Peixoto	4169,39	24,66	37,69	0,22	3,60	0,02	2825,40	16,71	5342,37	31,60	3948,56	23,35	581,66	3,44	16908,67

Município	Agricultura Implantada		Área Urbanizada		Lâmina d' água		Pastagens/Potreiros		Solo Preparado		Veg. Arbórea Nativa		Implantada (Pinus/Eucalipto)		Total
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	
Gaurama	4368,73	21,27	180,63	0,88	5,62	0,03	3197,86	15,57	7774,23	37,85	4728,43	23,02	285,52	1,39	20541,02
Getúlio Vargas	7216,68	25,22	744,23	2,60	17,97	0,06	1957,09	6,84	14992,32	52,40	3160,82	11,05	520,70	1,82	28609,81
Ipiranga do Sul	4810,35	30,16	61,30	0,38	11,91	0,07	1521,33	9,54	8045,47	50,44	1414,40	8,87	86,13	0,54	15950,89
Itatiba do Sul	3455,59	16,32	94,85	0,45	361,98	1,71	8845,01	41,78	1541,01	7,28	5689,45	26,88	1181,24	5,58	21169,13
Jacutinga	4915,63	27,47	82,31	0,46	286,98	1,60	2100,32	11,74	9050,40	50,57	1336,84	7,47	125,28	0,70	17897,76
Marcelino Ramos	5970,23	25,93	105,34	0,46	1950,31	8,47	6549,01	28,44	2708,72	11,76	4848,73	21,06	893,40	3,88	23025,74
Mariano Moro	2333,62	23,41	74,31	0,75	1624,84	16,30	3400,90	34,12	959,56	9,63	1332,66	13,37	242,23	2,43	9968,12
Paulo Bento	3567,38	23,79	85,29	0,57	27,95	0,19	2170,38	14,48	6297,36	42,00	2493,44	16,63	350,83	2,34	14992,63
Ponte Preta	2077,79	20,68	69,24	0,69	3,42	0,03	1903,22	18,94	4880,64	48,58	994,40	9,90	118,56	1,18	10047,27
Quatro Irmãos	7156,35	26,56	68,16	0,25	241,97	0,90	2901,77	10,77	12502,25	46,39	3575,96	13,27	501,23	1,86	26947,69
Sertão	14590,47	33,20	175,79	0,40	39,55	0,09	2588,49	5,89	21872,52	49,77	4416,69	10,05	263,68	0,60	43947,20
Sev. de Almeida	3690,04	22,04	84,59	0,51	509,63	3,04	4700,22	28,07	2322,02	13,87	4577,93	27,34	860,70	5,14	16745,13
São Valentim	3115,57	19,96	121,62	0,78	5,83	0,04	4167,77	26,70	3226,61	20,67	4222,22	27,05	747,58	4,79	15607,20
Três Arroios	3385,72	22,76	119,85	0,81	3,15	0,02	2966,82	19,94	3134,68	21,07	4472,78	30,06	794,46	5,34	14877,46
Viadutos	6194,83	23,14	144,29	0,54	16,81	0,06	7564,93	28,26	5248,05	19,60	6826,63	25,50	776,39	2,90	26771,93
Total (CORDE Norte)	146363,59	23,03	6989,13	1,10	15245,62	2,40	125614,67	19,76	203589,76	32,03	118915,47	18,71	18839,86	2,96	635558,10

Ha*: Hectares

Fonte: Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental

Tabela 11 - Uso e Cobertura da Terra Ano de 2015 para o COREDE Norte - por Zona

Município	Agricultura Implantada		Área Urbanizada		Lâmina d'água		Pastagens/Poitreiros		Solo Preparado		Veg. Arbórea Nativa		Implantada (Pinus/Eucalipto)		Total (ha)
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	
Aratiba	5925,88	17,30	198,74	0,58	3006,53	8,78	12263,80	35,81	3307,86	9,66	7519,44	21,95	2027,59	5,92	34249,84
Barrão do Rio Azul	2477,06	16,85	52,38	0,36	32,73	0,22	6738,72	45,83	1051,23	7,15	3664,08	24,92	688,16	4,68	14704,36
Mariano Moro	2333,62	23,41	74,31	0,75	1624,84	16,30	3400,90	34,12	959,56	9,63	1332,66	13,37	242,23	2,43	9968,12
Sev. de Almeida	3690,04	22,04	84,59	0,51	509,63	3,04	4700,22	28,07	2322,02	13,87	4577,93	27,34	860,70	5,14	16745,13
Três Arroios	3385,72	22,76	119,85	0,81	3,15	0,02	2966,82	19,94	3134,68	21,07	4472,78	30,06	794,46	5,34	14877,46
Zona de Aratiba	17812,32	20,47	529,87	0,60	5176,88	5,67	30070,46	32,75	10775,35	12,27	21566,89	23,53	4613,14	4,70	90544,91
Bairão de Cotegipe	4573,61	17,58	172,67	0,66	2110	0,08	6759,73	25,98	6996,53	26,89	6379,89	24,52	1113,53	4,28	26017,06
Erechim	9676,25	22,51	2996,33	6,97	72,01	0,17	6204,01	14,43	13690,06	31,85	9133,82	21,25	1207,74	2,81	42980,22
Gaurama	4368,73	21,27	180,63	0,88	5,62	0,03	3197,86	15,57	7774,23	37,85	4728,43	23,02	285,52	1,39	20541,02
Paulo Bento	3567,38	23,79	85,29	0,57	27,95	0,19	2170,38	14,48	6297,36	42,00	2493,44	16,63	350,83	2,34	14992,63
Zona de Erechim	22185,97	21,29	3434,92	2,27	126,68	0,12	18331,98	17,62	34758,18	34,65	22735,58	21,36	2957,62	2,71	104530,93
Charrua	5012,20	25,25	93,97	0,47	0,10	0,00	2211,49	11,14	6866,43	34,60	5321,35	26,81	341,37	1,72	19846,91
Erebango	3533,51	23,26	118,29	0,78	22,27	0,15	1321,22	8,70	8514,46	56,05	1307,33	8,61	373,69	2,46	15190,77
Estação	2603,92	25,92	227,70	2,27	3,30	0,03	1039,77	10,35	5280,17	52,55	719,47	7,16	172,81	1,72	10047,14
Florianópolis	4169,39	24,66	37,69	0,22	3,60	0,02	2825,40	16,71	5342,37	31,60	3948,56	23,35	581,66	3,44	16908,67
Getúlio Vargas	7216,68	25,22	744,23	2,60	17,97	0,06	1957,09	6,84	14992,32	52,40	3160,82	11,05	520,70	1,82	28609,81
Ipiranga do Sul	4810,35	30,16	61,30	0,38	11,91	0,07	1521,33	9,54	8045,47	50,44	1414,40	8,87	86,13	0,54	15950,89
Sertão	14590,47	33,20	175,79	0,40	39,55	0,09	2588,49	5,89	21872,52	49,77	4416,69	10,05	263,68	0,60	43947,20

Município	Agricultura Implantada		Área Urbanizada		Lâmina d'água		Pastagens/Potreiros		Solo Preparado		Veg. Arbórea Nativa		Implantada (Pinus/Eucalipto)		Total (ha)
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	
Zona de Getúlio Vargas	41936.52	26.81	1458.97	1.02	98.70	0.06	13464.79	9.88	70913.74	46.77	20288.62	13.70	2340.05	1.76	150501.39
Cruzaltense	3366.52	20.30	61.21	0.37	995.07	6.00	2093.38	12.62	8481.51	51.13	1460.73	8.81	129.38	0.78	16587.80
Entre Rios do Sul	1839.95	15.34	169.92	1.42	882.64	7.36	2016.70	16.81	4315.25	35.97	2561.30	21.35	209.92	1.75	11995.68
Jacutinga	4915.63	27.47	82.31	0.46	286.98	1.60	2100.32	11.74	9050.40	50.57	1336.84	7.47	125.28	0.70	17897.76
Ponte Preta	2077.79	20.68	69.24	0.69	3.42	0.03	1903.22	18.94	4880.64	48.58	994.40	9.90	118.56	1.18	10047.27
Quatro Irmãos	7156.35	26.56	68.16	0.25	241.97	0.90	2901.77	10.77	12502.25	46.39	3575.96	13.27	501.23	1.86	26947.69
Zona de Jacutinga	19356.24	22.07	450.84	0.64	2410.08	3.18	11015.39	14.18	39230.05	46.53	9929.22	12.16	1084.38	1.25	83476.20
Aurea	4346.71	27.50	146.45	0.93	7.39	0.05	1771.23	11.21	6592.42	41.71	2638.82	16.69	303.48	1.92	15806.50
Carlos Gomes	2285.60	27.11	26.42	0.31	13.49	0.16	1941.90	23.04	2307.78	27.38	1648.18	19.55	206.53	2.45	8429.90
Centenário	3677.10	27.50	78.10	0.58	7.27	0.05	2069.14	15.47	4580.38	34.25	2696.37	20.16	264.79	1.98	13373.15
Marcelino Ramos	5970.23	25.93	105.34	0.46	1950.31	8.47	6549.01	28.44	2708.72	11.76	4848.73	21.06	893.40	3.88	23025.74
Viadutos	6194.83	23.14	144.29	0.54	16.81	0.06	7564.93	28.26	5248.05	19.60	6826.63	25.50	776.39	2.90	26771.93
Zona de Marcelino Ramos	22474.47	26.24	500.60	0.56	1995.27	1.76	19896.21	21.28	21437.35	26.94	18658.73	20.59	2444.59	2.63	87407.22
B. Constant do Sul	2107.59	15.98	57.76	0.44	27.37	0.21	3574.18	27.10	2038.54	15.46	4749.65	36.01	633.03	4.80	13188.12
Campinas do Sul	5791.58	22.03	186.33	0.71	3944.00	15.00	1460.14	5.55	13702.70	52.12	1012.92	3.85	191.91	0.73	26289.58
Erval Grande	5099.72	17.92	96.11	0.34	664.27	2.33	10871.78	38.20	2417.13	8.49	6905.93	24.27	2401.74	8.44	28456.68
Faxinalzinho	3028.02	21.05	57.26	0.40	434.56	3.02	3916.96	27.23	3549.10	24.67	3156.27	21.94	244.57	1.70	14386.74
Itatiba do Sul	3455.59	16.32	94.85	0.45	361.98	1.71	8845.01	41.78	1541.01	7.28	5689.45	26.88	1181.24	5.58	21169.13
São Valentim	3115.57	19.96	121.62	0.78	5.83	0.04	4167.77	26.70	3226.61	20.67	4222.22	27.05	747.58	4.79	15607.20
Zona de São Valentim	22598.07	18.88	613.93	0.52	5438.01	3.72	32835.84	27.76	26475.09	21.45	25736.43	23.33	5400.08	4.34	119097.45

Ha*: Hectares

Fonte: Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental

Tabela 12 - Uso e Cobertura da Terra Ano de 2015 (Área em Hectares) por Zona

Classes de Uso e Cobertura	Agricultura Implantada	Área Urbanizada	Lâmina d'água	Pastagens Potreiros	Solo Preparado	Veg. Arbórea Nativa	Implantada (Pinus/Eucalipto)	Total (ha) (Zona)
Zona de Aratiba	17812	530	5177	30070	10775	21567	4613	90545
Zona de Erechim	22186	3435	127	18332	34758	22736	2958	104531
Zona de Getúlio Vargas	41937	1459	99	13465	70914	20289	2340	150501
Zona de Jacutinga	19356	451	2410	11015	39230	9929	1084	83476
Zona de Marcelino Ramos	22474	501	1995	19896	21437	18659	2445	87407
Zona de São Valentim	22599	614	5438	32836	26475	25736	5400	119097
Total (COREDE) (ha)	146364	6989	15246	125615	203590	118915	18840	635558

Fonte: Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental

Tabela 13 - Uso e Cobertura da Terra Ano de 2015 (Percentual) por Zona

Classes de Uso e Cobertura/Zonas Regionais	Agricultura Implantada	Área Urbanizada	Lâmina d'água	Pastagens Potreiros	Solo Preparado	Veg. Arbórea Nativa	Implantada (Pinus/Eucalipto)	Total (ha) (Zona)
Zona de Aratiba	20.47	0.60	5.67	32.75	12.27	23.53	4.70	100.00
Zona de Erechim	21.29	2.27	0.12	17.62	34.65	21.36	2.71	100.00
Zona de Getúlio Vargas	26.81	1.02	0.06	9.88	46.77	13.70	1.76	100.00
Zona de Jacutinga	22.07	0.64	3.18	14.18	46.53	12.16	1.25	100.00
Zona de Marcelino Ramos	26.24	0.56	1.76	21.28	26.94	20.59	2.63	100.00
Zona de São Valentim	18.88	0.52	3.72	27.76	21.45	23.33	4.34	100.00
Total (COREDE) (ha)	22.62	0.93	2.42	20.58	31.44	19.11	2.90	100.00

Fonte: Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental

Ademais disso, a Região Norte se preocupou em conservar ambientes antigos e promover novas áreas de conservação.

As terras indígenas, preservadas desde o início da colonização em 1908, representam, hoje, núcleos importantes nos municípios de Charrua, Benjamin Constant do Sul, Erechim, Erebango, Getúlio Vargas e Faxinalzinho (Tabela 14 e Figura 18).

Também os municípios se preocuparam em criar áreas de conservação em seus limites e sob a sua administração, sendo alguns dentro das áreas urbanas, como é o caso de Erechim.

Tabela 14 - Terras indígenas por etnia e município

Terra Indígena	Etnia	Municípios	Área (hectares)	Fase do Procedimento	Modalidade
Ligeiro	Kaingang	Charrua	4.565,8	Regularizada*	Tradicionalmente ocupada
Guarani Votouro	Guaraní	Benjamin Constant do Sul	717,4	Regularizada*	Tradicionalmente ocupada
Mato Preto	Guaraní	Erechim, Erebango, Getulio Vargas	4.230,0	Declarada**	Tradicionalmente ocupada
Ventarra	Kaingang	Erebango	773,0	Regularizada*	Tradicionalmente ocupada
Votouro	Kaingang	Benjamin Constant do Sul, Faxinalzinho	3.341,1	Regularizada*	Tradicionalmente ocupada
Votouro/Kandoia	Kaingang	Benjamin Constant do Sul, Faxinalzinho	5.977,0	Delimitada***	Tradicionalmente ocupada

Fonte: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>

*Regularizadas: Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.

**Declaradas: Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georeferenciamento.

***Delimitadas: Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.

Entre as Unidade de Conservação (UCs), pode-se citar:

a) Parque Natural Municipal Teixeira Soares – Mata do Rio Uruguai

A área do Parque está situada no município de Marcelino Ramos, próximo a foz do Lajeado Teixeira Soares, na margem esquerda do Rio Uruguai. A área do Parque totaliza 423,36 hectares.

b) Área de Proteção Ambiental do Rio Suzana

Gerência Executiva, endereço, telefone: Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Erechim - Rua Germano Hoffmann 351 - Fone (54) 3522 9250 - e-mail smma@erechim.rs.gov.br.

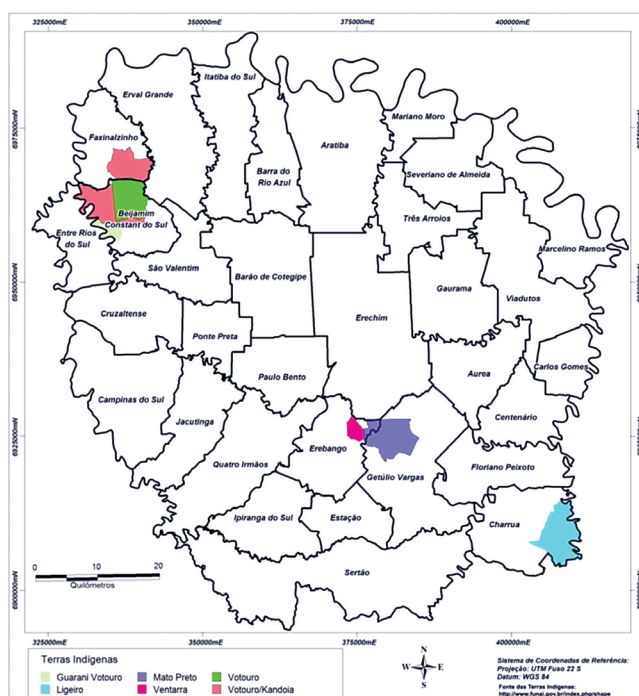
Unidade Gestora responsável: Diretoria de Planejamento e Serviços Ambientais.

Tabela 15 - Dados sobre a área de proteção ambiental do rio Suzana.

Site:	http://www.pmerechim.rs.gov.br/secretarias-municipais
Superfície da UC (ha):	2.728,78 ha
Data de criação e número do Decreto:	Lei Municipal nº 2595 - Art. 1º de 4 de janeiro de 1994.
Biomias e ecossistemas:	Bioma: Mata Atlântica Ecossistemas: Floresta Ombrófila Mista e Estacional Decidual.

Fonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Erechim

Figura 17 - Distribuição das Terras Indígenas inseridas nos limites dos Municípios do COREDE Norte - RS



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental

c) APA rios Ligeirinho e Leãozinho

Gerência Executiva, Endereço, Telefone: Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Erechim - Rua Germano Hoffmamm 351 – Fone (54) 3522 9250 – e-mail smma@erechim.rs.gov.br.

Unidade Gestora Responsável: Diretoria de Planejamento e Serviços Ambientais

Tabela 16 - Dados da APA dos rios Ligeirinho e Leãozinho

Site:	http://www.pmerechim.rs.gov.br/secretarias
Superfície da UC (ha):	2.121,05 ha
Data de criação e número do Decreto:	Lei Municipal nº 2595 – Art. 1º de 4 de janeiro de 1994.
Marcos geográficos referenciais dos limites:	Ruas: Comandante Kraemer, Anita Garibaldi, Henrique Dias e Pernambuco.
Biomos e ecossistemas:	Bioma: Mata Atlântica Ecossistemas: Floresta Ombrófila Mista e Estacional Decidual.

Fonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Erechim

d) Parque Natural Municipal de Sertão

É constituído por dois fragmentos de vegetação nativa (um de 513 hectares e outro de 77 hectares), sendo uma das áreas mais representativas do Norte do Estado para a conservação da natureza.

Segundo a Lei Federal Nº 9.985/2000 – SNUC e seu Decreto regulamentador Nº4.340/2002, os principais objetivos dos Parques são: a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica; a realização de pesquisas científicas desde que autorizadas pelo órgão gestor (prefeitura municipal); o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental e de recreação em contato com a natureza; o desenvolvimento de atividades de turismo ecológico.

e) Parque Natural Municipal Longines Malinowski

Gerência Executiva, endereço, telefone: Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Erechim - Rua Germano Hoffmamm 351 – Fone (54) 3522 9250 – e-mail smma@erechim.rs.gov.br

Unidade Gestora responsável: Diretoria de Planejamento e Serviços Ambientais

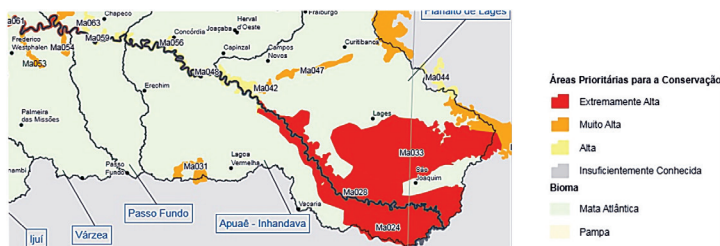
Tabela 17 - Dados sobre o Parque Natural Municipal Longines Malinowski

Superfície da UC (ha):	23,08 ha	
Data de criação e número do Decreto:	Lei Municipal nº 4.029 - Art. 1º de 17 de agosto de 2006	
Marcos geográficos referenciais dos limites:	Ruas: Comandante Kraemer, Anita Garibaldi, Henrique Dias e Pernambuco	
Biomos e ecossistemas:	Bioma: Mata Atlântica Ecossistemas: Floresta Obrófila Mista e Estacional Semidecidual	
Atividades ocorrentes:	Educação Ambiental	Trilhas interpretativas
	Pesquisa	Percepção ambiental; Botânica; Zoologia; Ecologia
	Visitação	Caminhadas; Prática de atividades recreativas, físicas/esportivas

Fonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Erechim

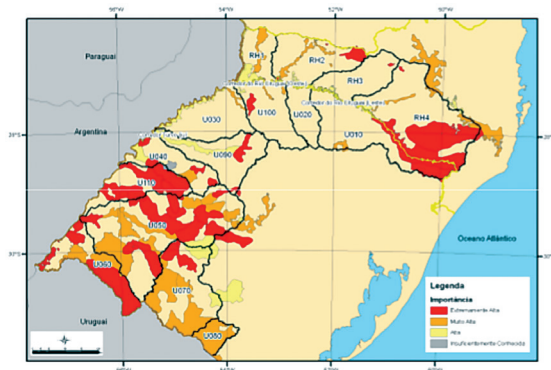
Por outro lado, na política estadual e nacional de áreas prioritárias para conservação, a Região Norte não tem nenhuma de suas áreas indicadas para tal fim, assim como não tem nenhuma área para manutenção de corredores de manutenção de espécies (Figuras 19 e 20).

Figura 19 - Áreas Prioritárias para Conservação



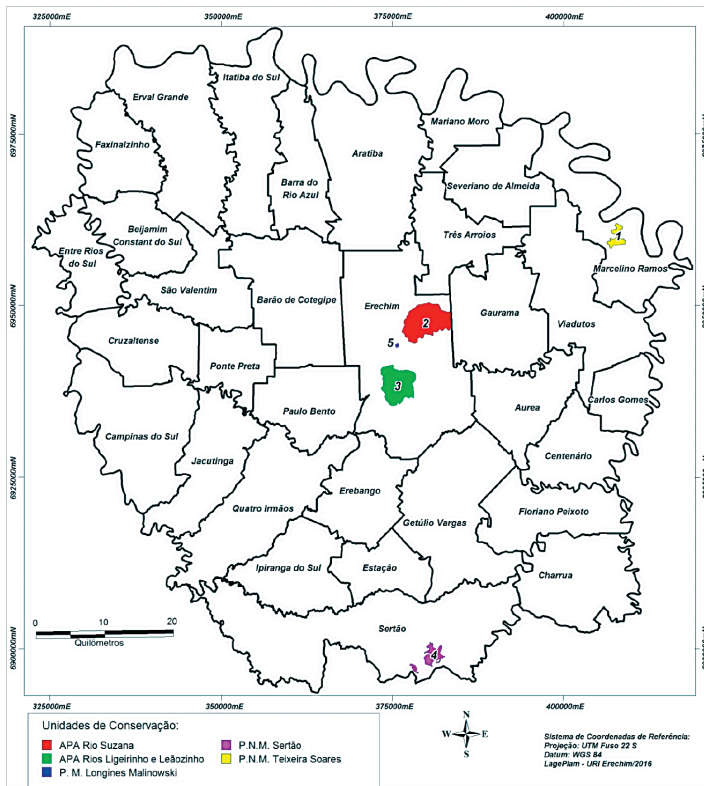
Fonte: Rio Grande do Sul, 2009

Figura 20 - Política nacional e estadual de corredores para conservação de espécies



Fonte: Rio Grande do Sul, 2009

Figura 21 - Distribuição das UCs inseridas nos limites dos Municípios do COREDE Norte – RS



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental

3.4 DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL

A Dimensão Social e Cultural compreende o conjunto de fatores que estão relacionados com a educação, a saúde, a segurança, o padrão de habitação, a cultura em si, e a equidade e a inclusão social.

3.4.1 Educação

A Região Norte ocupa a terceira posição no componente educação, no IDESE, com um desempenho equivalente a 0,750. Na estrutura educacional da região, segundo dados da FEE/RS, existem 236 estabelecimentos educacionais nos níveis de ensino fundamental (161), médio (48), jovem-adulto (22) e especial (5).

São de responsabilidade federal apenas dois estabelecimentos, sendo um no ensino médio e outro no ensino jovem-adulto, embora em nenhum deles conste o número de matrículas iniciais, sendo dados da FEE/RS. Os estabelecimentos particulares estão presentes em todos os níveis, sendo seis no ensino fundamental, cinco no ensino médio, um no ensino jovem-adulto e 4 no ensino especial. Predominam os estabelecimentos de responsabilidade do Estado (144) e dos Municípios (74).

Os estabelecimentos de responsabilidade do Estado estão presentes no ensino fundamental (84), no ensino médio (42), no ensino jovem-adulto (17) e no ensino especial (1), enquanto os estabelecimentos de responsabilidade dos municípios estão presentes principalmente no ensino fundamental (71) e secundariamente no ensino jovem-adulto (3). Nas demais categorias não existem estabelecimentos municipais.

Como consequência dessa distribuição no número de estabelecimentos, o ensino sob responsabilidade do Estado conta com o maior número de matrículas iniciais (mais de 50%), enquanto que o Rio Grande do Sul é responsável por 42% do total de matrículas iniciais.

Os municípios não tem uma participação maior porque, na região, não interferem no ensino médio. No ensino fundamental os municípios são responsáveis por 35% do total de matrículas iniciais, enquanto que, no Estado, eles absorvem praticamente a metade do total de matrículas ativas.

A Região Norte tem 2,25% do total de estabelecimentos de ensino infantil, fundamental, médio, jovem/adulto e especial do Estado, participando com 1,85% do total das matrículas ativas. Por tipo de estabelecimento, os estaduais são relativamente os mais representativos na Região Norte, já que seus estabelecimentos representam 3,34% do total de estabelecimentos do Estado e, suas matrículas ativas, 2,23% das matrículas ativas totais dos estabelecimentos estaduais.

Cai a participação da Região Norte em relação ao Estado quando se trata de unidades municipais (2,31% em número de estabelecimentos e 1,64% em matrículas ativas) e particulares (1,13% e 1,38%, respectivamente).

Tabela 18 - Número de estabelecimentos de educação e ensino e número de matrículas iniciais por tipo de estabelecimento - Região Norte - 2015.

TIPO DE EDUCAÇÃO OU ENSINO						
Tipo De Estabelecimento	Infantil	Fundamental	Médio	Jovem/Adulto	Especial	Totais
Federal - Estab.	-	-	1	1	-	1
Federal - Matri.	-	-	0	0	-	0
Estadual - Estab.	6	84	42	17	1	150
Estadual - Matri.	103	13.304	6.780	767	7	20.961
Municipal - Estab.	129	71	-	3	-	203
Municipal - Matri.	6.610	8.244	-	399	-	15.253
Particular- Estab.	39	6	5	1	4	55
Particular- Matri.	1.740	1.972	652	297	242	4.903
Total - Estab.	174	161	48	22	5	410
Total - Matri.	8.459	23.518	7.432	1.463	249	41.121

Fonte: FEE - FEEDADOS - Dados Abertos

Tabela 19 - Número de estabelecimentos de educação e ensino e número de matrículas iniciais por tipo de estabelecimento - Rio Grande do Sul - 2015.

TIPO DE EDUCAÇÃO OU ENSINO						
Tipo De Estabelecimento	Infantil	Fundamental	Médio	Jovem/Adulto	Especial	Totais
Federal - Estab.	4	3	38	23	-	68
Federal - Matri.	253	1.203	1.637	193	-	3286
Estadual - Estab.	402	2.334	1.098	620	42	4496
Estadual - Matri.	8.624	533.117	313.294	84.829	1.617	941.481
Municipal - Estab.	5.030	3.288	24	421	43	8.806
Municipal - Matri.	232.453	646.548	4.764	41.997	1.681	927.443
Particular- Estab.	3.852	449	341	58	168	4.868
Particular- Matri.	135.162	149.207	44.280	15.914	10.979	355.542
Total - Estab.	9.294	6.074	1.501	1.122	253	18.244
Total - Matri.	376.492	1.330.075	363.975	142.933	14.277	2.227.752

Fonte: FEE - FEEDADOS - Dados Abertos

Dentro da Região Norte, como já foi caracterizado anteriormente, em matrículas iniciais, as unidades Estaduais têm a maior importância numérica em todas as etapas e modalidades, exceto creche e pré-escola onde o predomínio é dos municípios; secundado pelas particulares. Na educação especial predominam as escolas particulares.

Em relação ao corpo docente, repete-se quase de forma idêntica o que se constata nas matrículas iniciais.

De forma resumida, pode-se afirmar que a estrutura da educação básica atende à demanda, com exceção feita na educação infantil, especialmente na creche e pré escola e profissionalizante, em razão das exigências legais impostas pela legislação educacional recente. As fragilidades na infraestrutura reportam-se às condições físicas dos educandários, vinculadas, principalmente, a espaços inadequados ou insuficientes em laboratórios e ampliação das bibliotecas.

No que se refere ao ensino médio, na medida em que os municípios não participam do esforço de ofertar esse nível de ensino, o número de matrículas iniciais cai agressivamente em relação ao ensino básico. Esse fenômeno é típico da Região Norte, onde as matrículas iniciais no ensino médio representam apenas 32%. Pior é a situação média do Estado no qual essa porcentagem é de apenas 27%, conforme demonstram os dados das tabelas 20 e 21. Conseqüentemente, a maior parte dos alunos não tem condições de acessar níveis superiores de educação porque ficam barrados no nível médio, por falta de vagas.

A região é assistida por três universidades: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), pioneira no ensino superior regional há mais de 45 anos, atuando na Agropecuária, na Tecnologia de Alimentos e na Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Industrial; Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, todas em Erechim. Estão presentes também faculdades confessionais: Faculdade Anglicana de Erechim, Escola Adventista e Faculdade IDEAU, sediada em Getúlio Vargas. Está presente na formação educacional profissionalizante, representado pelo Instituto Federal -IFET.

A estrutura da educação superior, nos níveis de graduação e pós graduação ocorre em diferentes áreas do conhecimento profissional, onde aproximadamente 17,6% da população entre 18 a 24 anos frequentam, ou já concluíram, o ensino superior (PNAD, 2011).

Ao interior da Região Norte, o município de Erechim responde por 50% das matrículas iniciais no ensino médio e um pouco menos que isso no ensino fundamental. Em segundo plano aparecem Getúlio Vargas, que se salienta no ensino fundamental, principalmente, mas que mantém essa mesma posição ordinal, seguido por Aratiba.

Tabela 20 - Matrícula inicial 2015, por modalidade de ensino e municípios da Região.

Municípios	Educação (Matrícula Inicial - 2015)				
	Ensino Médio	Ensino Jovem Adulto	Ensino Fundamental	Ensino Especial	Educação Infantil
Aratiba	250	0	541	0	202
Áurea	124	0	380	0	102
Barão de Cotegipe	181	0	669	0	257
Barra do Rio Azul	56	0	161	0	29
Benjamin Constant do Sul	124	63	405	0	95
Campinas do Sul	106	56	542	0	204
Carlos Gomes	38	0	158	0	47
Centenário	106	0	286	0	72
Charrua	85	0	509	0	73
Cruzaltense	46	0	191	0	25
Entre Rios do Sul	101	0	393	0	114
Erebango	82	0	407	0	135
Erechim	3756	1007	10824	90	4557
Erval Grande	166	0	591	0	153
Estação	207	0	583	0	191
Faxinalzinho	85	0	352	0	42
Florianópolis	57	0	177	0	48
Gaurama	163	0	538	28	170
Getúlio Vargas	446	183	1687	117	641
Ipiranga do Sul	69	0	163	0	50
Itatiba do Sul	126	22	401	0	95
Jacutinga	106	25	300	0	130
Marcelino Ramos	158	0	525	0	93
Mariano Moro	74	0	227	0	62
Paulo Bento	45	0	189	0	78
Ponte Preta	28	9	132	0	52
Quatro Irmãos	68	14	192	0	84
São Valentim	127	39	373	0	85
Sertão	158	45	627	14	226
Severiano de Almeida	117	0	343	0	137
Três Arroios	63	0	206	0	71
Viadutos	114	0	446	0	139
TOTAL	7432	1463	23518	249	8459

Fonte: FEE

No ensino fundamental, além de Erechim e Getúlio Vargas, há um grupo de municípios que apresentam um alto índice de matrículas iniciais (Aratiba, Marcelino Ramos, Campinas do Sul e Charrua, entre outros).

A taxa de analfabetismo é relativamente alta (6,09%, segundo dados do censo de 2010) na população com 10 anos e mais, mas mostra uma tendência declinante porque essa mesma taxa em 2000 era de 6,21%.

Esta taxa média é consequência da taxa de analfabetismo nas diferentes zonas que compõem a Região Norte. A zona com menores taxas médias de analfabetismo é a zona de Erechim (3,6%), enquanto que a de mais alta taxa é a de São Valentim (10,02%), ficando todas as demais em posição intermediária.

Tabela 21 - Taxa de analfabetismo da Região Norte e suas Zonas - 2010.

Taxa de analfabetismo (2010) (%)		
	De pessoas de 10 anos ou mais	De pessoas de 15 anos ou mais
Zona de Aratiba	5,53	5,94
Zona de Erechim	3,59	3,83
Zona de Getúlio Vargas	5,45	5,92
Zona de Jacutinga	6,69	7,16
Zona de Marcelino Ramos	4,88	5,22
Zona de São Valentim	10,02	11,14
REGIÃO NORTE	6,09	6,60

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Em qualquer circunstância a taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos de idade é mais do que a taxa de pessoas com mais de 10 anos, significando que a população em idade de se alfabetizar está sendo alfabetizada mais agora do que foi no passado, representando um importante avanço no sistema educacional.

Essas taxas de analfabetismo são informações complexas em seu significado quando se observa que 62% da população com mais de 10 anos de idade não tem o ensino fundamental completo ou não tem nenhum tipo de instrução. Em torno desta média flutuam as zonas de Erechim (57%) e São Valentim (65%).

O CREDENOR é assistido pela 11ª Coordenadoria Regional de Saúde, composta por 14 hospitais, que contemplam 783 leitos, assim distribuídos: Aratiba (36), Campinas do Sul (41), Erechim (279), Erval Grande (31), Estação (42), Gaurama (28), Getúlio Vargas (89), Jacutinga (19), Marcelino Ramos (56), Severiano de Almeida (31), Sertão (50), Três Arroios (31) e Viadutos (50).

O transporte de pacientes em ambulância a hospitais localizados em centro de zona ou quando há maior complexidade para Erechim é prática recorrente, principalmente nos municípios de Benjamin Constant do Sul, Charrua, Floriano Peixoto, Severiano de Almeida, Ponte Preta e Barão de Cotegipe.

Tabela 22 - Escolaridade da população de 10 anos e mais - Região Norte e suas zona

Escolaridade da população (10 anos ou mais) (2010) %				
	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Zona de Aratiba	59,8	20	16,2	4
Zona de Erechim	57,25	16,75	20,25	5,75
Zona de Getúlio Vargas	61,14	16,57	17,42	4,85
Zona de Jacutinga	63,5	16,66	15,5	4,33
Zona de Marcelino Ramos	65,2	16,2	14,2	4,4
Zona de São Valentim	65,4	17,6	13,6	3,4
Região Norte	62,18	17,25	16,12	4,43

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.4.2 Saúde

Todos os municípios do CREDENOR possuem Unidades Básicas de Saúde (UBS), totalizando 58 unidades, sendo 12 em Erechim, além de 15 Postos de Saúde para atendimento sazonal. Em média, é alta a complexidade de atendimento oferecida por Erechim, que abriga 2 hospitais (um regional FHSTE), além de clínicas nas áreas da oftalmologia, nefrologia, traumatologia, entre outras.

A rede regional é composta por hospitais públicos em Erechim, Áurea, Itatiba do Sul e Campinas do Sul. Enquanto isso, atuam de forma privada os hospitais de Aratiba, Erval Grande, Estação, Marcelino Ramos, Mariano Moro e Gaurama.

O atendimento em nível de clínica médica, ocorre nos hospitais de Áurea, Erval Grande, Itatiba do Sul, Jacutinga e Três Arroios.

Além da clínica médica as especialidades de Pediatria, Cirurgia e Obstetrícia são atendidas nos hospitais de Erechim, Aratiba, Campinas do Sul, Estação, Getúlio Vargas, Viadutos e Severiano de Almeida.

O atendimento à Unidade Familiar - USF está presente na totalidade dos município.

A média complexidade laboratorial vinculada ao SUS está presente em nível de coleta, tendo como referência Severiano de Almeida, Centenário, Getulio Vargas, Campinas do Sul: Campinas do Sul, Estação: Estação, Aratiba, São Valentim, Três Arroios, Viadutos, Áurea, Barão de Cotegipe, Erval Grande, Itatiba do Sul, Marcelino Ramos e Erechim.

A FHSTE possui uma Central de Especialidades que oferece, por meio de convênio com os municípios da 11ª CRS, consultas médicas nas especia-

lidades de Ortopedia e Traumatologia, Cirurgia Bucomaxilofacial, Cirurgia Geral, Cardiologia, Neurologia, Cirurgia Vascular, Cirurgia Oncológica, Mastologia, Urologia, Ginecologia e Obstetrícia, Coloproctologia, Cirurgia Pediátrica e Otorrinolaringologia.

Os aspectos epidemiológicos que redundam em possível mortalidade têm aumentado nos últimos dez anos, exceção feita aos óbitos na gravidez, parto e puerpério, cujo decréscimo atinge a mais de 50%.

Ao considerar as principais causas de mortalidade, tendo como referencial (CID-10), estão as doenças do aparelho circulatório (28,5%); neoplasias (20,75%); doenças do aparelho respiratório (11,5%); causas externas de morbidade e mortalidade (9,25%) e doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (4,5%).

Com relação à morbidade, cabe ressaltar que no final da década de 2010, alguns percentuais diminuiram, porém se mantiveram no mesmo ranking de causas das internações hospitalares, como é o caso das doenças relacionadas ao aparelho respiratório que, embora diminuindo o percentual de 26% para 15%, continuam sendo a principal causa das internações. Neste mesmo período, as neoplasias, os transtornos mentais e comportamentais, doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo, lesões por envenenamento e algumas outras consequências por causas externas, bem como contatos com serviços de saúde, duplicaram o percentual apresentado em 2000.

Permaneceram estáveis os percentuais relativos a doenças do sistema nervoso; do aparelho circulatório e digestivo; de pele e do tecido subcutâneo; más-formações congênitas; deformidades e anomalias cromossômicas e sintomas ou achados anormais em exames clínicos e laboratoriais.

Com relação à internação hospitalar, de acordo com o grupo etário, menores de 1 ano e com 80 ou mais anos, tem representado a maior taxa de internação hospitalar na 11ª CRS

Quando o fator etário é agrupado com o gênero a faixa etária masculina entre 10 a 14 anos, alcança 70% dos casos de internações hospitalares. Porém, é o sexo feminino que lidera a partir dos 15 aos 80 anos ou mais.

Com relação às doenças infecciosas, a tuberculose e as hepatites virais têm merecido destaque estatístico, cujo coeficiente está em torno de 10% da população. A faixa etária de prevalência está entre 20 e 60 anos, com pequena variação de gênero. Erechim e Getúlio Vargas são os municípios com maior incidência de casos. Os casos de AIDS predominam no sexo

masculino, na faixa etária entre 20 e 39 anos, sendo ultrapassados pelas mulheres na faixa etária de 40 e 59 anos. Acima dos 60 anos a doença passa a ser registrada apenas no sexo masculino.

A hanseníase tem sido encontrada em ambos os sexos, com oscilações anuais de prevalência, sendo que a incidência anual média é de 1,7 de casos por 100.000 habitantes. Atualmente há um declínio anual da doença.

Na conjuntura regional há carência de médicos para atendimento pleno das diferentes complexidades na área da saúde, especialmente vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) de atendimento à Saúde de Família, com gratuidade.

Do ponto de vista da infraestrutura de saúde e da disponibilidade de profissionais para atendimento da população, percebe-se que existe uma dispersão interessante de número de hospitais e de leitos hospitalares por todas as zonas, embora exista uma concentração maior em Erechim (neste caso, na zona e na cidade de Erechim), onde se concentram 21% dos hospitais, mas 39% dos leitos hospitalares, identificando hospitais de cunho regional.

O que identifica a concentração dos atendimentos de saúde da Região Norte, na Zona e na cidade de Erechim, é o número de enfermeiros (65% do total regional) e médicos (73%).

Tabela 23 - Número de Hospitais, de leitos, de médicos e de enfermeiros.

Indicadores de Saúde				
	Enfermeiros (2015)	Médicos (2015)	Nº de leitos (2016)*	Nº de hospitais (2014)
Zona: Aratiba	10	21	98	3
Zona: Erechim	114	255	307	3
Zona: Getúlio Vargas	20	41	181	3
Zona: Jacutinga	7	12	60	2
Zona: Marcelino Ramos	11	11	106	2
Zona: São Valentim	14	9	31	1
REGIÃO NORTE	176	349	783	14

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

* Fonte: CNESNet Secretaria de Atenção à Saúde

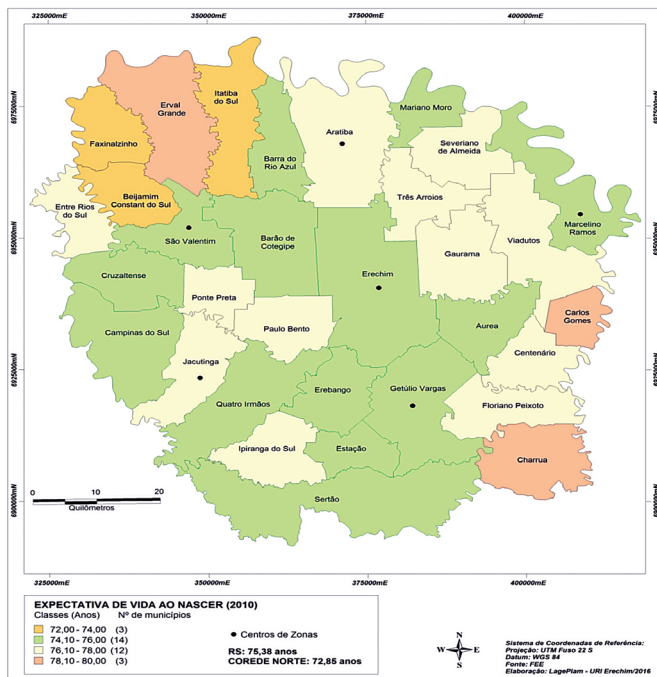
Independente das condições de infraestrutura e disponibilidade de profissionais para dar atendimento às doenças e promover as melhores condições de saúde, outros indicadores apontam para condições satisfatórias na região.

A expectativa de vida, ao nascer, segundo dados do IBGE de 2010, em se tendo como expectativa de vida, ao nascer, o número médio de anos que se espera que as pessoas vivam a partir do nascimento (FEE, 2010) é favorável. Mas no entanto, tem uma expectativa menor do que a média do Rio Grande do Sul, uma vez que a região Norte apresenta uma expectativa de 72,85 anos, enquanto que a média do Estado é de 75,38 anos. É bom salientar que pelos 15 municípios da região ultrapassam a expectativa de vida média do Estado.

Outro indicador universalmente utilizado para caracterizar as condições de bem estar na saúde é o da mortalidade infantil, ou seja, o número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida, em cada 1.000 crianças nascidas vivas (IPEA, 2010).

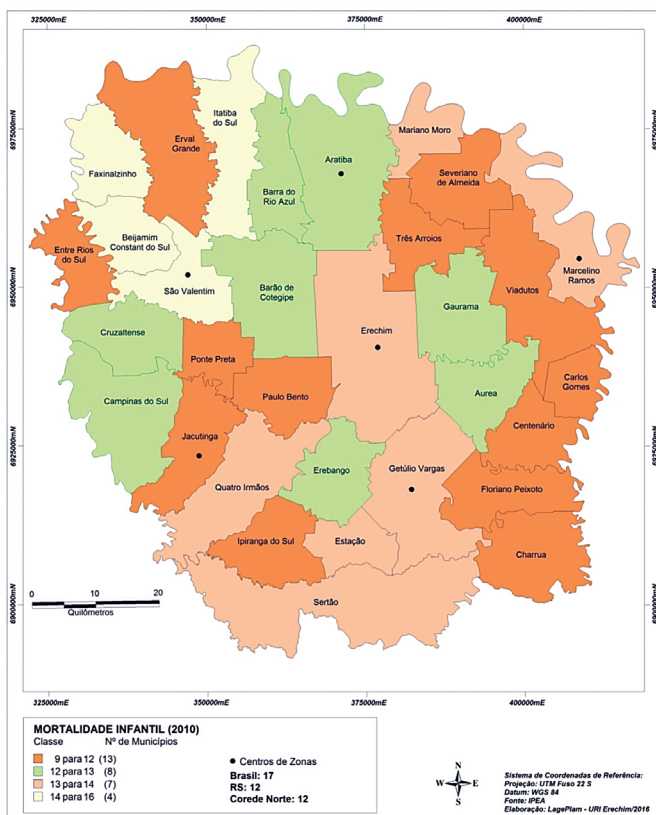
Quanto a esse indicador, a Região Norte apresenta as mesmas condições médias do Rio Grande do Sul, embora 13 de seus 32 municípios apresentem indicadores de mortalidade infantil inferiores à media estadual.

Figura 22 - Classificação da expectativa de Vida ao Nascer para os municípios do COREDE Norte - RS



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental

Figura 23 - Classificação da Mortalidade Infantil para os municípios do COREDE Norte - RS



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental

3.4.3 Segurança

Na área da segurança os dados apontam para uma grande incidência de furtos (71,5% dos registros policiais), seguidos por roubos (11,3%) e por furto de veículos (8,1%). É interessante observar que de todos os registros policiais da Região Norte, 65% ocorrem em Erechim.

Assim, Erechim é responsável por 50% do total de homicídios, o que está de acordo com a sua participação na população total, mas nos crimes relacionados a entorpecentes, Erechim responde por 59% das ocorrências na área do tráfico e por 86% no setor de posse.

Tabela 24 - Indicadores de criminalidade por municípios da Região Norte

Municípios	Segurança - Indicadores Criminais (2015)							
	Homicídio Doloso	Entorpecentes		Furto de Veículo	Furtos	Roubo de Veículo	Roubos	Totais
		Posse	Tráfico					
Aratiba	0	1	0	0	35	0	2	38
Áurea	0	0	0	3	27	0	3	33
Barão de Cotegipe	3	1	0	3	73	2	4	86
Barra do Rio Azul	0	0	0	1	13	0	1	15
Benjamin Constant do Sul	0	0	0	0	6	0	0	6
Campinas do Sul	0	3	2	7	45	0	4	61
Carlos Gomes	0	0	0	1	13	1	0	15
Centenário	0	0	0	0	3	0	0	3
Charrua	0	0	0	1	24	0	1	26
Cruzaltense	1	0	0	0	10	0	0	11
Entre Rios do Sul	2	0	1	1	46	2	7	59
Erebango	1	1	0	2	36	1	3	44
Erechim	16	154	44	249	1602	25	308	2398
Erval Grande	1	1	1	3	20	2	1	29
Estação	0	1	0	1	50	1	10	63
Faxinalzinho	0	0	0	1	21	0	2	24
Floriano Peixoto	0	0	0	0	15	0	0	15
Gaurama	1	3	0	2	72	0	4	82
Getúlio Vargas	2	12	24	10	160	9	46	263
Ipiranga do Sul	0	0	0	0	28	0	0	28
Itatiba do Sul	0	0	0	2	27	0	0	29
Jacutinga	0	1	0	4	25	1	4	35
Marcelino Ramos	0	0	0	1	39	0	1	41
Mariano Moro	0	1	1	0	18	0	0	20
Paulo Bento	0	1	0	1	15	0	0	17
Ponte Preta	1	0	0	0	13	0	0	14
Quatro Irmãos	0	0	0	0	14	0	1	15
São Valentim	0	0	1	0	24	0	4	29
Sertão	3	0	0	3	72	3	3	84

Municípios	Segurança - Indicadores Criminais (2015)							
	Homicídio Doloso	Entorpecentes		Furto de Veículo	Furtos	Roubo de Veículo	Roubos	Totais
		Posse	Tráfico					
Severiano de Almeida	0	3	0	1	28	0	2	34
Três Arroios	0	0	0	0	8	0	3	11
Viadutos	0	1	1	1	55	0	1	59
TOTAL	31	184	75	298	2637	47	415	3687

Fonte: FEE

Pelos dados apresentados pela FEE, a criminalidade está diretamente relacionada com o grau de urbanização do município, visto que o outro município com alta incidência de registros de criminalidade é Getúlio Vargas, justamente o município que tem a segunda maior população urbana da região.

Na zona de Aratiba, por exemplo, não ocorreram homicídios registrados em 2010, não houve roubo de veículos, foram raros os furtos de veículos e a criminalidade associada ao tráfico e posse de entorpecentes foi de apenas seis casos. A criminalidade, nesse caso, é de baixa “periculosidade”, vinculada a furtos, principalmente.

Situação muito similar ocorre nas zonas de Marcelino Ramos e São Valentim.

Tabela 25 - Indicadores de criminalidade da região Norte

Região Norte e suas Zonas	Segurança - Indicadores Criminais (2015)							
	Homicídio Doloso	Entorpecentes		Furto de Veículo	Furtos	Roubo de Veículo	Roubos	Totais
		Posse	Tráfico					
Zona de Aratiba	0	5	1	2	102	0	8	118
Zona de Erechim	20	159	44	255	1.762	27	316	2.583
Zona de Getúlio Vargas	6	14	24	17	385	14	63	523
Zona de Jacutinga	4	4	3	12	153	3	16	195
Zona de Marcelino Ramos	0	1	1	6	137	1	5	151
Zona de São Valentim	1	1	2	6	98	2	7	117
REGIÃO NORTE	31	184	75	298	2.637	47	415	3.687

Fonte: FEE

3.4.4 Habitação

As condições de habitação são indicadores muito importantes para se avaliar o bem estar das populações e para traçar, quando for o caso, políticas de superação das dificuldades nesse setor.

A primeira questão que se coloca é o tipo de ocupação dos domicílios, tendo em vista que uma presença muito forte de habitações precárias, ou de aglomerados subnormais, identifica automaticamente um acentuado *déficit* habitacional.

No caso da Região Norte, o Censo Demográfico de 2010, em seu Universo de Aglomerados Subnormais, que identifica os domicílios particulares ocupados e a população residente nesses domicílios, em municípios com presença identificada de aglomerações subnormais, não registra nenhum município da região.

Praticamente não existem cortiços ou malocas e nem domicílios construídos com palha ou sem paredes. Também são raros os domicílios a base de taipas, com revestimento ou sem ele.

Quanto à condição de ocupação dos domicílios percebe-se que a maior parte deles é de proprietários, com uma incidência maior de domicílios alugados em Erechim, mais de 20% (provavelmente devido à presença da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões -URI Erechim, com muitos alunos vindos de outros municípios, e Getúlio Vargas, também por atrair alunos de outros municípios).

Tabela 26 - Condição de ocupação dos domicílios

	Total	Próprio	Alugado	Cedido	Outra condição
Zona de Aratiba	5.731	5.017	397	305	12
Zona de Erechim	37.637	27.666	7.685	2.147	140
Zona de Getúlio Vargas	12.613	10.307	1.349	920	38
Zona de Jacutinga	5.872	5.060	410	368	34
Zona de Marcelino Ramos	7.096	5.349	399	326	22
Zona de São Valentim	5.319	4.612	323	356	26
REGIÃO NORTE	74.268	58.011	10.563	4.422	272

Fonte: IBGE

Tabela 27 - Condição de ocupação dos domicílios - em porcentagem

	Total	Próprio	Alugado	Cedido	Outra condição
Zona de Aratiba	100%	87,54%	6,93%	5,32%	0,21%
Zona de Erechim	100%	73,51%	20,42%	5,70%	0,37%
Zona de Getúlio Vargas	100%	81,72%	10,70%	7,29%	0,30%
Zona de Jacutinga	100%	86,17%	6,98%	6,27%	0,58%
Zona de Marcelino Ramos	100%	75,38%	5,62%	4,59%	0,31%
Zona de São Valentim	100%	86,71%	6,07%	6,69%	0,49%
REGIÃO NORTE	100%	87,54%	6,93%	5,32%	0,21%

Fonte: IBGE

Getúlio Vargas conta com mais de 50% dos domicílios alugados de sua Zona de influência, enquanto que a cidade de Erechim absorve 95% dos imóveis alugados de sua respectiva zona.

Quanto à condição de habitabilidade dos domicílios, intuída pelo tipo de construção dos mesmos, percebe-se que a imensa maioria dos domicílios é de alvenaria ou de madeira aparelhada (especialmente no meio rural e nos pequenos municípios).

Os domicílios mais rústicos, como os que apresentam paredes de palha, ou mesmo sem paredes, não são registrados na Região Norte, sendo raros os domicílios com paredes de taipa com ou sem revestimento e mesmo os que são construídos com outros materiais não especificados pelo Censo.

Há uma incidência de domicílios construídos com madeira aproveitada, que são bem mais rústicos do que aqueles construídos com madeira aparelhada, sendo estes os tradicionais domicílios de madeira do interior da Região e de todo o Estado, especialmente no meio rural.

Prevalecem de forma muito acentuada os domicílios que contam com 3 a 8 cômodos, independente da forma e do material utilizado na construção, sendo relativamente menos representativos os domicílios com menos de 3 cômodos, que são em número bem menor do que os domicílios grandes (com mais de 8 cômodos).

Cresce a porcentagem de domicílios de alvenaria com revestimento, em domicílios maiores, especialmente aqueles com mais de oito cômodos, assim como é mais expressiva a participação de domicílios de alvenaria, sem revestimento, naqueles que tem menos de três cômodos.

Os domicílios em madeira aparelhada representam um terço do total de domicílios, mas somente 17% nos domicílios maiores. Entretanto, quando se analisa a situação nas seis zonas percebe-se que este tipo de construção

Tabela 28 - Tipo de construção e número de cômodos dos domicílios da região Norte - 2010 - em números absolutos

Norte	Tipo de Construção das Parêdes e Total Geral									
	Nº de Comodos	Total	Alvenaria		Madeira		Taipa		Madeira Aproveitada	Outro Material
			Revestida	Sem Revestimento	Aparelhada	Revestida	Sem Revestimento			
(-) de 3	3.890	1.231	746	1.232	32	5	502	34		
3 a 8	60.973	34.759	4.504	21.785	31	15	1.030	74		
(+) de 8	9.162	7.069	361	1.529	0	0	60	36		
TOTAL	74.025	43.059	5.611	24.546	63	20	1.592	144		

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Tabela 29 - Tipo de Construção e número de cômodos dos domicílios da Região Norte - 2010 - em porcentagem

Norte	Tipo de Construção das Parêdes e Total Geral									
	Nº de Comodos	Total	Alvenaria		Madeira		Taipa		Madeira Aproveitada	Outro Material
			Revestida	Sem Revestimento	Aparelhada	Revestida	Sem Revestimento			
(-) de 3	5,25%	31,65%	19,18%	31,67%	0,82%	0,13%	12,90%	0,87%		
3 a 8	82,37%	57,01%	7,39%	35,73%	0,05%	0,02%	1,69%	0,12%		
(+) de 8	12,38%	77,16%	3,94%	16,69%	0,00%	0,00%	0,65%	0,39%		
TOTAL	100,00%	58,17%	7,58%	33,16%	0,09%	0,03%	2,15%	0,19%		

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

tem uma expressão alta (de 39 a 47%) do total de domicílios, justamente pela menor urbanização. Na zona de Erechim os domicílios em madeira aparelhada representam apenas 22% do total e no município de Erechim, apenas 20%.

Chama a atenção o fato dos domicílios construídos com madeira aproveitada, junto com aqueles que utilizaram outros materiais representem 20% dos domicílios com menos de três cômodos nas Zonas de Getúlio Vargas e São Valentim, enquanto que em todas as demais zonas esse tipo de domicílios representa em torno de 10%, sendo que na zona de Aratiba, 7%.

Como um indicador importante do poder comprador das famílias e de seu bem estar, apresentou-se nas tabelas 30 a 31 a posse de bens duráveis nos domicílios permanentes. Assim, pode-se observar que um máximo de 7% dos domicílios não possuem rádio ou televisão. Todos os demais os possuem, sendo que na zona de Aratiba 98% dos domicílios possuem rádio e na zona de Erechim esse mesmo percentual ocorre para a posse de televisão.

Somente um máximo de 4% dos domicílios não possui geladeira, sendo que na zona de Aratiba e Erechim 99% dos domicílios tem esse bem.

Mais ou menos 80% dos domicílios possuem telefone celular, sendo bem menor a participação dos domicílios com telefonia fixa, variando de pouco menos de 40% em Erechim para 20% em São Valentim, situação similar à posse de microcomputador. O acesso à internet baixa para 20%, sendo maior na zona de Erechim (superior a 35%).

Um total de 63% dos domicílios possui automóvel para uso particular, sendo que essa porcentagem cai para 49% na zona de São Valentim e sobe para 71% em Aratiba.

3.4.5 Cultura

A Cultura se manifesta não só pela preservação dos costumes, da arquitetura e das tradições da região, mas também pela presença de importantes núcleos educacionais, entre os quais o mais importante é a URI de Erechim, além de museus e arquivos municipais.

Em Erechim chama a atenção o Mercado Popular que foi inaugurado em 18 de abril de 2005 e destina-se à venda de produtos dos camelôs. O painel exterior, em esgrafito afresco é de Harrysson De Carli Testa. Retrata as “velas”: chegada dos descobridores; o índio e os bandeirantes: as primeiras

Tabela 30 - Domicílios com bens duráveis – região Norte e suas zonas - em números absolutos – 2010

	Total	Rádio	Televisão	Máquina de lavar roupa	Geladeira	Telefone celular	Telefone fixo	Micro Computador	Microcomputador com acesso à internet	Motocicleta para uso particular	Automóvel para uso particular
Zona de Aratiba	5747	5614	5593	1700	5709	4400	1917	1564	904	1472	4055
Zona de Erechim	37898	35313	37186	24963	37437	32844	16281	17785	13749	8017	24694
Zona de Getúlio Vargas	12986	12504	12564	5237	12721	11135	3749	4703	3347	2494	8252
Zona de Jacutinga	5950	5725	5788	2104	5848	4865	2014	1673	1121	1066	3795
Zona de Marcelino Ramos	6179	5932	5936	1532	6044	4709	1350	1339	741	1162	3600
Zona de São Valentim	5680	5306	5253	1105	5442	4527	1077	1179	837	1205	2761
Região Norte	74440	70394	72320	36641	73201	62480	26388	28243	20699	15416	47157

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Tabela 31 - Domicílios com bens duráveis - região Norte e suas Zonas - em porcentagem - 2010

	Total	Rádio	Televisão	Máquina de lavar roupa	Geladeira	Telefone celular	Telefone fixo	Micro computador	Microcomputador acesso à internet	Motocicleta para uso particular	Automóvel para uso particular
Zona de Aratiba	100	97,69%	97,32%	29,58%	99,34%	76,56%	33,36%	27,21%	15,73%	25,61%	70,56%
Zona de Erechim	100	93,18%	98,12%	65,87%	98,78%	86,66%	42,96%	46,93%	36,28%	21,15%	65,16%
Zona de Getúlio Vargas	100	96,29%	96,75%	40,33%	97,96%	85,75%	28,87%	36,22%	25,77%	19,21%	63,55%
Zona de Jacutinga	100	96,22%	97,28%	35,36%	98,29%	81,76%	33,85%	28,12%	18,84%	17,92%	63,78%
Zona de Marcelino Ramos	100	96,00%	96,07%	24,79%	97,82%	76,21%	21,85%	21,67%	11,99%	18,81%	58,26%
Zona de São Valentim	100	93,42%	92,48%	19,45%	95,81%	79,70%	18,96%	20,76%	14,74%	21,21%	48,61%
Região Norte	100	94,56%	97,15%	49,22%	98,34%	83,93%	35,45%	37,94%	27,81%	20,71%	63,35%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

trocas; o caixeiro viajante: que foi o verdadeiro ambulante; o camelô: o pequeno lojista.

Também se destaca o Castelinho, que é um prédio, em madeira, construído entre 1912 e 1915 e que serviu para abrigar a Comissão de Terras do Estado do Rio Grande do Sul, que foi o órgão que projetou e demarcou as ruas e avenidas, lotes urbanos e rurais de Erechim e da Colônia de Erechim. É símbolo vivo da colonização, que traduz o esforço, o trabalho, a tenacidade e progresso dos colonizadores. É o prédio, em madeira, mais antigo da cidade. A obra foi contratada pelo Sr. Guilherme Franzmann e construído pelo Sr. Germano Müssig, entre 1912 e 1915 e inaugurado em 20 de abril de 1916. A madeira (de lei) veio do Município de Getúlio Vargas e as pedras, que formam os alicerces, vieram das cabeceiras do Rio Dourado. Foram transportadas pelo Sr. Olinto Zambonato. O prédio do Castelinho ocupa uma área equivalente a 603,91 m², representando algo inédito na América Latina, em sua natureza. Está tombado como Patrimônio Público pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1988 passou para o domínio do Município de Erechim. Atualmente o prédio encontra-se em processo de restauração e fechado para visitas.

No início, potreiro da Comissão de Terras, hoje o parque Longines Malinoski, com 24 hectares, caracteriza-se por apresentar fragmento de Mata com Araucária, sendo uma das vegetações típicas da região Alto Uruguai. Localiza-se no perímetro urbano, próximo ao centro antigo. Foi doado pelo Estado, ao Município de Erechim, por meio da Lei 267, de 09 de agosto de 1948. O patrono foi um dos funcionários da Comissão de Terras, como agrimensor e projetista de estradas e pontes, que lá plantou cerca de 1000 espécies recolhidas em muitos recantos do País. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente promove trilhas ecológicas, atividade em área de lazer e ciclo faixa com acessibilidade para toda a comunidade, com agendamento pelo telefone (54) 3522-9252.

O Castelo Alabardas está localizado na Rua Angelina Rech Lise, nº 90, nascido de um antigo sonho do Erechinense Aldo Sperhack, que impulsionado pelos seus antepassados, vindos da Alemanha, unido ao gosto pelo estilo medieval, planejou e coordenou todos os passos de sua construção. Inicialmente utilizado para moradia, o Castelo foi enriquecido pelas diversas coleções de relógios, selos, moedas, armas e tudo que sempre esteve muito presente no gosto dos proprietários. O local se tornou um universo rodeado por história, que passou a ser um atrativo turístico, encantando visitantes de várias regiões. O Castelo Alabardas é o ambiente ideal para desfrutar de momentos únicos e diferenciados, revivendo a história e/ou

saboreando uma inigualável gastronomia, com as noites temáticas, uma vez por mês, leva você a diferentes lugares do mundo.

Em 1983 foi fundado o Centro Cultural 25 de Julho, que é um espaço cultural, considerado como a melhor casa de espetáculos do interior do Estado. Também tem sido palco de importantes espetáculos regionais e nacionais, muitos vinculados aos costumes das etnias da Região.

O Arquivo Histórico Municipal Joarez Miguel IIIa Font está localizado na Avenida Pedro Pinto de Souza, agregando informações desde o início da colonização do Alto Uruguai Gaúcho.

Erechim ainda conta com três museus: o Museu de Ciências, localizado na Avenida Sete de Setembro, 1621, junto à URI Erechim e tem em seu acervo material zoobotânico coleção entomológica, animais taxidermizados, herbário com aproximadamente 7000 espécies, rochas e minerais; o Museu de História e Antropologia localizado junto ao Câmpus II da URI, Bairro Demoliner, dispondo em seu acervo de peças de inestimável valor que vão da história à zoobotânica, passando pela antropologia. Telefone: (54) 3321 1943; o Museu da Imprensa, localizado na rua Jacó Luiz Busatta, nº 451, dispondo de significativo acervo da história do município de Erechim.

O núcleo Cultural de Campinas do Sul é uma associação privada, fundada em 21 de novembro de 1989, para promover a defesa dos direitos sociais.

Em Maximiliano de Almeida existe um importante Centro Cultural, onde a comunidade promove eventos artísticos e manifestações da cultura local e regional.

Getúlio Vargas é sede de importantes eventos, que já se tornaram tradicionais na cidade e trazem grande número de visitantes de toda a região, como a EXPOINCAR, o Fórum de Educação, a Feira do Livro, o Festival das Etnias Italiana, Alemã, Polonesa e Afro-Brasileira e o Carnaval de Rua.

A Expoincar (Exposição Industrial, Comercial e Agropecuária Regional), por exemplo, em sua última edição, reuniu mais de 58 mil visitantes e 300 expositores em quatro dias de negócios, cultura e diversão.

O Museu Municipal de Viadutos foi criado em 24 de novembro de 1997, pela Lei Municipal Nº 1517/97. Atualmente, o mesmo encontra-se fechado. Nele serão expostos fotografias, utensílios de cozinha, máquinas de datilografia, rádios, ferramentas de funilaria e serralheria, objetos sacros, relógios, objetos de decoração, dentre outros.

3.4.6 Equidade e inclusão social

A equidade e a inclusão social podem ser avaliadas pela incidência de pessoas em situação de indigência e de pobreza; a importância de programas sociais como o Bolsa Família e o grau de concentração da renda, por meio do Índice de Gini da renda familiar.

Em média, na Região Norte, em torno de 4% das pessoas, estão abaixo da linha de indigência, enquanto que, mais ou menos 5%, estão entre a indigência e a pobreza, permitindo concluir que 91% estão acima da linha de pobreza.

As zonas com os menores índices de indigência e pobreza são as de Aratiba e Erechim, enquanto que a Zona de São Valentim apresenta os maiores índices, cerca de 18%.

Tabela 32 - Situação de indigência e pobreza nas zonas da região Norte

	Pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência (2010) - em porcentagem		
	Abaixo da linha da indigência (%)	Entre a linha de indigência e pobreza (%)	Acima da linha da pobreza (%)
Zona de Aratiba	1,90	3,04	95,06
Zona de Erechim	1,48	3,25	95,28
Zona de Getúlio Vargas	3,23	4,93	91,86
Zona de Jacutinga	3,25	4,40	92,35
Zona de Marcelino Ramos	3,74	4,38	91,90
Zona de São Valentim	8,48	9,32	82,20
REGIÃO NORTE	3,71	4,93	91,37

Fonte: IBGE - Censo demográfico / Elaboração: IPEA/DISOC/MINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Na Zona de Aratiba o município com os melhores indicadores é o de Três Arroios, com mais de 98% da população acima da linha de pobreza, seguido de Aratiba, com 96%. Já na zona de Erechim, as pessoas acima do nível de pobreza representam de 94 a 97% do total.

Na zona de Getúlio Vargas, os municípios com os melhores indicadores são Estação, Sertão e Getúlio Vargas, com mais de 94% da população acima da linha de pobreza, mas também ocorrem situações mais graves, como em Charrua, onde mais de 20% da população está abaixo da linha de pobreza.

Dada essa situação social, a Região Norte recebeu transferências de recursos federais diretamente repassados a cidadãos, referentes ao paga-

mento do Bolsa Família, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, por meio da Caixa Econômica Federal, referentes ao ano de 2015, num montante de mais de dez milhões de reais, por meio de mais de 1.400 convênios.

As zonas mais populosas, Erechim e Getúlio Vargas, receberam o maior volume de recursos, sendo grande o volume de recursos destinados a São Valentim, mesmo com uma população menor, mas com o problema de indigência e pobreza bem mais acentuado.

Tabela 33 - Número de convênios e volume de recursos transferidos por meio do bolsa família para a região Norte e suas zonas

	Convênios (2015)	Total das Ações de Benefício Direto ao Cidadão (2015) (R\$)
Zona de Aratiba	192	407.600,00
Zona de Erechim	276	3.084.054,00
Zona de Getúlio Vargas	315	2.853.038,00
Zona de Jacutinga	214	1.140.325,00
Zona de Marcelino Ramos	213	889.327,00
Zona de São Valentim	218	2.033.134,00
REGIÃO NORTE	1428	10.407.478,00

Fonte: Governo Federal - Portal da Transparência/RS

A concentração da renda na Região Norte não é alta, já que o Índice de Gini apresenta valores intermediários e a renda *per capita* é relativamente baixa (R\$ 764,23, em 2010). Entre as diferentes Zonas, a variação do Índice de Gini é relativamente pequena, ou seja, de 0,435 a 0,499 e a renda *per capita* mais alta se deve aos *royalties* recebidos das Barragens de Itá, Passo Fundo e Monjolinho, o que se reflete nas rendas *per capita* de Aratiba e Três Arroios, e pela atividade econômica mais complexa das zonas de Erechim e Getúlio Vargas. O segundo mais alto índice de Gini ocorre na Zona dos piores indicadores quanto à indigência e pobreza, mostrando que a curva de distribuição da renda é afetada negativamente pelo grande número de pessoas abaixo da linha de pobreza.

Os municípios de Aratiba e Três Arroios tem o mais alto Índice de Gini de toda a região e, junto com Ipiranga do Sul, as mais altas rendas *per capita*.

Benjamin Constant do Sul e Faxinalzinho são os municípios de mais baixa renda *per capita* de toda a Região Norte.

Tabela 34 - Índice de Gini da renda familiar e renda domiciliar *per capita* nas zonas da região Norte

	Índice Gini da renda familiar (2010)	Renda domiciliar <i>per capita</i> (2010)
Zona: Aratiba	0,499	1.001,19
Zona: Erechim	0,435	837,28
Zona: Getúlio Vargas	0,469	804,15
Zona: Jacutinga	0,440	695,57
Zona: Marcelino Ramos	0,454	691,71
Zona: São Valentim	0,497	653,01
REGIÃO NORTE	0,466	764,23

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3.5 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL E DE GESTÃO PÚBLICA

Nas condições brasileiras, praticamente toda a infraestrutura depende de investimentos públicos, seja na logística de transportes, seja na oferta de energia, seja na disponibilidade de serviços sanitários básicos, como de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo.

3.5.1 Logística e transporte

As principais rodovias como a BR 153 liga a Região ao centro e sul do Rio Grande do Sul e ao centro do país. A BR 480 liga com o Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná e a RS 420 liga com Itá no meio Oeste de Santa Catarina. Estas são as estradas troncais principais.

Além destas, há outras rodovias estaduais que confluem dos municípios do Norte do Rio Grande do Sul para Erechim como: RS 331 (Erechim-Marcelino Ramos com meio Oeste de SC), RS 477 (Erechim-Áurea com Nordeste do Rio Grande do Sul, por meio do COREDE Nordeste à leste), RS 211 (Erechim-Campinas do Sul). (PIRAN, 2015). Estas são vias troncais complementares e essenciais ao desenvolvimento regional.

A rede viária, responsável pela chegada ou saída de produtos da região, geopoliticamente converge para Erechim, ainda que prescinda de acesso asfáltico pleno em 30% da área em epígrafe.

A regional do DAER de Erechim atende quase todos os municípios da Região Norte (exceto Sertão que fica na regional de Passo Fundo) e vários municípios da Região Nordeste.

A figura 24 mostra que existem algumas vias rodoviárias que são troncais de um sistema viário mais amplo.

Tabela 35 - Situação da ligação asfáltica dos municípios da Região

Município	Situação Ligação asfáltica	Trecho em km
Aratiba	Acesso asfaltado - ERS 420 Acesso não asfaltado Aratiba - Divisa RS/SC (Itá)	19,5 km
Áurea	Acesso asfaltado- ERS/477	
Barão de Cotegipe	Acesso asfaltado- Rodovia Federal BR/480	
Barra do Rio Azul	Sem acesso asfáltico- Contrato paralisado (Aratiba/B. Rio Azul)	20,2km
Benjamin Constant do Sul	Sem acesso asfáltico- Contrato paralisado (BR 480/Benjamim)	5,5km
Campinas do Sul	Acesso asfaltado- ERS/211	
Carlos Gomes	Acesso asfáltico em obras- ERS 477	
Centenário	Sem acesso asfáltico (RS 477 Entron. Áurea a Centenário)	8,9km
Charrua	Acesso asfaltado- ERS/475	
Cruzaltense	Sem acesso asfáltico (Campinas do Sul a Cruzaltense)	6,1km
Entre Rios do Sul	Sem acesso asfáltico (Cruzaltense a Entre Rios do Sul)	21,9km
Erebango	Acesso asfaltado- 135 ERS 0160	
Erechim	Acesso asfaltado: BR/480, RS/211, BR/153	
Erval Grande	Acesso asfaltado- ERS/480	
Estação	Acesso asfaltado- ERS 135	
Faxinalzinho	Sem acesso asfáltico. Contrato paralisado. (Benjamin a Faxinalzinho)	20,8km
Floriano Peixoto	Acesso asfaltado- 450 ERS 0010	
Gaurama	Acesso asfaltado- ERS/331	
Getúlio Vargas	Acesso asfaltado- ERS/135	
Ipiranga do Sul	Acesso asfaltado- 469 ERS 0030	
Itatiba do Sul	Sem acesso asfáltico (BR480 a Itatiba do Sul)	28,7km
Jacutinga	Acesso Asfaltado- ERS/211	
Marcelino Ramos	Acesso asfaltado- ERS/331	
Mariano Moro	Sem acesso asfáltico. Contrato paralisado (Mariano Moro a Severiano de Almeida)	15,3km
Paulo Bento	Acesso asfaltado- ERS 331	
Ponte Preta	Sem acesso asfáltico. Contrato paralisado (Barão de Cotegipe a Ponte Preta)	14,4km
Quatro Irmãos	Sem acesso asfáltico (Quatro Irmãos a BR 153 e Pela BR 153 até entroncamento RS 135)	12,4km + 12,9km = 25,3km
São Valentim	Acesso asfaltado- ERS/480	
Sertão	Pertence a regional de Passo Fundo. Tem acesso asfaltado	
Severiano de Almeida	Acesso asfaltado- 426 ERS 0030	
Três Arroios	Acesso asfaltado à BR/153, executado pelo Município	
Viadutos	Acesso asfaltado- ERS/331	

Fonte: Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem - DAER

Tabela 36 - Consumo de energia na região Norte e suas zonas, por setores

CONSUMO DE ENERGIA POR SETOR (MWh) (2015)					
	Comercial	Industrial	Residencial	Rural	Setor Público
Zona: Aratiba	3.367	1.634	7.075	13.613	3.430
Zona: Erechim	52.311	143.698	88.785	14.582	27.997
Zona: Getúlio Vargas	8.312	16.683	20.808	6.236	7.038
Zona: Jacutinga	3.739	2.294	8.418	7.472	3.985
Zona: Marcelino Ramos	3.697	3.456	7.346	9.606	3.103
Zona: São Valentim	2.400	1.369	6.300	7.315	2.508
REGIÃO NORTE	73.826	169.134	138.732	58.824	48.061

Fonte: Distribuidoras de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul

Já na Zona de Erechim o consumo industrial é o mais importante sendo esta zona que imprime na região Norte, a prevalência do consumo industrial. Na zona de Erechim o consumo residencial é o segundo mais importante, seguido pelo comercial e pelo setor público. O consumo no meio rural equivale a mais ou menos 10% do consumo industrial.

Nas zonas de Getúlio Vargas e Jacutinga prevalece o consumo residencial, seguido de perto pelo consumo industrial, no caso da zona de Getúlio Vargas e pelo consumo no meio rural, no caso da zona de Jacutinga.

Na maior parte das zonas o município que se constitui em Centro de Zona é o principal consumidor de energia em todos os setores. Somente na zona de Jacutinga, onde o município de Campinas do Sul supera, em alguns setores, o consumo do município de Jacutinga, e na zona de São Valentim, onde Erval Grande supera São Valentim, o Centro de Zona não é o líder de consumo.

A importância da cidade de Erechim se reflete no número de consumidores de energia, com 56% das ligações de toda a Região Norte no consumo residencial, 53% do comercial e 46% do setor industrial. Já no meio rural, por ser pouco expressivo em relação à Região, constam somente 8% das ligações em Erechim, sendo de 21% no Setor Público, por concentrar uma série de serviços públicos estaduais e federais.

As telecomunicações se concentram na zona de Erechim que conta com 49% dos telefones públicos, com 60% dos telefones fixos privados, com 88% dos acessos a TV por assinatura e com 76% das conexões de internet fixa, sendo que essa participação se deve basicamente ao município de Erechim.

Tabela 37 - Número de consumidores de energia, por setor e município

Municípios	Energia Elétrica / Número de Consumidores (2015)				
	Setor Público	Rural	Residencial	Industrial	Comercial
Aratiba	79	1319	1779	38	249
Áurea	25	692	835	22	95
Barão de Cotegipe	44	870	1758	24	198
Barra do Rio Azul	27	460	252	2	54
Benjamin Constant do Sul	33	276	307	2	47
Campinas do Sul	38	239	1849	24	191
Carlos Gomes	21	332	220	1	24
Centenário	21	504	490	7	71
Charrua	19	21	242	7	44
Cruzaltense	28	320	262	-	36
Entre Rios do Sul	34	142	909	16	68
Erebango	33	133	805	8	61
Erechim	268	1293	40994	391	3973
Erval Grande	35	720	1176	18	98
Estação	31	118	2094	30	148
Faxinalzinho	28	259	674	7	61
Floriano Peixoto	0	0	0	0	0
Gaurama	39	845	1697	36	176
Getúlio Vargas	62	510	5992	82	702
Ipiranga do Sul	19	182	309	2	49
Itatiba do Sul	42	755	828	8	83
Jacutinga	33	381	1069	12	109
Marcelino Ramos	55	909	1611	31	234
Mariano Moro	33	460	594	5	47
Paulo Bento	44	408	441	9	63
Ponte Preta	21	411	246	5	33
Quatro Irmãos	22	250	378	3	38
São Valentim	39	553	889	12	118
Sertão	31	175	1578	12	149
Severiano de Almeida	38	784	918	14	118
Três Arroios	27	587	590	11	68
Viadutos	28	757	1239	16	137
TOTAL	1297	15665	73025	855	7542

Fonte: FEE

Tabela 38 - Acesso a telecomunicações na região Norte e suas zonas

TELECOMUNICAÇÕES (2015)				
	Telefone Público	Telefone Fixo Privado	Acesso TV Assinatura	Conexão Internet Fixa
Zona de Aratiba	85	1.419	241	578
Zona de Erechim	466	14.287	15.021	18.077
Zona de Getúlio Vargas	164	4.168	996	3.315
Zona de Jacutinga	74	1.621	311	465
Zona de Marcelino Ramos	83	1.312	274	668
Zona de São Valentim	74	1.032	193	578
REGIÃO NORTE	946	23.839	17.036	23.681

Fonte: FEE / ANATEL

3.5.3 Saneamento básico

O saneamento básico compreende o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e o destino do lixo.

Na Região Norte há, ainda, uma alta porcentagem de abastecimento de água por meio de poço ou nascente (34,68%), provavelmente pela alta porcentagem de domicílios rurais, devendo estar abastecidos por rede geral a maior parte dos domicílios urbanos. Isso se confirma pelo fato do município de Erechim, que tem pequena população rural, só ter 4% dos domicílios abastecidos por poço ou nascente, ficando 96% dos domicílios recebendo água da rede geral.

As zonas com maior grau de urbanização são aquelas que menos usam água de poço ou nascente (Zonas de Erechim e Getúlio Vargas), sendo mais alta a proporção dessa fonte de água naquelas zonas com maior população rural, exceto na zona de Jacutinga, na qual a incidência de abastecimento por rede geral é muito alta, especialmente em Campinas do Sul, entre Rios do Sul e Ponte Preta.

A Região Norte apresenta somente 7% dos domicílios ligados à rede geral de esgoto cloacal ou pluvial, sendo que em vários municípios o esgoto é misto.

O uso de fossa séptica é totalmente dominante (57,4%), mas é muito expressiva a presença de fossa rudimentar (30,2%). Chama a atenção que quase 3% dos domicílios lança o esgoto em vala comum, e mais de 1,5% lança em rio, lago ou outro tipo e quase 1% não tem sequer banheiro ou sanitário, o que são indicadores favoráveis em comparação com outras regiões do Estado.

Tabela 39 - Fonte ou forma de abastecimento de água nas zonas da região Norte

	ABASTECIMENTO DE ÁGUA (2010)		
	Poço ou Nascente (%)	Rede Geral (%)	Outra Forma (%)
Zona de Aratiba	45,84	54,08	0,08
Zona de Erechim	25,40	74,45	0,15
Zona de Getúlio Vargas	29,54	69,31	1,14
Zona de Jacutinga	24,90	74,93	0,32
Zona de Marcelino Ramos	41,94	57,60	0,44
Zona de São Valentim	42,62	57,18	0,20
REGIÃO NORTE	34,68	64,88	0,44

Fonte: FEE

Quando a situação é analisada no nível de Zona percebe-se que mesmo a Zona de Erechim, que polariza a região, não apresenta melhor situação, tendo apenas 6,5% dos domicílios ligados a rede geral de esgoto cloacal ou pluvial, dada à situação de Gaurama (11%) e Erechim (8%). Paulo Bento apresenta uma situação crítica, quanto à ligação à rede de esgoto.

As piores situações são encontradas na Zona de Aratiba, pela péssima situação de Barra do Rio Azul e Três Arroios, sendo melhor a situação em Aratiba e Severiano de Almeida. Também apresenta indicadores muito ruins a Zona de Marcelino Ramos, com situação relativamente precária em Centenário, Marcelino Ramos e Carlos Gomes, e situação melhor em Áurea e Viadutos.

Surpreendentemente, a Zona de São Valentim apresenta a melhor situação de ligação de domicílios à rede geral de esgoto (graças ao desempenho de Erval Grande (22%) e São Valentim (12%). No entanto, a pior situação quanto ao lançamento de esgoto em vala, rio ou lago, também pela situação de Erval Grande (7%) e São Valentim (9%).

Em qualquer zona, conseqüentemente, em toda a Região Norte, prevalece o uso de fossa séptica, à qual estão ligados de 50 a 67% dos domicílios, enquanto que, lançam em fossa comum, de 25 a 38% dos domicílios.

Na Região Norte, apenas 56,8% dos domicílios possuem banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica (no Estado esta porcentagem é de 74,6%), variando esta porcentagem de um mínimo de 25%, em Sertão, Zona de Getúlio Vargas, a 31%, no município de São Valentim, na Zona homônima, e Paulo Bento, na Zona de Erechim, e a 32%, em Erebangó, também na Zona de Getúlio Vargas.

Tabela 40 - Forma de esgotamento sanitário na região Norte e suas zonas

ESGOTAMENTO SANITÁRIO (2010)							
	Fossa Séptica (%)	Fossa Rudimentar (%)	Rede geral de esgoto ou pluvial (%)	Vala (%)	Rio, Lago e Mar (%)	Sem banheiro ou sanitário (%)	Outro escoadouro (%)
Zona de Aratiba	66,82	25,12	4,82	1,66	1,14	0,3	0,16
Zona de Erechim	57,12	33,05	6,52	1,87	0,82	0,37	0,20
Zona de Getúlio Vargas	61,10	27,85	7,15	2,20	0,88	0,55	0,22
Zona de Jacutinga	54,95	31,60	8,10	3,50	1,15	0,45	0,18
Zona de Marcelino Ramos	50,42	37,90	5,80	2,70	1,66	1,04	0,52
Zona de São Valentim	52,78	27,06	9,42	5,74	3,14	1,30	0,46
NORTE	57,40	30,20	7,00	3,00	1,40	0,70	0,30

Fonte: FEE

A coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba está presente em 67,6% dos domicílios da Região Norte, contra 92,1% na média do Estado.

As piores situações de coleta de lixo estão identificadas em Floriano Peixoto, Ponte Preta e Carlos Gomes.

Os municípios com os melhores serviços de coleta de lixo são os de Erechim (97% dos domicílios atendidos) Campinas do Sul (96%), Aratiba, Entre Rios do Sul, Estação, Getúlio Vargas, Mariano Moro e Três Arroios, com 85 a 88% dos domicílios atendidos.

3.6 DIMENSÃO ECONÔMICA

O COREDE Norte apresentou, em 2013, um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 7,8 bilhões, o que representava 2,37% do PIB do Estado, tendo havido um acréscimo em relação ao PIB de 2012 de 40%, em valores básicos. O PIB *per capita* que em 2012 era inferior ao PIB médio do Estado, cresceu 34,36%, alcançando um valor de R\$ 34.271,00, superando o PIB *per capita* médio do Estado (R\$ 29.657,00) e assumindo a sexta posição entre os 28 COREDES, o que representou um ganho de três posições em relação ao ano anterior e sendo superado apenas pelos COREDES Alto Jacuí (R\$ 43.298,00), Serra (R\$ 41.760,00), Metropolitana (R\$ 35.671,00), Produção (R\$ 35.475,00) e Noroeste Colonial (R\$ 35.266,00).

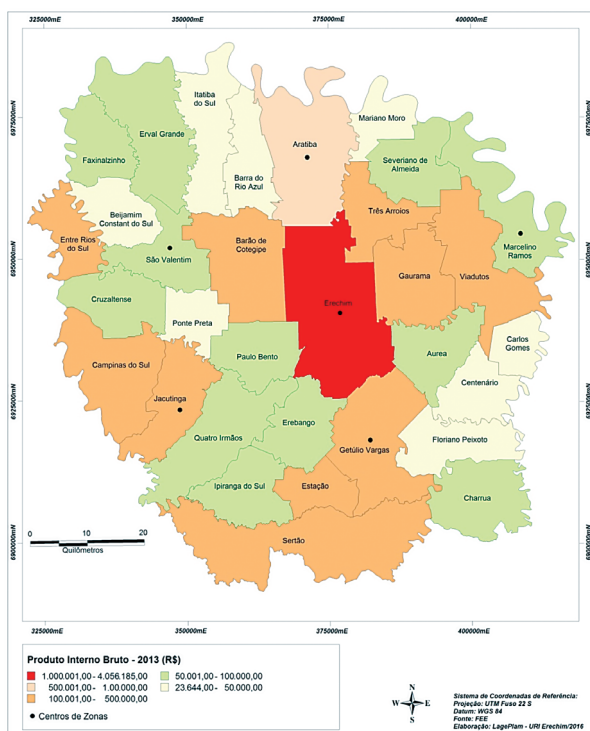
Tabela 41 - Produto Interno Bruto e *per capita* dos municípios da região Norte 2013

Município	Produto Interno Bruto				Produto Interno Bruto <i>per capita</i>			
	(R\$ 1.000)	Posto	Participação (%)	Variação nominal (%)	(R\$)	Posto	Relativo (1)	Variação nominal (%)
Aratiba	743.245	79	0,22	-1,80	111.148	2	3,75	-4,81
Áurea	70.523	382	0,02	28,44	18.816	330	0,63	24,47
Barão de Cotegipe	144.374	235	0,04	40,51	21.408	274	0,72	35,86
Barra do Rio Azul	37.313	484	0,01	34,94	18.722	334	0,63	31,42
Benjamin Constant do Sul	23.644	497	0,01	51,30	10.258	493	0,35	47,30
Campinas do Sul	177.621	196	0,05	39,75	31.393	124	1,06	35,26
Carlos Gomes	29.435	494	0,01	38,23	18.351	342	0,62	34,52
Centenário	49.997	434	0,02	19,87	16.468	396	0,56	16,12
Charrua	70.978	381	0,02	32,98	20.096	301	0,68	28,91
Cruzaltense	59.903	410	0,02	53,11	28.044	160	0,95	49,10
Entre Rios do Sul	221.981	170	0,07	-9,49	71.422	9	2,41	-12,11
Erebango	75.450	362	0,02	36,23	24.633	212	0,83	31,74
Erechim	4.056.185	16	1,23	26,55	40.112	61	1,35	21,90
Erval Grande	66.254	396	0,02	17,50	12.625	468	0,43	13,96
Estação	187.986	190	0,06	23,91	30.428	135	1,03	19,92
Faxinalzinho	51.250	431	0,02	54,79	19.811	306	0,67	50,42
Florianópolis	42.504	464	0,01	16,76	21.031	286	0,71	13,64
Gaurama	157.713	219	0,05	22,96	26.449	187	0,89	19,24
Getúlio Vargas	406.644	116	0,12	16,40	24.427	216	0,82	12,59
Ipiranga do Sul	77.417	355	0,02	35,76	38.903	72	1,31	31,47
Itatiba do Sul	48.877	437	0,01	26,50	11.904	486	0,40	23,48
Jacutinga	123.694	264	0,04	58,25	33.215	110	1,12	53,27
Marcelino Ramos	85.860	330	0,03	21,26	16.760	391	0,57	18,04
Mariano Moro	42.350	466	0,01	41,20	18.949	328	0,64	37,16
Paulo Bento	72.929	369	0,02	34,89	31.931	120	1,08	30,28
Ponte Preta	44.643	455	0,01	57,10	25.409	203	0,86	52,81
Quatro Irmãos	80.866	344	0,02	68,09	43.901	41	1,48	62,35
São Valentim	72.443	372	0,02	22,75	19.766	308	0,67	19,23
Sertão	212.754	176	0,06	36,89	33.851	103	1,14	33,26
Severiano de Almeida	75.202	363	0,02	27,50	19.209	318	0,65	23,62
Três Arroios	104.375	292	0,03	143,17	36.016	86	1,21	135,95
Viadutos	118.237	275	0,04	60,44	22.125	258	0,75	55,94
				7.832.647				34.236

Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contas Regionais. IBGE Diretoria de Pesquisa/Coordenação de Contas Nacionais

O maior PIB da Região é o de Erechim com, aproximadamente, R\$ 4,06 bilhões (Décimo sexto maior PIB municipal do Estado), o que representou 51,8% do PIB regional, seguido por Aratiba, com R\$ 743 milhões (9,5% da Região) e Getúlio Vargas, com R\$ 406 milhões, ou seja, 5,2% do PIB regional. Os menores PIBs eram representados por Benjamin Constant do Sul (R\$ 24 milhões) e Carlos Gomes (R\$ 29 milhões). No entanto, o maior PIB *per capita* é o de Aratiba, com R\$ 111.148,00, seguido pelo de Entre Rios do Sul, com R\$ 71.422,00, Quatro Irmãos, com R\$ 43.901,00 e só então aparece Erechim, com R\$ 40.112,00.

Figura 25 - Classes de Distribuição do PIB/2013 para os municípios do COREDE Norte



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental

Tabela 42 - Valor adicionado bruto a preços correntes por setor de atividade - região Norte - 2013

	Mil R\$	Sector/Total	Mil R\$	Sector/Total	Norte/RS
VAB Agropecuário	1200487	16,82%	28798795	10,08%	4,17%
VAB Industrial	2446897	34,28%	69500270	24,32%	3,52%
VAB Serviços	3489787	48,90%	187184606	65,50%	1,86%
VAB Admin. Pública	850084	11,91%	40545179	14,19%	2,10%
TOTAL	7137172	100%	285783672	100%	2,50%

Fonte: FEE

No que se refere a composição do Valor Adicionado Bruto(VAB) do COREDE Norte, percebe-se pelos dados da FEE para 2013, que a Região Norte apresentava um valor global de R\$ 7,13 bilhões de reais, representando 2,5% do VAB do Estado e ocupando a décima posição entre os vinte e oito COREDES.

A composição do VAB mostrava um predomínio do setor de Serviços (48,90%), participação muito inferior à média do Estado (65,57%), em parte pela baixa incidência dos valores dos Serviços de Administração Pública (11,9% do VAB total, enquanto que no Estado esse valor equivale a 14,20%). O Setor de Serviços da Região Norte representa 1,86% da média Estadual do mesmo setor. Portanto, os segmentos do comércio, da prestação de serviços em geral e do financiamento são desproporcionalmente menores. Por isso mesmo, o VAB de Serviços da Região Norte ocupa a décima terceira posição entre os 28 COREDES.

A contribuição do segmento industrial é bem mais representativa, ocupando a sexta posição entre o conjunto dos COREDES, em termos de VAB Industrial e contribuindo com 3,52% para o VAB Industrial Estadual.

Embora a posição ordinal do VAB Agropecuário seja inferior a do industrial, porque ocupa a nona posição, sua contribuição ao Estadual é mais importante, representando 4,17%. Ainda assim participa com apenas 16,82% do VAB Total da Região Norte, contra 34,28% do VAB Industrial.

3.6.1 O setor agropecuário

No VAP Agropecuário destaca-se a produção da agricultura temporária, que fora as atividades da pecuária, representa 90% das atividades agrícolas e da silvicultura (esta contribui com apenas com 3,49%, concentrada na produção de lenha). A agricultura permanente contribui com 6,49% do valor de produção da agricultura e silvicultura, salientando-se a produção de erva-mate (50%) laranja (20%) e uva (16%).

Na agricultura temporária existem só três produtos realmente significativos: a soja, que representa 61% do valor de produção das culturas temporárias, o milho (18%) e o trigo (10%).

Então, os municípios que contribuem com a maior parcela do valor de produção da agricultura temporária e para o produto agropecuário da região são aqueles que se salientam na produção de soja, ou seja, por ordem de importância: Sertão, Campinas do Sul, Getúlio Vargas, Jacutinga e Quatro Irmãos.

Segundo o Perfil Socioeconômico do COREDE Norte, destaca-se, na Agropecuária, a criação de aves, com 24,7%” e apresenta outros dados difíceis de correlacionar, como a criação de bovinos, com a produção originária da pecuária, na qual não aparecem valores para as existências de aves, suínos, bovinos, ovinos e outros animais. Nos dados do IBGE de Produção Animal, entre os produtos arrolados, a produção de leite representa 81% do valor de produção total para a Região Norte.

Historicamente, a “Colônia de Erechim” foi uma geradora de excedentes para o mercado, desde o início de suas atividades. Já nos primórdios da colonização desenvolveu um amplo processo de extração de madeira de lei, destinada ao uso interno da colônia, promovendo um embrião de industrialização, ao criar uma indústria da madeira, e também uma indústria de bens de capital simples e bens de consumo para as famílias dos colonos, como a produção de móveis e outros utensílios domésticos. Além disso, por meio de serrarias bem equipadas e utilizando a via férrea foram “exportados” para São Paulo grandes volumes de madeira.

Nesta mesma linha desenvolveu-se a agricultura e a pecuária tradicionais (até a década de 1940). Esta atividade agropecuária produzia bens que garantissem a subsistência das unidades familiares de produção, mas gerava excedentes, sendo que desde a década dos anos 20 a Colônia se destacava como geradora de excedentes. Pelas suas próprias finalidades, a produção agropecuária era diversificada, mas mesmo então, os colonos selecionavam alguns produtos que tinham maior facilidade de penetração no mercado. Então, concomitantemente à agricultura de subsistência, foi se desenvolvendo uma produção comercial, também sob a forma de policultura, mas comandada por alguns produtos principais, cuja produção era destinada ao mercado, mas retendo o necessário à subsistência familiar.

Na produção comercial destacam-se alguns produtos com importante relação com a indústria local/regional: o trigo, destinado aos moinhos para a produção de farinha; o milho destinado a suínos e gado leiteiro; os suínos, que inicialmente iam para abate, para consumo da carne e para a produção de banha, nas casas de banha e, posteriormente, se destinavam aos frigoríficos; a uva, para a produção de vinho e vinagre; a cevada, para a produção de cerveja; os produtos do extrativismo florestal, entre os quais a erva-mate que era entregue nas ervateiras e a madeira que abastecia as serrarias e as indústrias de móveis.

É uma agricultura caracterizada pelo predomínio de tecnologias simples, criadas e transmitidas de geração para geração, com autonomia relativa do produtor; pela importância da fertilidade natural do solo, da mão de obra

familiar e da tração animal e pela relação com o mercado, via comerciantes locais (comunidades do interior). (PIRAN, 2015).

Ainda, segundo Piran (2015), boa parte das empresas, antes essencialmente de caráter familiar, modernizam-se e passam a assumir um caráter tipicamente capitalista.

Foram introduzidas várias técnicas que melhoraram o sistema produtivo, como o plantio direto, o cultivo mínimo, escolha de época mais apropriada para o plantio, especialmente de milho (antecipando o plantio para a primavera), a irrigação, especialmente na produção de sementes e de leite a pasto irrigado, além de técnicas apropriadas de conservação dos produtos.

A Região Norte compreende, do ponto de vista da produção agropecuária, três grandes compartimentos:

a) Composto pelos oito municípios que têm no Rio Uruguai um de seus limites e que apresentam uma topografia agressiva, vales encaixados e drenagens de grande incisão nos terrenos. Compreende os municípios de Faxinalzinho, Erval Grande, Itatiba do Sul, Barra do Rio Azul, Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos, onde predominam os solos férteis da associação Ciriaco-Charrua que, em geral, não permitem mecanização e são susceptíveis à erosão hídrica, com manchas de latossolos profundos da Unidade Erval Grande, exclusivamente nos municípios de Erval Grande e Faxinalzinho. Esta área desenvolveu uma pecuária de terminação (engorde) a campo nativo, com suplementação de pastagens subtropicais de resultados econômicos muito positivos.

b) Agregando 14 municípios, Benjamin Constant do Sul, São Valentim, Ponte Preta, Três Arroios, Gaurama, Carlos Gomes, Floriano Peixoto, Charrua, Barão de Cotegipe, Paulo Bento, Erechim, Áurea, Centenário e Viadutos, é uma sub-região intermediária, com declives acentuados, mas que também transita para os altos topográficos, compreendendo a porção central da Região Norte, num sentido leste-oeste, onde predominam os solos da associação Ciriaco-Charrua, mas também ocorrem os solos profundos das unidades Erechim e Estação. Onde estes solos estão presentes desenvolveu-se uma moderna agricultura temporária, voltada à produção de soja, milho e trigo.

c) Constituída de dez municípios, Entre Rios do Sul, Cruzaltense, Campinas do Sul, Jacutinga, Quatro Irmãos, Erebango, Ipiranga do Sul, Estação, Getúlio Vargas e Sertão, esta área é a principal agricultura temporária moderna na região, conformando os seus limites a leste e sul, com terrenos mais altos, suave ondulados a ondulados e com predominância de solos das unidades Erechim e Estação, profundos, bem drenados e rela-

tivamente férteis. É uma das principais áreas de reprodução de sementes do Estado, além de apresentar altos níveis de produtividade nos seus três principais grãos: soja, milho e trigo.

3.6.2 O setor industrial

A indústria começa a se desenvolver a partir da década de vinte, fortemente vinculada à agropecuária. São pequenas indústrias, quase, exclusivamente, de caráter familiar, que produziam ferramentas, equipamentos, máquinas (metal mecânica) para a agricultura (agroindústrias para a agricultura) e/ou transformavam produtos oriundos da agricultura como alimentos, bebidas, móveis (agroindústrias da agricultura).

A industrialização ganha um primeiro impulso no final da década de trinta e início dos anos quarenta, por força de um relativo isolamento da Região decorrente da IIª Guerra Mundial. Algumas se expandem tornando-se médias empresas. Cabe referir que o capital investido na industrialização provém, predominantemente, do comércio. Muitas empresas eram comerciais e industriais.

Um outro salto importante, quantitativa e qualitativamente, ocorre a partir da segunda metade da década de setenta. Boa parte das empresas, antes essencialmente de caráter familiar, modernizam-se e passam a assumir um caráter tipicamente capitalista. Outro fato importante ocorrido neste período foi o início da criação/implantação dos “distritos industriais” pelo poder público municipal. Inicialmente nos principais polos urbanos regionais (Erechim especialmente) e num segundo momento difundem-se para outros municípios (Getúlio Vargas, Estação). Atualmente, boa parte dos pequenos municípios também tem seu distrito industrial.

Neste contexto, várias empresas de diferentes ramos de produção (metalmecânico, alimentício, moveleiro, têxtil) evoluem para um porte médio ou grande e, em alguns casos transformando-se em referências pela tecnologia e qualidade, adquirindo status de indústrias modernas.

Do ponto de vista de desenvolvimento empresarial do setor industrial é interessante transcrever a manifestação de Joal Rosa:

Economias externas são importantes e decisivas, mas a insipiência destas nem sempre é constrangimento irremovível para a deflagração e avanço de processos de industrialização. Prova disto é dada pela experiência da empresa COMIL, produtora de ônibus. Esta empresa instalou-se em Erechim em 1985, quando adquiriu a massa falida da INCASEL. De lá para cá cresceu ininterruptamente tornando-se a segunda maior produtora de

ônibus do RS e a quarta do país. Atualmente exporta para 29 países. Em 2004 inaugurou uma fábrica no México, a COMIL BUS de México - em San Luis de Potosi, onde faz a montagem dos ônibus em regime PKD (a estrutura sai do Brasil montada e pintada e no México é acoplada sobre chassis produzidos naquele país). Antes de ter a sua própria planta, utilizava a fábrica da VOLVO BUS, em Toluca e a unidade da SCANIA em San Luis de Potosi, conforme matéria publicada pela <www.global21.com.br>, sob o título O primeiro mundo é aqui. Inúmeros outros exemplos podem ser dados e ficando somente com as empresas que foram entrevistadas pelos signatários deste relatório, constata-se que todas cresceram ininterruptamente ao longo dos último 20 anos bem acima do que seria permitido pelo crescimento vegetativo de seus mercados e se instalaram em Erechim, muito embora existissem outras localizações no Rio Grande do Sul muito mais competitivas em termos de economias externas. As trajetórias destas empresas são emuladoras, posto que todas construíram histórias vencedoras de empreendedorismo, como é o caso: i) da INTECNIAL que produz equipamentos e fábricas para diferentes segmentos industriais, como o petroquímico, o automobilístico e o de alimentos; ii) da INDEX produtora de jeans com marcas próprias, sendo que em torno de 20% da sua produção é para estilistas e marcas das mais conceituadas do País; iii) da TRIEL-HT, maior empresa da América Latina na fabricação de silos graneleiros para transporte de ração, carrocerias para transporte de animais vivos e de veículos especiais como carros de bombeiro e outros; da METALÚRGICA MONTE CASTELO fabricante de equipamentos para alimentação de uso industrial e doméstico, fundada e desenvolvida por dois jovens agricultores e alunos egressos do SENAI e da MARCOLIN, cujo titular é *ex-office boy* e ex-vendedor da Olivetti do Brasil e que, além da indústria e do comércio de vestuário, tem um empreendimento florestal de grande envergadura para os padrões regionais. Também é interessante - e de caráter pedagógico enquanto instrumento de desenvolvimento empresarial e regional - a experiência do consórcio de pequenas empresas da indústria de móveis de Aratiba que recentemente começou a exportar para os Estados Unidos, conforme entrevista do empresário João Carlos Lourau, da Charme Móveis, em fevereiro de 2006²². Por problemas de evolução da economia brasileira, algumas dessas empresas estão em recuperação judicial, outras continuam com boa evolução.

A estrutura industrial mostra um franco predomínio da indústria de transformação (66,6% do total industrial), enquanto que no Rio Grande do

22. ROSA, J. A. e PORTO, R. O. Relatório Final - Agenda de Projetos Estratégicos para o Desenvolvimento da Região do Alto Uruguai/RS - Agencia de Desenvolvimento do Alto Uruguai, maio de 2006.

Sul a indústria de transformação representa 69,2 do valor adicionado bruto da indústria, como um todo. A indústria extrativa é inexpressiva (0,2%).

Na zona de Aratiba, a indústria de transformação tem um expressão quase idêntica à da geração e distribuição de eletricidade (49%, devido à presença da barragem de Itá), sendo inexpressiva a construção civil no município de Aratiba, mas ela é totalmente dominante em Barra do Rio Azul, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Três Arroios.

Na zona de Erechim a indústria de transformação é dominante em todos os municípios variando de 66 a 80% do VAB industrial, exceto em Barão de Cotegipe onde representa 51%.

Tabela 43 - Estrutura em porcentagem do valor adicionado bruto das atividades da indústria na região Norte - 2012

	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	Construção Civil
Região Norte	0,2	66,6	16,5	16,6
Estado	0,8	69,2	11,7	18,2

Fonte: FEE

Na Zona de Getúlio Vargas a indústria de transformação é dominante nos municípios de Erebango, Estação, Getúlio Vargas e Ipiranga do Sul, representando de 60 s 79% do VAB industrial desses municípios, mas praticamente não existe em Charrua.

Em Charrua a indústria extrativa tem a maior participação no VAB industrial municipal de toda a região e de cada um dos seus municípios, com 18%, sendo a construção civil dominante. Em Sertão existe um equilíbrio entre os três segmentos, fora a indústria extrativa que não existe.

Na zona de Jacutinga a indústria de transformação é o segmento mais expressivo (79% do VAB do setor industrial), seguido pela construção. Como contraparte, esse segmento praticamente não existe em Cruzaltense e Quatro Irmãos e é pouco expressivo em Campinas do Sul e Ponte Preta. Em todos eles, a construção civil é a atividade mais importante do setor industrial. Entre Rios do Sul chama a atenção porque tem na indústria de transformação uma participação de 50%, mesmo com a barragem de Passo Fundo, grande geradora de energia elétrica, o que transforma essa atividade na segunda mais importante do município (44%).

Na zona de Marcelino Ramos, no município de Áurea a indústria da transformação e a construção civil têm contribuições similares ao VAB industrial

(41,5 e 40%, respectivamente) e em Marcelino Ramos há um relativo equilíbrio entre a indústria de transformação, a geração e distribuição de energia elétrica e a construção civil. Em todos os demais a construção civil é dominante e a indústria de transformação inexistente ou é pouco expressiva.

Na Zona de São Valentim todos os municípios têm na construção civil a principal atividade do setor industrial, mesmo em Faxinalzinho que conta com a barragem de Monjolinho. A indústria de transformação tem uma expressão maior em São Valentim (32%), mas sem ser a principal atividade industrial do município. A indústria de transformação é praticamente inexistente ou muito pouco expressiva em Benjamin Constant do Sul, Faxinalzinho e Itatiba do Sul.

Quanto à estrutura de atividades da indústria de transformação, em 2013, é possível perceber que, mesmo com o desenvolvimento da metalmeccânica, é a indústria de produtos alimentícios a mais importante, representando 60% do total da indústria de transformação, na Região Norte, enquanto que no Estado ela representa em torno de 21%.

A metalmeccânica, representada basicamente pela produção de veículos automotores, reboques e carrocerias, representa 21% da indústria de transformação da Região Norte e no Estado, 12%. Também no setor metalmeccânico opera a produção de máquinas e equipamentos (4,6% na Região e 8% no Estado). Completa o setor metalmeccânico a atividade de produção de bens de metal, exceto máquinas e equipamentos.

Indústrias tradicionais, como móveis, confecção de artigos do vestuário e acessórios, produtos de borracha e de material plástico e produtos minerais não metálicos (como a indústria de joias de Gaurama) representam de 1 a 2% do total da indústria de transformação. A participação dessas indústrias na média do Estado varia de 0,4 a 4,4%.

Todas as demais atividades que participam individualmente com menos de 1%, no conjunto e no somatório de suas atividades representam 9,2% da indústria de transformação da Região Norte.

Tabela 44 - Estrutura de atividades da indústria de transformação, na região Norte e no Estado, em 2013 - em porcentagens

Descrição*	Estrutura (%)	
	Norte	Estado
Indústria de Transformação	100,00	100,00
- Produtos Alimentícios	59,80	20,93
- Moagem, Fabricação de produtos amiláceos e de alimentação para animais	45,77	7,18
- Abate e fabricação de produtos de carne	7,09	5,47
- Fabricação de outros produtos alimentícios	3,44	1,44
- Laticínios	3,05	2,42
- Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais	0,44	3,97
- Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	20,98	11,87
- Fabricação de Cabines, Carrocerias e Reboques para veículos automotores	19,10	1,81
- Fabricação de Peças e Acessórios para veículos automotores	0,92	3,71
- Máquinas e Equipamentos	4,56	7,99
- Móveis	1,96	1,97
- Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	1,27	0,42
- Produtos de Borracha e Material Plástico	1,20	3,62
- Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	1,06	4,42
- Produtos de Minerais Não-Metálicos	1,02	0,83
- Demais Atividades	9,18	48,77

Fonte dos dados primários: Secretaria da Fazenda do RS Elaboração FEE/CIE. Os dados não puderam ser atualizados porque a Secretaria da Fazenda não os disponibiliza para a FEE.

*Nesta tabela só foram mostradas aquelas atividades com mais de 1% de participação no nível de divisão do CNAE.

Esta tabela foi extraída do Perfil Sócio Econômico - COREDE Norte - Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional - Governo do Estado do Rio Grande do Sul - novembro de 2015, não podendo ser atualizada porque a Secretaria da Fazenda não disponibiliza mais os dados para a FEE.

3.6.3 O setor de serviços

No Setor de Serviços prevalece a atividade da Administração Pública, com uma participação maior na Região Norte (30%) do que no Estado (26%), enquanto que a segunda atividade mais importante, o Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação tem maior participação no Estado (21%) do que na Região Norte (18%).

Segue, em importância, na Região Norte, as atividades imobiliárias e alugueis (9%), provavelmente pela presença da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI Erechim, com muitos alunos oriundos de outros municípios, regiões e Estados. No estado esta atividade tem uma participação maior ainda.

A quarta posição, em importância relativa, é ocupada pelas atividades de transporte, armazenagem e correio, com porcentagem levemente superior na Região Norte (8,8%) do que no Estado (8,1%).

A intermediação financeira e os serviços prestados às empresas têm uma participação muito próxima a 8%, cada uma delas, na Região Norte, enquanto que no Estado a participação financeira sobe para 9,6%.

Chama a atenção que a área de alojamento e alimentação tenha uma participação relativamente baixa, tanto na Região Norte (2,4%), como no Estado (2,8%).

Tabela 45 - Estrutura do valor adicionado bruto das atividades de serviços - 2012 - região Norte e estado do Rio Grande do Sul - em porcentagens

Descrição	Estrutura (%)	
	Norte	Estado
Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação	18,1	21,3
Alojamento e Alimentação	2,4	2,8
Transportes, Armazenagem e Correio	8,8	8,1
Intermediação Financeira	7,9	9,6
Serviços Prestados às Empresas	8,0	6,8
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	9,3	10,1
Administração Pública	30,4	25,7
Saúde e Educação Mercantil	5,3	6,1
Demais Serviços	9,8	9,4

Esta tabela foi extraída do Perfil Sócio Econômico - COREDE Norte - Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional - Governo do Estado do Rio Grande do Sul - novembro de 2015, não podendo ser atualizada porque a Secretaria da Fazenda não disponibiliza mais os dados para a FEE.

Segundo dados do Perfil Sócio Econômico - COREDE Norte, da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional, cujo fonte primário é a FEE, existem 11 municípios que não tem nenhuma participação em Serviços relacionados a atividades de intermediação financeira, sendo eles Barra do Rio Azul, na Zona de Aratiba, Paulo Bento, na Zona de Erechim, Charrua e Floriano Peixoto, na Zona de Getúlio Vargas; Cruzaltense, Ponte Preta e Quatro Irmãos, na Zona de Jacutinga, Carlos Gomes e Centenário, na Zona de Marcelino Ramos e Benjamin Constant do Sul e Faxinalzinho, na Zona de São Valentim. Na zona de Aratiba tem participação em Intermediação Financeira, muito inferior à média regional, os municípios de Três Arroios e Mariano Moro, enquanto que na zona de Erechim, Barão de Cotegipe. Denotando uma dificuldade nesse setor, na Zona de Getúlio Vargas, outros dois municípios tem participação irrisória, tais como Erebangó e Estação. Com Getúlio Vargas, que é o Centro de Zona, tem uma partici-

pação quase duas vezes superior à média da Região, é de se supor que as sedes de bancos estão concentradas nessa cidade e a intermediação financeira da zona se realize em seu Centro de Zona.

A mesma situação ocorre na Zona de São Valentim, na qual o município Centro de Zona tem a participação da intermediação financeira em seu VAB de Serviços mais de 50% da mesma variável na média da Região Norte, mas também conta com dois municípios (Erval Grande e Itatiba do Sul) com participação irrisória, em suas respectivas áreas geográficas, além de contar com outros dois que não tem nenhuma participação.

Surpreende que Entre Rios do Sul, na Zona de Jacutinga, tenha também uma participação baixíssima em intermediação financeira, tendo em vista o seu alto PIB *per capita*.

O município de Erechim tem participação acima da média regional em todas as atividades do setor de Serviços, exceto na Administração Pública, embora conte com inúmeras entidades públicas estaduais e federais. Provavelmente o VAB da Administração Pública de Erechim seja o mais importante da Região, mas no interior do município as outras atividades de Serviços também têm importância, reduzindo a participação relativa do VAB da Administração Pública.

Chama a atenção a baixa participação das atividades de Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação em Aratiba, tendo em vista que o seu PIB *per capita* é extraordinariamente mais elevado do que o de todos os demais municípios da Região e da maioria dos municípios do Estado.

Municípios com pequena atividade produtiva, baixo PIB *per capita* apresentam um VAB do segmento de Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação muitas vezes inferior à média da Região Norte, como é o caso de Barra do Rio Azul e Mariano Moro, na Zona de Aratiba; Paulo Bento, na Zona de Erechim; Benjamin Constant do Sul e Itatiba do Sul, na Zona de São Valentim; Carlos Gomes e Marcelino Ramos, na Zona de Marcelino Ramos. Este último município apresenta atividade de turismo interno intensa, com águas termais, e com vinculação com o polo turístico de Piratuba, em Santa Catarina. Esses mesmos municípios do Rio Grande do Sul, apresentam uma baixa arrecadação relacionada a prestação de Serviços de Alojamento e Alimentação.

No segmento de transporte, armazenagem e correio não existem discrepâncias tão fortes como em outras atividades, embora seja proeminente esta atividade em Aratiba (22,5%), que também têm uma alta participação das atividades de serviços prestados às empresas (14,6%).

Em 17 municípios de diferentes zonas o VAB das atividades da Administração Pública representam valores próximos ou superiores à 50% do VAB total do Setor de Serviços, representando a importância que tem a remuneração dos serviços públicos para o setor e também a sua dependência da administração pública e de sua eficiência.

3.6.4 As finanças públicas

A situação financeira dos municípios da Região Norte, é na média da região, muito favorável, sendo que só as receitas provenientes de retornos do Governo Federal representam mais do que o total de despesas realizadas. Portanto, há um expressivo superávit fiscal, demonstrando uma extraordinária saúde financeira dos municípios da Região. Na média da Região os municípios tem uma alta capacidade de investimento e capacidade de endividamento.

Em todas as zonas as receitas municipais de origem federal representam o maior aporte (entre 48%, na zona de Aratiba, e 67%, na de São Valentim) sendo que as receitas de origem estadual representam o segundo mais importante somente nas zonas de Erechim (27%) e de Getúlio Vargas (19%). Nas demais as receitas próprias (40%, na zona de Aratiba a 21%, na de São Valentim) superam em importância as receitas provenientes de tributos estaduais, que variam de 13%, na zona de São Valentim a 20%, na de Marcelino Ramos.

Do total de receitas de origem federal que se destinam à região Norte, 74% vai para a sub-região de Erechim, e 14% para a zona de Getúlio Vargas. As outras quatro zonas recebem apenas 12% das receitas federais.

Quanto às receitas auferidas pelos municípios e de origem estadual, especialmente retorno de ICMS, há uma concentração também na zona de Erechim (81%), indicando uma concentração maior quando comparado com as receitas de origem federal, sendo esta fonte também importante para Getúlio Vargas (10%). As outras quatro zonas recebem apenas 9% dos retornos de receitas estaduais para a Região Norte.

As receitas próprias estão melhor distribuídas regionalmente, sendo que a zona de Erechim concentra 56% deste tipo de receita, enquanto que a zona de Getúlio Vargas participa com 15% e a de Aratiba, com 12%.

Quando se analisa a situação, em nível das diferentes zonas, aparecem discrepâncias muito claras, sendo difícil a situação financeira das zonas de Aratiba, Jacutinga, Marcelino Ramos e São Valentim, com deficits fiscais

muito acentuados, o que retira de seus municípios capacidade de investir ou se endividar.

Nas zonas de Erechim e Getúlio Vargas a situação é muito favorável, especialmente na zona de Erechim, onde o superávit fiscal é extraordinariamente expressivo.

Tabela 46: Situação das finanças públicas da região Norte e de suas zonas - 2015

ZONAS E REGIÃO NORTE	Total de despesas realizadas* (R\$)(2015)	RECEITAS (R\$)			Total de Receitas (R\$) (2015)
		Tributos Estaduais** (2015)	Tributos Federais*** (2015)	Receitas Próprias* (2015)	
Aratiba	88.314.884	7.612.580	22.784.726	18.675.354	47.284.262
Erechim	24.2383.797	246.409.731	579.706.221	89.065.390	915.181.342
Getúlio Vargas	121.001.846	31.282.481	106.228.433	23.430.996	160.941.910
Jacutinga	79.320.728	8.102.399	28.874.636	9.887.230	46.864.265
Marcelino Ramos	67.936.011	8.083.372	22.342.276	9.796.958	40.222.606
São Valentim	65.094.237	4.272.306	23.052.696	7.168.696	34.493.698
REGIÃO NORTE	664.051.503	305.762.869	782.988.988	158.024.624	1.244.988.083

Fonte: *Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; **Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul; ***Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal.

Na zona de Aratiba a situação é mais grave para os municípios de Barra do Rio Azul, Mariano Moro e Severiano de Almeida que apresentavam receitas inferiores a 50% das despesas realizadas.

Na zona de Erechim a situação é excepcional, especialmente no município homônimo, no qual as receitas são quatro vezes superiores às despesas, mas também nos demais municípios a situação é de superávit fiscal, exceto em Paulo Bento onde existe um relativo equilíbrio.

4. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE E A MATRIZ FOFA

O diagnóstico técnico foi apresentado à sociedade por meio de reuniões regionais naqueles locais que foram identificados como Centros de Zona e Centro Sub-Regional. As reuniões regionais foram realizadas em Aratiba, Erechim, Getúlio Vargas, Jacutinga, Viadutos (pela impossibilidade de se fazer a reunião em Marcelino Ramos, que é o Centro de Zona) e São Valentim. Posteriormente foi realizada uma reunião de avaliação geral, em Erechim, quando foram criadas as comissões setoriais.

A partir da criação das comissões setoriais foram mobilizados os representantes indicados pela sociedade para se reunirem em cada área para a qual a sociedade os considerou os mais representativos ou conhecedores do assunto pertinente. A matriz resultante em cada comissão setorial acabou por absorver praticamente todas as indicações feitas nas matrizes regionais, mesmo porque em cada reunião setorial eram apresentados os elementos dessa setorial que tinham aparecido nas matrizes regionais, o que influenciou para considerar como base para a montagem da matriz regional geral, as matrizes setoriais. Esse critério se confirma por meio de um exemplo muito simples: os aspectos relacionados ao desenvolvimento sócioeconômico foram enfatizados de forma muito acentuada em todas as reuniões sub-regionais. A comissão de desenvolvimento socioeconômico teve um número de participantes maior do que o número de todas as demais comissões setoriais.

Foram organizadas oito comissões setoriais: educação, saúde, assistência social, segurança pública, infraestrutura e transportes, meio ambiente, desenvolvimento e inovação tecnológica. A matriz regional geral será, então, apresentada a partir das indicações das matrizes setoriais.

Na matriz setorial da educação foram identificados como pontos fortes: há unidades de ensino de qualidade em todos os níveis, do fundamental ao superior, a disponibilidade de cursos superiores em todos os níveis e áreas e, o fato da região representar um Polo Educacional e Cultural, com atrativos culturais nas áreas de música, folclore e nativismo.

Entre as oportunidades foram considerados como pontos fortes o fortalecimento e ampliação do polo educacional e cultural, a possibilidade de captação de recursos externos por meio de projetos de EaD e o potencial de desenvolver a educação, na região, em todos os níveis, inclusive gratuita.

A diversidade étnica cultural foi considerada um ponto forte e uma oportunidade relevante, porque é uma característica interna da organização social da região, mas que abre inúmeras alternativas de exploração de vertentes turísticas, de atrativos culturais e de geração de produtos diferenciados.

Entre as fraquezas foram apresentados fatores internos ao setor e fatores indiretos. Foi constatado que a região apresenta deficiência na educação pela sua baixa pontuação no IDEB e por não contar com investimentos em cursos técnicos, além de apresentar uma baixa articulação entre os sistemas e níveis de ensino. Entre fatores complementares, indiretos, foi identificada a logística de transporte escolar como inadequada. No nível cultural foi apontada a ausência de programas e projetos para o desenvolvimento da cultura na região.

Entre as ameaças aparecem as relacionadas ao setor público, como falta de políticas de estado para a educação, baixo investimento federal na educação municipal e falta de acesso à recursos para infraestrutura e as vinculadas com o setor privado (acesso limitado à participação cultural) de empresas nos diferentes regimes jurídicos propostos pelos incentivos fiscais.

Na comissão setorial da saúde foram identificados como pontos fortes a boa cobertura na atenção básica, a amplitude da rede U.B.S. e, em termos de recursos humanos, a formação acadêmica na área da saúde e a capacitação do material humano.

Como oportunidades são apresentadas aquelas relacionadas à infraestrutura, como a utilização de estruturas subutilizadas nos municípios, o fortalecimento do hospital regional e a organização de cursos universitários na área da saúde e também as relacionadas com a cooperação intersetorial, como a integração dos setores de saúde e educação.

As fraquezas identificadas se referem a aspectos estruturais (*déficit* de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo - U.T.I.) e funcionais (*déficit* no controle social, *déficit* de desenvolvimento de trabalho em rede, qualificação insuficiente da atenção em rede, baixa qualificação na gestão na saúde e deficiência de referência em média complexidade). As ameaças são de cunho ambiental (poluição ambiental), ambiental/infraestrutural (saneamento básico deficiente), social/comportamental (droga e violência) e jurídico (judicialização da saúde).

Não são apresentadas nem diretrizes e nem projetos, embora a aprovação do curso de medicina em Erechim, na URI possa ser um fator evidente de superação do *déficit* de leitos em U.T.I., pela provável organização de um hospital universitário, da mesma forma em que outras deficiências devam ser superadas.

Na comissão setorial de assistência social foram referidos como pontos fortes aqueles que se referem às políticas públicas, ou seja, os programas sociais criados pelos governos federal e estadual, a utilização das delegacias regionais de trabalho e assistência social (públicas) e a estrutura do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS - destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção básica às famílias e indivíduos e, do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), com o foco de ação na família. As oportunidades aparecem quando se buscam parcerias com outras entidades, inclusive privadas, para promover cursos profissionalizantes, para pessoas assistidas pelos programas oficiais e de parcerias com empresas para captar recursos por meio da lei da Solidariedade. A priorização da assistência social como política pública seria uma oportunidade.

Como pontos fracos são apontados problemas com o pessoal que opera o assistencialismo, a burocratização e a baixa participação dos municípios, nos seguintes termos: falta de preparo das pessoas na gestão dos CRAS, dificuldade de manter profissionais na área, burocratização excessiva (Federal e Estadual) atrelada à falta de conhecimento dos gestores quanto ao uso do recurso público nos programas sociais, além dos programas municipais serem pouco divulgados, ou sem foco específico, ou mesmo inexistentes.

Tabela 47 - FOFA Setorial: EDUCAÇÃO

	Fatores internos (controláveis)	Fatores externos (incontroláveis)
Pontos Fortes	<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de cursos superiores na região, em todos os níveis e áreas Polo Educacional e cultural. • Atrativos culturais (música, grupos folclóricos e nativistas). • Qualidade do ensino em todos os níveis do fundamental ao superior. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da Educação na região em todos os níveis, inclusive gratuita, com novos cursos e mais vagas. • Exploração da diversidade étnico cultural. • Fortalecimento/ampliação do polo educacional e cultural. • Captação de recursos externos por meio de projetos EaD.
Pontos Fracos	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixa pontuação no IDEB. • Ausência de programas/projetos para o desenvolvimento da cultura na região. • Falta de investimentos em cursos técnicos. • Logística inadequada no transporte escolar. • Baixa articulação entre os sistemas e níveis de ensino. 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acesso limitado à participação (cultural) de empresas nos diferentes regimes jurídicos. • Falta de acesso à recursos para infraestrutura e/ou restrição de acesso à infraestrutura geral. • Falta de políticas de estado para a educação. • Baixo investimento estadual e federal na educação municipal.

Tabela 48 - FOFA Setorial: SAÚDE

	Fatores internos (controláveis)	Fatores externos (incontroláveis)
Pontos Fortes	Forças <ul style="list-style-type: none"> •Material humano (capacitação). •Boa cobertura na atenção básica. •Rede U.B.S./SUS •Formação acadêmica na área da saúde. 	Oportunidades <ul style="list-style-type: none"> •Cursos universitários na área da saúde. •Integração saúde-educação. •Fortalecimento do hospital regional. •Utilização de estruturas sub utilizadas nos municípios da região.
Pontos Fracos	Fraquezas <ul style="list-style-type: none"> •Deficiências no controle social. •Déficit de leitos de U.T.I. •Dificuldade de desenvolvimento de trabalhos em rede. •Qualificação da atenção básica. •Qualificação da gestão na saúde. •Deficiência de referenciamentos em média complexidade. 	Ameaças <ul style="list-style-type: none"> •Poluição ambiental. •Drogas. •Violência. •Deficiências no saneamento básico. •Judicialização da saúde.

Não foram apontadas ameaças pela comissão setorial de Assistência Social, embora uma mudança de política pública no setor possa criar sérias dificuldades para os programas de assistência social.

Essa comissão setorial apresentou as seguintes diretrizes/projetos:

- 1) Priorizar a assistência social como política pública.
- 2) Instalação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) nos municípios.
- 3) Garantia de um percentual mínimo para assistência social no orçamento municipal.
- 4) Desenvolver uma política de educação/capacitação permanente para os trabalhadores.
- 5) Valorização dos trabalhadores da assistência social.

A comissão setorial de Segurança Pública apresentou dois pontos fortes relacionados com a infraestrutura de segurança e outro de cooperação com a sociedade. O fato do 13º BPM da Brigada Militar têm corpo docente e estrutura física adequada para formação de até 60 alunos por turma (alojamento, refeição etc.) e de existir em Erechim dois núcleos de polícia comunitária, além de haver a pré-disposição da comunidade em colaborar com os órgãos de segurança pública.

Em relação às oportunidades apresentadas pela comissão setorial de Segurança Pública existem várias proposições que poderiam ser consideradas como diretrizes ou propostas de projetos. Assim sendo, apesar da matriz FOFA ser mantida na forma apresentada na comissão, nesta análise estas serão consideradas como diretrizes e propostas de projetos.

Tabela 49 - FOFA Setorial: ASSISTENCIA SOCIAL

	Fatores internos (controláveis)	Fatores externos (incontroláveis)
Pontos Fortes	<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programas sociais criados pelo governo federal e estadual. • Utilização das delegacias regionais de trabalho e assistência social. • Estrutura do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS destinado à prestação de serviços e programas sócio assistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos e do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), com o foco de ação na família. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Firmar parcerias com entidades para promover cursos profissionalizantes. • Firmar parcerias com empresas para captar recursos por meio da lei da Solidariedade. • Priorizar a assistência social como política pública.
Pontos Fracos	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de preparo das pessoas na gestão dos CRAS. • Dificuldade em manter os profissionais qualificados na área, ou utilizar profissionais não qualificados. • Programas sociais municipais inexistentes, pouco divulgados ou sem foco específico. • Burocracia excessiva (Federal e Estadual) atrelada à falta de conhecimento dos gestores quanto ao uso do recurso público nos programas sociais. 	<p>Ameaças</p> <p>(não foram elencadas ameaças).</p>

É uma oportunidade efetiva a integração da Polícia Militar de Santa Catarina com a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, incluindo o planejamento estratégico de combate qualificado da criminalidade na fronteira do RS com SC.

É também uma oportunidade de fortalecimento do setor de segurança a conscientização da população para a adoção de condutas básicas de segurança pessoal e patrimonial, o que também pode ser considerado como um projeto da Brigada Militar para ampliar as condições de segurança da população.

Todas as demais oportunidades apontadas pela comissão setorial da segurança pública são de fato propostas de ações públicas, de projetos, ou pelo menos de diretrizes para o setor.

Quanto aos pontos fracos a comissão foi bastante objetiva, apontando a redução do efetivo policial, estimando-se uma defasagem de 60% até o final de 2016; a redução da autonomia do comando em seu poder de decisão; a carência de médico legista no posto médico legal; a falta de

policiais civis nas delegacias; a ausência de delegacia da Polícia Federal; a superlotação dos presídios de Erechim e Getúlio Vargas; a necessidade de renovação constante da frota de viaturas; a reposição necessária de equipamentos, armamentos e ferramentas de Tecnologia da Informação - TI.

Também foi muito abrangente a comissão setorial de segurança pública ao identificar as ameaças, entre as quais citou: o risco do aumento da criminalidade relacionada ao narcotráfico, roubo de veículos, comércio ilegal de armas; as incertezas dos resultados das atuais alterações propostas para a legislação previdenciária e a crise financeira do estado, reduzindo o investimento no setor.

A Setorial de Segurança apresentou as seguintes diretrizes e propostas de projetos:

- 1) Recomposição do efetivo dos órgãos de segurança pública, especialmente da Brigada Militar.
- 2) Implementação de ferramentas da TI para agilizar o atendimento das ocorrências, viabilizar a investigação e análise criminal, etc.
- 3) Reposição constante de viaturas, armamento, equipamento de informática e demais dispositivos necessários.
- 4) Intensificação do treinamento e especialização dos agentes de segurança pública.
- 5) Ampliação da filosofia da polícia comunitária, proporcionando uma maior participação da comunidade na solução de problemas de segurança pública.

A estas propostas podem ser agregadas às seguintes oportunidades:

- Implementação de um posto de criminalística.
- Projetos de tecnologia de informação, como aplicativo de interatividade da comunidade com a polícia; terminal embarcado nas viaturas policiais (talonário eletrônico); uso policial de drones; vídeo monitoramento dos municípios com espelhamento regional do 13º BPM.
- Recriação do (antigo e extinto) Comando Regional de Polícia Ostensiva da Região Norte (CRPO/NORTE), o que implicará em maior autonomia e poder de decisão, não sendo necessário estar conectado diretamente com o Comando Geral em Porto Alegre para solução de demandas; participação direta, na Capital, das decisões com vários Departamentos da Brigada Militar, especialmente o Administrativo e o de Ensino, os quais

definem as circunstâncias e locais de realização de cursos de formação de novos policiais militares e dividir o atual batalhão (13ª BPM) que, hoje, atende 37 municípios, em dois, o que viabilizará a criação do CRPO, pois a norma em vigor exige que cada Comando Regional, tenha, no mínimo, 02 (dois) batalhões. Isso proporcionará a otimização do gerenciamento administrativo e, principalmente, operacional; recebimento de maior montante de verbas, face a existência de dois Batalhões sob os auspícios do novo Comando Regional, com autonomia para geri-las.

A Comissão Setorial de Infraestrutura e Transporte identificou algumas forças que estão mais vinculadas à região do que ao setor, como área agricultável e potencial turístico. Por outro lado, identificou bem como forças o potencial hídrico para as cadeias produtivas e como nova fonte de energia. Também enfatizou como ponto forte a existência de matéria prima de excelente qualidade para propiciar as ligações asfálticas identificadas como necessárias.

Entre as oportunidades apontou a formação de consórcios intermunicipais proporcionando sinergia para buscar soluções.

Entre os pontos fracos, salientou a desmotivação das comunidades e a logística deficiente e como ameaça a perda de competitividade, provavelmente como decorrência da infraestrutura deficiente.

A comissão sugeriu as seguintes diretrizes e linhas de projetos:

- 1) Pavimentação asfáltica com baixo custo para estradas municipais.
- 2) Terceirização para municípios controlarem os recursos provenientes do Ministério das Cidades.
- 3) Gabaritar as intervenções municipais nas estradas vicinais preparando para etapas seguintes.
- 4) Treinar os funcionários das prefeituras para realizarem este trabalho.

A Comissão Setorial de Meio Ambiente identificou forças pertinentes, como sendo:

- 1) O aproveitamento das condições diversificadas dos microclimas regionais em prol da agricultura familiar diversificada e baseada na biodiversidade existente para a produção de produtos orgânicos de alto valor agregado.
- 2) A quantidade de vegetação nativa existente, em relação a outras re-

giões do estado, que pode ser aliada a uma exploração de turismo de aventura e turismo ecológico/rural.

As oportunidades também foram claramente identificadas, tendo sido apontadas as seguintes: precipitação pluviométrica abundante durante todo o ano, o que favorece a biodiversidade local, além de propiciar grande quantidade de mananciais, sendo necessário projetos que visem à manutenção da água no sistema solo/planta e reservação desta água para os períodos de verão de baixa precipitação; estruturação de Consórcios entre municípios para a disposição e tratamento final de resíduos contaminados, diminuindo custos aos municípios em relação à sua disposição em aterros distantes e, com elevado custo de transporte, e disposição e estruturação de frigorífico licenciado (SIF/SISBI ou CISPOA/SUSAF) e capacitado ao abate de grandes animais (bovinos e suínos), de forma sistematizada para a região.

Entre os pontos fracos identificou um problema de contaminação pelo tratamento inadequado de dejetos animais antes de sua disposição nas áreas de cultivo, o que acarreta problemas de fertilidade, salinidade, impermeabilidade e solos com maiores problemas para plantio, e, sobretudo, levando à contaminação do solo e da água.

Entre as ameaças essa comissão setorial identificou as seguintes:

- 1) A grande demora dos processos de licenciamento encaminhados via FEPAM, o que leva o empreendedor a desistir.
- 2) Incerteza e falta de preparação técnica dos licenciadores municipais na avaliação de projetos, que em muitos casos se traduz em negativas aos licenciamentos pela insegurança dos técnicos.
- 3) Falta de apoio e incentivo das prefeituras municipais para implantar processos eficientes e despolitizados de emissão das licenças ambientais.

Apresentaram as seguintes diretrizes e propostas de projetos:

- 1) Implantação de frigorífico (licenciado e fiscalizado) para abater suínos e bovinos na região de forma rápida, prática e eficiente e/ou a instalação de abatedouros microrregionais .
- 2) Auxílio aos municípios no processo de Licenciamento e implantação dos sistemas de tratamentos de efluentes urbanos, a partir dos projetos e previsões dos Planos de Saneamentos municipais estruturados nos anos de 2014 e 2015, como obrigatórios aos municípios brasileiros.

3) Fortalecimento da fiscalização e tratamento da disposição final dos dejetos animais, diminuindo o potencial de contaminação.

A Comissão Setorial de Inovação Tecnológica foi muito perspicaz na identificação das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, entre as quais podem ser salientadas as seguintes:

1) Forças:

- a) Existência de centros de ensino, pesquisa e extensão;
- b) Existência de agroindústrias receptivas à introdução de novos produtos e processos.
- c) Produção regional primária com potencialidade para o desenvolvimento tecnológico.
- d) Existência da Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai.

2) Oportunidades:

- a) Existência de fomento para energias alternativas.
- b) Aumento da procura por produtos agroindustriais e agroecológicos.
- c) Fomento Governamental para projetos com interface entre instituições de pesquisa e fomento e estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

3) Fraquezas:

- a) Empresas da região com pouca cultura e baixo investimento voltado para fomentar a inovação tecnológica.
- b) Pouca interação entre instituições de pesquisa e as empresas e entidades representativas para o foco em inovação.
- c) Processos produtivos das agroindústrias com baixa padronização e inovação.

4) Ameaças:

- a) Baixo investimento em inovação dos órgãos governamentais.
- b) Redução dos investimentos em inovação por problemas financeiros de empresas de algumas indústrias.

Tabela 50 - FOFA Setorial: SEGURANÇA PÚBLICA

	Fatores internos (controláveis)	Fatores externos (incontroláveis)
Pontos Fortes	<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • O 13º BPM da Brigada Militar tem corpo docente e estrutura física adequada para formação de até 60 soldados (professores, alojamentos, refeição etc). • Pré disposição da comunidade em colaborar com os órgãos de segurança pública. • Existência em Erechim de dois núcleos de polícia comunitária, servindo de exemplo para a criação de mais núcleos similares. • Retorno dos efetivos de policiais militares e civis, além de bombeiros que servem atualmente na área Metropolitana de Porto Alegre. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de integração da Polícia Militar de Santa Catarina com a Brigada Militar do Rio Grande do Sul: Planejamento estratégico de combate qualificado da criminalidade na fronteira do RS com SC. • Implementação de um posto de criminalística. • Projetos de tecnologia de informação: Aplicativo de interatividade da comunidade com a polícia; terminal embarcado nas viaturas policiais (talonário eletrônico); uso policial de drones; vídeo monitoramento dos municípios com espelhamento regional do 13 BPM. • Conscientização da população para a adoção de condutas Básicas de segurança pessoal e patrimonial. • Recriação do (antigo e extinto) Comando Regional de Polícia Ostensiva da Região Norte (CRPO/NORTE). • Criação Concomitante de mais um batalhão: Subdivisão da Área de Ação atual com 37 Municípios que compõe apenas 01 Batalhão atualmente (13º BPM), viabilizando a criação de CRPO, pois a norma em vigor exige que cada Comando Regional, tenha no mínimo, 02 (dois) Batalhões. • Permuta das áreas dos atuais presídios por presídios novos construídos em troca.
Pontos Fracos	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução do efetivo policial: estima-se uma defasagem de 60% até final de 2016. • Menos autonomia e poder de decisão do atual comando regional. • Falta de médico legista no posto médico legal. • Falta de policiais civis nas delegacias. • Ausência de Delegacia da Polícia Federal. • Superlotação dos presídios de Erechim e Getúlio Vargas. • Não realização da necessária renovação constante da frota de viaturas. • Não realização necessária de equipamentos, ferramentas de TI. • Carga elevadíssima de trabalho para policiais (militares e civis) e bombeiros provocando stress. • Carência de meios para instrução/ reciclagem dos recursos humanos, como falta linha de tiro moderna, não pagamento de diárias, ressarcimento de despesas e outros fatores. • Escassez de vagas nos presídios de Erechim e Getúlio Vargas. 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Risco de aumento de criminalidade: narcotráfico, roubo de veículos, comércio ilegal de armas. • Incerteza dos resultados das atuais alterações propostas para a legislação previdenciária (que pode provocar debandada de efetivo). • Crise financeira do Estado, restringindo investimentos no setor. • Alto risco de rebeliões/fugas em virtude do excesso da carga carcerária.

Tabela 51 - FOFA Setorial: INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

	Fatores internos (controláveis)	Fatores externos (incontroláveis)
Pontos Fortes	<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área agricultável. • Potencial turístico. • Potencial hídrico para as cadeias de carnes (avícola e suinocultura) e bacia leiteira. • Potencial hídrico – para novas fontes energéticas. • Existência de farta matéria-prima de excelente qualidade (rochas e basalto alterado), para base das ligações asfálticas solicitadas por todas as microrregiões. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agronegócio – melhorias para todas as cadeias produtivas. • Consórcio de Municípios proporcionando sinergia.
Pontos Fracos	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desmotivação das Comunidades. • Logística deficitária. 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perda de competitividade em todos os setores das microrregiões abrangidas pelo CREDENOR.

Tabela 52 - FOFA Setorial: MEIO AMBIENTE

	Fatores internos (controláveis)	Fatores externos (incontroláveis)
Pontos Fortes	<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento das condições diversificadas dos microclimas regionais em prol da agricultura familiar diversificada e baseada na biodiversidade existente para a produção de produtos orgânicos de alto valor agregado. • Quantidade de vegetação nativa existente em relação a outras regiões do estado que pode ser aliado a uma exploração de turismo de aventura e turismo ecológico/rural. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Volume de água precipitado (Chuvas) no decorrer do ano, que favorecem a biodiversidade local e que fazem com que tenhamos grande quantidade de mananciais, sendo necessários projetos que visem a manutenção da água no Sistema Solo/Planta e reservação desta água para os períodos de verão de baixa precipitação. • Estruturação de Consórcio CIRAU ou de consórcios entre municípios para a disposição e tratamento final de resíduos contaminados, diminuindo custos aos municípios de sua disposição em aterros distantes e com elevado custo de transporte e disposição. • Estruturação de frigorífico licenciado e capacitado ao abate de grandes animais (Bovinos e Suínos) de forma sistematizada para a região ou de abatedouros micro regionais.

Entre as diretrizes e propostas de projetos, a Comissão Setorial de Inovação Tecnológica apresentou as seguintes:

- 1) Fomento a eventos de incentivo à inovação e promoção da interface entre as empresas e as instituições de Pesquisa e Desenvolvimento.
- 2) Fomentar Programas de implantação de Parques Tecnológicos, Incubadoras e Polos de Modernização Tecnológica na Região do Alto Uruguai.

A Comissão Setorial de Desenvolvimento Econômico (Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços) foi a que teve a maior participação, por sua importância e por ser múltipla setorial. Adotou a prática de indicar diretrizes e fazer proposta de projetos no segmento de oportunidades da matriz FOFA Setorial. Poucas diretrizes e propostas de projetos são efetivamente oportunidades e foram mantidas como tais as demais são aqui apresentadas como Diretrizes/Projetos.

Entre as forças foram identificadas as seguintes:

- 1) Muitos atrativos de potencial turístico, com destaque para as águas termais e águas represadas.
- 2) A organização do Arranjo Produtivo Local - APL do vestuário;
- 3) A estrutura do setor metalmeccânico;
- 4) A agricultura e a pecuária.
- 5) A existência de grande quantidade de agroindústrias familiares.
- 6) O polo educacional e de pesquisa.
- 7) As cooperativas organizadas e o núcleo de Cooperativismo do Alto Uruguai;
- 8) O empreendedorismo regional.

A definição de oportunidades, no caso desta Comissão Setorial, se direcionou bastante para as propostas de diretrizes e projetos e também mesclou fatores internos existentes, com potencialidades que podem ser alcançadas a partir de determinadas iniciativas e adoção de políticas claras.

As oportunidades selecionadas decorrem de atividades produtivas, mas também da pesquisa, extensão e criação ou consolidação de estruturas institucionais.

São apontadas como oportunidades produtivas, a agregação de valores aos produtos da região, seguindo o exemplo da Biodiesel Olfar, que agrega valor ao soja, ou das indústrias integradoras da cadeia alimentar, particularmente na suinocultura, avicultura, pecuária leiteira e agricultura (grãos para a indústria do trigo e da cevada). Nessa linha se considera como oportunidades o fortalecimento da cadeia da erva-mate, com enfoque turístico e produtivo, o fortalecimento da citricultura da região, com parceria e apoio do poder público para a comercialização de citrus por meio da Central CECAF e o investimento na cadeia leiteira, ideia já cogitada ao interior da Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai. Para tanto, sugere-se o me-

lhoramento dos solos agricultáveis, com repercussão positiva na produtividade, redução da erosão e do assoreamento das drenagens.

Vinculando ao sistema produtivo agropecuário e extrativo se considera como fundamental, no âmbito da superestrutura, a consolidação do Núcleo de Cooperativismo do Alto Uruguai e, no âmbito dos serviços vinculados, a estruturação da Escola Regional do Cooperativismo (iniciativa já em andamento no Núcleo, em parceria com a URI, EMATER E IFRS)

O turismo ocupa sempre lugar relevante entre as oportunidades identificadas, apoiado em fortalecimento de rotas municipais ou zonas, com contribuição para a diversificação das cadeias produtivas e com a realização de campanhas de valorização dos produtos locais, inclusive os das agroindústrias familiares, o que exige a estruturação do serviço de inspeção por meio de consórcio intermunicipal (CIRAU) em parceria com as instituições de ensino e pesquisa da região, buscando equivalência ao SIF, por meio do SISBI-POA e do CISPOA, via SUSAF. Esta estruturação estimula o surgimento de novas agroindústrias e a expansão das atuais.

Do ponto de vista da infraestrutura, o que aparece como um ponto fraco foi aqui considerado como oportunidade e por isso se incluiu a melhoria das estradas e pontes do interior (acesso para máquinas e equipamentos) e o asfaltamento das vias de acesso às sedes municipais. Também recebeu especial ênfase o acesso à energia elétrica, incluindo o aumento de potência (trifásica), independente ou associado aos projetos de geração de energia sustentável, como a geração de energia elétrica por PCH's e CGH's, biocombustível, utilizando a estrutura da Cooperativa de Eletrificação Rural ou outras iniciativas.

Como contraponto, aparece entre as fraquezas a falta de acessibilidade no meio rural (internet, antenas para celular sem alcance, infraestrutura viária, energia elétrica, inclusive há falta de assessoria técnica interna à propriedade para melhor utilização da energia). Assistência técnica inadequada à realidade e necessidade dos empreendedores da região (agricultores e pequenos empresários), tanto na produção como na gestão de negócios, inclusive foi identificada um alto uso de agrotóxico na produção agropecuária.

A falta de incremento da pesquisa aplicada e de inovação e de transferência de tecnologia, que venham ao encontro das reais necessidades da região (falta de interação das instituições de ensino com a comunidade, não existência de instrumentos como parque tecnológico, incubadoras de empresa e polo tecnológico mais atuante com projetos voltados às demandas da comunidade). Todos esses fatores são considerados como pontos fracos.

Tabela 53 - FOFA Setorial: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

	Fatores internos (controláveis)	Fatores externos (incontroláveis)
Pontos Fortes	<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão estruturados, com diversidade de pesquisadores, grupos de pesquisas e com know-how em inovação tecnológica que possibilitam pesquisas aplicadas e transferência de tecnologias para as indústrias locais. • Existência de agroindústrias organizadas e fomentadas com variedade de produtos industrializados com atividades de desenvolvimento de novos produtos e processos. • Produção regional primária (frutas, leite, florestas, agroecologia) com potencialidade de desenvolvimento tecnológico. • Existência de uma Agência de Desenvolvimento da Região do Alto Uruguai como entidade de organização e fomento dos atores de desenvolvimento da inovação tecnológica. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de fomentos para energias alternativas. • Aumento da procura por produtos agroindustriais e agroecológicos. • Existência de fomento governamental para projetos com interface entre as instituições de Pesquisa e Desenvolvimento e Arranjos Produtivos Locais.
Pontos Fracos	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Empresas da região com baixo investimento e pouca cultura para fomentar a inovação tecnológica. • Pouca interação entre as instituições de Pesquisa e Desenvolvimento da região com as empresas e entidades representativas com foco em inovação. • Processos produtivos existentes nas agroindústrias com baixa padronização e inovação. 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixo investimento em inovação pelos órgãos governamentais motivados pelo momento econômico atual. • Problemas financeiros de empresas de algumas indústrias regionais que reduzem o investimento em inovação.

O conjunto de pontos fracos da produção agropecuária e extrativa tem como consequência outros pontos fracos que são o êxodo rural e envelhecimento da população no campo. As agroindústrias têm somadas às suas dificuldades o fato de não estarem estruturados os serviços municipais de inspeção (SIM), inclusive para adesão ao SUSAF e SISBI-POA (o que é condição para vender os produtos das agroindústrias para fora do município), além da precariedade da vigilância sanitária nos municípios. Onde o SIM está estruturado há baixa adesão do produtor (questão cultural).

Do ponto de vista dos costumes há uma forma particular de cultura do empreendedorismo sem investimento e colaboração (querer apoio de instituições de ensino, pesquisa e poder público sem aplicar recursos).

Há uma fraca exploração do potencial turístico da região em várias áreas, como: esportivo, gastronômico, cultural, religioso, de eventos (em especial eventos de negócios), além de não haver divulgação adequada dos produtos da região e de suas vantagens ambientais.

Do ponto de vista de políticas macroeconômicas foi apontado como ponto fraco a centralização de projetos e programas geradores do desenvolvimento em Erechim.

Foi considerada como uma ameaça da infraestrutura para toda a região, a falta de energia adequada e ainda de baixa qualidade, associada a uma legislação para o setor que impede ou dificulta o acesso universal.

Também são consideradas como ameaças a legislação ambiental, sanitária e de inspeção além da burocracia e morosidade nos licenciamentos e regularizações.

A escassez de pesquisa aplicada é uma ameaça na medida em que não surgem propostas ou soluções inovadoras.

Também há pouco investimento/financiamento (crédito) com linhas específicas e juros baixos para a indústria, o que fica mais complicado na medida em que há forte concorrência externa com os produtos da região (setores metalmeccânico, têxtil e de serviços).

Como já se referiu anteriormente, a Comissão Setorial incluiu entre as oportunidades todas as diretrizes e propostas de projetos. No entanto, algumas são claramente oportunidades, enquanto que as que seguem foram consideradas como diretrizes e propostas de projetos, ações institucionais ou políticas públicas indispensáveis.

Entre as políticas públicas foram sugeridas as seguintes:

- 1) Desenvolver plataformas de gestão de projetos globais regionais, conduzidos/orientados pelas instituições de ensino (os projetos devem buscar o desenvolvimento da região como um todo, evitando foco somente em Erechim).
- 2) Estruturar APLS, se possível, em todas as cadeias produtivas da região (buscar desenvolver projetos macro, estruturantes dos setores produtivos).
- 3) Realizar estudos aprofundados das cadeias produtivas principais, desenvolvendo projetos adequados aos nossos agricultores, pequenas empresas, empreendedores individuais, (produtos de maior agregação de valor, agricultura orgânica, fito, agroindústria, turismo...).

4) Estabelecer parcerias capazes de oferecer fomento adequado à realidade do agricultor da região, na área produtiva e de gestão (exemplo: SENAR, SEBRAE, instituições de ensino, EMATER).

5) Na área de ciência e tecnologia, voltada para a inovação tecnológica, foram sugeridas as seguintes diretrizes e linhas de projetos possíveis:

a) Promover o incremento da pesquisa aplicada e da inovação e de transferência de tecnologia, que venha ao encontro das reais necessidades das empresas e da comunidade da região (interação entre instituições de ensino e comunidade; efetivação de instrumentos geradores de desenvolvimento, como parque tecnológico, incubadoras de empresa e reestruturação e fortalecimento do polo tecnológico regional para que seja mais atuante em nível de região e com projetos voltados às demandas da comunidade).

b) Direcionar os projetos de TCC, mestrado, doutorado, das instituições de ensino, para atender às demandas locais (pesquisa aplicada).

6) Na área da produção foram sugeridos projetos de fortalecimento da agricultura familiar, entre os quais foram citados os seguintes:

a) Ampliar a assistência técnica e extensão rural pública para a agricultura nas várias áreas: produção, utilização da energia elétrica, gestão, etc. buscando fortalecimento de parcerias (exemplo: parceria da AMAU com o Senai, Sebrae e instituições de ensino, incluindo a EMATER nesse processo).

b) Desenvolver programas de apoio à gestão das propriedades rurais.

c) Captar recursos dos investimentos dos governos federal e estadual em políticas públicas e financiamento voltado ao fortalecimento agropecuário, em especial em tecnologia e inovação (polo tecnológico, parque tecnológico e incubadora), buscando não só o aumento da produtividade e produção, mas para diminuir a penosidade do trabalho no campo, de acordo com as cadeias produtivas locais.

d) Focar na assistência técnica em atividades de maior rentabilidade por área e que agreguem valor ao produto em nível de produtor, para melhorar a renda dos agricultores familiares.

e) Estruturar os Serviços de Inspeção Municipal por meio de consórcio intermunicipal (CIRAU) em parceria com as instituições de ensino e pesquisa da região e com o SENAI, SEBRAE e EMATER.

f) Desenvolver programas de incentivo à permanência de jovens no campo, valorizando a agricultura.

7) Em relação à infraestrutura, repetidamente apontada pelas reuniões regionais e setoriais como deficiente, foram sugeridas as seguintes diretrizes e linhas de projetos:

- a) Dar acesso à serviços de telecomunicação, em especial para o meio rural.
- b) Buscar junto ao programa de universalização do acesso à energia elétrica, a disponibilização recursos em valores adequados, incluindo o aumento de potência (trifásica).
- c) Propor mudança da resolução Aneel 414, de modo que o aumento de carga para trifásica não tenha exigência de contrapartida.
- d) Investir nas estradas vicinais e pontes do interior, para permitir o acesso para caminhões, máquinas e equipamentos e asfaltamento das vias de acesso aos municípios.
- e) Continuar projetos de geração de energia sustentável (ex: geração de energia elétrica por PCH's e CGH's, biocombustível, e outras alternativas, como a produção de álcool a partir da celulose ou produtos agrícolas como a batata-doce).

8) Em relação à organização social foram propostas as seguintes diretrizes:

- a) Estimular o cooperativismo, associativismo e colaboração mútua entre pessoas, tanto na área rural como urbana.
- b) Desenvolver a intercooperação – poder público desenvolver políticas públicas que oportunizem crédito e a formação de parcerias com as cooperativas da região, voltada à produção, industrialização e comercialização para potencializar a agricultura familiar (ex: compras coletivas, pelos municípios, de produtos da agricultura familiar da região e potencializar o consumo e abastecimento local).
- c) Implantar projetos que atendem à sustentabilidade social, econômica e ambiental.
- d) Estabelecer um fórum de produtores em potencial, despertando as oportunidades e fortalecendo o interesse empreendedor.

Tabela 54 - FOFA Setorial: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS)

Fatores internos (controláveis)	Fatores externos (incontroláveis)
<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Muitos atrativos com potencial turístico, com destaque passa as águas termais e águas represadas. • APL do vestuário. • Setor metal mecânico. • Agricultura e pecuária. • Grande quantidade de agroindústrias familiares. • Polo educacional e de pesquisa. • Cooperativas e núcleo de Cooperativismo do Alto Uruguai; • Empreendedorismo regional. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • A agregação de valores aos produtos da região, seguindo o exemplo da Biodiesel Olifar, que agrega valor ao soja, ou das indústrias integradoras da cadeia alimentar, particularmente na suinocultura, avicultura, pecuária leiteira e agricultura (grãos para a indústria do trigo e da cevada). • O desenvolvimento de turismo como diversidade das cadeias produtivas, como fortalecimento de rotas, em parceria com políticas públicas. • A realização de campanhas de valorização dos produtos locais. • O fortalecimento da cadeia da erva-mate, com enfoque turístico e produtivo. • O fortalecimento da citricultura da região, com parceria e apoio do poder público para a comercialização de citrus da região por meio da Central CECAF; • O melhoramento dos solos agrícolas da região • O investimento na cadeia leiteira; • A estruturação do serviço de inspeção por meio de consórcio intermunicipal em parceria com as instituições de ensino e pesquisa da região (SUSAL/SISBI-POA) • O acesso à energia elétrica, incluindo o aumento de potência (trifásica) • A melhoria das estradas e pontes do interior (acesso para máquinas e equipamentos) e o asfaltamento das vias de acesso às sedes municipais; • Os projetos de geração de energia sustentável, como a geração de energia elétrica por PCH's e CGH's, biocombustível, utilizando a estrutura da Cooperativa de Eletificação Rural ou outras iniciativas • A consolidação do Núcleo de Cooperativismo do Alto Uruguai.

Pontos Fortes

Fatores internos (controláveis)**Fraquezas**

- Êxodo Rural e envelhecimento da população no campo.
- Falta de acessibilidade no meio rural (internet, antenas para celular, infraestrutura viária, energia elétrica, inclusive há falta de assessoria técnica interna às propriedades para melhor utilização da energia).
- Assistência técnica inadequada tanto na produção como na gestão de negócios.
- Concentração da produção em poucas empresas, poucos agricultores
- Cultura do empreendedorismo sem investimento e colaboração (querer apoio de instituições de ensino, pesquisa e poder público sem aplicar recursos).
- Exploração fraca do potencial turístico da região em várias áreas, como: esportivo, gastronômico, cultural, religioso, de eventos (em especial de negócios).
- Alto uso de agrotóxico na produção agropecuária.
- Não estruturação dos Serviços Municipais de Inspeção (SIM), inclusive para adesão ao SUSAF e SISBI (indispensável para vender fora do município) e precariedade da vigilância sanitária nos municípios. Onde o SIM está estruturado há baixa adesão do produtor (questão cultural).
- Falta de tratamento adequado a dejetos e efluentes.
- Falta divulgar de forma adequada os produtos da região.
- Falta de incremento da pesquisa aplicada e de inovação e de transferência de tecnologias, que venham ao encontro das reais necessidades da região (falta de interação das instituições de ensino com a comunidade, não existência de instrumentos como parque tecnológico, incubadoras de empresa e polo tecnológico mais atuante com projetos voltados às demandas da comunidade).
- Centralização de projetos e programas geradores do desenvolvimento em Erechim.

Fatores externos (incontroláveis)**Ameaças**

- Energia elétrica inadequada e de baixa qualidade; Legislação atual para o setor impede ou dificulta o acesso universal à energia
- Legislação ambiental, sanitária e de inspeção e ambiental. Burocracia e morosidade nos licenciamentos e regularizações.
- Acesso às telecomunicações.
- Escassez de pesquisa aplicada.
- Pouco investimento/financiamento (crédito) com linhas específicas e custo baixo (juros) para a indústria.
- Forte concorrência externa com os produtos da região (setores metal mecânico, têxtil e serviços).

5. ESTRATÉGIAS REGIONAIS

As diretrizes para o desenvolvimento regional estão assentadas em cinco dimensões básicas: econômica, estrutural, social e cultural, ambiental e institucional.

5.1 DIRETRIZES DA DIMENSÃO ECONÔMICA

As diretrizes econômicas estão direcionadas a atender quatro setores que são os alicerces da economia regional: agricultura, indústria, comércio, serviços e turismo.

5.1.1 Agricultura

Diretriz 1: Estimular o desenvolvimento das cadeias produtivas do agonegócio, por meio de assistência e capacitação técnica, investimentos e incentivos, de modo que haja conquista da sustentabilidade econômica, social e ambiental do setor.

Diretriz 2: Promover ações de auxílio à sucessão familiar, à manutenção e o retorno dos jovens para o meio rural, como o estímulo ao empreendedorismo rural e investimentos em cadeias produtivas que agreguem mais valor por área (hortifrutigranjeiros, plantas bioativas, agroindústrias), turismo rural, capacitação para gestão e desenvolvimento sociocultural nas comunidades do interior.

Diretriz 3: Estimular o uso e conservação adequados do solo, de modo a garantir melhor produção e produtividade ao longo do tempo;

Diretriz 4: Estimular a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, por meio da instalação de novas agroindústrias familiares e ampliação das existentes pela instalação e operação eficiente dos Serviços Municipais de Inspeção dos Produtos de Origem Animal (SIM's), em todos os municípios da região, e estabelecer um Sistema Regional Integrado de Inspeção, utilizando como instrumento o consórcio intermunicipal, tornando os serviços aptos a adesão aos serviços estadual e federal (SU-SAF e SISBI-POA);

Diretriz 5: Estimular o investimento na instalação de abatedouros municipais e/ou microrregionais, garantindo o abastecimento e a segurança alimentar de carnes, tanto para consumo *in natura* como para fornecimento às agroindústrias que têm na carne sua matéria prima.

Diretriz 6: Estimular o investimento em empreendimentos voltados à comercialização dos produtos da agricultura familiar (*in natura* ou agroindustrializados), especialmente feiras do produtor e centrais de comercialização.

Diretriz 7: Estimular a tecnificação na agricultura, buscando facilitar a vida do agricultor bem como aumento da produção e produtividade, com projetos como de incentivo à irrigação, cultivos protegidos (plasticultura), agricultura de precisão, agricultura orgânica, diversificação da agricultura, entre outras, para a produção de matérias primas energéticas.

5.1.2 Indústria

Diretriz 1: Revitalizar a organização do setor industrial da região, incluindo os setores metalmeccânico, têxtil e alimentos e moveleiro.

Diretriz 2: Estruturar os Arranjos Produtivos Locais - APL's dos setores da indústria regional, formando parcerias estratégicas de negócio e estabelecendo redes de colaboração e auxílio mútuo.

Diretriz 3: Investir no aprimoramento da gestão da produção industrial, comercial e administrativo-financeira das indústrias da região, por meio de processo de formação/capacitação e criando mecanismos de compra coletiva de insumos e venda de produtos, com atenção especial para o comércio exterior.

Diretriz 4: Promover a inovação tecnológica nos processos industriais, produtos e serviços (pós-venda).

5.1.3 Comércio e Serviços

Diretriz 1: Desenvolver ações integradas, criar e desenvolver projetos que visem à revitalização do setor comercial e de prestação de serviços na região.

5.1.4 Turismo

Diretriz 1: Organizar/estruturar o Arranjo Produtivo Local - APL do Turismo e desenvolver ações que visem a transformar os potenciais turísticos da região em produtos turísticos, estabelecendo mecanismos de marketing e comercialização dos mesmos.

5.1.5 Ciência e Tecnologia

Diretriz 1: Mediar e promover a implantação ou fortalecimento de instrumentos de pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação tecnológica e estímulo ao empreendedorismo: Polo Tecnológico Regional; Parque Tecnológico do Alto Uruguai; incubadoras de empresas tecnológicas e unidades municipais de apoio ao empreendedorismo.

Diretriz 2: Estimular e qualificar as empresas, as Instituição de Ensino Superior (IES) da região e seus pares para investir em projetos de pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação tecnológica, bem como a aderir e a participar ativamente da implantação e efetivação ou qualificação do Polo Tecnológico Regional; Parque Tecnológico do Alto Uruguai e incubadoras de empresas tecnológicas.

5.2 DIRETRIZES DA DIMENSÃO ESTRUTURAL

5.2.1 Infraestrutura viária de âmbito regional

Diretriz 1: Implementar projetos de infraestrutura viária que garantam acesso asfáltico a todos os municípios da região e que garantam mais opções de acesso asfálticos com os demais COREDES lindeiros.

5.2.2 Infraestrutura viária de âmbito municipal

Diretriz 1: Mediar e apoiar projetos municipais que visem à melhoria da malha viária de estradas vicinais, como a qualificação de recursos humanos e aquisição de máquinas e equipamentos pelos municípios, implantação da usina de asfalto regional e usinas de britagem microrregionais (os dois últimos por meio consórcio intermunicipal).

Diretriz 2 : Qualificar a logística regional, de modo geral, visando a melhorar a ocupação dos meios de transporte disponíveis, sejam rodoviários, ferroviários ou aéreos.

5.2.3 Acessibilidade e energia

Diretriz 1: Implementar projetos de acessibilidade que congreguem ações que viabilizem em todos os municípios o acesso, com qualidade, às tecnologias da informação nas pequenas cidades e no meio rural – telefonia fixa e móvel e internet.

Diretriz 2 : Mediar e apoiar projetos e ações para qualificação da energia elétrica distribuída nos meios urbano e rural.

Diretriz 3 : Mediar e apoiar projetos e ações de geração de energia limpa e biocombustíveis na Região do Alto Uruguai.

5.2.4 Saneamento (dialoga com ambiental)

Diretriz 1: Mediar e apoiar projetos com ações que viabilizem o acesso à água potável a todos os moradores da região, no meio urbano e rural.

Diretriz 2 : Mediar e apoiar projetos de coleta e tratamento de esgoto nos meios urbano e rural.

Diretriz 3 : Implantar programas de coleta seletiva de lixo em todos os municípios da região, tanto na área urbana como rural, dando destino adequado a rejeitos especiais, como lixo hospitalar e embalagens de agrotóxicos;

Diretriz 4: Implantar, por meio de consórcio intermunicipal, uma usina regional de reciclagem, destinação de lixo e tratamento e compostagem de dejetos industriais sólidos.

5.3 DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL

5.3.1 Segurança Pública:

Diretriz 1: Promover segurança pública de qualidade, estruturando e suprindo os órgãos com recursos humanos, infraestrutura, materiais e tecnologia.

Diretriz 2: Implantar sistema integrado de videomonitoramento na área de segurança pública, ampliando e qualificando a área de cobertura dos órgãos do setor.

Diretriz 3: Ampliar e qualificar o sistema carcerário regional, retirando o presídio regional da área urbana de Erechim e melhorando a infraestrutura das cadeias e demais presídios da região e suprir as demandas de recursos humanos, materiais e tecnológicos dos mesmos.

5.3.2 Saúde

Diretriz 1: Manter a condição da saúde no sentido da regionalização e nucleação de especialidades, desenvolvendo projetos e ações de atendimento de saúde integral (preventiva e curativa), atuando nas mais

diversas complexidades (baixa média e alta), iniciando pela atenção básica e saúde bucal (UPAS e postos de saúde), bem como no combate epidemiológico.

Diretriz 2: Estruturar a rede regional interligada e complementar de atenção à saúde em consonância com a Rede de Atendimento Hospital-Escola vinculado ao Curso de Medicina da URI-Erechim.

Diretriz 3 : Apoiar a implantação do Curso de Medicina da URI-Erechim.

Diretriz 4 : Implementar melhorias nos hospitais da região, suprimindo suas necessidades de infraestrutura, materiais e equipamentos, especialmente nas especialidades.

5.3.3 Assistência Social

Diretriz 1: Mediar e apoiar projetos de qualificação, divulgação e socialização dos serviços dos CRAS e CREAS, bem como outros projetos e instituições que desenvolvam ações sociais.

5.3.4 Educação

Diretriz 1: Consolidar a região como um dos principais polos educacionais do Rio Grande do Sul.

Diretriz 2: Aproximar as IES, efetivando o Conselho Regional das IES.

Diretriz 3: Mediar e apoiar projetos que promovam o atendimento integral na educação básica e fundamental, via formação de professores, formação de gestores das escolas, disponibilidade de instrumentos/metodologias para desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Diretriz 4: Versar a favor de projetos que visem à melhoria de atendimento e qualificação do ensino das escolas de ensino básico e fundamental, suprimindo as necessidades de infraestrutura, recursos humanos (especialmente professores), materiais e equipamentos, transporte escolar, merenda escolar, entre outros.

5.3.5 Cultura

Diretriz 1: Mediar e apoiar programas e projetos e ações que promovam e possibilitem a realização de iniciativas culturais, de esporte e lazer, como feiras regionais e municipais, festas étnicas, culturais e religiosas, jogos escolares, entre outros;

Diretriz 2: Estimular e orientar os empresários da região para que suas empresas invistam em cultura, utilizando-se das prerrogativas estabelecidas pela Lei ROUANET.

5.4 DIMENSÃO AMBIENTAL

Diretriz 1: Implementar ações inerentes ao Plano das Bacias dos Rios Uruguai, Passo Fundo e Apuaê-Inhandava.

Diretriz 2: Promover a eficácia das ações ambientais, qualificando e equipando os órgãos de gestão, licenciamento e fiscalização ambiental, melhorando a infraestrutura, capacitando os agentes municipais, informatizando e padronizando o processo de licenciamento em todos os municípios da região.

Diretriz 3: Articular e promover projetos e ações que reduzam a poluição ambiental, industrial, agrícola ou doméstica.

5.5 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Diretriz 1: Fortalecer espaços que promovam a relação interinstitucional municipal e regional, criando mecanismos para realização de programas e projetos integrados e/ou complementares, que visem ao bem comum e ao desenvolvimento social, econômico e ambiental da região.

Diretriz 2: Promover e fortalecer os órgãos de representação política, social e classista da região, seja em espaços endógenos ou externos.

Diretriz 3: Desenvolver ações que visem à promessa do associativismo e cooperativismo na região, como o fortalecimento do Núcleo de Cooperativismo do Alto Uruguai e a efetivação do projeto “Escola do Cooperativismo”.

Diretriz 4: Qualificar e estruturar os mecanismos de planejamento e instrumentos de gestão e democratização da “coisa pública”, entre estes, os Planos Municipais de Desenvolvimento, os Planos Diretores e as Plantas de Valores dos municípios.

Diretriz 5: Qualificar os serviços públicos municipais por meio de adequação/melhoria das infraestruturas de atendimento e prestação de serviços e da formação e qualificação dos gestores e dos servidores públicos municipais, bem como da reativação e atualização da central de dados estatísticos regionais (DATANORTE).

Diretriz 6: Mediar, articular e promover a organização dos setores promotores de desenvolvimento da região em Arranjos Produtivos Locais.

6. DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS REGIONAIS

Após as reuniões regionais e setoriais da comunidade da Região Norte foram escolhidos projetos prioritários para comporem o Plano Regional de Desenvolvimento, e integrados, por afinidade, em cinco áreas estratégicas, seguindo as vocações expressas pela região:

- 1) Desenvolvimento Econômico, com as linhas setoriais de produção de bens e serviços na agricultura (abrangendo a agricultura propriamente dita, a pecuária, a silvicultura, a extrativa florestal e vegetal e a exploração de outras essências vegetais nativas e todas as atividades relacionadas ao setor); na indústria (compreendendo a indústria de transformação, a construção civil e todas as demais atividades setoriais); no comércio, tanto do varejo, como do atacado, bem como os sistemas de distribuição) e no turismo, compreendendo as suas várias formas, como o turismo religioso, o cultural, o paisagístico, gastronômico e todas as suas demais manifestações, bem como a sua infra estrutura de prestação de serviços.
- 2) Ciência e tecnologia, considerando os agentes de desenvolvimento científico e tecnológico (parque tecnológico, incubadoras, polo tecnológico e unidades de empreendedorismo). O empreendedorismo, estas últimas, em suas atividades, também se relaciona com a área estratégica do Desenvolvimento Econômico.
- 3) Serviços, abrangendo os seus segmentos clássicos, quais sejam: saúde, educação, segurança, assistência social, meio ambiente e cultura. O meio ambiente tem relação transversal com outras áreas de superposição porque tem relação com todas as atividades humanas.
- 4) Gestão pública, no qual são referenciados os Planos de Desenvolvimento, com vários limites geográficos, em se tratando do Plano Regional englobando a gestão municipal, seu planejamento e racionalização (planos municipais de desenvolvimento, planos diretores, plantas de valor imobiliário) e ainda a qualificação e capacitação dos servidores públicos municipais.
- 5) Infraestrutura, encarada como uma área muito abrangente, na qual são consideradas as malhas viárias, os sistemas de saneamento, incluindo as redes de água (e outras formas de abastecimento), de esgoto, fossa séptica ou outro, a coleta e beneficiamento do lixo e dos dejetos industriais, a geração e distribuição de energia, com a globalização do acesso

à energia elétrica, sua qualificação e a busca de alternativas de suprimento, além da acessibilidade às várias formas de comunicação, especialmente a telefonia e a internet.

6.1 EIXO ESTRATÉGICO 1 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO HARMÔNICO E SUSTENTÁVEL

No eixo estratégico do desenvolvimento econômico ficaram evidenciados, no debate, como linhas estratégicas de desenvolvimento: agricultura, indústria, associativismo e cooperativismo, turismo e comércio, sendo que os projetos elaborados, no momento, para comporem este Plano contemplam a agricultura, a indústria e o turismo, além de um projeto específico relacionado à produção de biocombustível e outro de acessibilidade à internet no meio rural.

6.1.1 Agricultura

Na agricultura foram apontados como focos para o desenvolvimento a produção primária, a agregação de valor, a comercialização e a assistência técnica e capacitação. No total este Plano apresenta, para o momento, dez (10) projetos voltados para a agricultura.

6.1.1.1 Produção primária

A produção primária envolve mais significativamente na região: culturas sazonais – grandes culturas, hortigranjeiros e plantas bioativas; culturas perenes, fruticultura e silvicultura, pecuária – bovinocultura leiteira e de corte, avicultura carne e ovos, suinocultura e sistemas agropastoris; uso e conservação do solo e ainda irrigação.

a) Culturas sazonais

i – Grandes culturas, sendo cultivadas na região: soja; milho; trigo, cevada; canola; entre outras. No caso dos grãos o estrangulamento está representado pela carência da armazenagem. Esta foi encarada também como uma oportunidade a ser explorada, para o que foi desenvolvido projeto de armazenamento de grãos em nível de propriedade.

ii – Hortigranjeiros, que têm se desenvolvido fortemente na região es-

pecialmente por meio da ampliação da plasticultura e da produção irrigada, sendo que a comercialização dos produtos se dá principalmente *in natura*, em feiras do produtor ou por meio de comércio ambulante (de porta em porta).

iii – Plantas bioativas que se destinam à produção de óleos essenciais, fitoterápicos e chás e condimentos, que apesar de ter forte potencial na região, ainda são produzidas, em quase sua totalidade, para atender o consumo doméstico.

b) Culturas permanentes

i – Fruticultura, sendo a produção de citros (laranja, bergamota, limão) a mais significativa, seguida da produção de uvas (suco, mesa e vinhos) esta que tem avançado na plasticultura e na irrigação. Ainda em volumes menos significativos a região produz frutas brancas (maçã, figo, pêsego, ameixa), frutas vermelhas (amora preta e mirtilo) e frutas nativas (jaboticaba, pitanga, butiá, guabiroba e uvalha). Na fruticultura foi apontada como ação estratégica o desenvolvimento de um programa para ampliação e qualificação da comercialização da laranja, sendo que a Região Norte do RS é a segunda maior produtora da fruta no país.

ii – Silvicultura, que possui dois carros-chefes: cultura da erva-mate, sendo que a região tem um número significativo de indústrias ervateiras (duas destas trabalham também com chás) e o reflorestamento, que é basicamente a cultura de eucalipto, destinada principalmente para produção de lenha para indústria. Neste item a região elaborou dois projetos de ação estratégica, ambos voltados ao reflorestamento, sendo um direcionado para produção de madeira, lenha e cavacos e outro ao incentivo agrossilvopastoril.

c) Pecuária, que é bastante intensa na região, está vinculada principalmente à agricultura familiar, especialmente à bovinocultura leiteira a suinocultura e à avicultura de corte, que se desenvolvem por meio da integração com cooperativas ou empresas privadas. Nos últimos anos tem aumentado a bovinocultura de corte, incluindo o sistema agropastoril, que também tem proporcionado aumento na produção de ovinos e caprinos.

d) Uso e conservação do solo – microbacias, é uma ação essencial para a região que possui na agricultura a base econômica, excetuando os municípios de Erechim e Getúlio Vargas que também possuem a base econômica calcada na indústria e o comércio serviços. Assim sendo, a conservação e o uso adequado dos solos é fundamental. Por isso a região elaborou um projeto para esta ação, o qual corrobora com a ação macro que vem sendo desenvolvida pelo Governo do Estado por meio programa conduzido pela Emater.

e) Irrigação (lavouras, pastagens, hortifruticultura), um dos vieses da incorporação da evolução tecnológica produtiva no campo que está em implantação, mas que precisa ser ainda mais incentivada para que atinja sua capacidade plena de aporte ao desenvolvimento local. Para tanto este Plano inclui um projeto de incentivo à construção de açudes e implantação de sistemas de irrigação, dialogando com programa que vem sendo implantado pelos governos estaduais.

6.1.1.2 Agregação de valor

a) Agroindústrias familiares, uma alternativa que vem permitindo que muitos jovens permaneçam no campo, promovendo e viabilizando a sucessão familiar rural. A região do Norte se caracteriza por ter grande número de agroindústrias familiares: leite (queijarias / laticínios); embutidos, panifícios; cantinas coloniais / sucos; alambiques; doces; conservas e artesanato;

b) Agroindústrias de médio porte, contemplando postos de resfriamento de leite, ligados a cooperativas e empresas privadas; micro abatedouros municipais, para abastecimento local e abatedouros microrregionais. Cabe salientar que a implantação de uma rede de abatedouros, sejam locais ou microrregionais fundamental, sendo esta carência um dos estreitamentos para o abastecimento e para o desenvolvimento da região;

c) Sistema regional integrado de inspeção dos produtos de origem animal (em vista a adesão ao SUSAF e SISBI-POA), proposta que congrega os Serviços Municipais de Inspeção - SIM's e o Serviço Regional Integrado de Inspeção, via consórcio de municípios é uma das ações tidas como prioritárias para o incremento de valor e renda na agricultura familiar e no abastecimento da região, por isso para esta ação está sendo apresentado um projeto tido como um dos prioritários para o desenvolvimento regional, pois sem a execução do mesmo a evolução das agroindústrias familiares e a comercialização de seus produtos fica restrito e até mesmo inviável;

6.1.1.3 Comercialização

A comercialização nos produtos da agricultura é um dos focos importantes para o desenvolvimento da região. Cadeias como grãos, leite e carnes ligadas a integração já possuem dinâmica própria, porém os produtos das agroindústrias familiares e hortifrutigranjeiros possuem uma dinâmica diferenciada, voltada para o abastecimento local e o atendimento do mercado institucional. Atualmente a região conta com:

- a) Centrais de comercialização, que atendem a programas governamentais (PAA, alimentação escolar...);
- b) Comércio de laranja, projeto em estágio inicial;
- c) Sistema de abastecimento local (comercio varejista), via centrais de comercialização;
- d) Rota de orgânicos, que leva estes produtos a mercados de SC, PR e SP;
- e) Feiras do produtor, atualmente são aproximadamente 25, 10 destas em Erechim;
- f) Comercialização ambulante/itinerante, feita normalmente pelos mesmos produtores que atendem às feiras;
- g) Comercialização pela internet (venda programada, ainda em estágio inicial).

Apesar de haver uma organização básica e de iniciativas múltiplas para comercialização dos produtos, esta ainda é insuficiente para atender a demanda, dependendo, em muito, da qualificação da inspeção dos produtos de origem animal, assim como a melhorar a infraestrutura das centrais. Neste sentido optou-se por encaminhar um projeto direcionado à Central de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar - Cecafes, relacionado à comercialização de citros, tendo como carro-chefe a laranja, um dos produtos de destaque na região.

Faz-se importante contemplar ainda nesta linha de ação a necessidade da estruturação e efetivação na Região do Arranjo Produtivo Local - APL das agroindústrias familiares. A ação está citada como necessária em todas as reuniões e seminários realizados para elaboração deste Plano Regional de Desenvolvimento.

6.1.1.4 Assistência técnica e capacitação

Por se tratar de uma região na qual a grande maioria dos municípios tem sua economia alicerçada na agricultura, a capacitação e a assistência técnica são imprescindíveis, tendo a necessidade de ser mantida na região uma rede para atender esta demanda. Atualmente vários atores contribuem para suprir parcialmente essa demanda:

- a) Estatais
 - i - Emater (extensão / Cetre)

- ii - Instituições de ensino (escolas técnicas, faculdades e universidades)
- b) Não Estatais
 - i - Cooperativas (fomento)
 - ii - Sebrae / Senar
 - iii - Instituições de ensino (faculdades e universidades)
 - iv - Privada
 - Escritórios de planejamento
 - Empresas de comércio de máquinas, equipamentos e insumos

Apesar da existência dos vários agentes, é premente o apoio para a intensificação e a qualificação da capacitação e da assistência técnica para a agricultura, em especial nas ações públicas, desenvolvidas pela Emater, pelas cooperativas, instituições de ensino e das Instituições “S”. A qualificação destas ações, em parte, passa pelo investimento nos projetos apresentados pela Região para a agricultura de modo geral dentro do eixo estratégico do desenvolvimento econômico, sendo que para estas ações está sendo apresentado para o momento, um projeto específico para melhorias no Centro de Treinamento da Emater - Cetre.

6.1.2 Indústria

A indústria é um dos principais alicerces do desenvolvimento regional, estando em evidência as indústrias do setor metalmeccânico, indústrias do setor têxtil (confeccões), indústria do setor de alimentos (doces, frigoríficos e abatedouros de médio porte) e indústrias do setor moveleiro, conforme segue pontuado:

6.1.2.1 Indústrias do setor Metalmeccânico

- a) Estruturação do Arranjo Produtivo Local
 - i - Rede metal Mecânica
 - ii - ACCIE
- b) Capacitação e formação
 - i - Aprimoramento da gestão empresarial

- Gestão da produção industrial
- Gestão comercial
- Gestão administrativa-financeira
- ii - Aprimoramento comercial
- Compras e vendas coletivas
- Gestão de comércio exterior (importação e exportação integrada)
- c) Inovação tecnológica
 - i - Processos industriais
 - ii - Produtos
 - iii - Serviços (pós venda)

6.1.2.2 Indústria do setor têxtil

- a) Estruturação do Arranjo Produtivo Local Regional (avançar)
 - i - SINDIVEST
- b) Capacitação e formação
 - i - Aprimoramento da gestão empresarial
 - Gestão da produção industrial
 - Gestão comercial
 - Gestão administrativa-financeira
 - ii - Aprimoramento comercial
 - Compras e vendas coletivas
 - Gestão de comércio exterior (importação e exportação integrada)
- c) Inovação tecnológica
 - i - Processos industriais
 - ii - Produtos
 - iii - Serviços (pós venda)
- d) Banco do vestuário
 - i -Central de infesto e corte
 - ii -Central de reciclagem de resíduos

6.1.2.3 Indústria e alimentos

- a) Indústrias de doces
- b) Frigoríficos
- c) Abatedouros de médio porte (CISPOA)

6.1.2.4 Indústrias moveleiras / madeireiras

- a) Móveis sob medida
- b) Móveis para escritório
- c) Madeireiras de corte bruto

No que diz respeito ao setor industrial, são apontados de modo geral a baixa competitividade como principal fragilidade, principalmente perante produtos importados e as grandes empresas dos setores em questão. Para superar as dificuldades foram indicadas como ações primordiais a organização entre as indústrias, aproximando-as em Arranjos Produtivos Locais – APL's, possibilitando entre outras: a compra conjunta de insumos e a comercialização conjunta dos produtos; a capacitação dos administradores e colaboradores; o aprimoramento dos processos de produção; e a inovação tecnológica em processos, produtos e serviços.

Para a linha de ação estratégica indústria, dentro do eixo desenvolvimento econômico, o Plano apresentou para o momento quatorze (14) projetos, voltados às demandas dos setores metalmeccânico e têxtil.

No APL Metalmeccânico o projeto genérico ou de fortalecimento, com reconhecimento oficial do APL. Especificamente estão previstos projetos relacionados ao processo produtivo, como qualificação de mão de obra, inovação tecnológica e competitiva, compras coletivas de insumos e implantação de selo de qualidade de produtos. Também foram propostos projetos nas áreas de comercialização, como desenvolvimento e operação de site coletivo de vendas e E-commerce e operação conjunta nas exportações e importações.

No APL foram elaborados projetos na mesma linha, sendo que o APL do vestuário do Alto Uruguai já está reconhecido, devendo passar por processos contínuos de fortalecimento por meio do projeto apresentado. Também como projeto de cunho geral foi proposta a Aplicação e manutenção do Banco do Vestuário do Alto Uruguai. No processo produtivo os projetos propostos foram também na linha da qualificação de mão de obra,

inovação tecnológica e competitiva e compras coletivas de insumos. Na linha da comercialização os projetos propuseram o como desenvolvimento e operação de site coletivo de vendas e E-commerce e e implantação de selo de qualidade e de identificação dos produtos regionais do APL.

6.1.3 Turismo

O potencial turístico da Região Norte do RS é latente, possuindo inclusive relação transversal com outros setores, o que poderia, em muito, contribuir para o desenvolvimento sustentado da região. Todavia, embora sejam inúmeras as iniciativas e projetos, estes são individualizados e isolados, resultando na precarização do setor. Tendo isso presente estão incluídos, em primeiro momento, no Plano de Desenvolvimento da Região três (03) projetos, contemplando os itens que seguem:

6.1.3.1 Estruturação do APL do Turismo

- a) Implantação de sistema integrado de governança do turismo regional
 - i - Estruturação das ofertas turísticas
 - ii - Adequação da infraestrutura regional para atendimento ao turismo
 - iii - Promoção do turismo regional
- b) Marketing
- c) Comercialização
 - i - Formação/qualificação para o turismo
 - ii - Associação turismo X Iniciativas econômicas
- d) Agroindústrias
- e) Cantinas
- f) Produção primária (principalmente hortifrúti)
- g) Artesanato
- h) Atrativos regionais e locais (termas, atividades étnicas, Jantares étnicos, ...)
- i) Atrativos naturais (lagos, parques,...)
- j) Turismo de aventura (voos asa delta, rally, motonáutica, motocross, aeroclube, tirolesa, ...)
- k) Turismo ferroviário (Erechim/Piratuba, museus nas estações ferroviárias, ...)

6.1.4 Associativismo / Cooperativismo

O cooperativismo e o associativismo são sistemas de organização social enraizados na cultura da Região Norte do Rio Grande do Sul, havendo mais de 40 cooperativas registradas, em vários ramos do cooperativismo e com tamanhos diversos. As cooperativas têm contribuído ao longo dos anos constituindo-se como uma das âncoras para o desenvolvimento regional. Tendo presente este potencial desenvolvimentista, buscando o fortalecimento e a qualificação do cooperativismo e do associativismo regional, em 2016 foi criado o Núcleo de Cooperativismo do Alto Uruguai. Embora não tenha sido elaborado no momento projeto para este setor, buscando fortalecer e consolidar este trabalho, a região capitaneada pelo Núcleo de Cooperativismo está desenvolvendo três linhas de ação:

- a) Consolidação do Núcleo de Cooperativismo do Alto Uruguai;
- b) Formação da Escola do Cooperativismo do Alto Uruguai; e
- c) Fortalecimento da Unidade de Cooperativismo - UCP/Emater

Além das cooperativas estão envolvidas nesse processo a URI-Erechim, o Instituto Federal da Fronteira Sul - IFFS/Erechim e a Emater.

6.1.5 Comércio

Embora o Comércio seja outro importante viés do desenvolvimento regional, momentaneamente não foram elaborados projetos específicos para o setor.

6.2 EIXO ESTRATÉGICO 2 - PROMOVER E DESENVOLVER A PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA, A INOVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, E O EMPREENDEDORISMO, IMPLANTANDO E QUALIFICANDO INSTRUMENTO E AGENTES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Região, por meio de suas lideranças, vem apontando como um dos seus mais contundentes e estratégicos desafios a necessidade, com a maior brevidade possível, da implantação e consolidação de agentes promotores da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico, capazes de imputar aos empreendimentos regionais nos mais variados setores diferenciais que os tornem inovativos, eficazes, competitivos e rentáveis, com

maior geração de emprego e renda, promovendo desenvolvimento sólido, duradouro e sustentável ao longo do tempo.

Atualmente a Região conta com um Polo Tecnológico cujos laboratórios estão sediados na URI - Erechim. Mas, embora haja forte discussão em torno da necessidade do incremento científico e tecnológico endógeno, a região ainda não possui incubadoras de empresas tecnológicas nem um parque científico tecnológico. É entendimento estes serem instrumentos indispensáveis para a região. Assim sendo o Plano ora apresentado trás no seu banco de projetos contemplados três projetos em vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico, contemplando ampliação e qualificação do Polo Tecnológico Regional, a implantação de incubadoras tecnológicas junto às instituições de ensino superior (IES) e implantação do Parque Tecnológico Regional. Na sociedade contemporânea, estes são instrumentos básicos e indispensáveis para consolidação de todas as cadeias produtivas e em todos os setores.

Como ação complementar ainda é apontada como estratégica para a qual também foi elaborado um projeto, a instalação e unidades municipais de apoio ao empreendedorismo, voltadas ao suporte administrativo, jurídico e legal, bem como à capacitação dos empreendedores iniciantes, dialogando diretamente com o eixo estratégico do desenvolvimento econômico.

Essas ações estratégicas estão elencadas nos itens a seguir:

6.2.1 Pólo tecnológico

- a) Prestação de serviços laboratoriais
- b) Pesquisa aplicada
- c) Qualificação/implantação do conjunto de laboratório (existentes e/ou necessários)
 - i - Laboratório de solos
 - ii - Laboratório de alimentos
 - iii - Laboratório de sementes
 - iv - Laboratório de fitotecnia
 - v - Laboratório de fitopatologia
 - vi - Laboratório de química

- vii - Laboratório de Eng^a Elétrica
- viii - Laboratório de Eng^a Mecânica
- ix - Laboratórios da área da saúde (fisioterapia, patologia, farmácia ...)

Outros mais para os quais houver demanda.

6.2.2 Incubadoras de empresas

- a) Implantação de incubadoras junto às unidades públicas e/ou comunitárias de ensino superior e de pesquisa da região (URI, IFFS, UFFS, UERGS, IBRB.)
- b) Reestruturação dos berçários industriais nos municípios da região.

6.2.3 Parque tecnológico regional

- a) Implantar o Parque Científico e Tecnológico da Alto Uruguai (Tecnouri Norte)

6.2.4 Unidades municipais de apoio ao empreendedorismo

- a) Implantação de salas municipais de apoio ao empreendedorismo
- b) Formação / capacitação para empreendedores iniciantes

6.3 EIXO ESTRATÉGICO 3 - APRIMORAR E AMPLIAR A DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIDADE À POPULAÇÃO REGIONAL

Na linha estratégica da Saúde a maior parte dos projetos estão relacionados a esforços de superação das contenções infraestruturais, buscando melhorar a rede hospitalar regional e consolidar o sistema de ensino superior na área da medicina.

Assim foram propostos projetos para melhorar a Rede Hospitalar Regional, compreendendo:

- a) Estruturação da Rede Regional Integrada de Saúde
 - i - Hospitais microrregionais e regionais

- ii - Especialidades microrregionais e regionais
- b) Melhorias nos hospitais regionais
 - i - Melhorias setoriais no Hospital Santa Terezinha
 - Traumatologia, pronto socorro, internação, UTI e maternidade, centro de especialidades
 - ii - Melhorias no Hospital São Roque
 - Reforma nas instalações, arco cirúrgico e tomografia.

Quanto ao Curso de Medicina da URI - Erechim foram propostos os seguintes projetos:

- a) Apoio à implantação do curso de medicina
- b) Estruturação da rede regional de “Hospitais Escola” (em vistas à implantação do Curso de Medicina na URI Erechim)

Também considerados projetos para promover sistemas de atendimento ao público e melhoria das condições de saúde, em geral, tais como a melhoria da atenção básica, por meio de: UPA's; Compra coletiva de medicamentos (via consórcio) e Saúde bucal.

Na saúde pública foram propostos projetos na área da epidemiologia, com combate à Zika, Dengue, Tuberculose e outras doenças menos frequentes.

Na linha estratégica da Educação também são propostas medidas de melhoria de infraestrutura (como a melhoria da infraestrutura e dos equipamentos das escolas municipais e estaduais), mas a maior parte dos projetos estão direcionados a aspectos organizacionais e funcionais:

- a) Consolidação da região como polo educacional superior;
- b) Efetivação do Conselho Regional de Gestores das Instituições de Ensino Superior - IES;
- c) Capacitação de gestores das escolas municipais e estaduais;
- d) Capacitação de educadores das escolas municipais e estaduais;
- e) Organização dos jogos escolares regionais
- f) Qualificação da alimentação escolar
- g) Melhoria nos sistemas de transporte escolar.

Na linha estratégica da Segurança os projetos propostos estão voltados basicamente para melhorar a infraestrutura e as condições operacionais, compreendendo:

- a) Estruturação das Corporações (Brigada Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros), compreendendo a compra de equipamentos, veículos, móveis, armas, coletes, e o aumento dos efetivos, conforme demanda.
- b) Criação de um sistema integrado de vídeo monitoramento regional.
- c) Melhoria do sistema carcerário e penitenciário, incluindo:
 - i - Novo presídio regional fora do centro da cidade de Erechim
 - ii - Reforma e ampliação das cadeias e presídios menores

Na linha estratégica da Assistência Social os projetos se orientam mais para a reorganização e qualificação operacional, compreendendo:

- a) A qualificação dos serviços dos CRAs e CREAs da região e
- b) A divulgação dos serviços realizados pelos CRAs e CREAs.

Na linha estratégica do Meio Ambiente os projetos também se orientam mais para a reorganização e qualificação operacional, compreendendo:

- a) A capacitação técnica dos agentes municipais de meio ambiente.
- b) A informatização e padronização do processo de licenciamento ambiental em todos os municípios da região.

Na linha estratégica da Cultura se propõe ampliar o apoio às iniciativas culturais da região, apoiando-se nos incentivos da Lei Roanet para promover:

- a) Feiras regionais e municipais
- b) Festas étnicas e culturais
- c) Festas religiosas

6.4 EIXO ESTRATÉGICO 4 – APRIMORAR E QUALIFICAR OS MECANISMOS DE APOIO À GESTÃO PÚBLICA, DISPONIBILIZANDO AOS GESTORES INSTRUMENTO DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM EFICIÊNCIA, EFICÁCIA, DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA

O planejamento de longo prazo, alicerçado no conhecimento minucioso da realidade por meio de abordagem técnico-científica com dados e informações precisas, é condição “sine qua non” para que a gestão pública venha de encontro às necessidades da população, independente da esfera administrativa. Da mesma forma, é imprescindível a transparência e a eficiência na gestão do plano estratégico e das políticas públicas nele contidas.

Para alcançar a eficácia pretendida na gestão das administrações públicas, entre estas as administrações municipais, alguns instrumentos já existentes são de extrema importância, entre estes estão: os Planos Municipais de Desenvolvimento, com projetos de curto, médio e longo prazos; os Planos Diretores Municipais e as Plantas Municipais de Valores Imobiliários.

Embora, no momento, a região não tenha proposto projetos específicos neste eixo estratégico, salientou-se nos debates a necessidade da qualificação das gestões públicas municipais. Tendo sido apontada como linhas estratégicas a estruturação e implantação de planos municipais de desenvolvimento sustentável e a capacitação dos gestores e servidores municipais para implantação e efetivação dos mesmos, quais sejam:

- a) Elaboração/atualização dos Planos Municipais de Desenvolvimento.
- b) Atualizar os Planos Diretores Municipais.
- c) Atualizar a Planta de valores Municipais.
- d) Qualificar os Serviços Públicos MUNICIPAIS
 - i - Capacitação dos agentes municipais (Famurgs)
 - ii - Adequar/melhorar da infraestrutura de atendimento e prestação de serviços
- e) Reativação e atualização da Central de Dados Estatísticos Regionais (DATANORTE).

6.5 EIXO ESTRATÉGICO 5 - APRIMORAR A MATRIZ ESTRUTURAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI

Na linha estratégica da infraestrutura de transporte e da malha viária, os projetos propostos e aprovados não ficaram só na mesmice de reivindicar asfalto, mas propor uma malha que tivesse relação com o desenvolvimento regional e também da Região Funcional 9, sem esquecer as vinculações históricas com Santa Catarina. Então foi proposto um programa de infraestrutura de transportes, com uma diretriz que se apoia na necessidade da região Norte de procurar aprofundar as suas relações com as demais regiões que compõem a Região Funcional 9. Assim, são privilegiados aqueles investimentos que promovam a integração inter-regional e depois os que consolidam a região, por meio de uma malha intrarregional.

6.5.1 Projetos que promovam a integração inter-regional

a) Integração com a Região da Produção, por meio dos seguintes projetos:

- i - Construção e pavimentação da BR - 153, trecho Erechim - Passo Fundo, numa extensão de 76 quilômetros.
- ii - Melhoria e Manutenção da ERS - 135, entre Erechim e Passo Fundo, numa extensão total de 80 quilômetros, dos quais a EGR (Empresa Gaúcha de Rodovias) administra 78 quilômetros.

b) Integração com a Região Nordeste por meio dos seguintes projetos:

- i - Pavimentação da ERS - 477, trecho ERS 477 - Centenário, (acesso asfáltico a Centenário), numa extensão de 8 quilômetros.
- ii - Regularização e Pavimentação da ERS 477, trecho Centenário Carlos Gomes (acesso asfáltico a Carlos Gomes), numa extensão de 13 quilômetros.
- iii - Regularização e Pavimentação da ERS 477, trecho Carlos Gomes - ERS 126, numa extensão de 14 quilômetros.

c) Integração com a Região do Alto Médio Uruguai, por meio dos seguintes projetos:

- i - Pavimentação da ERS 211, trecho de Campinas do Sul até o lago da barragem do Passo Fundo, numa extensão de 8 quilômetros.
- ii - Construção da ponte sobre o lago da barragem do Passo Fundo, numa extensão de 350 metros.

iii - Pavimentação da ERS 483, trecho Campinas do Sul – Cruzaltense, numa extensão de 6 quilômetros.

iv - Pavimentação da ERS 483, trecho Cruz Altense – Entre Rios do Sul, numa extensão de 20 quilômetros.

6.5.2 Projetos que promovam a integração intra-regional

a) Projeto que consolida a integração ao interior da Zona de Aratiba:

i - Conclusão da Pavimentação da ERS – 426, trecho Mariano Moro – Severiano de Almeida, numa extensão total de 15,3 quilômetros, faltando 3 quilômetros para a conclusão.

b) Projeto que integra as Zonas de Erechim e Getúlio Vargas:

i - Conclusão e Pavimentação da VRS 408, trecho Ponte Preta – Barão de Cotegipe (Entroncamento da BR 480), numa extensão total de 14,4 quilômetros, faltando cerca de 5 quilômetros.

c) Projeto que integra as Zonas de Erechim e São Valentim:

i - Conclusão e Pavimentação da VRS 137, trecho Itatiba do Sul e entroncamento da BR 480 (Barão de Cotegipe, numa extensão total de 28 quilômetros).

d) Projetos que integram as zonas de São Valentim e Aratiba:

i - Pavimentação da VRS de Barra do Rio Azul até o entroncamento da VRS 137 (Itatiba do Sul), numa extensão de 6 quilômetros.

ii - Construção e Pavimentação da VRS de Barra do Rio Azul até o entroncamento da ERS 420 numa extensão de 22 quilômetros.

e) Projetos que consolidam a integração ao interior da Zona de São Valentim:

i - Conclusão e Pavimentação da VRS de Benjamin Constant do Sul e a BR 480, numa extensão de 5 quilômetros.

ii - Conclusão e Pavimentação da VRS de Faxinalzinho a BR 480 (Ervál Grande), numa extensão de 7 quilômetros.

f) Projeto que consolida a integração ao interior da Zona de Jacutinga:

i - Construção e Pavimentação da ligação de Quatro Irmãos com a BR 153, numa extensão total de 12,4 quilômetros.

6.5.3 Projeto para promover a integração interestadual

- a) Asfaltamento da ERS 420 entre Aratiba e a barragem de Itá.

6.5.4 Projeto para melhoria das estradas vicinais e para mantê-las em condições de trafegabilidade permanente

- a) Montagem de uma usina asfáltica regional por meio de um consórcio intermunicipal.
- b) Montagem de usinas de britagem através de formação de consórcio entre municípios de uma mesma zona.
- c) Aquisição de máquinas e equipamentos pelas prefeituras.

Na linha estratégica do saneamento, as preocupações se centraram no abastecimento da água potável, no esgoto sanitário, no lixo doméstico e comercial e nos dejetos industriais.

6.5.5 Água potável, com globalização do acesso

- a) Por meio da ação da CORSAN nas sedes municipais;
- b) Por meio da ação dos municípios, nas comunidades do interior, enfatizando-se a abertura de polos artesanais de pequena profundidade e vazão, tendo em vista o consumo relativamente pequeno.

6.5.6 Esgoto sanitário tratado

- a) Por meio da ação da CORSAN nas sedes municipais;
- b) Por meio da ação dos municípios, nas comunidades do interior, através de sistemas eficientes de fossas sépticas.

6.5.7 Lixo domiciliar e industrial

- a) Coleta seletiva e reciclagem do lixo, através da instalação de uma usina regional de reciclagem e compostagem, com a formação de consórcio intermunicipal.
- b) Tratamento de dejetos industriais, através da instalação de uma usina

regional de reciclagem e compostagem, com a formação de consórcio intermunicipal.

Na linha estratégica da energia há a convicção de que não falta energia elétrica, mas que esta não chega aos usuários na quantidade ou na forma desejada, por falta basicamente de redes e também porque não há facilitação para geração local de energia elétrica.

Foram propostos projetos de energias alternativas.

Em relação à energia elétrica, os projetos propostos foram na seguinte linha:

6.5.8 Globalização do acesso à energia elétrica

a) Qualificação do fornecimento de energia por:

- i - Estabilidade no fornecimento;
- ii - Adequação da força da energia, de acordo com a demanda dos consumidores.

b) Apoio à geração de energia através de fontes e tecnologias alternativas, como:

- i - Apoio às PCH's e CGH's
- ii - Energia solar
- iii - Termoelétricas
- iv - Biogás

Também foram propostos projetos de energias alternativas, tanto para a geração de calor ou eletricidade (biogás), como para a produção de bio-combustíveis:

6.5.9 Biodiesel, utilizando soja ou outro insumo

a) Etanol a partir de matérias primas alternativas, inclusive milho.

Na linha estratégica da acessibilidade à comunicação e à informação foram propostos os seguintes projetos:

6.5.10 Globalização do acesso à internet e à telefonia, incluindo todo o meio rural

- a) Globalização do acesso à telefonia, incluindo todo o meio rural, tanto para a telefonia móvel (celular), como para fixa.

7. REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

O processo de construção do diagnóstico e das diretrizes para compor o Plano de Desenvolvimento Regional também propiciou o debate concomitante dos referenciais teóricos, além do olhar crítico individual das lideranças setoriais.

Os referenciais foram definidos a partir de uma releitura dos referenciais estratégicos construídos na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Alto Uruguai Gaúcho em 2008, e no Art. 3º do Estatuto – “O CRD – Norte tem por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade da vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem em sua região e a preservação do meio ambiente”, podendo, atualmente, a visão estratégica do Alto Uruguai ser assim descrita: “Ser uma região valorizada e reconhecida pela sua integração e capacidade de desenvolvimento equilibrado”.

As vocações, que traduzem as aptidões e potenciais para o desenvolvimento, estão assim consideradas:

- Economia diversificada e sustentável, tendo como expoentes: a agricultura, sobretudo a agricultura familiar; a indústria nas áreas metal-mecânica, têxtil, alimentos (especialmente agroindústria familiar) e moveleira; comércio e serviços; turismo e lazer;
- Inovação e o empreendedorismo;
- Referência na educação integral, preventiva e de formação de talentos profissional;
- Saúde integral, preventiva e com atendimento de especialidades;
- Associativismo e cooperativismo;
- Segurança e ordem pública;
- Geração de energia em bases renováveis e sustentáveis;
- Valorização da cultura endógena especialmente bom base nas etnias colonizadoras, na religiosidade e na inclusão social.
- Os princípios norteadores da região, elencados ao longo dos debates realizados durante a construção deste Plano estão expressos nos seguintes valores estratégicos:

- Compromisso com os valores éticos e morais para uma sociedade do bem comum, da reciprocidade, da honestidade, da lealdade, credibilidade, transparência;
- Respeito ao coletivo, às autoridades, às leis, à ordem pública, à democracia e a participação cidadã nas instâncias decisória do presente e futuro do Alto Uruguai;
- Busca da sustentabilidade ambiental nas interferências do homem, especialmente em áreas como saneamento, produção agrícola, industrial, geração de energia e domiciliar;
- Cultuar os valores familiares, solidários, comunitários, culturais e de respeito aos saberes populares e de cidadania;
- Cultuar valores de respeito às diversidades culturais, religiosas, gênero, raça, cor, e acessibilidade.

8. CARTEIRA DE PROJETOS DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI

A carteira de projetos, da mesma forma que o restante do Plano Estratégico foi debatida regionalmente e elaborada com a participação dos órgãos e instituições de cada área, sendo que a hierarquização dos mesmos foi definida em assembleia realizada no dia 09 de março de 2017, cujo resumo está apresentado a seguir.

Após todas as contribuições, os projetos seguem hierarquizados por setor, conforme aprovação, com produtos a serem implantados no curto, médio e longo prazos. Salientando não serem projetos executivos propriamente ditos, mas sim anteprojetos que abrem rubricas, que definem linhas de ação.

8.1 Projetos voltados para a Agricultura com priorização

Tabela 55 - Classificação de projetos para a Agricultura

Linha Estratégica para o Desenvolvimento	Classificação	Projeto
Agricultura	1º	- Armazenagem de grãos na propriedade
	2º	Desenvolvimento local e fortalecimento da cadeia produtiva da citricultura no COREDE NORTE
	3º	- Conservação do solo e da água em 32 Unidades de referencia tecnológica - URT do Alto Uruguai (Instalação e implantação dos Serviços Municipais de Inspeção (SIM's) em todos os municípios da Região do Alto Uruguai e estruturação do Sistema Regional de Inspeção, por intermédio de consórcio intermunicipal)
	4º	- Programa de incentivo à Irrigação e construção de açudes
	5º	Globalização ao acesso à internet banda larga no meio rural e pequenas cidades do Alto Uruguai
	6º	- Estruturação do Centro de Treinamento de Agricultores de Erechim - CETRE
	7º	- Incentivo à produção Agrosilvopastoril no Alto Uruguai
	8º	- Incentivo ao reflorestamento para produção de lenha, cavacos e madeira
	9º	Experimentação e Fomento de matérias-primas amiláceas no Alto Uruguai Gaúcho
	10º	Programa <i>White Gold</i> de desenvolvimento da bovinocultura de leite no Alto Uruguai
	11º	

8.1.1 Prioridade 1

Tabela 56 - Armazenagem de grãos na propriedade

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Armazenagem de Grãos na Propriedade.
Localização: COREDE NORTE
Valor total estimado do projeto: 3.000.000,00 (três milhões de reais)
Duração do projeto: 5 anos
Responsável pela implementação: EMATER/ASCAR - RS
Escopo: Elaborar Projetos e Implantar Silos Secadores para pequenas e médias propriedades dos municípios do Corede Norte.
Responsável: EMATER/ASCAR-RS – Engº Agrº Carlos Angonese
Objetivo Geral: Qualificar e ampliar o armazenamento dos grãos produzidos em nível de propriedade, minimizando perdas e aumentando segurança e higiene bem como tornando independentes os agricultores.
Objetivos Específicos:
- Divulgar práticas e estruturas de armazenagem de grãos na propriedade, através de todas as metodologias de extensão rural (reuniões, visitas, programas de rádio, cursos), no sentido de justificar os investimentos visando o crescimento da armazenagem na propriedade;
- elaborar projetos técnicos de Unidades Armazenadoras (UAs) na propriedade;
- assessorar a execução de projetos de UAs em nível de propriedade;
- assessorar e treinar os agricultores nas técnicas de secagem e conservação da qualidade dos grãos ao longo do ano.

8.1.2 Prioridade 2

Tabela 57 - Desenvolvimento local e fortalecimento da cadeia produtiva da citricultura no COREDE NORTE

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto de desenvolvimento local e fortalecimento da cadeia produtiva da citricultura no COREDE NORTE.
Localização: COREDE NORTE
Valor total estimado do projeto: R\$ 407.532,00 (quatrocentos e sete mil, quinhentos e trinta e dois reais).
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Cooperativa Central de Comercialização da Agricultura Familiar - CECAFES
Escopo: Considerando a demanda crescente por alimentos e a necessidade de organização da logística de coleta e distribuição e necessidade de sensibilização junto aos consumidores sobre a importância do consumo da produção local e vendas programadas, esse projeto objetiva a aquisição de dois veículos utilitários para a coleta e a distribuição de alimentos, a contratação de horas técnicas para gerenciamento e operacionalização da comercialização e a realização de seminários para a sensibilização sobre o abastecimento local de alimentos. Para a concepção dos objetivos, será adquirido dois veículos (um refrigerado) para efetivar as vendas programadas, fazendo a operacionalização dos pedidos e das entregas. Além disso, será realizado Seminários regionais visando divulgar essa estratégia de comercialização e sensibilizar aos consumidores a cerca do abastecimento local.
Responsável: Roberto Luis Balen (presidente da CecaFes)
Objetivo: Aquisição de veículos utilitários para a coleta e a distribuição de alimentos, a contratação de horas técnicas para gerenciamento e operacionalização da comercialização e a realização de seminários para a sensibilização sobre o abastecimento local de alimentos.

8.1.3 Prioridade 3

Tabela 58 - Conservação do solo e da água nas 32 unidades de referência tecnológica - URT do Alto Uruguai

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Conservação do solo e da água nas 32 unidades de referência tecnológica - URT do Alto Uruguai.
Localização: COREDE NORTE
Valor total estimado do projeto: R\$ 854.600,00 (oitocentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos reais).
Duração do projeto: 5 anos
Responsável pela implementação: EMATER/ASCAR - RS
Escopo: - Implantar uma URT em cada um dos 32 municípios do Corede Norte, adotando as técnicas da agricultura conservacionista, disponibilizando sementes de milho e capim sudão, calcário e super fosfato simples para correção da acidez e fertilidade do solo, bem como análises do solo, avaliando o perfil em 5 profundidades, garantindo a implantação dessas URTs; - realizar de dias-de-campo, para demonstração/divulgação dessas técnicas.
Responsável: Eng ^o Agr ^o Cesar Da Rosa (ATR Emater)
Objetivo: Implantar, adotar e avaliar as técnicas de manejo do solo e da água nas URTs de Solo, adotando a agricultura conservacionista nos municípios do Corede Norte.

8.1.4 Prioridade 4

Tabela 59 - Instalação e implantação dos Serviços Municipais de Inspeção (SIM's) em todos os municípios da Região do Alto Uruguai e estruturação do Sistema Regional de Inspeção, por intermédio de consórcio intermunicipal.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Instalação e implantação dos Serviços Municipais de Inspeção (SIM's) em todos os municípios da Região do Alto Uruguai e estruturação do Sistema Regional de Inspeção, por intermédio de consórcio intermunicipal.
Localização: Região Funcional 9 - CREDENOR (32 municípios)
Valor total estimado do projeto: R\$ 898.500,00 (oitocentos e noventa e oito mil e quinhentos reais).
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai - CIRAU
Escopo: O projeto propõe a instalação e implantação dos Serviços Municipais de Inspeção (SIM's) em todos os municípios da Região do Alto Uruguai e estruturação do Sistema Regional de Inspeção, por intermédio do consórcio intermunicipal existente na região CIRAU, bem como orientar e preparar as agroindústrias para adesão ao Serviços, com vistas à adesão dos SIM's ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-RS e ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI/POA.
Responsável: Vilson Babics - Presidente do CIRAU
Objetivo Geral: Instalação e implantação dos Serviços Municipais de Inspeção (SIM's), em todos os municípios da Região do Alto Uruguai e estruturação do Sistema Regional de Inspeção, por intermédio de consórcio intermunicipal.
Objetivos específicos:
- instalação e implantação do SIM no consórcio intermunicipal CIRAU;
- instalação e implantação do SIM em todos os municípios da Região do Alto Uruguai, em vistas à adesão aos SUSAF-RS e/ou ao SISBI/POA;
- estruturação do Sistema Regional de Inspeção dos Produtos de Origem Animal, por intermédio do consórcio intermunicipal - CIRAU;
- preparação/capacitação das agroindústrias familiares, artesanais e de pequeno porte para adesão aos SIM's.

8.1.5 Prioridade 5

Tabela 60 - Programa de incentivo à irrigação/açúdes

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de incentivo à irrigação/açúdes
Localização: COREDE NORTE
Valor total estimado do projeto: R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).
Duração do projeto: 5 anos
Responsável pela implementação: EMATER/ASCAR - RS
Escopo: Projetar, desassorear e implantar açúdes nos municípios do Corede Norte; - Elaborar e implantar projetos de irrigação.
Responsável: Engº Agrº Cesar Da Rosa (ATR Emater)
Objetivo Geral: Aproveitamento dos açúdes existentes, bem como, a construção de novos açúdes para aumentar a capacidade de armazenamento de água disponível nas propriedades rurais, viabilizando a implantação de sistemas de irrigação.

8.1.6 Prioridade 6

Tabela 61 - Globalização ao acesso à internet banda larga no meio rural e pequenas cidades do Alto Uruguai

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Globalização ao acesso à internet banda larga no meio rural e pequenas cidades do Alto Uruguai
Localização: Região Funcional 9 / CREDE NOR
Valor total estimado do projeto: R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais)
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Cooperativa Regional de Eletrificação Rural - CRERAL
Escopo: Ligação de internet banda larga, via fibra ótica, para os agricultores, comunidades rurais e sede dos municípios da região, utilizando os postes da rede de distribuição de energia elétrica.
Responsável: João Alderi do Prado (Presidente da CRERAL).
Objetivo Geral : Ligação de internet via fibra ótica, para os agricultores, comunidades rurais e sede dos municípios da região.

8.1.7 Prioridade 7

Tabela 62 - Estruturação do Centro de Treinamento de Agricultores de Erechim - CETRE

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Estruturação do Centro de Treinamento de Agricultores de Erechim - CETRE
Localização: COREDE NORTE
Valor total estimado do projeto: R\$ 166.000,00 (cento e sessenta mil reais).
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: EMATER/ASCAR RS
Escopo: Aquisição de 01 Datashow, sistema de som e 20 Notebook tipo I, corporativo padrão Windows; processador Intel Core I5 (sexta geração), equivalente ou superior; tela entre 14 e 15,5 polegadas; memória RAM de 4GB num único pente, mais os cabos necessários e uma mochila compatível com o <i>notebook</i> . - Projetor 1945W 4200 Ansi Lumens com sistema de som. - Subsídio de 100,00 por aluno nos cursos de capacitação do CETRE.
Responsável: Eng ^o Florestal Jorge Silvano Silveira - Coordenador do CETRE
Objetivo Geral : Adquirir equipamentos de multimídia e Notebooks para utilizar nos cursos de Gestão visando fomentar a educação profissional, formação, capacitação, assistência técnica e extensão rural e social – ATERS e subsidiar os custos dos 37 cursos previstos para 2017 no Centro de Treinamento da EMATER RS.

8.1.8 Prioridade 8

Tabela 63 - Incentivo à produção agrossilvopastoril no Alto Uruguai

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Incentivo à Produção Agrossilvopastoril no Alto Uruguai
Localização: Corede e Regional da Emater Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 31.400,00 (trinta e um mil e quatrocentos reais).
Duração do projeto: 15 anos
Responsável pela implementação: EMATER/RS-ASCAR
Escopo: Implantação de unidades demonstrativas agroflorestais, aumentando a disponibilidade de madeira e produção pecuária.
Responsável: Eng. ^o Agr. ^o Luiz Ângelo Poletto (EMATER/RS-ASCAR)
Objetivo Geral : Implantar unidades demonstrativas agrossilvopastoris buscando aumento de produção e renda, agregando valor no empreendimento agropecuário.

8.1.9 Prioridade 9

Tabela 64 - Incentivo ao reflorestamento para produção de lenha, cavacos e madeira

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Incentivo ao reflorestamento para produção de lenha, cavacos e madeira

Localização: Corede Alto Uruguai, municípios de atuação do Regional da EMATER/RS do Alto Uruguai, Zona abrangência OLFAR.

Valor total estimado do projeto: R\$ 11.520.000,00 (onze milhões, quinhentos e vinte mil reais).

Duração do projeto: 20 anos,

Responsável pela implementação: Regional da EMATER/RS Erechim, Prefeituras, OLFAR e empresas interessadas no aproveitamento de lenha ou cavaco.

Escopo: O Projeto de Incentivo ao Reflorestamento para a produção de lenha, cavacos e madeira visa essencialmente suprir a necessidade futura das Indústrias que tem como fonte de energia básica a lenha, cavacos e madeira.

Empresas (Indústrias) e Prefeituras comprometem-se a subsidiar a compra das mudas para pequenos produtores reflorestarem. Emater/RS - Assistência Técnica e Extensão Rural visando qualificar a mão-de-obra envolvida no projeto. Prefeituras - Seleção de agricultores e distribuição das mudas.

Responsável: Luiz Ângelo Poletto, EMATER/ASCAR/RS.

Objetivo Geral : Aumento da renda para produtores reduzindo os custos para implantação das florestas, além da existência da matéria-prima para abastecer o mercado. Pois há expectativas de apagões por falta de matéria-prima para abastecer as indústrias regionais.

8.1.10 Prioridade 10

Tabela 65 - Experimentação e Fomento de matérias-primas amiláceas no Alto Uruguai Gaúcho

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Experimentação e Fomento de matérias-primas amiláceas no Alto Uruguai Gaúcho

Localização: Projeto Industrial Biorrefinaria de Etanol - Viadutos - RS e matérias-primas e insumos (32 municípios do Alto Uruguai)

Valor total estimado do projeto: R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais).

Duração do projeto: 10 anos.

Responsável pela implementação: Regional da EMATER/RS Erechim, AMAU-Prefeituras, STRs, URI, UFFS, EMBRAPAS Trigo e Clima Temperado

Escopo: EMATER-RS Coordenação do Programa e ATER;

Embrapas - lançamento de cultivares amiláceas (triticale, sorgo granífero, arroz energético, batatas energéticas).

FETAG - organização dos agricultores. Demais entidades - apoio.

Responsável: Valdir Pedro Zonin - EMATER/ASCAR/RS.

Objetivo Geral : testar adaptação, produção e produtividade das matérias-primas amiláceas destinadas para produção de etanol nos 32 municípios do Alto Uruguai Gaúcho, mediante organização de unidades de experimentação e demonstrativas, seminários, capacitações, dias de campo e eventos técnicos.

8.1.11 Prioridade 11

Tabela 66 - Programa *White Gold* de desenvolvimento da bovinocultura de leite no Alto Uruguai.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Programa *White Gold* de desenvolvimento da bovinocultura de leite no Alto Uruguai.

Localização: COREDE NORTE

Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Duração do projeto: 48 meses

Responsável pela implementação: EMATER/ASCAR - RS

Escopo: A Bovinocultura de leite é de fundamental importância socioeconômica para a agropecuária do Alto Uruguai Gaúcho. A região possui 9000 granjas leiteiras que possuem 87 mil vacas, com produção de 300 mil toneladas de leite por ano. A produtividade média da região é baixa (11 L/v/d).

Responsável: Vilmar Fruscalso - EMATER/ASCAR-RS

Objetivo Geral: O Programa *White Gold* tem por objetivo auxiliar no Desenvolvimento Sustentável da Bovinocultura de Leite do Alto Uruguai, melhorando a nutrição, reprodução, criação da bezerra e gestão das granjas.

Objetivos específicos:

- Melhorar a nutrição do rebanho: oferta de 3% do PV em matéria seca de forragem/dia;
- melhorar os índices reprodutivos: idade ao primeiro parto, intervalo entre partos, taxa de prenhez;
- auxiliar na gestão das granjas: implantar controles gerenciais e produtivos;
- adequar a escala de produção às demandas do mercado e melhorar a qualidade do leite: $CCS \leq 400$ /ml e $CBT \leq 100$ /ml.

8.2 Projetos voltados para a Indústria (Têxtil e Metalmeccânica)

Tabela 67 - Classificação de projetos para a Indústria

Linha Estratégica para o Desenvolvimento	Classificação	Projeto
Indústria (Têxtil e metal-mecânica)	1º	- Ampliação e manutenção do banco do Vestuário do Alto Uruguai
	2º	- Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Vestuário do Alto Uruguai
	3º	- Qualificação da mão-de-obra da região para atuar no setor têxtil
	4º	- Portal APL Polovest - site de vendas e E-commerce coletivo
	5º	- Inovação competitiva do APL Polovest
	6º	- Compras Coletivas do APL Polovest
	7º	- Selo do APL Polovest
	8º	- Estruturação do APL e fortalecimento da cadeia produtiva setor metalmeccânico Alto Uruguai
	9º	- Qualificação da mão-de-obra da região para atuar no setor Metalmeccânico
	10º	- Compras coletivas de insumos no APL rede Metalmeccânico
	11º	- Inovação tecnológica e competitiva no setor Metalmeccânico
	12º	- Importação e exportação coletiva no APL Rede Metalmeccânico
	13º	- Desenvolvimento/operação site vendas e E-commerce coletivo - Portal APL rede Metalmeccânico
	14º	- Selo do APL setor Metalmeccânico

8.2.1 Prioridade 1

Tabela 68 - Ampliação e manutenção do Banco do Vestuário do Alto Uruguai

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Ampliação e manutenção do Banco do Vestuário do Alto Uruguai

Localização: Rua Castro Alves, nº39, Centro, Erechim/RS, CEP 99700-226.

Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Duração do projeto: 12 meses

Responsável pela implementação: APL Polovest / Sindicato das Indústrias do Vestuário do Alto Uruguai - SINDIVEST A.U.

Escopo: Ampliação e Manutenção do Banco do Vestuário, com aquisições de equipamentos e insumos, contratação de profissionais, pesquisas de melhorias e desenvolvimento de projetos.

Responsável: João Carlos Oleksinski De Andrades - Presidente Sindinvest

8.2.2 Prioridade 2

Tabela 69 - Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Vestuário do Alto Uruguai

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Vestuário do Alto Uruguai
Localização: Rua Castro Alves, nº39, Centro, Erechim/RS, CEP 99700-226.
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: APL Polovest / Sindicato das Indústrias do Vestuário do Alto Uruguai - SINDIVEST A.U.
Escopo: Por meio de um projeto setorial que compreenderá toda a região, estruturado para qualificação de empresas por meio de consultorias e desenvolvimento de ações, visa-se a promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia regional e, por visão de futuro, ter excelência no desenvolvimento dos pequenos negócios, contribuindo para a construção de um País mais justo, competitivo e sustentável.
Responsável: João Carlos de Andrades – Presidente do Sindinvest.
Objetivo Geral: Melhorar a capacidade gerencial e de produção das empresas do setor, fomentar a competitividade das indústrias de confecção e vestuário e potencializar a produtividade e a qualidade dos produtos por meio de consultorias específicas e pontuais. Objetivos específicos: - Disponibilizar em contrapartida recursos para contratação de consultoria especializada do SEBRAE para apoio à gestão e melhoria dos produtos de empresas do setor, por meio de minicursos e consultorias específicas, de acordo com a demanda surgida.

8.2.3 Prioridade 3

Tabela 70 - Qualificação da mão-de-obra da região para atuar no setor têxtil

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Qualificação da mão-de-obra da região para atuar no setor têxtil
Localização: Rua Castro Alves, nº39, Centro, Erechim/RS, CEP 99700-226.
Valor total estimado do projeto: R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Qualificação da mão-de-obra da região para atuar no setor têxtil (indústrias), seja como autônomo ou como funcionários das empresas da região, por meio de cursos de aperfeiçoamento que atendam as particularidades do setor de vestuário.
Escopo: Qualificar e Capacitar mão-de-obra da região para atuar no setor têxtil, seja como autônomo ou como funcionários das empresas da região.
Responsável: João Carlos Oleksinski De Andrades – Presidente SINDIVEST
Objetivo Geral: Apresentar e desenvolver conhecimentos básicos de costura, além de propiciar aos alunos embasamento prático na utilização de equipamentos e ferramentas de costura para que ao término das atividades possa exercer as atividades relacionadas à costura. Objetivos específicos: - Realização de 7 cursos de capacitação em corte e costura para 15 pessoas cada, proporcionando aos alunos: - conhecer os tipos de máquinas, classes dos pontos, agulhas e costuras; - aprender a aplicação das agulhas aos tipos de tecidos; - confeccionar exercícios e produtos de vestuário; - operar todos os tipos de máquinas de costuras industrial com segurança na linha de trabalho; - confeccionar produtos de vestuário; - saber a sequência operacional das peças.

8.2.4 Prioridade 4

Tabela 71 - Portal APL Polovest - *site* de vendas e *E-commerce* coletivo

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Portal APL Polovest - <i>site</i> de vendas e <i>E-commerce</i> coletivo
Localização: Rua Castro Alves, nº39, Centro, Erechim/RS, CEP 99700-226.
Valor total estimado do projeto: R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: APL Polovest / Sindicato das Indústrias do Vestuário do Alto Uruguai - SINDIVEST A.U.
Escopo: Pesquisa e desenvolvimento de um projeto para implantação de um portal de divulgação, vendas e <i>e-commerce</i> coletivo, que dará todo o suporte de treinamento para as empresas, a organização dos sites individuais de cada uma das empresas e também toda a mídia <i>off-line</i> que permitirá levar a conhecimento do público comprador a ferramenta disponível para compra.
Responsável: João Carlos Oleksinski De Andrades - Presidente Sindivest
Objetivo Geral: Pesquisar e desenvolver um sistema de venda de produtos <i>on-line</i> coletivamente permitindo que as empresas que o adquirirem disponibilizem seus produtos para os seus clientes em conjunto com serviços de pós-venda, como rastreamento de pedidos, avaliação de produtos, e um serviço de recomendação, a fim de aumentar as vendas das empresas, gerando sustentabilidade ao APL através da prestação deste serviço.

8.2.5 Prioridade 5

Tabela 72 - Inovação competitiva do APL polovest

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Inovação competitiva do APL Polovest
Localização: Rua Castro Alves, nº39, Centro, Erechim/RS, CEP 99700-226.
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: APL Polovest
<p>Escopo: Equipar o Centro Tecnológico do setor de Vestuário e capacitar usuários do maquinário e dos <i>softwares</i> de modelagem, graduação e encaixe, levando em consideração as seguintes etapas:</p> <p>I) Capacitação e Qualificação</p> <p>II) Informatização do Processo Produtivo</p> <p>III) Desenvolvimento da Produção (Prestação de Serviços)</p> <p>O foco do projeto é na capacitação competitiva da cadeia do setor, sendo uma destas ações a inovação para melhorar a competitividade. Oferecer serviços às empresas associadas que lhes permitirão executar suas atividades com alta qualidade e produtividade, na etapa do processo de produção, obtendo eficiência no aproveitamento do tecido, resultando na obtenção de produtos com maior valor agregado e com menor custo unitário.</p>
Responsável: João Carlos De Andrades - Presidente Sindinvest
<p>Objetivo Geral: O objeto do projeto consiste na aquisição de equipamentos (<i>softwares</i> para o desenvolvimento de <i>design</i> e estilo, de modelagem e planejamento de encaixe de moldes; máquina enfestadeira automática; e máquina de corte automática) para uso coletivo no Centro Tecnológico do Vestuário.</p> <p>As empresas integrantes do APL utilizarão os equipamentos do Centro Tecnológico para a realização das seguintes etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - criação de produtos; - desenvolvimento de modelagem; - planejamento de encaixe dos moldes; - enfesto e corte de tecidos. <p>As empresas poderão realizar todas as etapas ou apenas algumas, de acordo com a sua necessidade, resultando assim na agregação de valor à produção, por meio da industrialização e por meio da inovação, qualificação e desenvolvimento de produtos. Promover o desenvolvimento das empresas, gerando mais empregos, produção e renda. Ganham o setor, os municípios envolvidos, o estado e o país.</p>

8.2.6 Prioridade 6

Tabela 73 - Compras Coletivas do APL Polovest

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Compras Coletivas do APL Polovest

Localização: Rua Castro Alves, nº39, Centro, Erechim/RS, CEP 99700-226.

Valor total estimado do projeto: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Duração do projeto: 12 meses

Responsável pela implementação: APL Polovest

Escopo: Contratação de consultoria especializada para pesquisa de demanda e elaboração de um projeto que estruture um sistema de compras coletivas para as empresas do APL e com os dados em mãos, contratar consultoria para desenvolvimento de um software de gerenciamento do sistema de compras coletivas de insumos para as empresas do setor têxtil participantes do APL.

Responsável: João Carlos de Andrades - Presidente do Sindinvest.

Objetivo Geral: Estabelecer um mecanismo de negociações e compras coletivas para as empresas integrantes do APL.

Objetivos Específicos:

- Contratar consultoria especializada para desenvolver pesquisa junto às empresas integrantes o APL, determinando a demanda de compras coletivas e, com este levantamento, elaboração de um projeto que estruture um sistema de compras coletivas para as indústrias de confecção e vestuário do APL Polovest;
- contratar consultoria especializada para desenvolver, a partir do projeto de estruturação do sistema de compras coletivas, um *software* para auxiliar no gerenciamento do sistema de compras coletivas das empresas do APL Polovest;
- proporcionar às empresas integrantes do APL Polovest maior lucratividade em seus negócios.

8.2.7 Prioridade 7

Tabela 74 - Selo do APL Polovest

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Selo do APL Polovest

Localização: Rua Castro Alves, nº39, Centro, Erechim/RS, CEP 99700-226.

Valor total estimado do projeto: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Duração do projeto: seis (06) meses

Responsável pela implementação: APL Polovest

Escopo: Criação de um selo de procedência da indústria do vestuário da Região Norte do RS, pertencentes ao APL Polovest. Estudo será realizado através de pesquisa e desenvolvimento de um projeto que irá identificar as procedências que garantem fidelidade aos produtos produzidos na região. Isto se dá pela necessidade de buscar a excelência e aumentar a participação do setor têxtil e de confecção, brasileiro, no mercado global.

Responsável: João Carlos de Andrades - Presidente do Sindinvest.

Objetivo Geral: Certificar e identificar através de um selo de identificação e qualidade, os produtos produzidos pelas indústrias de confecção e vestuário pertencentes ao APL Polovest.

Objetivos Específicos:

- Criar uma identidade regional aos produtos das empresas ligadas ao APL Polovest;
- contratar um profissional especializado, com *know how* no assunto, para realizar as pesquisas e desenvolver o selo de procedência dos produtos do APL Polovest;
- fazer o lançamento oficial e divulgação do Selo de Identificação e Qualidade dos produtos APL Polovest, para reconhecimento da comunidade;
- gerar valor agregado aos produtos produzidos na região do Alto Uruguai.

8.2.8 Prioridade 8

- Estruturação do APL e fortalecimento da cadeia produtiva setor metalmeccânico Alto Uruguai

8.2.9 Prioridade 9

- Qualificação da mão-de-obra da região para atuar no setor Metalmeccânico

8.2.10 Prioridade 10

- Compras coletivas de insumos no APL rede Metalmeccânico

8.2.11 Prioridade 11

- Inovação tecnológica e competitiva no setor Metalmeccânico

8.2.12 Prioridade 12

- Importação e exportação coletiva no APL Rede Metalmeccânico

8.2.13 Prioridade 13

- Desenvolvimento/operação site vendas e E-commerce coletivo – Portal APL rede Metalmeccânico

8.2.14 Prioridade 14

- Selo do APL setor Metalmeccânico

*** Os projetos da Rede Metalmeccânica estão em elaboração**

8.3 Projetos voltados para o Turismo

Tabela 75 - Classificação de projetos para o Turismo

Linha Estratégica para o Desenvolvimento	Classificação	Projeto
Turismo	1º	- Estruturação da oferta turística na Região do Alto Uruguai
	2º	- Promoção do turismo regional: marketing e comercial
	3º	- Estruturação do sistema da governança e do APL do turismo na Região do Alto Uruguai

8.3.1 Prioridade 1

Tabela 76 - Estruturação da oferta turística

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Estruturação da oferta turística na Região do Alto Uruguai

Localização: Região Funcional 9 - CREDENOR

Valor total estimado do projeto: R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais)

Duração do projeto: 24 meses

Responsável pela implementação: CREDENOR / URI Erechim

Escopo: Capacitar os agentes locais para desenvolvimento e venda de produtos turísticos da região e elaborar planos municipais e regional para desenvolver o turismo no Alto Uruguai.

Responsável: Maria Vanda Groch (Coordenadora Regional de Turismo)

Objetivo Geral: Capacitar os agentes locais para desenvolvimento e venda de produtos turísticos da região e elaborar planos municipais e regional para desenvolver o turismo no Alto Uruguai.

Objetivos Específicos:

1 - Consolidar a oferta dos produtos já existentes, transformando atrativos turísticos em produtos turísticos: capacitação dos empreendedores e agentes municipais de turismo, por meio de cursos e de assessorias;

2 - adequação da infraestrutura endógena para o turismo: elaborar e desenvolver planos estratégicos municipais e regional para desenvolvimento do turismo: melhorar os acessos viários (estradas, pontes,...); implantar de modo padronizado a sinalização turística em toda a região; asseio das vias de acesso e o entorno dos empreendimentos, bem como locais públicos vinculados ao turismo; adequação da acessibilidade nos empreendimentos turísticos: internet, telefone, TV,...; etc.

8.3.2 Prioridade 2

Tabela 77 - Promoção do turismo regional no Alto Uruguai: marketing e comercial

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promoção do turismo regional no Alto Uruguai: marketing e comercial
Localização: Região Funcional 9 - CREDENOR
Valor total estimado do projeto: R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: CREDENOR / URI Erechim
Escopo: Implantar sistema regional integrado padrão de promoção e comercialização dos produtos turísticos regionais na WEB, através do desenvolvimento e manutenção de um <i>site</i> institucional regional, com link à <i>sites</i> das prefeituras municipais e à sites municipais <i>e-commerce</i> dos empreendimentos turísticos dos municípios, capaz de, em rede, divulgar e promover o marketing, a divulgação e a venda dos produtos turísticos na região.
Responsável: Maria Vanda Groch (Coordenadora Regional de Turismo)
Objetivo Geral: Estruturar a oferta turística na Região do Alto Uruguai Gaúcho, dando visibilidade aos atrativos e ordenando a venda dos produtos.
Objetivos Específicos:
1 - Desenvolver e manter um site institucional do turismo regional, com link aos sites das prefeituras municipais e sites <i>e-commerce</i> municipais de produtos turísticos dos municípios.
2 - Desenvolver e manter um site <i>e-commerce</i> padrão regional, que possa ser replicado para todos os municípios da região, de modo que cada município tenha um <i>site e-commerce</i> de seus produtos turísticos.

8.3.3 Prioridade 3

Tabela 78 - Estruturação do sistema da governança e do APL do turismo na Região do Alto Uruguai

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Estruturação do sistema da governança e do APL do turismo na Região do Alto Uruguai
Localização: Região Funcional 9 - CREDENOR
Valor total estimado do projeto: R\$ 519.600,00 (quinhentos e dezenove mil e seiscentos reais).
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: CREDENOR / URI Erechim
Escopo: Estruturação do Arranjo Produtivo Local e estabelecer um sistema integrado de governança do turismo regional.
Responsável: Maria Vanda Groch (Coordenadora Regional de Turismo)
Objetivo Geral: Estabelecer, oficializar e estruturar o sistema integrado de Governança e o Arranjo Produtivo Local (APL) do turismo na Região do Alto Uruguai (CREDENOR).
Objetivos Específicos:
- Constituir, estruturar e colocar em operação o "escritório turístico" do Alto Uruguai;
- constituir, estruturar escritórios locais (municipais) de interlocução turística;
- constituição, formalização e estruturação do APL do Turismo do Alto Uruguai.

8.4 Projetos voltados para Ciência e Tecnologia

Tabela 79 - Classificação de projetos para Ciência e Tecnologia

Linha Estratégica para o Desenvolvimento	Classificação	Projeto
Ciência e Tecnologia	1º	- Construção do Parque Científico e Tecnológico do Alto Uruguai - TECNOURI Norte
	2º	- Construção e Instalação de Incubadoras de Empresas nas IES públicas e comunitárias da Região do Alto Uruguai
	3º	- Fortalecimento do Polo Científico e Tecnológico do Alto Uruguai

8.4.1 Prioridade 1

Tabela 80 - Construção do Parque Científico e Tecnológico do Alto Uruguai – TECNOURI Norte

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Construção do Parque Científico e Tecnológico do Alto Uruguai – TECNOURI Norte
Localização: Região Funcional 9 - CREDENOR
Valor total estimado do projeto: R\$ 14.100.000,00 (quatorze milhões e cem mil reais).
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Erechim
<p>Escopo: O projeto prevê a construção das instalações e aquisição de máquinas, equipamentos e utensílios para funcionamento do Parque Científico e Tecnológico do Alto Uruguai – TECNOURI Norte.</p> <p>A construção do parque deve se dar de forma modulada e por etapas, conforme evolução da demanda, sendo que nesta primeira etapa, que propõe este projeto, deverão ser construídos e equipado o prédio de Administração e Instalação para as primeiras empresas a serem alojadas ou incubadas no Parque (1.350m²), e mais três prédios (450m² cada) para instalação dos primeiros laboratórios (croquis anexos).</p> <p>Para a construção a URI Erechim disponibilizou um terreno, parte da área do Campus II, que conta com 50.000 m² (5,0 ha), e está localizado na RS 331, Bairro Demoliner.</p> <p>Inicialmente serão transferidos alguns laboratórios pertencentes ao Polo Tecnológico da Alto Uruguai e utilizados os laboratórios das Instituições de Ensino Superior - IES parceiras (URI Erechim, IFFS Erechim, UFFS Erechim, UERGS Erechim e FAE-Instituto Barão do Rio Branco). No desenvolvimento das pesquisas estarão envolvidos os pesquisadores das IES parceiras juntamente com os pesquisadores das empresas instaladas no Parque. À medida que o empreendimento for evoluindo, passarão a ser construídos e instalados mais laboratórios próprios nas dependências do Parque.</p> <p>O Parque deverá atender, ou seja, receber o setor de P&D das empresas nas áreas de Tecnologia da Informação; Alimentos; Biocombustíveis e Energia; Metal-mecânica; Têxtil; Educação, Ecologia, biodiversidade e preservação ambiental.</p>
Responsável: Professor Paulo José Sponchiado - Diretor Geral da URI Erechim e Presidente do CREDENOR.
<p>Objetivo Geral: Construção das instalações e aquisição de máquinas, equipamentos e utensílios para funcionamento do Parque Científico e Tecnológico do Alto Uruguai – TECNOURI Norte.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <p>I – constituir um espaço propício ao desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia ligados às áreas da Tecnologia da Informação, Alimentos, Biocombustíveis e Energia, Metalmeccânica, Têxtil, Educação, Ecologia, biodiversidade e preservação ambiental, favorável à produção intelectual e voltado para a inovação tecnológica e a produção criativa de resultados passíveis de uso imediato na cadeia produtiva, combinadas com uma cultura empresarial empreendedora e disponível;</p> <p>II – estimular a geração e a transferência de conhecimento e tecnologias das instituições de ensino e pesquisa parceiras, visando ao desenvolvimento inovador na produção de bens, processos e serviços de base tecnológica;</p> <p>III – promover a competitividade das cadeias produtivas e dos arranjos produtivos locais, criando ambientes de inovação alinhados com as vocações regionais e contribuindo para a redução de desigualdades;</p> <p>IV – atrair e receber empresas de base tecnológica, laboratórios, centros de pesquisa e de negócios ligados às cadeias produtivas nas áreas da tecnologia da informação; alimentos; biocombustíveis e energia; metalmeccânica; têxtil; educação, ecologia, biodiversidade e preservação ambiental, bem como dinamizar as estruturas, empresas e instituições já existentes e instaladas na região;</p> <p>V – promover a sinergia entre as entidades do Parque e entre estas e os demais agentes de desenvolvimento nacionais e internacionais;</p> <p>VI – ser exemplo de correção, em matéria de proteção ambiental em suas atividades, com a criação de áreas de preservação e espaços verdes e a implementação de programas de educação ambiental;</p> <p>VII – promover a melhoria da qualidade de vida da população regional, estadual e nacional.</p>

8.4.2 Prioridade 2

Tabela 81 - Construção e Instalação de Incubadoras de Empresas nas IES públicas e comunitárias da Região do Alto Uruguai

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Construção e Instalação de Incubadoras de Empresas nas IES públicas e comunitárias da Região do Alto Uruguai
Localização: Região Funcional 9 - CREDENOR
Valor total estimado do projeto: R\$ 6.250.000,00 (seis milhões e duzentos e cinquenta mil reais).
Duração do projeto: 48 meses após a liberação dos recursos para execução
Responsável pela implementação: CREDENOR
Escopo: O projeto prevê a construção das instalações e aquisição de máquinas, equipamentos e utensílios para instalação de cinco incubadoras de empresas, uma em cada Instituição de Ensino Superior (IES) pública ou comunitária da região, quais sejam: URI Erechim, UFFS Erechim, IFFS Erechim, UERGS Erechim e FAE Erechim.
Responsável: Professor Julio Cesar Brancher - URI Erechim .
Objetivo Geral: Construção das instalações e aquisição de máquinas, equipamentos e utensílios de cinco (5) incubadora de empresas, uma em cada IES pública ou comunitária do Alto Uruguai, quais sejam: URI Erechim, UFFS Erechim, IFFS Erechim, UERGS Erechim e FAE - Erechim. (3 nos dois primeiros anos do projeto e as outras duas nos outros dois anos, de acordo com a disponibilização de recursos e a capacidade de contrapartida das IES). Objetivos Específicos: - Fomentar a criação e o desenvolvimento sustentável de empresas com orientação tecnológica, melhorando e intensificando a transferência de conhecimento e de tecnologias entre as Instituições de Ensino Superior - IES (ciência) e a prática (mercado); - fomentar a mudança e a diferenciação da estrutura econômica local/regional, criando e incentivando o empreendedorismo, a inovação e a cooperação entre os atores regionais com efeito multiplicador, fortalecendo a competitividade da economia local; - - contribuir para a sustentabilidade das empresas incubadas por meio da capacitação dos empreendedores, criando e garantindo postos de trabalho qualificados e duradouros; - - disponibilizar, aos alunos das IES, espaços para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos (estágios); - atrair e vincular portadores de <i>know how</i> à região; - promover o surgimento de um parque tecnológico.

8.4.3 Prioridade 3

Tabela 82 - Fortalecimento do Pólo Científico e Tecnológico

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Título: Fortalecimento do Polo Científico e Tecnológico do Alto Uruguai.	
Localização: Região Funcional 9 - CREDENOR	
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)	
Duração do projeto: 60 meses	
Responsável pela implementação: URI Erechim	
<p>Escopo: O projeto prevê a aquisição de máquinas equipamentos e utensílios para equipar os laboratórios e/ou instalar novos laboratórios do Polo Científico e Tecnológico do Alto Uruguai, instalado na URI Erechim, com objetivo da realização de pesquisa aplicada, bem como da prestação de serviços para os empreendimentos e órgãos públicos da região.</p>	
Responsável: Professor Julio Cesar Brancher - URI Erechim.	
<p>Objetivo Geral: O projeto prevê a aquisição de máquinas equipamentos e utensílios para equipar os laboratórios ou instalar novos laboratórios do Polo Científico e Tecnológico do Alto Uruguai.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fomentar a criação e o desenvolvimento sustentável de empresas com orientação tecnológica; - melhorar e intensificar a transferência de conhecimento e de tecnologias entre a ciência (universidades) e a prática (mercado); - fomentar a mudança e a diferenciação da estrutura econômica local/regional; - promover a organização e o desenvolvimento das empresas da região; - potencializar o empreendedorismo e a inovação na região, com efeito multiplicador; - fortalecer a competitividade da economia local; - aumentar a demanda pelos serviços do Polo Científico e Tecnológico da região base do CREDENOR; - promover a integração entre as diversas áreas de conhecimento das IES para desenvolvimento de pesquisa aplicada e produtos para os demandantes regionais; - contribuir para a sustentabilidade das empresas demandantes das atividades do Polo; - disponibilizar aos alunos um espaço para ampliação dos seus conhecimentos auxiliando nas pesquisas conduzidas pelos pesquisadores atuantes nos laboratórios do Polo (estágios). - incentivar a cooperação entre os atores locais. 	

8.5 Projetos voltados para Serviços na Saúde

Tabela 83 - Classificação de projetos para Serviços na Saúde

Linha Estratégica para o Desenvolvimento	Classificação	Projeto
Serviços (Saúde)	1º	- Construção de Prédio de Internações Hospitalares na FHSTE
	2º	- Reforma e Ampliação do Pronto Socorro e CDI da FHSTE
	3º	- Construção e Reforma Ambulatório de Especialidades da FHSTE
	4º	- Reforma e Ampliação UTI Neonatal, UCI, Centro Obstétrico e Maternidade da FHSTE
	5º	- Reforma de prédio da FHSTE para atender à especialidade ortopedia e traumatologia
	6º	- Aquisição e instalação de equipamento de Tomografia Computadorizada para o Hospital São Roque de Getúlio Vargas

8.5.1 Prioridade 1

Tabela 84 - Construção de Prédio de Internações Hospitalares na FHSTE

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Construção de Prédio de Internações Hospitalares na FHSTE

Localização: 11ª CRS

Valor total estimado do projeto: R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais).

Duração do projeto: 36 meses

Responsável pela implementação: FHSTE

Escopo: Construção de novo prédio de internações hospitalares

Responsável: Helio José Bianchi - Diretor Executivo da FHSTE.

Objetivo Geral: Ampliar e modernizar os leitos de internação da FHSTE, passando dos atuais 180 para futuros 400 leitos.

8.5.2 Prioridade 2

Tabela 85 - Reforma e ampliação Pronto Socorro e CDI FHSTE

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Reforma e Ampliação do Pronto Socorro e CDI da FHSTE

Localização: 11ª CRS

Valor total estimado do projeto: R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais)

Duração do projeto: 24 meses

Responsável pela implementação: FHSTE

Escopo: Reforma e Ampliação FHSTE

Responsável: Helio José Bianchi - Diretor Executivo

Objetivo Geral: Reformar e Ampliar o Pronto Socorro e CDI da FHSTE.

8.5.3 Prioridade 3

Tabela 86 - Construção e reforma ambulatório de especialidades FHSTE

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Construção e Reforma Ambulatório de Especialidades da FHSTE

Localização: 11ª CRS

Valor total estimado do projeto: R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).

Duração do projeto: 06 meses

Responsável pela implementação: FHSTE

Escopo: Construção e reforma Ambulatório de especialidades FHSTE

Responsável: Hélio José Bianchi - Diretor do FHSTE

Objetivo Geral: Reformar e construir ambulatório de especialidades médicas.

8.5.4 Prioridade 4

Tabela 87 - Reforma e ampliação UTI neonatal, UCI, centro obstétrico e maternidade da FHSTE

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Reforma e Ampliação UTI Neonatal, UCI, Centro Obstétrico e Maternidade da FHSTE
Localização: 11ª CRS
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: FHSTE
Escopo: Reforma e Ampliação FHSTE
Responsável: Helio José Bianchi - Diretor Executivo
Objetivo Geral: Ampliar e modernizar os leitos de internação da UTI Neonatal, UCI, Centro Obstétrico e Maternidade da FHSTE.

8.5.5 Prioridade 5

Tabela 88 - Reforma de prédio da FHSTE para atender à especialidade de ortopedia e traumatologia

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Reforma de prédio da FHSTE para atender à especialidade de ortopedia e traumatologia
Localização: Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: FHSTE
Escopo: A Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim adquiriu um prédio junto ao seu complexo hospitalar, com área construída de 1.000 m ² , que será reformada e adequada para atendimento dos serviços de ortopedia e traumatologia.
Responsável: Helio José Bianchi - Diretor Executivo
Objetivo Geral: Reforma de prédio com área de 573,73 M ² , adequando-o para instalação da ala de ortopedia e traumatologia da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim.

8.5.6 Prioridade 6

Tabela 89 - Aquisição e instalação de equipamento de Tomografia Computadorizada para o Hospital São Roque de Getúlio Vargas

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Aquisição e instalação de equipamento de Tomografia Computadorizada para o Hospital São Roque de Getúlio Vargas

Localização: Getúlio Vargas - COREDE Norte

Valor total estimado do projeto: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Duração do projeto: 6 meses

Responsável pela implementação: Hospital São Roque

Escopo: a aquisição e instalação do aparelho possibilitará ao HSR realizar exames de tomografia computadorizada, qualificando o diagnóstico de saúde dos pacientes, sendo que atualmente as tomografias são realizadas em Erechim ou Passo Fundo, havendo necessidade de vários deslocamentos diários de ambulâncias para atendimento da demanda, que atualmente é de 62 tomografias mensais.

Responsável: Claudio Santolin (Administrador operacional Hospital São Roque)

Objetivo Geral: aquisição e instalação de um aparelho de tomografia computadorizada de 12 canais para, inicialmente, atender esta demanda 62 tomografias mensais (cota SUS para microrregião) e atender pacientes de convênios e particulares. A médio prazo, atender toda a cota SUS da nova contratualização, que são de 300 tomografias mês. A longo prazo, estender o atendimento a todos os municípios da região de saúde 16 (33 municípios) que possuam demandas de tomografias reprimidas. Com isso o município sede e outros evitarão o transporte de pacientes aos municípios de Erechim e Passo Fundo.

8.6 Projetos voltados para Serviços na Segurança

Tabela 90 - Classificação de projetos para Serviços na Segurança

Linha Estratégica para o Desenvolvimento	Classificação	Projeto
SERVIÇOS (Segurança)	1º	- Implantação de Sistema Regional de Videomonitoramento - Brigada Militar (13º BPM)
	2º	- Recomposição do efetivo da Brigada Militar (13º BPM)
	3º	- Fortalecimento do potencial de armamento da Brigada Militar (13º BPM)
	4º	- Renovação da frota de viaturas da Brigada Militar (13º BPM)
	5º	- Modernização e ampliação da rede de comunicação da Brigada Militar (13º BPM)
	6º	- Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) - Coletes à prova de balas para a Brigada Militar (13º BPM)
	7º	- Modernização e ampliação do Sistema de Tecnologia da Informação (TI) da BM (13º BPM)
	8º	- Recomposição de Armamento e Equipamentos de proteção da Polícia Civil
	9º	- Aquisição de aparelhos tecnológicos para a Polícia Civil
	10º	- Melhoramento da prestação de serviço público de Bombeiros na Área da 2ª Cia BM/7ª BBM e Região Funcional 9 - CREDENOR
	11º	- Substituição de mobiliário e equipamentos de informática para polícia civil
	12º	- Recomposição de Frota de Viaturas da Polícia Civil

8.6.1 Prioridade 1

Tabela 91 - Implantação de Sistema Regional de Videomonitoramento - Brigada Militar (13º BPM)

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implantação de Sistema Regional de Videomonitoramento - Brigada Militar (13º BPM)
Localização: Região Funcional 9 - COREDE NORTE
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões reais).
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado do RS.
Escopo: Aquisição de equipamentos de comunicação adequados à nova dinâmica de atuação da Brigada Militar no combate à criminalidade.
Responsável: Capitão Maurício Paraboni Detoni - Chefe da 2ª e 3ª Seções (Inteligência e Operações) do 13º BPM.

Objetivo Geral: Proporcionar maior segurança pública à população, mediante a implantação de Sistema Regional de Videomonitoramento na sede do 13º BPM (Erechim) com a instalação de câmeras de captação de imagens nos municípios sob a responsabilidade do Batalhão.

Objetivos Específicos:

- Adquirir, instalar e manter em funcionamento as câmeras de vídeo, bem como toda a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, nos Municípios do 13º BPM, em pontos específicos que serão definidos conforme o índice de ocorrências e particularidades de cada localidade, de forma que na sede do Batalhão, na cidade de Erechim, seja possível acompanhar em tempo real, pela captação de imagens nas vias públicas, o grau de tranquilidade e segurança pública, bem como a necessidade de pronta intervenção e atuação da Brigada Militar;
- executar o projeto conforme legislação específica para o caso, respeitando também Portarias, Termos de Compromisso/Convênio, Planos de Trabalho e demais normatizações estabelecidas, comprometendo-se a informar prontamente ao Departamento de Gestão da Estratégia Operacional - DGEO/SSP, qualquer alteração dos locais de monitoramento, bem como, supressão ou acréscimo de pontos de monitoramento;
- permitir o acompanhamento de veículos e pessoas suspeitas, visando à antecipação à ação propriamente dita dos delinquentes, com ênfase na prevenção de delitos de grande magnitude, como roubo a banco, roubo de pessoa e de veículos, sequestros, homicídios, que em regra, causam grande impacto junto à população e opinião pública, contribuindo para gerar sensação de insegurança pública;
- realizar o controle de veículos e pessoas envolvidos em delitos, com mandados de prisão, busca e apreensão ou outra pendência com a Justiça, que venham a circular pelos Municípios de toda a região, colaborando sobremaneira para a prisão de criminosos;
- auxiliar na elucidação de crimes, mediante a análise do conteúdo de imagens arquivadas, com possibilidade de reiteradas avaliações, perícias e outras medidas julgadas pertinentes, para cada situação, pela Polícia Civil e IGP;
- fornecer subsídios para a elaboração de estratégias e o planejamento das ações e operações de polícia ostensiva da Brigada Militar;
- informar o Poder Executivo de cada Município, por meio de comunicação oficial da Brigada Militar, a necessidade de adoção de providências que influenciam indiretamente na segurança pública, como a melhoria no sistema de iluminação pública, notificação de proprietários de imóveis urbanos (terrenos) para que realizem poda ou roçada de vegetação que dificulte a visualização do local ou podem servir de esconderijo de meliantes;
- manter local adequado para o pleno funcionamento do sistema de videomonitoramento na sede da unidade que realiza o policiamento ostensivo local;
- supervisionar o monitoramento, a guarda, o controle e a operação do sistema de videomonitoramento em todos os turnos, assegurando o acesso, a tais informações somente ao pessoal autorizado. Obriga-se a disponibilizar as imagens por requisição direta do Ministério Público, Poder Judiciário, a Polícia Civil e a Polícia Militar, ou as autoridades das esferas competentes, a partir de requisições ou solicitações fundamentadas;
- executar o serviço de polícia ostensiva nos processos disponíveis na Unidade de Polícia local de cada Município, atendendo prontamente às ocorrências nas áreas sob vigilância eletrônica, dentro da possibilidade;
- ampliar a sensação de ordem, paz e tranquilidade públicas, contribuindo para um ambiente favorável e imagem positiva para a região, com uma espécie de "cerca eletrônica de proteção", circundando os Municípios integrados ao sistema regional de videomonitoramento;
- potencializar as condições para o desenvolvimento econômico da região:
 - * inibir a evasão para outras regiões do RS e Estados do País, da mão-de-obra urbana especializada para o comércio, indústria e prestadores de serviço;
 - * restringir o êxodo rural, em face da insegurança atual no campo.

8.6.2 Prioridade 2

Tabela 92 - Recomposição do efetivo da Brigada Militar (13º BPM)

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Recomposição do efetivo da Brigada Militar (13º BPM)
Localização: Região Funcional 9 - COREDE NORTE
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado do RS.
Escopo: Realização de Curso Básico de Formação Policial Militar (CBFPM) da Brigada Militar (13º BPM) num total de 60 alunos.
Responsável: Capitão Maurício Paraboni Detoni – Chefe da 3ª Seção (Treinamento e Operações) do 13º BPM.
Objetivo Geral: Proporcionar maior segurança pública à população, por meio da presença real do policial militar, resultante da otimização do patrulhamento a pé e também motorizado, mediante ações e operações policiais.
Objetivos Específicos:
- Realizar o preenchimento de vagas existentes nos quadros do Batalhão, mais especificamente da graduação de soldado;
- ampliar o número de policiais militares disponíveis para o serviço de policia ostensiva, aumentando, por consequência a amplitude da ação policial militar;
- propiciar ao cidadão um atendimento de ocorrência ágil e maior intensidade na atividade de prevenção por meio do patrulhamento mais constante;
- ampliar a sensação de ordem, paz e tranquilidade públicas, contribuindo para um ambiente favorável e imagem positiva para a região;
- potencializar as condições para o desenvolvimento econômico da região:
* inibir a evasão para outras regiões do RS e Estados do País, da mão-de-obra urbana especializada para o comércio, indústria e prestadores de serviço;
* restringir o êxodo rural, em face da insegurança atual no campo.

8.6.3 Prioridade 3

Tabela 93 - Fortalecimento do potencial de armamento da Brigada Militar (13º BPM)

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Fortalecimento do potencial de armamento da Brigada Militar (13º BPM)

Localização: Região Funcional 9 - COREDE NORTE

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Duração do projeto: 24 meses

Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado do RS.

Escopo: Aquisição de armamento para substituição das armas inservíveis e obsoletas pertencentes ao 13º BPM, bem como o acréscimo de outras armas novas, modernas e adequadas às especificidades da região para atuação da Brigada Militar.

Responsável: Capitão Mauri José Bérnago - Chefe da 4ª Seção (Logística, Licitações e Patrimônio) do 13º BPM.

Objetivo Geral: Proporcionar maior segurança pública à população, por meio da realização de operações de maior complexidade, com maior potencial de reação do policial militar, estando dotado de armamento de impacto visual e de resultado propriamente dito.

Objetivos Específicos:

- Disponibilizar ao policial militar um armamento novo, ampliando a gama de ações possíveis de prevenção e principalmente, de combate à criminalidade;
- dissuadir o delinquente para não praticar crimes ou ainda, ao ser flagrado no cometimento de delitos, não reagir à atuação policial, evitando confrontos e eventuais vítimas inocentes;
- propiciar ao cidadão um atendimento de ocorrência ágil e maior intensidade na atividade de prevenção por meio do patrulhamento mais constante;
- ampliar a sensação de ordem, paz e tranquilidade públicas, contribuindo para um ambiente favorável e imagem positiva para a região;
- potencializar as condições para o desenvolvimento econômico da região:

* inibir a evasão para outras regiões do RS e Estados do País, da mão de obra urbana especializada para o comércio, indústria e prestadores de serviço;

* restringir o êxodo rural, em face da insegurança atual no campo.

8.6.4 Prioridade 4

Tabela 94 - Renovação da frota de viaturas da Brigada Militar (13º BPM)

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Renovação da frota de viaturas da Brigada Militar (13º BPM)
Localização: Região Funcional 9 - COREDE NORTE
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado do RS.
Escopo: Substituição das viaturas inservíveis e obsoletas pertencentes ao 13º BPM, bem como o acréscimo de outros veículos novos, modernos e adequados às especificidades da região para atuação da Brigada Militar.
Responsável: Capitão Mauri José Bérghamo - Chefe da 4ª Seção (Logística, Licitações e Patrimônio) do 13º BPM.
<p>Objetivo Geral: Proporcionar maior segurança pública à população, por meio da presença potencial do policial militar, resultante da otimização do patrulhamento motorizado.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar ao policial militar um veículo novo (zero quilômetro), com as condições indispensáveis à sua segurança dele e demais ocupantes, durante a utilização da viatura na atividade de polícia ostensiva; - reduzir as despesas com manutenção preventiva e, principalmente, reparativa/restaurativa das viaturas; - propiciar ao cidadão um atendimento de ocorrência ágil e maior intensidade na atividade de prevenção por meio do patrulhamento mais constante; - ampliar a sensação de ordem, paz e tranquilidade públicas, contribuindo para um ambiente favorável e imagem positiva para a região; - potencializar as condições para o desenvolvimento econômico da região: <ul style="list-style-type: none"> * inibir a evasão para outras regiões do RS e Estados do País, da mão de obra urbana especializada para o comércio, indústria e prestadores de serviço; * restringir o êxodo rural, em face da insegurança atual no campo.

8.6.5 Prioridade 5

Tabela 95 - Modernização e ampliação da rede de comunicação da Brigada Militar (13º BPM)

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Modernização e ampliação da rede de comunicação da Brigada Militar (13º BPM)

Localização: Região Funcional 9 - COREDE NORTE

Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Duração do projeto: 24 meses

Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado do RS.

Escopo: Aquisição de equipamentos de comunicação adequados à nova dinâmica de atuação da Brigada Militar no combate à criminalidade.

Responsável: Capitão Mauri José Bérnago – Chefe da 4ª Seção (Logística, Licitações e Patrimônio) do 13º BPM.

Objetivo Geral: Proporcionar maior segurança pública à população, com o apoio indispensável dos meios de comunicação próprios da atividade policial como rádio veicular, bases fixas e portátil (Hand-Talk "HT").

Objetivos Específicos:

- Fornecer ao policial militar novos equipamentos de comunicação, viabilizando o contato imediato da sala de operações com as equipes (guarnições) de serviço, agilizando o despacho de viaturas e diminuindo o TEMPO-RESPOSTA no atendimento de ocorrências;
- propiciar a celeridade na transmissão de informações com a rede de comunicação do Batalhão, para acompanhamento à pessoa e/ou veículo suspeito, bem como para execução de cerco policial para prisão de criminosos, libertação de vítimas, recuperação de veículos e outros bens, etc;
- organização de sistema regional de comunicação, interligando todos os Municípios da Área de Ação do Batalhão, otimizando a mobilização de grande aparato policial, em ocorrências de maior gravidade como roubo a banco, sequestro, roubo a veículo, etc.
- propiciar ao cidadão um atendimento de ocorrência ágil e maior intensidade na atividade de prevenção por meio do patrulhamento mais constante;
- ampliar a sensação de ordem, paz e tranquilidade públicas, contribuindo para um ambiente favorável e imagem positiva para a região;
- potencializar as condições para o desenvolvimento econômico da região:
 - * inibir a evasão para outras regiões do RS e estados do País, da mão de obra urbana especializada para o comércio, indústria e prestadores de serviço;
 - * restringir o êxodo rural, em face da insegurança atual no campo.

8.6.6 Prioridade 6

Tabela 96 - Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) – Coletes à prova de balas para a Brigada Militar (13º BPM)

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) – Coletes à prova de balas para a Brigada Militar (13º BPM)

Localização: Região Funcional 9 - COREDE NORTE

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Duração do projeto: 24 meses

Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado do RS.

Escopo: Aquisição de coletes à prova de bala para a proteção dos policiais militares pertencentes ao 13º BPM, adequados às especificidades da atuação da Brigada Militar.

Responsável: Capitão Mauri José Bérghamo - Chefe da 4ª Seção (logística, licitações e patrimônio) do 13º BPM.

Objetivo Geral: Proporcionar maior segurança pública à população, por meio da realização de operações de maior complexidade, elevando a confiança do policial militar, visto estar utilizando equipamento de proteção individual correspondente ao ataque que venha sofrer à sua integridade física.

Objetivos Específicos:

- Disponibilizar ao policial militar a devida e correta proteção para salvaguardar sua vida, podendo atuar com maior desenvoltura nas ações rotineiras e, especialmente, nas ocorrências de elevado risco e complexidade;
- propiciar ao cidadão um atendimento de ocorrência ágil e maior intensidade na atividade de prevenção, por meio da atuação mais constante;
- ampliar a sensação de ordem, paz e tranquilidade públicas, contribuindo para um ambiente favorável e imagem positiva para a região;
- potencializar as condições para o desenvolvimento econômico da região:

* inibir a evasão para outras regiões do RS e Estados do País, da mão de obra urbana especializada para o comércio, indústria e prestadores de serviço;

* restringir o êxodo rural, em face da insegurança atual no campo.

8.6.7 Prioridade 7

Tabela 97 - Modernização e ampliação da Tecnologia da Informação (TI) da Brigada Militar (13º BPM)

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Modernização e ampliação da Tecnologia da Informação (TI) da Brigada Militar (13º BPM)
Localização: Região Funcional 9 - COREDE NORTE
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado do RS.
Escopo: Substituição dos equipamentos de informática inservíveis e obsoletas pertencentes ao 13º BPM, bem como o acréscimo de outros equipamentos tecnológicos novos, modernos e adequados à nova dinâmica de atuação da Brigada Militar no combate à criminalidade.
Responsável: Capitão Mauri José Bérnago - Chefe da 4ª Seção (Logística, Licitações e Patrimônio) do 13º BPM.
Objetivo Geral: Proporcionar maior segurança pública à população, com o suporte da tecnologia da informação, acarretando numa ação célere e precisa do policial militar, embasado na legislação em vigor e nos procedimentos técnicos e doutrinários.
Objetivos Específicos:
- Fornecer ao policial militar novos equipamentos de informática e canal de dados mais célere, agilizando a realização de tarefas, concentrando atribuições administrativas e exigindo menor quantidade de efetivo para atividades dessa natureza;
- o rápido apoio ao efetivo operacional, quando da abordagem de pessoas e veículos suspeitos, que demandam consultas aos sistemas de informação e bancos de dados, exigindo equipamentos de elevada capacidade de transmissão de informações;
- disponibilidade do policial militar atender um número mais elevado de ocorrências, visto consumir um menor tempo para cada atendimento, com a veiculação otimizada de dados e informações pertinentes aos envolvidos em determinado crime ou fato irregular de menor expressão.
- equipar as viaturas com dispositivos de rastreamento (GPS), facilitando sua localização, tanto para despachar para a ocorrência disponível, que estiver mais próxima, bem como demandar menos pessoal para a fiscalização dos policiais militares escalados no policiamento motorizados;
- reduzir as despesas com manutenção preventiva e, principalmente, reparativa/restaurativa dos equipamentos já existentes;
- propiciar ao cidadão um atendimento de ocorrência ágil e maior intensidade na atividade de prevenção por meio do patrulhamento mais constante;
- ampliar a sensação de ordem, paz e tranquilidade públicas, contribuindo para um ambiente favorável e imagem positiva para a região;
- potencializar as condições para o desenvolvimento econômico da região:
* inibir a evasão para outras regiões do RS e Estados do País, da mão de obra urbana especializada para o comércio, indústria e prestadores de serviço;
* restringir o êxodo rural, em face da insegurança atual no campo.

8.6.8 Prioridade 8

Tabela 98 - Recomposição de Armamento e Equipamentos de proteção da Polícia Civil

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Recomposição de Armamento e Equipamentos de proteção da Polícia Civil
Localização: Região Funcional 9 - COREDE NORTE
Valor total estimado do projeto: R\$ 496.000,00 (quatrocentos e noventa e seis mil reais).
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança pública - SSP/RS - 11ª DPRI
Escopo: renovação de armamento da Polícia Civil mediante aquisição de armas de fogo, para fazer frente à criminalidade equipando-se melhor e dando melhores condições para as equipes de investigações policiais.
Responsável: Diana Casarin Zanatta, Delegada de Polícia Regional da 11ª Delegacia de Polícia Regional do Interior.
Objetivo Geral: Proporcionar maior segurança pública à população, através de operações e investigações policiais, resultando na identificação e prisões de autores de crimes, notadamente de crimes mais graves - homicídios, tráfico de drogas, roubos e outros delitos graves.
Objetivos Específicos: <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de armamento e equipamentos de proteção individual, a fim de substituir armas antigas e inapropriadas para o enfrentamento de organizações criminosas; - propiciar ao cidadão a resolução de conflitos criminais de forma ágil e em maior intensidade na atividade de prevenção e preservação da ordem pública; - potencializar as condições para o desenvolvimento econômico da região, inibindo a evasão para outras regiões do Rio Grande do Sul e demais Estados da federação, mão de obra urbana especializada para o comércio, indústria e prestadores de serviço.

8.6.9 Prioridade 9

Tabela 99 - Aquisição de aparelhos tecnológicos para a Polícia Civil

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Aquisição de aparelhos tecnológicos para a Polícia Civil
Localização: Região Funcional 9 - COREDE NORTE
Valor total estimado do projeto: R\$ 234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais).
Duração do projeto: 24 em meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança pública - SSP/RS - 11ª DPRI
Escopo: aquisição de equipamentos tecnológicos que possibilitem a eficiência e agilidade no trabalho policial para fazer frente à criminalidade, equipando-se melhor e dando melhores condições para as equipes de investigação policial.
Responsável: Diana Casarin Zanatta, Delegada de Polícia Regional da 11ª Delegacia de Polícia Regional do Interior
Objetivo Geral: Proporcionar maior segurança pública à população, através de operações e investigações policiais, resultando na identificação e prisões de autores de crimes, notadamente de crimes mais graves - homicídios, tráfico de drogas, roubos e outros delitos graves.
Objetivos Específico: <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de equipamentos tecnológicos, a fim de aprimorar a capacidade investigativa e a eficiência do trabalho de polícia judiciária; - propiciar ao cidadão a resolução de conflitos criminais de forma ágil e em maior intensidade na atividade de prevenção e preservação da ordem pública; - potencializar as condições para o desenvolvimento econômico da região, inibindo a evasão para outras regiões do Rio Grande do Sul e demais Estados da federação, mão de obra urbana especializada para o comércio, indústria e prestadores de serviço.

8.6.10 Prioridade 10

Tabela 100 - Melhoria da prestação de serviço público de Bombeiros na Área da 2 Cia BM/7º BBM e Região Funcional 9 - CREDENOR

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Melhoria da prestação de serviço público de Bombeiros na área da 2 Cia BM/7º BBM e Região Funcional 9 - CREDENOR
Localização: Região Funcional 9 - CREDENOR
Valor total estimado do projeto: R\$ 910.000,00 (novecentos e dez mil reais).
Duração do projeto: 156 meses
Responsável pela implementação: Corpo de Bombeiros Militar/7ºBBM/2ªCiaBM - Erechim - Getúlio Vargas
<p>Escopo: O projeto prevê a melhoria na prestação dos serviços de prevenção contra incêndios, gerando melhor eficiência e eficácia. O projeto contempla ainda, melhoramento nas atividades operacionais do CBM na região, considerando a melhoria na comunicação e na aquisição de uma viatura apropriada para resgates e remoções nas cidades da região e suas ligações asfálticas.</p>
Responsável: Alessandro Vicente Bauer - Capitão QOEM
<p>Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento das atividades constitucionalmente asseguradas ao Corpo de Bombeiros Militar no âmbito da Região Funcional 9 - CREDENOR, notadamente à prevenção de incêndios, proteção e combate a incêndios, as buscas e salvamentos nas modalidades aéreo, aquático e terrestre, além de implementar as atividades de defesa civil, garantindo, com isso, a melhoria do atendimento aos serviços prestados e concretizando os ditames da boa administração pública, diante do controle dos indicadores e da adoção de procedimentos que permitam a otimização das ações, como consequência da recomposição dos recursos humanos, logísticos e de infraestrutura das áreas institucionalmente relacionadas.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de viaturas de resgate voltadas ao atendimento pré-hospitalar; - melhoria no sistema de informações; - melhoria no sistema de comunicações; - melhoria da estrutura física de quartéis (Erechim e Getúlio Vargas).

8.6.11 Prioridade 11

Tabela 101 - Substituição de mobiliário e equipamentos de informática para polícia civil

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Substituição de mobiliário e equipamentos de informática para polícia civil
Localização: Região Funcional 9 - COREDE NORTE
Valor total estimado do projeto: R\$ 384.000.000 (trezentos e oitenta e quatro mil reais).
Duração do projeto: 12 em meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança Pública - SSP/RS - 11ª DPRI
Escopo: renovação de mobiliário e equipamentos de informática da Polícia Civil, para proporcionar um melhor atendimento à comunidade que frequenta as Delegacias de Polícia da 11ª Região Policial.
Responsável: Diana Casarin Zanatta, Delegada de Polícia Regional da 11ª Delegacia de Polícia Regional do Interior.
Objetivo Geral: Proporcionar maior conforto à população que é atendida nas Delegacias de Polícia em momentos que por sua natureza geram estresse e inquietação - tais como, vítimas de crimes, testemunhas, familiares destas, dentre outros - bem como aos quadros funcionais da Polícia Civil.
Objetivos Específico: aquisição de estações de trabalho, cadeiras, sofás, kits de ergonomia, notebooks, tablets e computadores de mesa, a fim de substituir os antigos e aprimorar a capacidade de trabalho e o conforto daqueles que frequentam as Delegacias de Polícia da Região;
- potencializar as condições para o desenvolvimento econômico da região, inibindo a evasão para outras regiões do Rio Grande do Sul e demais Estados da federação, mão de obra urbana especializada para o comércio, indústria e prestadores de serviço.

8.6.12 Prioridade 12

Tabela 102 - Recomposição de Frota de Viaturas da Polícia Civil

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Recomposição de Frota de Viaturas da Polícia Civil
Localização: Região Funcional 9 - COREDE NORTE
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.680.000,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta mil reais).
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança pública - SSP/RS - 11ª DPRI
Escopo: renovação da frota de viaturas para permitir que o trabalho policial seja realizado de forma ágil e eficiente, mediante operações policiais, prisões, cumprimentos de mandados de busca e apreensão e outros mandados judiciais.
Responsável: Diana Casarin Zanatta, Delegada de Polícia Regional da 11ª Delegacia de Polícia Regional do Interior
Objetivo Geral: Proporcionar maior segurança pública à população, através de operações e investigações policiais, resultando em uma maior eficiência e prestatividade nos serviços de polícia judiciária.
Objetivos Específico:
- Aquisição de novas viaturas, a fim de renovar a frota de veículos mais antigos, para fazer frente a demanda do crescimento de organizações criminosas;
- propiciar ao cidadão a resolução de conflitos criminais de forma ágil e em maior intensidade na atividade de prevenção e preservação da ordem pública;
- potencializar as condições para o desenvolvimento econômico da região, inibindo a evasão para outras regiões do Rio Grande do Sul e demais Estados da federação, mão de obra urbana especializada para o comércio, indústria e prestadores de serviço.

8.7 Projetos voltados para Serviços na Educação

Tabela 103 - Classificação de projetos para Serviços Educação

Linha Estratégica para o Desenvolvimento	Classificação	Projeto
Serviços (Educação)	1º	- Capacitação e qualificação dos professores da rede pública estadual abrangência 15ª CRE
	2º	- Capacitação e qualificação dos gestores escolares
	3º	- 1º Campeonato Escolar 15ª CRE

8.7.1 Prioridade 1

Tabela 104 - Capacitação e qualificação dos professores da rede pública estadual de abrangência da 15ª CRE

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Capacitação e qualificação dos professores da rede pública estadual de abrangência da 15ª CRE

Localização: Sede da 15ª CRE

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Duração do projeto: 2017 e 2018 (24 meses)

Responsável pela implementação: 15ªCRE/SEDUC

Escopo: Este projeto tem como gênese a necessidade de formação continuada dos professores que atuam nos anos finais da rede estadual de ensino e no nível médio, que atuam na área de abrangência da 15ª Coordenadoria Regional de Educação. Com isso, busca-se priorizar a capacitação e qualificação dos mesmos, alcançando a melhoria da qualidade do ensino público estadual.

Responsável: Alencart João Loch - Coordenador de 15ª CRE.

Objetivo Geral: Por meio de oficinas, metodologias inovadoras, atividades práticas vinculadas à docência, espera-se contribuir com a qualificação docente aos professores dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio das escolas de abrangência da 15ª CRE. Também é mister apresentar aos docentes estudos teórico-práticos, tendo em vista o desenvolvimento de habilidades e competências relativas ao processo de aprendizagem no contexto escolar.

8.7.2 Prioridade 2

Tabela 105 - Capacitação e qualificação dos gestores escolares

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Capacitação e qualificação dos gestores escolares
Localização: 41 Municípios da 15ª CRE
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
Duração do projeto: 2017 e 2018 (24 meses)
Responsável pela implementação: 15ª CRE/SEDUC
<p>Escopo: O projeto tem origem na demanda por qualificação profissional dos gestores escolares e tem como objetivo principal a capacitação e qualificação de todos os diretores das escolas estaduais vinculadas à 15ª Coordenadoria Regional de Educação. A efetivação do projeto se dará por meio de cursos, oficinas temáticas referentes à gestão administrativa e pedagógica das escolas. Serão ministradas palestras relativas ao planejamento escolar, diretamente inerentes à gestão educacional e respectivo contexto escolar.</p>
Responsável: Alencart João Loch - Coordenador de 15ª CRE.
<p>Objetivo Geral: Com este projeto espera-se que os gestores educacionais despertem para a cultura do aprimoramento contínuo de competências para o exercício das funções gestoras e de lideranças no contexto escolar. Também busca-se, com este projeto, que os gestores empoderem-se de práticas vinculadas às ações administrativo-pedagógicas referentes aos aspectos da gestão e planejamento educacional escolares.</p>

8.7.3 Prioridade 3

Tabela 106 - 1º Campeonato Escolar 15ª CRE

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: 1º Campeonato Escolar 15ª CRE
Localização: 41 MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DA 15ª CRE
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
Duração do projeto: 2017/2018
Responsável pela implementação: 15ª CRE/SEDUC
<p>Escopo: O projeto objetiva a construção de subsídios que visam a auxiliar o processo educativo, pautado nos valores disseminados pelo Movimento Olímpico, ou seja, colocar o desporto a serviço do desenvolvimento harmonioso no âmbito escolar. Dessa forma, difundindo e estimulando as crianças que participam das aulas de educação física e das escolinhas/programas de formação desportiva oferecidos pelas Escolas o ensinamento dos Valores Olímpicos: Respeito, Amizade e Excelência. Com o objetivo de realizar um campeonato escolar para estimular a prática esportiva das modalidades de atletismo, basquetebol, futsal, handebol e voleibol e promover a integração dos estudantes de 09 a 12 anos.</p>
Responsável: Alencart João Loch - Coordenador de 15ª CRE
<p>Objetivo Geral: Realizar campeonato escolar nas modalidades de atletismo, basquetebol, futsal, handebol e voleibol, e promover a integração dos estudantes da categoria mirim, nascidos nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008. Oportunizar aos estudantes vivências das diferentes modalidades esportivas, buscando a socialização, inclusão social, a cooperação e integração entre os diferentes estabelecimentos de ensino da nossa região.</p>

8.8 Projetos voltados para Gestão pública - Meio Ambiente

Linha Estratégica para o Desenvolvimento	Classificação	Projeto
Gestão Pública	1º	- Capacitação Técnica das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura no processo de informatização e treinamento sobre Legislação e procedimentos (autorizações e licenças ambientais)

8.8.1 Prioridade 1

Tabela 107 - Capacitação Técnica das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura no processo de informatização e Treinamento sobre Legislação e procedimentos (autorizações e licenças ambientais)

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Capacitação Técnica das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura no processo de informatização e Treinamento sobre Legislação e procedimentos (autorizações e licenças ambientais)

Localização: Corede Norte

Valor total estimado do projeto: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Duração do projeto: 24 meses

Responsável pela implementação: URI - Erechim

Escopo: Capacitação dos técnicos das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura para a realização e sistematização adequada na leitura dos processos de licenciamento das atividades a serem licenciadas junto ao município, adequando-se de forma efetiva nos licenciamentos municipalizados, agilizando o processo de emissão de licenças e a instalação dos empreendimentos. Envolve a capacitação nas áreas do Meio Abiótico (solos, geologia, geomorfologia, relevo....) e do meio biótico (flora e fauna), repassando o conhecimento sobre a legislação ambiental associada (leis e decretos que incidem sobre os processos licenciatórios em vigência). Auxílio e implantação do sistema de Licenciamento Ambiental informatizado em todos os municípios do COREDE Norte, com emissão de licenças, autorizações e demais documentos (formulários, modelos de documentos, planilhas eletrônicas) obtidos por meio digital, por meio da implantação de uma página específica na web, com as atribuições estabelecidas. Além de capacitar, este projeto visa a agilizar e qualificar as secretarias municipais responsáveis pela qualidade na leitura dos documentos, bem como, a apropriação dos processos licenciatórios em âmbito municipal.

Responsável: Departamento de Ciências Biológicas e Agronomia da URI Erechim (Prof. Dr. Vanderlei Secreti Decian - Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental).

Objetivo Geral: - Implantar nos municípios que compõem o Corede Norte, o sistema informatizado para a realização do Licenciamento Ambiental, visando a agilizar os processos licenciatórios junto as secretarias responsáveis;

- capacitar, os técnicos das Secretarias Municipais responsáveis pelos processos licenciatórios na leitura, avaliação e emissão dos pareceres. De forma ágil e correta, qualificando os mesmos com ênfase na legislação ambiental pertinente e incidente sobre o tema, por meio da realização de cursos de capacitação na área do Licenciamento Ambiental municipalizado.

8.9 Projetos voltados para Infraestrutura - acessos asfálticos

Tabela 108 - Classificação de projetos para Infraestrutura

Linha Estratégica para o Desenvolvimento	Classificação	Projeto
Infraestrutura (Acessos Asfálticos)	1º	- Pavimentação Asfáltica da BR-153 - Erechim a Passo Fundo
	2º	- Manutenção e recuperação da ERS-135 - Erechim - Passo Fundo
	3º	- ERS 426 - Ligação de Mariano Moro e Severiano de Almeida - LOTE 2
	4º	- ERS 483 - Ligação de Campinas do Sul e Cruzaltense
	5º	- Pavimentação da ERS 420, entre Aratiba e a barragem de Itá, numa extensão de 29 quilômetros
	6º	- Construção e Pavimentação da VRS entre Barra do Rio Azul e a ERS 420, numa extensão de 22 quilômetros
	7º	- Pavimentação da ERS 211, trecho Campinas do Sul até o lago da Barragem do rio Passo Fundo
	8º	- Pavimentação da ERS 477, trecho Centenário a Carlos Gomes, numa extensão de 13 quilômetros
	9º	- VRS 408 - Ligação de Ponte Preta à Barão de Cotegipe (Entroncamento da BR 480), numa extensão de 14,4 quilômetros
	10º	- Carlos Gomes à ERS 126 (Paim Filho) - Conclusão da pavimentação
	11º	- ERS 483 - Ligação de Entre Rios do Sul e Cruzaltense
	12º	- VRS que liga Faxinalzinho até a BR 480 (Erval Grande), numa extensão de 14 quilômetros
	13º	- Ponte sobre o Lago da Barragem sobre o rio Passo Fundo
	14º	- Pavimentação da ERS 477, trecho ERS- 477 até Centenário
	15º	- Construção e Pavimentação da VRS entre Barra do Rio Azul e a ERS 137, 420, em Itatiba do Sul, numa extensão de 6 quilômetros
	16º	- VRS 137 - Ligação de Itatiba do Sul à Barão de Cotegipe (Entroncamento da BR 480), numa extensão de 28 quilômetros
	17º	- VRS que liga Benjamin Constant do Sul até a BR 480, numa extensão de 5 quilômetros
	18º	- VRS 828 - Ligação de Quatro Irmãos e Erebangó e até a ERS 135
	19º	- Ligação asfáltica Marcelino Ramos-Maximiliano de Almeida

8.9.1 Prioridade 1

Tabela 109 - Pavimentação Asfáltica da BR-153 – Erechim a Passo Fundo

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Pavimentação Asfáltica da BR-153 – Erechim a Passo Fundo
Localização: Erechim, Erebangó, Quatro Irmãos e Ipiranga do Sul, na Região Norte e Passo Fundo, na Região da Produção - Região Funcional 9
Valor total estimado do projeto: R\$ 413.000.000,00 (quatrocentos e treze milhões de reais)
Duração do projeto: 90 meses
Responsável pela implementação: DNIT - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
Escopo: Asfaltamento da BR-153 (Transbrasiliana), entre Erechim e Passo Fundo, estrada já implantada
Responsável: Paulo José Sponchiado (Presidente do CREDENOR)
Objetivo Geral: Asfaltamento da BR-153 – Trecho entre Erechim e Passo Fundo, totalizando 70 Km de rodovia asfaltada.

8.9.2 Prioridade 2

Tabela 110 - Manutenção e recuperação da ERS-135 – Erechim – Passo Fundo

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Manutenção e recuperação da ERS-135 – Erechim – Passo Fundo
Localização: Erechim, Getúlio Vargas, Erebangó, Estação, Sertão, além de Paulo Bento, Quatro Irmãos, Ipiranga do Sul, Áurea, Floriano Peixoto e Charrua, na Região Norte e Coxilha e Passo Fundo, na Região da Produção - Região Funcional 9, todos esses locais tendo a ERS - 135 como a sua coluna vertebral rodoviária
Valor total estimado do projeto: R\$ 324.000.000,00 (trezentos e vinte e quatro milhões de reais, para manutenção e recuperação viária no período de 2017 a 2019.
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: EGR – Empresa Gaúcha de Rodovias e DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
Escopo: Manutenção, recuperação e melhoria da ERS 135, entre Erechim e Passo Fundo, estrada já implantada e pavimentada
Responsável: Paulo José Sponchiado (Presidente do CREDENOR)
Objetivo Geral: Promover a manutenção, recuperação e melhoria da ERS 135, entre Erechim e Passo Fundo, estrada já implantada e pavimentada, totalizando aproximadamente 90 Km de rodovia asfaltada.

8.9.3 Prioridade 3

Tabela 111 - ERS 426 - Ligação de Mariano Moro e Severiano de Almeida - LOTE 2

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: ERS 426 - Ligação de Mariano Moro e Severiano de Almeida - LOTE 2
Localização: Entre Mariano Moro e Severiano de Almeida, na Zona de Aratiba, Região Norte, Região Funcional 9
Duração do projeto: 22 meses, porque se trata de refazer a licitação e concluir os 3,5 quilômetros que faltam, no lote 2.
Duração do projeto: 22 meses, porque se trata de refazer a licitação e concluir os 3,5 quilômetros que faltam, no lote 2.
Responsável pela implementação: DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Ricardo Moreira Nunes - Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen - Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR
Escopo: Realização da licitação para escolha da empresa que será contratada para concluir os 3,5 quilômetros de pavimentação da rodovia que ainda não foram executados.
Responsável: Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR
Objetivo Geral: Concluir a pavimentação entre Mariano Moro a Severiano de Almeida, num total de 3,5 quilômetros do lote 2.

8.9.4 Prioridade 4

Tabela 112 - ERS 483 - Ligação de Campinas do Sul e Cruzaltense

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: ERS 483 - Ligação de Campinas do Sul e Cruzaltense
Localização: Entre Campinas do Sul e Cruzaltense, na Zona de Jacutinga, Região Norte, Região Funcional 9
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.342.200,00 (quatro milhões, trezentos e quarenta e dois mil e duzentos reais)
Duração do projeto: 22 meses, porque implica em nova licitação e execução da obra.
Responsável pela implementação: DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Ricardo Moreira Nunes - Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen - Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR
Escopo: Conclusão das obras, com nova licitação, já que o contrato anterior foi interrompido.
Responsável: Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR
Objetivo Geral: Construir o acesso pavimentado à cidade de Cruzaltense, ligando esta cidade à Campinas do Sul, com a construção desse trecho da ERS 483, facilitando a integração com a região Médio Alto Uruguai.

8.9.5 Prioridade 5

Tabela 113 - Pavimentação da ERS 420, entre Aratiba e a barragem de Itá, numa extensão de 29 quilômetros

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Pavimentação da ERS 420, entre Aratiba e a barragem de Itá, numa extensão de 29 quilômetros
Localização: Ligação entre a sede do município de Aratiba, na zona de Aratiba e a barragem de Itá, cujas cabeceiras ficam no município de Itá, em Santa Catarina, ao norte, e de Aratiba, ao sul.
Valor total estimado do projeto: R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais)
Duração do projeto: 63 meses
Responsável pela implementação: DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Ricardo Moreira Nunes - Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen - Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR.
Escopo: Realização de licitações para elaboração de projeto executivo de pavimentação da rodovia e execução de estudos de impacto ambiental. Elaboração efetiva dos projetos e EIA/RIMA. Aprovações dos relatórios de impacto ambiental. Abertura de licitações para a execução da pavimentação e sinalização.
Responsável: Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR
Objetivo Geral: Construir o acesso asfáltico de Aratiba até a barragem de Itá - ERS 420.

8.9.6 Prioridade 6

Tabela 114 - Construção e Pavimentação da VRS entre Barra do Rio Azul e a ERS 420, numa extensão de 22 quilômetros

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Construção e Pavimentação da VRS entre Barra do Rio Azul e a ERS 420, numa extensão de 22 quilômetros
Localização: Ligação entre a sede do município de Barra do Rio Azul e a ERS 420, que liga Aratiba a Erechim, ou seja, interligando as zonas de Aratiba e Erechim, ambas zonas da Região Norte, Região Funcional 9
Valor total estimado do projeto: R\$ 29.500.000,00 (vinte e nove milhões e quinhentos mil reais)
Duração do projeto: 64 meses
Responsável pela implementação: DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Ricardo Moreira Nunes - Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen - Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR
Escopo: Realização de licitações para elaboração de projeto executivo e execução de estudos de impacto ambiental. Elaboração efetiva dos projetos e EIA/RIMA. Aprovações dos relatórios de impacto ambiental. Abertura de licitações para as obras de arte e para a execução do projeto de terraplenagem, drenagem, pavimentação e sinalização.
Responsável: Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR
Objetivo Geral: Construir o acesso asfáltico à cidade de Barra do Rio Azul, a partir da ERS 420, que liga Erechim a Aratiba.

8.9.7 Prioridade 7

Tabela 115 - Pavimentação da ERS 211, trecho Campinas do Sul até o lago da Barragem do rio Passo Fundo

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Pavimentação da ERS 211, trecho Campinas do Sul até o lago da Barragem do rio Passo Fundo
Localização: Ligação entre Campinas do Sul e as margens do reservatório da barragem do Passo Real, na Zona de Jacutinga, Região Norte, Região Funcional 9
Valor total estimado do projeto: R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais).
Duração do projeto: 40 meses
Responsável pela implementação: DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Ricardo Moreira Nunes – Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen – Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado – Presidente do CREDENOR
Escopo: Elaboração de projeto executivo e execução de estudos de impacto ambiental. Aprovações dos relatórios de impacto ambiental. Abertura de licitações para as obras de arte e para a execução do projeto de terraplenagem, drenagem, pavimentação e sinalização.
Responsável: Paulo José Sponchiado – Presidente do CREDENOR
Objetivo Geral: Construir o acesso até o lago da barragem de Passo Fundo para facilitar a integração com a região Médio Alto Uruguai, ligando com Ronda Alta, através da ERS 211, mesmo com a transposição do lago sendo feita atualmente por barca.

8.9.8 Prioridade 8

Tabela 116 - Pavimentação da ERS 477, trecho Centenário a Carlos Gomes, numa extensão de 13 quilômetros.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Pavimentação da ERS 477, trecho Centenário a Carlos Gomes, numa extensão de 13 quilômetros.
Localização: Ligação entre as sedes municipais de Centenário e Carlos Gomes, na Zona de Marcelino Ramos, Região Norte, Região Funcional 9
Valor total estimado do projeto: R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais)
Duração do projeto: 64 meses
Responsável pela implementação: DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Ricardo Moreira Nunes – Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen – Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado – Presidente do CREDENOR
Escopo: Realização de licitações para elaboração de projeto executivo e execução de estudos de impacto ambiental. Elaboração efetiva dos projetos e EIA/RIMA. Aprovações dos relatórios de impacto ambiental. Abertura de licitações para as obras de arte e para a execução do projeto de terraplenagem, drenagem, pavimentação e sinalização.
Responsável: Paulo José Sponchiado – Presidente do CREDENOR
Objetivo Geral: Construir o acesso asfáltico à cidade de Centenário a partir de Carlos Gomes e facilitar a integração com a região Nordeste, através da ERS 477, tendo em vista que a ligação de Carlos Gomes a ERS 126 já tem seis quilômetros concluídos e os restantes oito quilômetros deverão ser entregues até novembro de 2017.

8.9.9 Prioridade 9

Tabela 117 - VRS 408 - Ligação de Ponte Preta à Barão de Cotegipe (Entroncamento da BR 480), numa extensão de 14,4 quilômetros

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: VRS 408 - Ligação de Ponte Preta à Barão de Cotegipe (Entroncamento da BR 480), numa extensão de 14,4 quilômetros

Localização: Ponte Preta, na zona polarizada por Getúlio Vargas, à Barão de Cotegipe (Entroncamento da BR 480), na zona polarizada por Erechim, ambas as zonas da Região Norte, Região Funcional 9.

Valor total estimado do projeto: R\$ 23.250.000,00 (vinte e três milhões, duzentos e cinquenta mil reais).

Duração do projeto: 34 meses, pois se trata de refazer a licitação e concluir os 4,5 quilômetros que faltam de terraplenagem e fazer o asfalto.

Responsável pela implementação: DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Ricardo Moreira Nunes - Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen - Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR.

Escopo: Conclusão do projeto final de engenharia e realização da licitação para escolha da empresa que será contratada para concluir os 4,5 quilômetros de terraplenagem e fazer pavimentação da rodovia, num total de 14,4 quilômetros.

Responsável: Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR

Objetivo Geral: Concluir o projeto de todo o trecho entre Ponte Preta e a BR 480 (Barão de Cotegipe), fazer a licitação para a execução da obra, num total de 4,5 quilômetros de terraplenagem e 14,45 quilômetros de pavimentação.

8.9.10 Prioridade 10

Tabela 118 - Carlos Gomes à ERS 126 (Paim Filho) - Conclusão da pavimentação

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Carlos Gomes à ERS 126 (Paim Filho) - Conclusão da pavimentação.

Localização: Entre Carlos Gomes e Paim Filho, interligando as regiões Norte e Nordeste, Região Norte, Região Funcional 9

Valor total estimado do projeto: R\$ 8.260.000,00 (oito milhões e duzentos e sessenta mil)

Duração do projeto: 12 meses, pois, tratam da conclusão da pavimentação da rodovia de acesso a Carlos Gomes.

Responsável pela implementação: DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Ricardo Moreira Nunes - Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen - Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR

Escopo: Conclusão das obras, com contrato vigente, devendo ser concluído nos próximos meses.

Responsável: Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR

Objetivo Geral: Concluir o acesso pavimentado à cidade de Carlos Gomes, facilitando a integração com a região Nordeste.

8.9.11 Prioridade 11

Tabela 119 - ERS 483 - Ligação de Entre Rios do Sul e Cruzaltense

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: ERS 483 - Ligação de Entre Rios do Sul e Cruzaltense
Localização: Entre Entre Rios do Sul e Cruzaltense, na Zona de Jacutinga, Região Norte, Região Funcional 9
Valor total estimado do projeto: R\$ 16.174.000,00 (dezesesseis milhões, cento e setenta e quatro mil reais)
Duração do projeto: 40 meses, porque implica em nova licitação e execução da obra numa extensão de 20 quilômetros.
Responsável pela implementação: DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Ricardo Moreira Nunes - Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen - Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR
Escopo: Conclusão das obras, com nova licitação, já que o contrato anterior foi interrompido.
Responsável: Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR
Objetivo Geral: Construir o acesso pavimentado à cidade de Entre Rios do Sul, ligando esta cidade à Cruzaltense, com a construção desse trecho da ERS 483, facilitando a integração com a Região Médio Alto Uruguaí.

8.9.12 Prioridade 12

Tabela 120 - VRS que liga Faxinalzinho até a BR 480 (Erval Grande), numa extensão de 14 quilômetros

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: VRS que liga Faxinalzinho até a BR 480 (Erval Grande), numa extensão de 14 quilômetros.
Localização: Entre Faxinalzinho e Erval Grande, na zona polarizada por São Valentim, na Região Norte, Região Funcional 9
Valor total estimado do projeto: R\$ 17.080.000,00 (dezessete milhões, e oitenta mil reais), em valores atualizados a 2017, como parte do contrato PJ/TP/193/98-10
Duração do projeto: 44 meses, porque se trata de repactuar o contrato, dar a ordem de serviço, preparar o leito da rodovia e pavimentá-la.
Responsável pela implementação: DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Ricardo Moreira Nunes - Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen - Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR
Escopo: Repactuar o contrato para construção e pavimentação de quatorze quilômetros de rodovia entre Faxinalzinho e a BR 480 (Erval Grande).
Responsável: Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR
Objetivo Geral: Repactuar o contrato existente e construir e pavimentar a VRS entre Faxinalzinho e a BR 480 (Erval Grande), numa extensão de quatorze quilômetros. Fazer a ligação asfáltica com a sede do município de Faxinalzinho, dentro do programa estadual de ligação asfáltica com todas as sedes municipais do Rio Grande do Sul.

8.9.13 Prioridade 13

Tabela 121 - Ponte sobre o Lago da Barragem sobre o rio Passo Fundo

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Ponte sobre o Lago da Barragem sobre o rio Passo Fundo

Localização: Na divisa entre os municípios de Ronda Alta, Região do Médio Alto Uruguai, e Campinas do Sul, Região Norte, Região Funcional 9

Valor total estimado do projeto: R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais)

Duração do projeto: 72 meses.

Responsável pela implementação: DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Ricardo Moreira Nunes – Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen – Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado – Presidente do CREDENOR.

Escopo: Licitação do projeto e dos estudos de impacto ambiental da ponte e dos aterros asfaltados de acesso às cabeceiras da ponte. Elaboração dos projetos e estudos, licitação das obras e da sinalização da estrada e ponte prontas.

Responsável: Paulo José Sponchiado – Presidente do CREDENOR

Objetivo Geral: Construir ponte e aterros ligando as cidades de Campinas do Sul, na Região Norte, e Ronda Alta, na Região do Médio e Alto Uruguai, promovendo a integração entre as duas regiões e ao interior da Região Funcional 9.

8.9.14 Prioridade 14

Tabela 122 - Pavimentação da ERS 477, trecho ERS- 477 até Centenário

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Pavimentação da ERS 477, trecho ERS- 477 até Centenário

Localização: Entroncamento da ERS 477 já asfaltada, até Centenário, na Zona de Marcelino Ramos, Região Norte, Região Funcional 9

Valor total estimado do projeto: R\$ 6.040.000,00 (seis milhões e quarenta mil reais)

Duração do projeto: 12 meses

Responsável pela implementação: DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Ricardo Moreira Nunes – Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen – Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado – Presidente do CREDENOR.

Escopo: Realização de nova licitação para asfaltamento de 8 Km de estrada, ligadno a ERS 477 até Centenário. Conclusão dos serviços de terraplenagem, asfaltamento e sinalização da rodovia.

Responsável: Paulo José Sponchiado – Presidente do CREDENOR

Objetivo Geral: Construir o acesso asfáltico à cidade de Centenário e facilitar a integração com a região Nordeste, através da ERS 477.

8.9.15 Prioridade 15

Tabela 123 - Construção e Pavimentação da VRS entre Barra do Rio Azul e a ERS 137, 420, em Itatiba do Sul, numa extensão de 6 quilômetros

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Construção e Pavimentação da VRS entre Barra do Rio Azul e a ERS 137, 420, em Itatiba do Sul, numa extensão de 6 quilômetros
Localização: Ligação entre a sede do município de Barra do Rio Azul e a ERS 137, comunicando com Itatiba do Sul, na zona de Aratiba, na Região Norte, Região Funcional 9
Valor total estimado do projeto: R\$ 7.027.000,00 (sete milhões e vinte e sete mil reais).
Duração do projeto: 22 meses
Responsável pela implementação: : DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Ricardo Moreira Nunes - Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen - Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR.
Escopo: Obra repactuada e com ordem de serviço emitida para retomada dos serviços, mas sem resposta da empresa contratada. Não implica em elaboração de projeto e nem de estudos de impacto ambiental, se tratando de um serviço de complementação de terraplenagem e pavimentação.
Responsável: Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR
Objetivo Geral: Construir o acesso asfáltico à cidade de Barra do Rio Azul, a partir da ligação da ERS 137, em Itatiba do Sul.

8.9.16 Prioridade 16

Tabela 124 - VRS 137 - Ligação de Itatiba do Sul à Barão de Cotegipe (Entroncamento da BR 480), numa extensão de 28 quilômetros

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: VRS 137 - Ligação de Itatiba do Sul à Barão de Cotegipe (Entroncamento da BR 480), numa extensão de 28 quilômetros
Localização: Itatiba do Sul, na zona polarizada por São Valentim, à Barão de Cotegipe (Entroncamento da BR 480), na zona polarizada por Erechim, ambas as zonas da Região Norte, Região Funcional 9
Valor total estimado do projeto: R\$ 26.057.000,00 (vinte e seis milhões, e cinquenta e sete mil reais)
Duração do projeto: 48 meses, porque se trata de elaborar o projeto e refazer a licitação, concluir os 8 quilômetros que faltam de terraplenagem e fazer a pavimentação.
Responsável pela implementação: DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Ricardo Moreira Nunes - Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen - Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR
Escopo: Elaboração do projeto final de engenharia e realização da licitação para escolha da empresa que será contratada para concluir os 8,0 quilômetros de terraplenagem e fazer pavimentação da rodovia, num total de 28 quilômetros.
Responsável: Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR
Objetivo Geral: Concluir o projeto de todo o trecho entre Itatiba do Sul e a BR 480 (Barão de Cotegipe), fazer a licitação para a execução da obra, num total de 8 quilômetros de terraplenagem e 28 quilômetros de pavimentação.

8.9.17 Prioridade 17

Tabela 125 - VRS que liga Benjamin Constant do Sul até a BR 480, numa extensão de 5 quilômetros

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: VRS que liga Benjamin Constant do Sul até a BR 480, numa extensão de 5 quilômetros.

Localização: Benjamin Constant do Sul, na zona polarizada por São Valentim, na Região Norte, Região Funcional 9

Valor total estimado do projeto: R\$ 6.100.000,00 (seis milhões e cem mil reais), em valores atualizados a 2017, como parte do contrato PJ/TP/193/98-10

Duração do projeto: 19 meses, porque se trata de repactuar o contrato, dar a ordem de serviço, preparar o leito da rodovia e pavimentá-la.

Responsável pela implementação: DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Ricardo Moreira Nunes - Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen - Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR.

Escopo: Repactuar o contrato para construção e pavimentação de cinco quilômetros de rodovia entre Benjamin Constant do Sul e a BR 480.

Responsável: Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR

Objetivo Geral: Repactuar o contrato existente e construir e pavimentar a VRS entre Benjamin Constant do Sul e a BR 480, numa extensão de cinco quilômetros. Fazer a ligação asfáltica com a sede do município de Benjamin Constant do Sul, dentro do programa estadual de ligação asfáltica com todas as sedes municipais do Rio Grande do Sul.

8.9.18 Prioridade 18

Tabela 126 - VRS 828 - Ligação de Quatro Irmãos e Erebangó e até a ERS 135

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: VRS 828 - Ligação de Quatro Irmãos e Erebangó e até a ERS 135

Localização: Entre Quatro Irmãos, na zona de Jacutinga, e Erebangó, na zona de Getúlio Vargas, ambas da Região Norte, Região Funcional 9

Valor total estimado do projeto: R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais)

Duração do projeto: 42 meses, porque implica em nova licitação e execução da obra, numa extensão de 23 quilômetros, com dois entroncamentos (na BR 153 e na RS 135).

Responsável pela implementação: DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Ricardo Moreira Nunes - Diretor Geral do DAER, Pedro Westphalen - Secretário dos Transportes e Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR

Escopo: Realização de nova licitação; iniciar e executar as obras de terraplenagem e preparação do leito para pavimentação, execução das obras de arte, pavimentação da rodovia e sinalização da mesma.

Responsável: Paulo José Sponchiado - Presidente do CREDENOR

Objetivo Geral: Construir o acesso pavimentado à cidade de Quatro Irmãos, interligando com Erebangó e posteriormente com a ERS 135, promovendo a integração intra regional, entre as zonas de Jacutinga e Getúlio Vargas, além de conectar Quatro Irmãos com duas troncais estratégicas para o desenvolvimento de toda a Região Norte, a BR 153 e a EERS 135. Também cumpre com a função do programa estadual de ligação asfáltica de todas as sedes municipais do Rio Grande do Sul.

8.9.19 Prioridade 19

Ligação asfáltica entre Marcelino Ramos (Pinhalzinho) – Maximiliano de Almeida.

*** O projeto da referente a Ligação asfáltica entre Marcelino Ramos (Pinhalzinho) – Maximiliano de Almeida está em elaboração.**

9. PRIORIZAÇÃO DA REGIÃO FUNCIONAL 9

No dia 17 de janeiro de 2017, reuniram-se os COREDES Alto da Serra do Botocaraí, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da Várzea, que conformam a Funcional 9 do RS.

Foram discutidos, aprovados e hierarquizados os projetos de maior interesse da Macrorregião Funcional 9.

Tabela 127 - Hierarquização dos Projetos Região Funcional 9

HIERARQUIZAÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURANTES DA REGIÃO FUNCIONAL 9 6 COREDES: ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI, MÉDIO ALTO URUGUAI, NORDESTE, NORTE, PRODUÇÃO e RIO DA VÁRZEA
Programa de fortalecimento das cadeias produtivas – agroindustrialização e comercialização.
Pavimentação asfáltica da BR 153 Erechim/Passo Fundo
Fortalecimento dos Hospitais Públicos Regionais
Acesso e ligação inter-regional entre Regiões: ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI, MÉDIO ALTO URUGUAI, NORDESTE, NORTE, PRODUÇÃO e RIO DA VÁRZEA
Duplicação da BR 386/158 – Soledade/Lajeado
Acesso asfáltico aos municípios sem ligação asfáltica
Ferrovia Norte/Sul
Ampliação e melhorias do aeroporto Lauro Kurtz – Passo Fundo
Internet para todos – Rural e urbana
Acesso a fontes de energias renováveis e melhorias da qualidade da rede de energia elétrica
Videomonitoramento - Segurança Regional
Saneamento básico
Estruturação da Oferta Turística Regional
Implantação e apoio a cursos técnicos profissionalizantes
Eco centros e Eco pontos regionais
Qualificação dos gestores públicos (Prefeituras)
Criação e Fortalecimento dos consórcios intermunicipais
Reorganizar órgãos regionais a partir das regiões Coredianas
Qualificação das equipes de APS - atenção primária da saúde
Formação continuada para professores e gestores escolares
Formação e qualificação de gestores empresariais
Duplicação ou criação de terceira faixa na RS 153: Passo Fundo/Ernestina/Tio Hugo.
Ligação asfáltica Nicolau Vergueiro - Marau aproximadamente 30 km
Ligação asfáltica entre Itapuça/Nova Alvorada

10. GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO REGIONAL

A implantação do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Regional deverá ser realizada seguindo o que rege o Estatuto do CREDENOR no seu **Art 4º**, itens **I** – Promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para formulação e implantação das políticas de desenvolvimento integrado da Região; **II** – elaborar e manter atualizado o Plano Estratégico de Desenvolvimento de sua região de abrangência; **III** – manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política. E no seu Art. 5º - O CRD – Norte está organizado através das seguintes instâncias, itens **I** – Assembleia Geral Regional; **II** – Conselho de Representantes; **III** – Diretoria Executiva e **IV** – Comissões Setoriais.

Assim, estão e estarão envolvidos no processo de gestão do plano, a diretoria do Conselho, o Conselho de Representantes, as Comissões Setoriais, os Comudes, os prefeitos municipais, vereadores, representantes de entidades locais e regionais e todos os membros da Assembleia Regional.

Além disso, seguindo os passos dados durante o processo de planejamento, as ações deverão ser implementadas à partir da rede de capital social já consolidada e bastante atuante na região, que está organizada nas comissões setoriais, compostas por entidades representativas, órgão públicos, organizações da iniciativa privada e aberta à participação de qualquer cidadão.

Nesta forma de organização, estabelecem-se núcleos de afinidade e relações, que atuando em rede são capazes de orientar, tutelar e fiscalizar as ações específicas cabíveis ou relativa a cada ente, garantindo o comprometimento social e atuação cidadã, bem como a eficiência e a eficácia na implantação de cada projeto do Plano.

As comissões setoriais poderão ser subdivididas por afinidade à cada projeto, ou grupo de projetos, possibilitando melhor direcionamento e execução das ações, e também facilitando a governança.

Com intuito da participação mais ampla e democrática possível, deverão ser utilizadas para ampla divulgação das ações do plano as mídias tradicionais, como jornais, rádios e televisão.

Como existem projetos transversais e complementares, alguns atores poderão estar envolvidos à execução de mais de um projeto, fazendo-se

componentes de mais de uma comissão setorial, como é o caso, por exemplo, das instituições de ensino superior, da Associação dos Municípios do Alto Uruguai – AMAU, a Agência Regional de Desenvolvimento – AD Alto Uruguai e o consórcio de municípios - CIRAU.

Nestas condições, estabelece-se um sistema de governança bastante complexo e participativo, tendo no Conselho de Desenvolvimento da Região Norte o principal mediador do processo de implementação do Plano Estratégico Regional 2015-2030 e todas as entidades vinculadas e atuantes no referido plano, são os atores responsáveis por articular as diversas formas e condições, para que sejam executados os projetos propostos no referido plano.

As instituições que farão parte das comissões, bem como seus responsáveis ainda não foram definidos, sendo esta a primeira tarefa das comissões setoriais na definição dos passos e responsabilidades na execução do plano e das ações, ficando estabelecido o que segue:

Tabela 128 - Comissões Setoriais e entidades envolvidas

Estratégia Regional	Comissão Setorial
- Promover do Desenvolvimento Econômico Harmônico e Sustentável	Agricultura Indústria – setor têxtil Indústria – setor metalmeccânico Turismo Associativismo/cooperativismo
- Promover e desenvolver a pesquisa científica aplicada, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, e o empreendedorismo, implantando e qualificando instrumento e agentes de ciência e tecnologia.	Ciência e Tecnologia
- Aprimora a ampliar a disponibilização de serviços de qualidade à população regional.	Saúde Segurança Assistência social Meio Ambiente Cultura
- Aprimorar e qualificar os mecanismos de apoio à gestão pública, disponibilizando aos gestores instrumento de apoio à administração da “coisa públicas” com eficiência, eficácia, democracia e transparência.	Gestão Pública
- Aprimorar a matriz estrutural da Região do Alto Uruguai	Infraestrutura de transporte e da malha viária Saneamento (água, esgoto, lixo domiciliar e industrial e dejetos industriais) Energia Acessibilidade à comunicação

Conforme já mencionado, a região optou por organizar os trabalhos em cinco estratégias, sendo definidas linhas de ações para cada estratégia e

dentro destas foram definidos e elaborados os projetos e seus produtos a serem implantados durante a linha do tempo estipulada para o plano estratégico, havendo priorização dos projetos. Como qualquer plano estratégico, este está sujeito a atualização constante com o desenrolar das ações, podendo implicar em mudanças de prioridade ou mesmo exclusão/inclusão de projetos.

A única mudança na estrutura de governança do CREDENOR, mas sem alterar o exposto no Estatuto, está relacionada com a organização da comissões, que passam poder contar com sub-comissões com uma coordenação definida e responsabilidade sob projetos vinculados a cada uma delas. Buscando, com isso, facilitar a execução dos projetos de acordo com as especificidades das linhas estratégicas definidas. Porém, se houver necessidade de adequação estas se darão nesta parte da estrutura estatutária.

Ainda, para cada Comissão será formatado um plano de ação para acompanhamento e implementação dos projetos propostos, nas condições que seguem exemplificadas a seguir:

Tabela 129 - Modelo de Gestão do Plano Estratégico de Desenvolvimento

Estratégia Regional
Comissão Setorial
Projetos
Produtos
Responsável
Prazos
Custos
Cronograma
Observações

Por fim, o CREDENOR poderá estabelecer sistemática própria de execução dos projetos ou poderá estabelecer uma parceria com a Agência de Desenvolvimento Regional - AD Alto Uruguai como um possível órgão executor das decisões regionais. Assim, as instâncias de articulação e gestão do desenvolvimento teriam o papel deliberativos e a agência, executivo, dos projetos de desenvolvimento.

11. REFERÊNCIAS

1. ALLEBRANDT, S.L.; BÜTTERNBENDER, P.L.; SIEDENBERG, D.R. Detalhamento de um Modelo de Planejamento Estratégico Territorial, in: SIEDENBERG, D.R (Org.). **Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.
2. BRASIL. Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária. Boletim Técnico nº 30. **Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Divisão de Pesquisa Pedológica, 1973.
3. BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Superintendência do Rio Grande do Sul. Serviço Geológico do Brasil. **Mapa Geológico do Estado do Rio Grande do Sul** (com atualização de dados até 2006). Porto Alegre: CPRM, 2008.
4. _____. Ministério de Minas e Energia, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. **Mapa Geológico do Estado do Rio Grande do Sul** (Dados atualizados até 1986). 1º Distrito Regional. Porto Alegre: 1989.
5. _____. Ministério da Agricultura. **Levantamento e Avaliação dos Recursos Naturais Sócio Econômicos e Institucionais do Rio Grande do Sul**. Brasília: INCRA, 1973.
6. COHEN, V. A. A imigração Judaica no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (orgs.). **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
7. DANTAS, M. E.; VIERO, A. C.; SILVA, D. R. A. Origem das Paisagens. In: VIERO, A. C.; SILVA, D.R.A. (Org.). **Geodiversidade do Estado do Rio Grande do Sul**. 1ed. Porto Alegre: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2010, v. 1 p. 35-50.
8. DARDENA, A. E.; SCHOBENHAUS, C. **Depósitos Minerais no Tempo Geológico e Épocas Metalogenéticas em Geologia, Tectônica e Recursos Minerais do Brasil**. Brasília: CPRM, 2003.
9. RIO GRANDE DO SUL. **Mapa Morfológico**. Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul: CEPA, 1989.
10. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE).
11. _____. **FEEDADOS** - Dados Abertos.
12. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro, 2007.

13. _____. **Censo Demográfico de 2000.**
14. _____. **Censo Demográfico de 2010.**
15. MORENO, J. A. Clima do Rio Grande do Sul. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n.11, 1961.
16. NASCIMENTO, W. **Passo Fundo começa com a redução de Santa Teresa.** Disponível em: <www.projetopassofundo.com.br>. Acesso em 20 jan. 2017.
17. ORLANDI FILHO, V. Riquezas Minerais: Panorama Geral. In: SILVA, C.R. **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro.** Rio de Janeiro: CPRM, 2008.
18. PORTO, R. O. **Hotel Dall'Onder.** Uma empresa sociotética. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Administração. Porto Alegre, 2002.
19. PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.
20. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Irrigação e Usos Múltiplos da Água. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Brasileira da Bacia do Rio Uruguai - 2009.** - Cooperação BID - Japanese Trust Funds.
21. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Perfil Socioeconômico COREDE Norte.** Novembro de 2015.
22. ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969.
23. ROSA, J.A. **Planejamento estratégico do Alto Uruguai Gaúcho: construindo uma visão de futuro.** Erechim: Graffoluz, 2008.
24. SIEDENBERG, D.; ALLEBRANDT, S. L. Fundamentos do Planejamento. In: SIEDENBERG, D. R. (Org.). **Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.
25. SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil - de 1500 a 1820.** 6. ed. São Paulo: Nacional, 1969. 475 p.
26. STRECK, E. V.; KÄMPF, N.; DALMOLIN, R. S. D.; KLAMPT, E.; NASCIMENTO, P. C.; SCHNEIDER, P. **Solos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
27. STRECK, E. V.; KÄMPF, N.; DALMOLIN, R.; KLANT, E.; NASCIMENTO, P. C.; SCHNEIDER, P.; GIASSON, E.; SPINELLI PINTO, L. F. **Solos do Rio Grande do Sul.** 2. ed., rev. ampl. Porto Alegre: Emater/RS, 2008.

1. Agricultura

1.1 Projeto Armazenagem Grãos na Propriedade

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Armazenagem de grãos na propriedade

Localização: COREDE NORTE

Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)

Duração do projeto: 5 anos

Responsável pela implementação: EMATER/ASCAR - RS

Escopo: - Elaborar Projetos e Implantar Silos Secadores para pequenas e médias propriedades dos municípios do Corede Norte.

Responsável: EMATER/ASCAR-RS - Eng^o Agr^o Carlos Angonese.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo Geral: Qualificar e ampliar o armazenamento dos grãos produzidos em nível de propriedade, minimizando as perdas e aumentando segurança e higiene bem como tornando independentes os agricultores.

Objetivos Específicos:

- Divulgar práticas e estruturas de armazenagem de grãos na propriedade, através de todas as metodologias de extensão rural (reuniões, visitas, programas de rádio, cursos), no sentido de justificar os investimentos visando o crescimento da armazenagem na propriedade;

- elaborar projetos técnicos de Unidades Armazenadoras (UAs) na propriedade;

- assessorar a execução de projetos de UAs em nível de propriedade;

- assessorar e treinar os agricultores nas técnicas de secagem e conservação da qualidade dos grãos ao longo do ano.

Justificativa:

Há uma grande deficiência de infraestrutura decorrente da falta ou inadequação de unidades armazenadoras na região. Os que existem apresentam custos elevados incompatíveis com o poder aquisitivo dos médios e pequenos produtores. A Secagem e Armazenagem na propriedade proporcionam autonomia e incremento de renda além de ser técnica sustentável com edificações simples e de fácil manejo.

O sistema permite diversificação da produção garante a qualidade do produto, menor custo de armazenagem e possibilita autonomia e poder de comercialização. Se o grão é utilizado na propriedade a vantagem é maior ainda pois evita-se descontos que chegam a 30% do produto entregue aos armazenadores existentes.

Redução de custos ambientais e financeiros decorrentes do passeio dos grãos.

Países desenvolvidos armazenam ao redor de 50% dos grãos produzidos em nível de propriedade.

Beneficiários: O projeto beneficiará cerca de 200 agricultores familiares produtores e consumidores de grãos.

Resultados pretendidos: Reduzir os custos econômicos de armazenagem fora da propriedade por conta da redução de fretes e pagamento para serviços de terceiros;

- melhorar a qualidade dos grãos, a partir de pequenas unidades armazenadoras em nível de propriedade;

- possibilitar a rastreabilidade aos grãos;

- reduzir o déficit de armazenagem que os Municípios, o Estado e a Nação possuem.

Alinhamento Estratégico: alinhamento com as Diretrizes do PEDR

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Silos Secadores

Meta: - Pretendemos realizar 40 Projetos/ano com implantação e instalação de 200 silos secadores em 5 anos.

Prazo: prazo 60 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: EMATER-RS

Órgãos Públicos Envolvidos: SDR, SEAPI, EMATER-RS e Prefeituras Municipais.

Organizações parceiras: Universidade Federal Fronteira Sul, URI Erechim, Agências bancárias.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

Elaboração de Projeto Executivo: sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00 em 5 anos.

Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual e Municipal.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: gastos com execução obras.

Despesas Correntes:

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 3.000.000,00 (para a construção de UAs em nível de propriedade rural).

Obs: Os dispêndios de custeio ficam absorvidos pelo convênio da Emater com o estado (SDR) e Município.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

As obras serão executadas mediante aprovação dos projetos.

1. 2 Projeto Citricultura

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Desenvolvimento local e fortalecimento da cadeia produtiva da citricultura no COREDE NORTE

Localização: COREDE NORTE

Valor total estimado do projeto: R\$ 407.532,00 (quatrocentos e sete mil, quinhentos e trinta e dois reais)

Duração do projeto: 24 meses

Responsável pela implementação: Cooperativa Central de Comercialização da Agricultura Familiar - CECAFES

Escopo: Considerando a demanda crescente por alimentos e a necessidade de organização da logística de coleta e distribuição e necessidade de sensibilização junto aos consumidores sobre a importância do consumo da produção local e vendas programadas, esse projeto objetiva a aquisição de dois veículos utilitários para a coleta e a distribuição de alimentos, a contratação de horas técnicas para gerenciamento e operacionalização da comercialização e a realização de seminários para a sensibilização sobre o abastecimento local de alimentos. Para a concepção dos objetivos, será adquirido dois veículos (um refrigerado) para efetivar as vendas programadas, fazendo a operacionalização dos pedidos e das entregas. Além disso, será realizado Seminários regionais visando divulgar essa estratégia de comercialização e sensibilizar aos consumidores a cerca do abastecimento local.

Responsável: Roberto Luis Balen (presidente da Cecafes)

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Aquisição de veículos utilitários para a coleta e a distribuição de alimentos, a contratação de horas técnicas para gerenciamento e operacionalização da comercialização e a realização de seminários para a sensibilização sobre o abastecimento local de alimentos.

Justificativa: O quadro social da Cecafes atualmente é composto por 18 cooperativas singulares associadas: COOTAP, AGROIPÊ, COOPERVITA, NOSSA TERRA, COOPVIDA, COOPERFAMÍLIA, COCEL, COOMAFITT, COOPERAMEMISTA, COPEAVE, AGRICOOP, COOPARE, CAAF, COOPERBEMM, COOPASUL, COOPerval, COPAAL e COOPERMATE, conforme o quadro:

Quadro 1 – Relação de cooperativas singulares associadas à Cecafes.

RELAÇÃO DE COOPERATIVAS SINGULARES ASSOCIADAS			
CNPJ	RAZÃO SOCIAL	Nº SÓCIOS	CIDADE
01.112.137/0001-09	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES ASSENTADOS DA REGIÃO PORTO ALEGRE LTDA. COOTAP	1580	El Dorado Do Sul/RS
02.499.474/0001-55	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA IPE	326	Ipe/RS
03.034.075/0001-81	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA TERRA E VIDA LTDA COOPERVITA	804	Tapejara/RS
05.047.086/0001-21	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO FAMILIAR NOSSA TERRA LTDA	3296	Erechim/RS
05.397.605/0001-81	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ALIMENTOS ORGANICOS EM ECONOMIA SOLIDARIA COOPVIDA LTDA	83	Sananduva/RS
07.508.742/0001-71	COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL LTDA COOPFAMÍLIA	705	Erechim/RS
07.882.029/0001-93	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR MARCELINO RAMOS LTDA COCEL	92	Marcelino Ramos/RS
08.616.387/0001-17	COOP. MISTA DE AGRIC. FAMILIARES DE ITATI, T. AREIAE T. FORQUILHAS COOMAFITT	201	Itati/RS
08.835.220/0001-47	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE UVA E DERIVADOS DE AMETISTA DO SUL - COOPERAMEMISTA	49	Ametista Do Sul/RS
09.135.116/0001-02	COOPERATIVA MICRORREGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES COPEAVE	47	São Valentin/RS
10.978.381/0001-31	COOPERATIVA DE CAPATAÇÃO AGROFAMILIAR	1598	Erechim/RS
11.069.140/0001-32	COOPERATIVA MISTA AGROINDUSTRIAL DOS REASSENTADOS ESMERALDENSES COOPARE	775	Esmeralda/RS
14.169.702/0001-08	COOPERATIVA DE AGRICULTORES E AGROINDUSTRIAS FAMILIARES DE CAXIAS SUL CAAF	190	Caxias Do Sul/RS
17.571.051/0001-76	COOPERATIVA DE BENEFICIAMENTO DE DERIVADOS DE LEITE DE MARIANO MORO COOPERBEMM	26	Mariano Moro/RS
72.178.850/0001-32	COOPERATIVA DE PEQUENOS AGROPECUARISTAS DE CAMPINAS DO SUL LTDA COOPASUL	466	Campinas Do Sul/RS
73.273.526/0001-19	COOPERATIVA DOS PEQUENOS AGROPECUARISTAS DE ERVAL GRANDE LTDA COOPerval	608	Erval Grande/RS
73.464.026/0001-64	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE ARATIBA LTDA COPAAL	312	Aratiba/RS
86.685.690/0001-85	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ERVA MATE LTDA COOPERMATE	304	Getúlio Vargas/RS

Fonte: Cecafes, 2017

Atualmente os associados às singulares da Cecafes somam 11.462 agricultores que veem na produção de alimentos uma alternativa de renda e qualidade de vida no campo e na cidade com uma produção de alimentos diversificada e de qualidade.

Com uma experiência de quatro anos na comercialização de alimentos para o mercado institucional foram estabelecidas rotas de coleta e distribuição no RS e SC, incluindo redes estaduais de cooperação com outras centrais e cooperativas singulares além das afiliadas da Cecafes. Com o constante aumento de fluxo e a crescente demanda na comercialização de alimentos, na mesma intensidade faz-se necessário o incremento na infraestrutura de logística de coleta e distribuição, fator esse, que atualmente é um gargalo.

De modo geral, as estimativas comerciais para a produção de alimentos apontam uma demanda crescente, especialmente por alimentos diferenciados e orgânicos, o que, aliado a sensibilização dos consumidores, pode elevar ainda mais a renda das famílias associadas, viabilizando a permanência dos agricultores familiares no campo.

Tendo em vista o sucesso deste projeto e evidente possibilidade de sua ampliação, o CREDENOR propõe, através desse projeto, a melhoria e ampliação da estrutura física e de logística da Central, otimizando e ampliando a parceria já estabelecida entre os agricultores e o mercado consumidor, tanto institucional como a indústria ou mesmo outros que venham ser estabelecidos.

Beneficiários:

Direto: Na aquisição de alimentos que foram destinados para os mais diversos mercados do RS em 2016, cerca de 300 famílias tiveram sua renda complementada através da Cecafes e associadas e a perspectiva é de em 2017, aumentar em 50% esse número considerando as perspectivas atuais de mercado e a efetividade desse Projeto, totalizando no mínimo de 450 famílias.

Em a Central ampliando a comercialização no atendimento da demanda do comércio varejista, como pretendido, esta demanda pode ser ainda maior.

Indiretos: Como beneficiários indiretos do projeto, conforme o quadro social atual da Cecafes, elenca-se no momento as dezoito cooperativas singulares associadas, totalizando 11.462 agricultores, conforme extrato das DAP Jurídicas das cooperativas singulares associadas.

Quadro 2 - Relação dos beneficiários indiretos do projeto

COOPERATIVA SINGULAR	CNPJ	MUNICÍPIO SEDE COOP SINGULAR	Nº DE SÓCIOS
COOPERATIVA DOS TRABALHADORES ASSENTADOS DA REGIÃO PORTO ALEGRE LTDA - COOTAP	01.112.137/0001-09	Eldorado do Sul	1580
COOPERATIVA AGROPECUARIA IPE - AGROIPE	02.499.474/0001-55	Ipê	326
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA TERRA E VIDA LTDA - COOPERVITA	03.034.075/0001-81	Tapejara	804
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO FAMILIAR NOSSA TERRA LTDA - NOSSA TERRA	05.047.086/0001-21	Erechim	3296
COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ALIMENTOS ORGÂNICOS EM ECONOMIA SOLIDARIA LTDA - COOPVIDA	05.397.605/0001-81	Sananduva	83
COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL LTDA - COPERFAMILIA	07.508.742/0001-71	Erechim	705
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR MARCELINO RAMOS LTDA - COCEL	07.882.029/0001-93	Marcelino Ramos	92
COOP. MISTA DE AGRIC. FAMILIARES DE ITATI. T. AREIA E T. FORQUILHAS - COOMAFITT	08.616.387/0001-17	Itati	201
COOPERATIVA DE PRODUTORES DE UVA E DERIVADOS DE AMETISTA DO SUL - COPERAMETISTA	08.835.220/0001-47	Ametista do Sul	49
COOPERATIVA MICRORREGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES - COPEAVE	09.135.116/0001-02	São Valentin	47
COOPERATIVA DE CAPATAÇÃO AGROFAMILIAR - AGRICOOP	10.978.381/0001-31	Erechim	1598
COOPERATIVA MISTA AGROINDUSTRIAL DOS REASSENTADOS ESMERALDENSES - COOPARE	11.069.140/0001-32	Esmeralda	775
COOPERATIVA DE AGRICULTORES E AGROINDUSTRIAS FAMILIARES DE CAXIAS SUL - CAAF	14.169.702/0001-08	Caxias do Sul	190
COOPERATIVA DE BENEFICIAMENTO DE DERIVADOS DE LEITE DE MARIANO MORO - COOPERBEMM	17.571.051/0001-76	Mariano Moro	26
COOPERATIVA DE PEQUENOS AGROPECUARISTAS DE CAMPINAS DO SUL LTDA - COOPASUL	72.178.650/0001-32	Campinas do Sul	466
COOPERATIVA DOS PEQUENOS AGROPECUARISTAS DE ERVAL GRANDE LTDA - COPERVAL	73.273.526/0001-19	Ervál Grande	608
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE ARATIBA LTDA - COPAAL	73.464.026/0001-64	Aratiba	312
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ERVA MATE LTDA - COPERMATE	86.685.690/0001-85	Getúlio Vargas	304

Fonte: Cecafes, 2017

Resultados pretendidos:

- Gerar oportunidades de incremento na renda das famílias agricultoras;
- Fortalecer o sistema cooperativo da agricultura familiar de economia solidária;

- Fortalecer a cooperação e a intercooperação entre agricultores e suas cooperativas, bem como das cooperativas singulares com a cooperativa central (Cecafes);
- Promover estratégias de abastecimento local priorizando a compra de alimentos pelos consumidores diretamente dos agricultores da região.

Alinhamento Estratégico: Eixo da Organização social: Estímulo ao cooperativismo, associativismo e colaboração mútua entre pessoas na área rural e urbana; Intercooperação.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: 01 veículo utilitário refrigerado capacidade de carga de 2,5t

Custo: R\$ 144.236,00

Meta: Aquisição do veículo

Prazo: 24 meses

Produto 2: 01 veículo utilitário capacidade de carga de 2,5t

Custo: R\$ 129.536,00

Meta: Aquisição do veículo

Prazo: 20 meses

Produto 3: Horas técnicas e serviços administrativos

Custo: R\$ 113.760,00

Meta: Serviços Prestados

Prazo: 24 meses

Produto 4: Seminários de sensibilização dos consumidores sobre abastecimento local e criação de redes e/ou compras programadas de alimentos

Custo: 20.000,00

Meta: 3 Seminários

Prazo: 24 meses

Total do investimento: R\$ 407.532,00

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto:

Nome	Função no Projeto	Formação Profissional	Tipo do vínculo	Carga horária
Roberto L. Balen	Coordenador	Bacharel em Desenvolvimento Rural e Agroecologia	Presidente	44h semanais
Janaína Fortuna	Auxiliar Administrativo	Ensino Superior Incompleto	Empregado	30h semanais
Maicon Rorig	Chefe de expedição	Ensino Médio	Empregado	20h semanais
Patrícia Griesang	Auxiliar Administrativo	Ciências Contábeis	Empregado	10h semanais

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR); EMATER/RS; Prefeituras de Aratiba, Barra do Rio Azul, Erval Grande, Itatiba Do Sul, Marcelino Ramos, Benjamim Constant do Sul, Campinas Do Sul e Centenário.

Organizações parceiras: Núcleo de Cooperativismo do Alto Uruguai; UNICAFES; URI Erechim; Firmenich; Biocitrus; Cooperativas singulares: COOTAP, AGROIPE, COOPERVITA, NOSSA TERRA, COOPVIDA, COOPERFAMÍLIA, COCEL, COOMAFITT, COOPERAMETISTA, COPEAVE, AGRICOOP, COOPARE, CAAF, COOPERBEMM, COOPASUL, COOPERVAL, COPAAL e COOPERMATE.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo federal, estadual, municipais e empresas do setor.

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

Outros: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 407.532,00

Fontes de recursos: Governo federal, estadual, municipal e empresas do setor

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: 01 veículo utilitário refrigerado para coleta, transporte e distribuição de alimentos com capacidade aproximada de 2.500kg no valor de R\$ 144.236,00; 01 veículo utilitário para coleta, transporte e distribuição de alimentos com capacidade aproximada de 2.500kg no valor de R\$ 129.536,00;

Despesas Correntes: Horas técnicas e serviços administrativos R\$ 113.760,00; Realização de Seminários e divulgação 20.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: 01 veículo utilitário refrigerado capacidade de carga de 2,5t

INVESTIMENTOS: R\$ 144.236,00

Produto 2: 01 veículo utilitário capacidade de carga de 2,5t

INVESTIMENTOS: 129.536,00

Produto 3: Horas técnicas e serviços administrativos

DESPESAS: R\$ 113.760,00

Produto 4: 03 Seminários de sensibilização dos consumidores sobre abastecimento local e criação de redes e/ou compras programadas de alimentos

DESPESAS: 20.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Conforme quadro a seguir:

PRODUTOS/ATIVIDADES	Meses																								
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
Aquisição de 01 veículo utilitário refrigerado.	X																								
Aquisição de 01 veículo utilitário.	X																								
Realização de Seminários para a sensibilização dos consumidores sobre abastecimento local				X	X				X	X				X	X										
Criação de redes e/ou pontos de compra programada de alimentos			X	X					X	X				X	X										
Constituição e capacitação da equipe de execução do Projeto	X	X	X																						
Avaliação da operacionalização do Projeto (cronograma x ações realizadas)		X		X		X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	X
Monitoramento e avaliação dos impactos e resultados gerados com a execução do Projeto																							X	X	X

1.3 Projeto Conservação Solos e Água

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Conservação do solo e da água nas 32 unidades de referência tecnológica - URT do Alto Uruguai.

Localização: COREDE NORTE

Valor total estimado do projeto: R\$ 854.600,00 (oitocentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos reais)

Duração do projeto: 5 anos

Responsável pela implementação: EMATER/ASCAR - RS

Escopo: Implantar uma URT em cada um dos 32 municípios do Corede Norte, adotando as técnicas da agricultura conservacionista, disponibilizando sementes de milho e capim sudão, calcário e super fosfato simples para correção da acidez e fertilidade do solo, bem como análises do solo, avaliando o perfil em 5 profundidades, garantindo a implantação dessas URTs;

- realizar de dias-de-campo, para demonstração/divulgação dessas técnicas.

Responsável: EMATER/ASCAR-RS

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Implantar, adotar e avaliar as técnicas de manejo do solo e da água nas URTs de Solo, adotando a agricultura conservacionista nos municípios do Corede Norte.

Justificativa: O solo e a água são recursos naturais imprescindíveis para a sobrevivência do ser humano no planeta. A conservação e preservação desses dois recursos naturais e a adoção da agricultura conservacionista tornam-se necessários nas propriedades rurais que exploram esses recursos.

A conservação do solo e da água e o aumento da produtividade agrícola na agricultura regional é apontada como oportunidade de diminuir o êxodo rural e dessa forma a assistência técnica qualificada poderá aumentar o estímulo aos produtores de permanecer na propriedade. Os investimentos em solos e água ajudarão e orientarão os agricultores a praticar uma agricultura conservacionista com vistas para melhorar a qualidade e a infiltração da água nos solos agrícolas, proporcionando maior resistência das plantas, nesses sistemas de produção, as estiagens e mudanças climáticas garantindo níveis melhores de produção agrícola.

Para tanto, faz-se necessário que os agricultores venham adotar técnicas conservacionista, como plantio direto, plantio em nível, descompactação de solo, construção de terraços e rotação de culturas, entre outros.

Mas, para que haja sucesso na implantação das técnicas conservacionistas, há necessidade que sejam adotadas ações preparatórias do solo, tais como: análise, correção e fertilização adequada do solo, rotação de culturas e cobertura do solo, utilizando como alternativas plantas de cobertura como milho e capim sudão, etc.

Isso justifica investir na implantação de URTs que possibilitem demonstrações práticas das ações conservacionistas, por meio de atividades como dias-de-campo para produtores, técnicos e estudantes. Para tanto, é imprescindível que sejam estruturadas, pelo menos uma URT em cada município.

A implantação das URTs só será possível por meio da disponibilização de insumos (sementes, adubo e calcário) aos agricultores que se propuserem a implantar estas em suas propriedades, bem como recursos para realização das análises de solo para comprovação dos resultados. Sendo que o agricultor deve se responsabilizar pela correção do Ph do solo (calcário).

Esta ação enquadra-se dentro das políticas públicas existente para incentivo ao incremento produtivo e à geração de emprego e renda no meio rural, das quais pode ser destacado o SEAPI - Programa Estadual de Conservação do Solo e da Água -Conservar para produzir melhor.

Beneficiários: Serão beneficiários diretos do projeto 32 agricultores e familiares, em 5 anos.

Resultados pretendidos: Pretendemos atingir as 32 famílias que disponibilizaram as áreas nas suas propriedades para a implantação das URTs, que servirão de modelo nos municípios do Corede Norte, na adoção da agricultura conservacionista.

Alinhamento Estratégico: Alinhamento com as Diretrizes do PEDR

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Análise de solos no perfil

Metas: Amostragem de solo: 5 amostras/32 URTs com custo estimado em R\$175,00/ URT, totalizando R\$ 5.600,00

Prazo: 12 meses

Produto 2 : Aquisição de sementes de Milheto e Capim Sudão

Metas: Sementes Milheto: 30 Kg/ha x R\$8,00/kg x 200 ha = R\$48.000,00, totalizando R\$240.000,00.

Sementes capim Sudão: 60kg/ha x R\$4,50/kg x 200ha = R\$54.000,00, totalizando R\$270.000,00

Prazo: 60 meses

Produto 3: Aquisição de SFS

Metas: Super Fosfato Simples: 200Kg/ha x R\$1,50/kg x 200ha= R\$60.000,00, totalizando R\$ 300.000,00

Prazo: 60 meses

Produto 4: Dia-de-campo

Metas: Dia de campo: 6/ano com custo estimado de R\$1.300,00 x 6 eventos/ano = R\$7.800,00, totalizando R\$ 39.000,00.

Prazo: 60 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: ATRs Regionais e Escritórios Municipais da EMATER/ASCAR-RS.

Órgãos Públicos Envolvidos: SEAPI, SDR, EMATER-RS, Prefeituras Municipais.

Organizações parceiras: AMAU, UFFS, URI, UERGS, IDEAU, COTREL, IFRS Sertão, CRESSOL, SICREDI NORTE RS.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Estadual e Municipal.

Elaboração de Projeto Executivo: sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 854.600,00 em 5 anos.

Fontes de recursos: Governo Federal, Estadual e Municipal.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: gastos e execução do projeto.

Despesas Correntes:

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 300.000,00

Produto 2: R\$ 5.600,00

Produto 3: R\$ 510.000,00

Produto 4: R\$ 39.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

As práticas agrícolas serão executadas mediante aprovação dos projetos.

Produto/ Meta	Ano					
	1	2	3	4	5	
Produto 1 - Análise do perfil do solo		160				
Produto 2	Aquisição de sementes de milho (kg)	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200
	Aquisição de sementes de capim sudão (kg)	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400
Produto 3 - Aquisição SFS (Kg)	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	
Produto 4 - Realização dias-de-campo	6	6	6	6	6	

1.4 Projeto Inspeção

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Instalação e implantação dos Serviços Municipais de Inspeção (SIM's) em todos os municípios da Região do Alto Uruguai e estruturação do Sistema Regional de Inspeção, por intermédio de consórcio intermunicipal.

Localização: Região Funcional 9 - CREDENOR (32 municípios)

Valor total estimado do projeto: R\$ 898.500,00 (oitocentos e noventa e oito mil e quinhentos reais)

Duração do projeto: 36 meses

Responsável pela implementação: Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai - CIRAU

Escopo: O projeto propõe a instalação e implantação dos Serviços Municipais de Inspeção (SIM's) em todos os municípios da Região do Alto Uruguai e estruturação do Sistema Regional de Inspeção, por intermédio do consórcio intermunicipal existente na região CIRAU, bem como orientar e preparar as agroindústrias para adesão ao Serviços, com vistas à adesão dos SIM's ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-RS e ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI/POA.

Responsável: Presidente do CIRAU - Vilson Babics

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo Geral: Instalação e implantação dos Serviços Municipais de Inspeção (SIM's), em todos os municípios da Região do Alto Uruguai e estruturação do Sistema Regional de Inspeção, por intermédio de consórcio intermunicipal.

Objetivos específicos:

- Instalação e implantação do SIM no consórcio intermunicipal CIRAU;
- instalação e implantação do SIM em todos os municípios da Região do Alto Uruguai, em vistas à adesão aos SUSAF-RS e/ou ao SISBI/POA;
- estruturação do Sistema Regional de Inspeção dos Produtos de Origem Animal, por intermédio do consórcio intermunicipal - CIRAU;
- preparação/capacitação das agroindústrias familiares, artesanais e de pequeno porte para adesão aos SIM's.

Justificativa: O projeto prevê a estruturação do Sistema Regional de Inspeção dos produtos de origem animal, beneficiando todos os municípios da Região do Alto Uruguai, a partir da instalação e implantação dos Serviços Municipais de Inspeção por intermédio do Consórcio Intermunicipal - CIRAU.

A Região do Alto Uruguai possui, atualmente, mais de 200 agroindústrias familiares cadastradas, havendo muitas outras que ainda operam sem registro, especialmente pelo fato dos municípios não terem o Serviço de Inspeção operando. Boa parte da merenda escolar servida nas escolas da região são oriundas das agroindústrias familiares.

A proposição ora apresentada surgiu da necessidade explicitada, sistematicamente, pelas lideranças, em reuniões e seminários de construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região, apontando que muitos dos empreendimentos da agricultura familiar, mais precisamente agroindústrias familiares de produtos de origem animal, estão ceceados da possibilidade de adesão ao SUSAF-RS e/ou ao SISBI-POA, isso em virtude do não funcionamento adequado ou até mesmo pela não existência ou operação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM.

Com adesão ao SUSAF-RS as agroindústrias que são inspecionadas pelo Serviço Municipal (SIM), poderão vender seus produtos em todo o Estado, pois o SIM terá equivalência com o serviço estadual e, se os SIM aderir e conquistar equivalência ao SIF, as agroindústrias aderidas a este SIM poderão vender seus produtos em todo o país.

Os problemas constatados variam de prefeitura para prefeitura, indo desde a inexistência do SIM, embora todos os municípios tenham a Lei de criação do serviço, até a não existência de documentos auditáveis em municípios cujo serviço está implantado, mesmo que de forma precária.

Dessa forma, antes de gerar qualquer expectativa nas agroindústrias no sentido da adesão ao SUSAF-RS ou ao SISBI-POA, mais importante é estruturar os SIM's, de modo que os empreendedores familiares encontrem respaldo no Serviço de Inspeção Municipal, pois o serviço deficiente não permite adesão ao SUSAF ou SISB-POA/SUASA.

Com este entendimento a Região tem feito uma ação integrada, com participação de várias instituições, como EMATER, Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai, Universidade Regional Integrada - URI Erechim, Associação dos Municípios do Alto Uruguai - AMAU e Consórcio Intermunicipal do Alto Uruguai - CIRAU, que está coordenando esta ação. Também tem havido estreita interação com órgãos de governo ligados a agricultura, como Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR, Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Entre os avanços já obtidos está um *software* de gestão dos SIM's, que foi desenvolvido em parceria pela URI Erechim e pelo CIRAU e que tem como escopo todo o arcabouço documental e procedimento operacional do SIM, além de mecanismos de acompanhamento à gestão sanitária das agroindústrias. Este *software* funciona *on-line* e está anclado em um provedor próprio instalado na URI, que tem uma pessoa responsável pela atualização permanente da ferramenta. Ainda há um laboratório na URI, com 14 computadores disponíveis para realização de cursos e capacitações para operação do *software*. Estes equipamentos foram comprados com recursos do programa de apoio aos territórios rurais do MDA em 2015.

Nesta nova etapa do projeto, o trabalho a ser realizado pelo CIRAU com os demais parceiros, deve promover o debate, principalmente junto as administrações municipais e concomitantemente com as agroindústrias, apontando as responsabilidades de cada ente e prestando o assessoramento necessário para a construção de um processo sólido e exequível ao longo do tempo, preparando o agricultor para gestão administrativa e sanitária da sua agroindústria e também o poder público para ações eficazes e articuladas entre vigilância sanitária (saúde) e inspeção sanitária (agricultura), que se encontram extremamente fragilizadas, pode-se dizer em quase todos os municípios, de modo que os SIM's possam ser implantados com qualidade nos municípios da Região. Ainda com o suporte do Consórcio inicia-se o processo de qualificação da relação entre os serviços dos municípios, na busca da padronização e harmonização dos serviços municipais de inspeção disponibilizados na Região.

O Consórcio, por meio do *software* e de um consistente processo de capacitação e organização, deverá promover a estruturação e o funcionamento dos SIM's, de forma que estejam aptos à equivalência ao Serviço Estadual e mesmo Federal, em vistas, prioritariamente, à adesão ao SUSAF e como opção de segunda ordem, ao SISBI/SUASA, auxiliando na constituição dos Sistemas Estadual e Nacional.

Seguindo este pensamento, cabe à EMATER o fomento ao empreendedorismo dos agricultores e o incentivo para formação de novas agroindústrias. À Universidade, por meio do curso de Engenharia de Alimentos (graduação, mestrado e doutorado), cabe o assessoramento às agroindústrias na implantação das Boas Práticas de Fabricação, assim como, por meio do Laboratório do Agronegócio, vinculado aos cursos de Agronomia, Engenharia Agrícola e Engenharia de Alimentos cabe o assessoramento na gestão administrativa das agroindústrias.

A evolução destas ações integradas também tem como horizonte a constituição do Arranjo Produtivo Local - APL das Agroindústrias Familiares da Região.

A AMAU, junto com o CIRAU e a Agência de Desenvolvimento deverão incentivar os municípios e cobrar dos feitos os investimentos de custeio e as ações políticas necessárias para a efetivação do SIM no município e adesão desses ao SUSAF-RS e/ou ao SISBI-POA.

Beneficiários:

Diretos: 200 agroindústrias da região, em torno de 230 famílias de agricultores, perfazendo um total aproximado de 1.000 pessoas;

Indiretos: toda a população regional - aproximadamente 300.000 pessoas-. Isso pela possibilidade de geração de emprego e renda e pela melhoria da segurança alimentar dos possíveis consumidores dos produtos das agroindústrias familiares.

Resultados pretendidos: Curto prazo: ter SIM's instalados e operando com qualidade em 12 municípios da região, no período de um ano, com 25 agroindústrias aderidas (atualmente 2 municípios já têm: Erechim e Aratiba);

Médio prazo: ter instalado e operando SIM's em 22 municípios da Região em dois anos (10 instalados no primeiro ano e mais 10 no segundo ano do projeto), com 45 agroindústrias aderidas;

Longo prazo: ter os SIM's instalado e operando ao final do terceiro ano do projeto em todos os 32 municípios da Região, com 60 agroindústrias aderidas.

Alinhamento Estratégico: alinhamento com as Diretrizes do PEDR

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Instalação e Implantação o Serviço de Inspeção do Consórcio para atender e/ou assessorar os SIM's nos Municípios.

Meta: - Aquisição de um KIT com computador, impressora, utensílios, mobiliário e um veículo para o Serviço de Inspeção do Consórcio.

Custo: - Computador = R\$ 5.000,00

- Impressora laser = R\$ 1.200,00

- Utensílios de escritório = R\$ 1.000,00

- Mobiliário (ilha, cadeiras, armário, arquivo,...) = R\$ 3.500,00

- Veículo leve - R\$ 40.000,00

- Total custo da meta = R\$ 50.700,00

Prazo: - 4 meses após a liberação dos recursos

Produto 2:

Meta: Aquisição de um KIT com computador, impressora, utensílios, mobiliário, para cada SIM.

Custo: - Computadores - (R\$ 5.000,00 x 30 mun.) = R\$ 150.000,00

- Impressora laser - (R\$ 1.200,00 x 30 mun.) = R\$ 36.000,00

- Utensílios de escritório - (R\$ 1.000,00 x 30 mun.) = R\$ 30.000,00

- Mobiliário (ilha, cadeiras, armário, arquivo, ...) - (R\$ 3.500,00 x 30 mun.) = R\$ 105.000,00

- Total custo da meta = R\$ 321.000,00

Prazo: - 4 meses após a liberação dos recursos.

Produto 3: Preparação/capacitação das agroindústrias familiares, artesanais e de pequeno porte em gestão sanitária para adesão aos SIM's.

Meta: Elaborar e Implementar o Manual de Boas Práticas de Fabricação específico em 60 unidades agroindustriais de 25 a 30 municípios do Alto Uruguai.

Custo: - Despesa com deslocamento de consultores (Km) = R\$ 26.000,00;

- Despesa com alimentação de consultores = R\$ 14.800,00

- Material de escritório (confeção de manuais/material de divulgação) = R\$ 6.000,00

- Mão-de-obra (hora técnico coordenador) = R\$ 36.600,00

- Mão-de-obra (hora técnico colaborador) 8 pessoas = R\$ 180.000,00

- Total custo da meta = R\$ 263.400,00

Prazo: - 36 meses após a liberação dos recursos.

Produto 4: Preparação/capacitação das agroindústrias familiares, artesanais e de pequeno porte em gestão administrativo-financeira para adesão aos SIM's.

Meta: Implantar plano de negócios e sistema de gestão administrativa-financeira em 60 unidades agroindustriais de 25 a 30 municípios do Alto Uruguai.

Custo: - Despesa com deslocamento de consultores (Km) = R\$ 26.000,00;

- Despesa com alimentação de consultores = R\$ 14.800,00

- Material de escritório (confeção de manuais/material de divulgação) = R\$ 6.000,00

- Mão-de-obra (hora técnico coordenador) = R\$ 36.600,00

- Mão de obra (hora técnico colaborador) 8 pessoas = R\$ 180.000,00

- Total custo da meta = R\$ 263.400,00

Prazo: - 36 meses após a liberação dos recursos.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: pessoas capacitadas e responsáveis por viabilizar alguns produtos do projeto, constituindo uma equipe.

Órgãos Públicos Envolvidos: MAPA, SEAPI, SDR, CIRAU, EMATER

Organizações parceiras: URI Erechim, AD/AU, AMAU

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual e Municipais; agroindústrias familiares.

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 898.500,00

Fontes de recursos: Governos Federal, estadual e municipais; agroindústrias beneficiárias.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 371.700,00

Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 3: R\$ 263.400,00

Produto 4: R\$ 263.400,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

- Estruturação e implantação do SIM no Consórcio - até 6 meses após a liberação dos recursos;
- Estruturação dos SIM's - até 01 ano após a liberação dos recursos;
- Licitações para aquisição das despesas de investimento - 2 meses após a liberação dos recursos;
- Aquisição dos itens de investimento - 2 meses após a licitação;
- Formação / capacitação das agroindústrias na gestão sanitária - Até 36 meses após a liberação dos recursos;
- Formação / capacitação das agroindústrias na gestão administrativa-financeira - Até 36 meses após a liberação dos recursos.

1. 5 Projeto Irrigação

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Programa de incentivo à Irrigação / Açudes

Localização: COREDE NORTE

Valor total estimado do projeto: R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais)

Duração do projeto: 5 anos

Responsável pela implementação: EMATER/ASCAR - RS

Escopo: - Projetar, desassorear e implantar açudes nos municípios do Corede Norte;

- Elaborar e implantar projetos de irrigação.

Responsável: Eng^o Agr^o Cesar Da Rosa (ATR Emater)

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Aproveitamento dos açudes existentes, bem como, a construção de novos açudes para aumentar a capacidade de armazenamento de água disponível nas propriedades rurais, viabilizando a implantação de sistemas de irrigação.

Justificativa: A água é indispensável para o desenvolvimento das culturas, dessa forma a limpeza e/ou desassoreamento desses açudes existentes, bem como a construção de novos açudes, viabilizará o aumento da capacidade de água nas propriedades rurais.

A necessidade de realizar esse investimento justifica-se por proporcionar e aumentar a possibilidade de renda e oferta de alimentos nas propriedades rurais.

Dentre as políticas públicas existente destacamos:

- SEAPI - Programa Mais Água, Mais Renda;

- SDR - Segunda água;

- SDR/DINFRA - Construção de açudes.

- Citados os seguintes projetos:

- 1) Assistência Técnica e extensão rural pública para a agricultura nas várias áreas de produção.
- 2) Desenvolver programas de apoio das propriedades rurais;
- 3) Investimentos do governo federal e estadual em políticas públicas e financiamento voltado ao fortalecimento agropecuário.
- 4) Focar assistência técnica em atividades de maior rentabilidade por área que agreguem valor ao produto a nível de produtor, para melhorar a renda dos agricultores.

A agregação de valores aos produtos da agricultura regional é apontada como oportunidade de diminuir o êxodo rural e dessa forma a assistência técnica qualificada poderá aumentar o estímulo aos produtores de permanecer na propriedade.

Beneficiários: Serão beneficiários diretos do projeto 800 agricultores, em 5 anos.

Resultados pretendidos: Pretendemos atingir a meta de 160 projetos/ano. Com isso viabilizaremos a implantação e instalação de projetos de açudes e sistemas de irrigação envolvendo uma área irrigada de aproximadamente 240ha²/ano, (média de 1,5 ha²/projeto) focando pastagens em bovinocultura de leite, horticultura, fruticultura e plantas bioativas.

Alinhamento Estratégico: Alinhamento com as Diretrizes do PEDR.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Açudes

Meta: - Açudes: 80 unidades/ano com custo estimado de R\$5.000,00/Unidade, totalizando R\$ 400.000,00/ano.

Prazo: 60 meses

Produto 2: Sistemas de Irrigação

Sistema de Irrigação: 80 unidade/ano com custo estimado em R\$15.000,00/ unidade, totalizando R\$ 1.200.000,00.

Prazo: 60 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: ATRs Regionais e Escritórios Municipais da EMATER/ASCAR-RS.

Órgãos Públicos Envolvidos:SEAPI, SDR, EMATER-RS, Prefeituras Municipais.

Organizações parceiras: Universidade Federal Fronteira Sul, URI Erechim, UERGS, Cooperativas de Produção, FE-TAG, Cooperativas de créditos, agências bancárias.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Estadual e Municipal.

Elaboração de Projeto Executivo: sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto:R\$ 8.000.000,00 em 5 anos.

Fontes de recursos: Governo Federal, Estadual e Municipal.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: gastos com execução de obras.

Despesas Correntes:

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 2.000.000,00

Produto 2: R\$ 6.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto/ Meta	Ano				
	1	2	3	4	5
Produto 1- Construção ou limpeza de açudes.	80 un	80 un	80 un	80 un	80 un
Produto 2 - Sistemas de irrigação	80 un	80 un	80 un	80 un	80 un

1.6 PROJETO INTERNET

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Globalização ao acesso à internet banda larga no meio rural e pequenas cidades do Alto Uruguai

Localização: Região Funcional 9 / CREDENOR

Valor total estimado do projeto: R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais)

Duração do projeto: 60 meses

Responsável pela implementação: Cooperativa Regional de Eletrificação Rural - CRERAL

Escopo: Ligação de internet banda larga, via fibra ótica, para os agricultores, comunidades rurais e sede dos municípios da região, utilizando os postes da rede de distribuição de energia elétrica.

Responsável: João Alderi do Prado (Presidente da CRERAL).

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Ligação de internet via fibra ótica, para os agricultores, comunidades rurais e sede dos municípios da região.

Justificativa: Sabe-se que o avanço das Tecnologias da Informação e dos novos níveis de comunicação e organização social, política, econômica e cultural conectadas globalmente, chamados de Sociedades em Rede, é um dos grandes fenômenos contemporâneos. Portanto, a inclusão digital, caracteriza-se como supra-institucional e, eminentemente transversal, sendo um direito de cada cidadão e cidadã, ter acesso a tecnologias de informação, além de integrar a população beneficiária aos órgãos públicos e aos serviços prestados por

estes, bem como outros benefícios proporcionados pelo acesso à rede WEB, sobretudo ao exercício da cidadania e à construção do processo de desenvolvimento econômico e social. Para fazer frente a esta realidade, está proposto este projeto, que será executado por intermédio das Cooperativas de Eletificação Rural do Alto Uruguai CRERAL Telecom, com atenção especial à população rural da região.

Inicialmente, o projeto deverá atender, prioritariamente, a população da Região na área de abrangência da cooperativa CRERAL, sobretudo os setores sociais menos favorecidos, com precário ou nenhum acesso à Internet banda larga. Ao final do projeto este deverá atender a todos os municípios integrantes do CREDENOR, porém deverá ser executado em duas etapas, tendo em vista as condições operacionais e de infraestrutura disponibilizadas à CRERAL.

Na primeira etapa do projeto, o processo de inclusão digital abrangerá os municípios de Áurea; Barra do Rio Azul; Benjamin Constant do Sul; Campinas do Sul; Carlos Gomes; Centenário; Charrua; Cruzaltense; Entre Rios do Sul; Erebangó; Erechim; Erval Grande; Estação; Faxinalzinho; Floriano Peixoto; Gaurama; Getúlio Vargas; Itatiba do Sul; Jacutinga; Ponte Preta; Quatro Irmãos; Severiano de Almeida; Três Arroios e Viadutos.

Na segunda etapa: Aratiba, Barão de Cotegipe, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, São Valentin e Sertão.

Tecnologia utilizada no Projeto

O Projeto criará Infraestrutura de Internet Banda Larga, através da instalação de fibras ópticas nos postes de Energia Elétrica da Cooperativa de Eletificação Rural do Alto Uruguai - CRERAL.

A tecnologia usada é baseada em redes GPON e redes FTTH, que é uma das alternativas mais utilizadas para acesso à banda larga, IPTV (TV via protocolo de internet), VoIP (Voice over Internet Protocol), transporte de redes existentes das operadoras e serviços agregados a telecomunicações, transportando informação através de uma rede totalmente ótica, ou seja, sem utilização de redes metálicas, micro-ondas e equipamentos eletrônicos para regeneração de sinal. O Sistema GPON tem uma característica adicional: atender mais de um cliente a partir de uma única fibra por meio da multiplexação por comprimento de onda óptica. Isso permite que, a partir de uma estrutura de fibra ótica disponível, seja possível atender a um número de clientes até 128 vezes maior que uma rede ótica convencional ponto-a-ponto.

Beneficiários: - 10.000 famílias, especialmente de produtores rurais e moradores de pequenos municípios da região.

Resultados pretendidos: Levar o acesso à Internet banda larga aos moradores e comunidades do interior e sede municipais dos 32 municípios da Região do Alto Uruguai (área de abrangência do CREDENOR).

Alinhamento Estratégico: alinhamento com as Diretrizes do PEDR.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: acesso à Internet banda larga aos moradores e comunidades do interior e sede municipais dos 32 municípios da Região do Alto Uruguai (área de abrangência do CREDENOR).

Meta: 10.000 ligações de internet banda larga

Custo: - Custo médio por ponto de ligação = R\$ 3.300,00

- 10.000 ligações x R\$ 3.300,00 = 33.000.000,00

Prazo: 60 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: A equipe técnica de implantação o projeto está vinculada à CRERAL.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério das telecomunicações, ANATEL, Secretarias estaduais SEAPI, SDR, SEPLAN entre outras, autarquias (Emater), Prefeituras Municipais.

Organizações parceiras: Universidade, Empresas, ONGs, Cooperativas (Creal, Cresol, Sicredi,...), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Sindicato Rural, bancos (Banrisul e Banco do Brasil), entre outras.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual e municipais, beneficiários (possível financiamento particular em instituições bancárias cooperativas e estatais) e CRERAL

Elaboração de Projeto Executivo: Não (os projetos são individuais dos beneficiários).

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

Outros: Contrato de prestação de serviço (CRERAL - Beneficiário).

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 33.000.000,00

Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual e municipais e beneficiários (financiamentos individuais).

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 33.000.000,00

Despesas Correntes: Por conta dos beneficiários

Simulação em valores atuais (janeiro de 2017):

Valor internet 4 Megabites	Desconto na mensalidade	Total mensal 79,00 - 14,30	Valor desconto anual
R\$ 79,00	R\$ 14,30	R\$ 64,70	R\$ 171,60

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 33.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Ano	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Nº ligações	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000
Valor inv.	6.600.000,00	6.600.000,00	6.600.000,00	6.600.000,00	6.600.000,00

* O Projeto prevê 60 meses para sua implantação, realizando em média 2.000 ligações por ano (cada 12 meses).

1.7 Projeto Treinamento Agricultores**1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Estruturação do Centro de Treinamento de Agricultores de Erechim - CETRE

Localização: COREDE NORTE

Valor total estimado do projeto: R\$ 166.000,00 (cento e sessenta mil reais)

Duração do projeto: 12 meses

Responsável pela implementação: EMATER/ASCAR RS

Escopo: - Aquisição de 01 Datashow, sistema de som e 20 *Notebook* tipo I, corporativo padrão Windows; processador Intel Core I5 (sexta geração), equivalente ou superior; tela entre 14 e 15,5 polegadas; memória RAM de 4GB num único pente, mais os cabos necessários e uma mochila compatível com o *notebook*.

- Projetor 1945W 4200 Ansi Lumens com sistema de som.

- Subsídio de 100,00 por aluno nos cursos de capacitação do CETRE.

Responsável: Engº Florestal Jorge Silvano Silveira - Coordenador do CETRE

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Adquirir equipamentos de multimídia e *Notebooks* para utilizar nos cursos de Gestão visando fomentar a educação profissional, formação, capacitação, assistência técnica e extensão rural e social - ATERS e subsidiar os custos dos 37 cursos previstos para 2017 no Centro de Treinamento da EMATER RS.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Estruturação do Centro de Treinamento de Agricultores de Erechim - CETRE, para realização de cursos.

Meta: Aquisição de 20 *notebooks*; 01 Projetos Datashow com sistema de som.

Custo: 20 *Notebook* - R\$ 80.000,00

01 Projetor 1945W 4200 Ansi Lumens com caixa de som - R\$ 12.000,00

- Total da Meta = 92.000,00

Prazo: 12 meses após a liberação dos recursos.

Produto 2: Capacitação de 740 agricultores familiares para produção agroindustrial.

Meta: Subsidiar a realização de cursos para 740 agricultores familiares da região durante o ano de 2017

Custo: Subsídio (alimentação e hospedagem) de R\$ 100,00 para 740 alunos/ano - Total = R\$ 74.000,00

Prazo: 12 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto:

Instrutor	Curso	Município
Carlos Alberto Angonese (Coordenador)	Boas Práticas de Fabricação/Secagem e Armazenagem de Grãos/Gestão de Agroindústrias	ESREG Erechim
Fernanda Carla Taca Angonese (Coordenadora)	Boas Práticas de Fabricação/Bolos e Tortas/Biscoitos e Bolachas/Panificação e Farináceos	ESREG Erechim
Emanuele Betiato Bieniek	Boas Práticas de Fabricação	Campinas do Sul
Gabrieli Pellin	Boas Práticas de Fabricação	Engenho Velho
Adriana Fátima Memlak	Boas Práticas de Fabricação	Alpestre
Gaspar Scheid	Boas Práticas de Fabricação	Frederico Westphalen
Andréia Kramer	Bovinos de Leite	Rio dos Índios
Derli José Dalastra	Bovinos de Leite	Jacutinga
Frederico Modri Neto	Bovinos de Leite	Ponte Preta
Neuri Carlos Bruschi	Bovinos de Leite	Gaurama
Walmor José Gasparin	Bovinos de Leite	Erechim
Vilmar Fruscalso (Coordenador)	Bovinos de Leite	ESREG Erechim
Ivete Bohn Kuhn	Bolos e tortas/ Massas Frescas e Salgados	Marcelino Ramos
Laura Mocfa Glaner	Bolos e Tortas/Massas Frescas e Salgados	Carlos Gomes
Maria Carmo de Figueiredo	Bolos e Tortas/Massas Frescas e Salgados	Barracão
Maria Salete Carpes Arsego	Bolos e Tortas	Paim Filho
Doriane Aparecida Pereira da Silva Damin	Bolos e Tortas/Massas Frescas e Salgados	Erebango

Rosângela Lazzare Montepó	Bolos e Tortas/ Massas Frescas e Salgados	Quatro Irmãos
Cleonice Dobrovolski	Massas Frescas e Salgados	Itatiba do Sul
Rosaine Baldissera	Massas Frescas e Salgados	Entre Rios do Sul
Denise Klitzke	Biscoitos e Bolachas	Getúlio Vargas
Marilei Fontana Batisti	Biscoitos e Bolachas	Mariano Moro
Mari Tânia Trevizol	Biscoitos e Bolachas	Jacutinga
Renata Graciela Delanora Bombana	Biscoitos e Bolachas	Ipiranga do Sul
Sandra Regina Scaranti Leichtweis	Biscoitos e Bolachas	Três Arroios
Ediane Fatima Deon Scoloski	Biscoitos e Bolachas	Floriano Peixoto
Nilton Cipriano Dutra de Souza	Citricultura Básica	ESREG Erechim
Clair Olavo Bertussi	Citricultura Básica	Alpestre
Ivonir Biesek	Citricultura Básica	São Valentim
Douglas Dal Piva	Citricultura Básica	Benjamin Constant do Sul
Antonio Tadeu Pandolfo	Secagem e Armazenagem de Grãos	Marcelino Ramos
Cláudio Roberto Kochhann	Secagem e Armazenagem de Grãos	Erechim
Murilo Marcon	Secagem e Armazenagem de Grãos	Paulo Bento
Gilmar Godoy Boeira	Secagem e Armazenagem de Grãos	UCC Erechim
André Gazoni	Gestão de Agroindústrias	Cruzaltense
Angélica Albrecht	Gestão de Agroindústrias	UCP Erechim
Cleunir Paris	Gestão de Agroindústrias	UCP Erechim
Bruno Utermoehl	Gestão de Agroindústrias	Ipiranga do Sul
Jhonatan Munaretto Imlau	Gestão de Agroindústrias	UCP Erechim

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais (32), Secretaria da Saúde do RS (Vigilância Sanitária), Secretaria de Educação do RS (Colégio Agrícola Angelo Emílio Grandó), Secretaria de Desenvolvimento Rural do RS (EMATER)

Organizações parceiras: UFFS, URI, COTREL, IBRAMATE, FETAG, SICREDI, CRESOL.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo do Estado e Prefeituras Municipais

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 166.000,00

Fontes de recursos: Governo do Estado e Prefeituras Municipais

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 92.000,00

Despesas Correntes: R\$ 74.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 92.000,00

Produto 2: R\$ 74.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

- 12 meses após a liberação dos recursos

* Os equipamentos ainda deverão ser utilizados por pelo menos, mais 24 meses, em outros cursos de capacitação a serem realizados pelo CETRE.

1.8 Projeto Agrossilvopastoril

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Incentivo à Produção Agrossilvopastoril no Alto Uruguai

Localização: Corede e Regional da Emater Alto Uruguai

Valor total estimado do projeto: R\$ 31.400,00 (trinta e um mil e quatrocentos reais)

Duração do projeto: 15 anos

Responsável pela implementação: EMATER/RS-ASCAR

Escopo: Implantação de unidades demonstrativas agroflorestais, aumentando a disponibilidade de madeira e produção pecuária.

Responsável: Eng.º Agr.º Luiz Ângelo Poletto (EMATER/RS-ASCAR)

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Implantar unidades demonstrativas agrossilvipastoris buscando aumento de produção e renda, agregando valor no empreendimento agropecuário.

Justificativa: Os sistemas agroflorestais combinam a utilização de espécies florestais (mais recomendado na região: Eucalipto), a criação de animais (corte, leite, ovinos) na mesma área, simultaneamente. Promovem aumento ou manutenção da produtividade com conservação dos recursos naturais e a utilização mínima de insumos.

Os municípios inicialmente beneficiados serão unidades demonstrativas para incrementar áreas futuras na região.

Beneficiários: 20 propriedades rurais em 20 municípios do Corede Alto Uruguai.

Resultados pretendidos: Unidades Demonstrativas para incentivar as atividades regionais;

- Diversificação das pequenas propriedades rurais;
- Após a implantação do plantio do eucalipto, no 14º mês, colocar animais na área plantada, com gramas recomendadas na região (Tifton, braquiária, Mombaça e outras);
- Fornecer matéria-prima, madeira ou lenha, para abastecer as serrarias e indústrias: lenha a médio prazo, madeira a longo prazo;
- Lotar as pastagens com a rotação de bovinos de corte (engorda) ou ovinos;
- O espaçamento do plantio de eucalipto será de 10 m entre linhas.

Alinhamento Estratégico: Alinhamento com as Diretrizes do PEDR.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Implantação de unidades demonstrativas agrossilvipastoril

Meta: Recuperação do solo/hectare -> calcário: 3.000 kg = R\$ 300,00

SFT: 200 kg = R\$ 320,00

KCL: 150 kg = R\$ 240,00

Uréia: 150 kg = R\$ 210,00

Semente braquiária: 10kg = R\$ 200,00

Mudas eucalipto: 600 mudas/há = R\$ 300,00/milheiro

Mão-de-obra: Produtor

Prazo: prazo 12 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Técnicos dos Escritórios Municipais da EMATER/RS Regional, Integrações, Secretários Municipais da Agricultura.

Órgãos Públicos Envolvidos: EMATER/RS, Prefeitura Municipal e Universidades.

Organizações parceiras: Universidades, agropecuárias, cooperativas.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Consulta Popular e Prefeituras Municipais

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.570,00/Ha; 20 ha = R\$ 31.400,00

Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual e Municipal.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos

Despesas Correntes:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Seleção dos municípios e produtores: Maio/Junho -> Emater e Prefeituras

Orientações sobre o preparo do solo/plantio -> Emater

Recursos Financeiros: Junho -> Governo do Estado/Federal/Municipal

Plantio de Mudanças: setembro -> Produtores

Acompanhamento de resultados: A partir do 1º ano -> Emater

Acompanhamento da produção de lenha/madeira e índices de produção de carvão -> Produtores e Emater

1.9 Projeto Reflorestamento

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Incentivo ao reflorestamento para produção de lenha, cavacos e madeira

Localização: Corede Alto Uruguai, municípios de atuação do Regional da EMATER/RS do Alto Uruguai, Zona abrangência OLFAR.

Valor total estimado do projeto: R\$ 11.520.000,00 (onze milhões, quinhentos e vinte mil reais)

Duração do projeto: 20 anos

Responsável pela implementação: Regional da EMATER/RS Erechim, Prefeituras, OLFAR e empresas interessadas no aproveitamento de lenha ou cavaco.

Escopo: O Projeto de Incentivo ao Reflorestamento para a produção de lenha, cavacos e madeira visa essencialmente suprir a necessidade futura das Indústrias que tem como fonte de energia básica a lenha, cavacos e madeira.

Empresas (Indústrias) e Prefeituras comprometem-se a subsidiar a compra das mudas para pequenos produtores reflorestarem.

Emater/RS - Assistência Técnica e Extensão Rural visando qualificar a mão-de-obra envolvida no projeto.

Prefeituras - Seleção de agricultores e distribuição das mudas.

Responsável: Luiz Ângelo Poletto - EMATER/RS-ASCAR

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Aumento da renda para produtores reduzindo os custos para implantação das florestas, além da existência da matéria-prima para abastecer o mercado. Pois há expectativas de apagões por falta de matéria-prima para abastecer as indústrias regionais.

Justificativa: Existe um vazio de plantio de essências florestais exóticas de no mínimo 5 anos.

Necessidade de lenha e futuramente cavaco para produção de energia através de usina a ser iniciada na empresa OLFAR (somente esta indústria necessitará 1.100 m³ de cavaco por dia).

As empresas que necessitam de matéria-prima investirão em 50% do valor da muda e 50% Prefeituras e Produtores.

Necessidade de 1.200 ha/ano, justifica ao fato desta necessidade anual de plantio, prevendo-se um desbaste de 4,0 ha por dia a partir do 6º ano de floresta.

A necessidade da matéria-prima e preços favoráveis remunera e diversifica as pequenas propriedades.

Beneficiários: Agricultores familiares.

Resultados pretendidos: A partir do 6º ano que começa haver escassez de matéria-prima por falta de lenha e cavaco, poderá ter matéria-prima na região com os desbastes das florestas.

- Produção de madeira de eucalipto a partir do 15º ano para serraria e pinus a partir do 20º ano.

Alinhamento Estratégico: Alinhamento com as Diretrizes do PEDR.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Subsidiar mudas para reflorestamento

Meta: Plantio de 1.200 há de reflorestamento por ano, durante 20 anos.

Prazo: 240 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: EMATER/RS-ASCAR Regional e Municipais, Universidades, Prefeituras Municipais e Empresas consumidoras (OLFAR e outras).

Órgãos Públicos Envolvidos: SEAPI, SDR, EMATER-RS, Prefeituras Municipais.

Organizações parceiras: Universidade Federal Fronteira Sul, URI Erechim, UERGS, Cooperativas de produção, FE-TAG, Cooperativas de créditos, Agências bancárias.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Estadual, Municipal e Empresas Consumidoras.

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 576.000,00/ano.

Fontes de recursos: Governo Federal, Estadual, Municipal e Empresas.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos

Despesas Correntes:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Seleção dos produtores: Junho -> Prefeituras

Orientação para preparo da área e plantio: Junho/Julho/Agosto -> Emater/RS

Compra das mudas e distribuição: Junho/Julho/Agosto -> Indústrias e Prefeituras

Distribuição de mudas e plantio: Agosto/Setembro -> Prefeituras e Produtores
O projeto terá duração de 20 anos com plantio anual de 1.200 ha/ano.

1.10 Projeto Amilácea Alto Uruguai

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Experimentação e Fomento de matérias-primas amiláceas no Alto Uruguai Gaúcho

Localização: Projeto Industrial Biorrefinaria de Etanol - Viadutos - RS e matérias-primas e insumos (32 municípios do Alto Uruguai)

Valor total estimado do projeto: R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais)

Duração do projeto: 10 anos.

Responsável pela implementação: Regional da EMATER/RS Erechim, AMAU-Prefeituras, STRs, URI, UFFS, EM-BRAPAS Trigo e Clima Temperado

Escopo: EMATER-RS Coordenação do Programa e ATER. Embrapas - lançamento de cultivares amiláceas (triticale, sorgo graniífero, arroz energético, batatas energéticas). FETAG - organização dos agricultores e demais entidades apoio.

Responsável: Valdir Pedro Zonin - EMATER/ASCAR/RS.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Testar adaptação, produção e produtividade das matérias-primas amiláceas destinadas para produção de etanol nos 32 municípios do Alto Uruguai Gaúcho, mediante organização de unidades de experimentação e demonstrativas, seminários, capacitações, dias de campo e eventos técnicos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Instalação, monitoramento e acompanhamento de unidades de experimentação das matérias-primas amiláceas nos 32 municípios da AMAU.

Custo anual do pacote municipal (3 URs *) = R\$ 5.000,00

Custo total anual na região = R\$ 160.000,00.

Meta: Monitorar o resultado de adaptação, produção e produtividade dos diferentes materiais, e diferentes microclimas, num período de 10 anos.

Prazo: prazo 10 anos

Produto 2: DMs, URs, Dias de Campo, capacitações e eventos técnicos para agricultores e técnicos de entidades parceiras.

Custo anual do pacote municipal = R\$ 5.000,00

Custo total anual na região = R\$ 160.000,00

Meta: Difundir tecnologias, treinar e divulgar os resultados obtidos junto aos agricultores da região e técnicos parceiros.

Prazo: 10 anos

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: EMATER/RS-ASCAR Regional e Municipais, Prefeituras Municipais (Secretarias de Agricultura), FETAR (STRs).

Órgãos Públicos Envolvidos: SDR-RS, Prefeituras Municipais, UFFS.

Organizações parceiras: UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL, URI, UERGS, COTREL, AMAU, SINDICATO RURAL, FETAG.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal (MAPA), Estadual (SDR e EMATER-RS), Municipal (Prefeituras).

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 320.000,00/ano.

Fontes de recursos: Governo Federal, Estadual, Municipal.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos

Despesas Correntes:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

ANOS	UEPs	URs	Dias de Campo	Capacitações	Eventos Técnicos
01	160	96	32	33	33
02	160	96	32	33	33
03	160	96	32	33	33
04	160	96	32	33	33
05	160	96	32	33	33
06	160	96	32	33	33
07	160	96	32	33	33
08	160	96	32	33	33
09	160	96	32	33	33
10	160	96	32	33	33

UEPs - Unidades de Experimentação

URs - Unidades Referência

1.11 Projeto Leite

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Programa *White Gold* de desenvolvimento da bovinocultura de leite no Alto Uruguai.

Localização: COREDE NORTE

Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

Duração do projeto: 48 meses

Responsável pela implementação: EMATER/ASCAR - RS

Escopo: A Bovinocultura de leite é de fundamental importância socioeconômica para a agropecuária do Alto Uruguai Gaúcho. A região possui 9000 granjas leiteiras que possuem 87 mil vacas, com produção de 300 mil toneladas de leite por ano. A produtividade média da região é baixa (11 L/v/d).

Responsável: Vilmar Fruscalso - EMATER/ASCAR-RS

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo geral: O Programa *White Gold* tem por objetivo auxiliar no Desenvolvimento Sustentável da Bovinocultura de Leite do Alto Uruguai, melhorando a nutrição, reprodução, criação da bezerra e gestão das granjas.

Objetivos específicos:

- Melhorar a nutrição do rebanho: oferta de 3% do PV em matéria seca de forragem/dia;
- Melhorar os índices reprodutivos: idade ao primeiro parto, intervalo entre partos, taxa de prenhez;
- Auxiliar na gestão das granjas: implantar controles gerenciais e produtivos;
- Adequar a escala de produção às demandas do mercado e melhorar a qualidade do leite: CCS \leq 400 /ml e CBT \leq 100/ml.

Justificativa: A criação da bezerra, geralmente, não é tida como relevante pelos agricultores, o sistema de criação é falho, comprometendo a saúde, o bem-estar e o desempenho atual e futuro dos animais. A gestão das granjas é insipiente, praticamente inexistindo sistemas de controle gerenciais ou produtivos que permitam aos agricultores obter os indicadores zootécnicos e econômicos da atividade. O manejo reprodutivo é empírico, comprometendo a eficiência reprodutiva do rebanho. A idade ao primeiro parto é tardia ou com animais com baixo desenvolvimento. Poucos agricultores assistem todos os partos, o que tem gerado um alto índice de distocia.

O intervalo entre partos e a taxa de retorno ao cio são altos. Há miscelânea de raças, geralmente com animais cruzados ou sem raça definida. É comum também a existência de touros de raças de corte entre as vacas leiteiras. A nutrição é insuficiente, com oferta de pasto geralmente aquém das necessidades dos animais. Verifica-se graves problemas de manejo das pastagens, com equívocos no tamanho das áreas, número de piquetes, locação das sombras e pontos d'água, momentos de entrada e saída dos animais, além de baixos níveis de adubação.

Beneficiários: Serão beneficiados diretamente 320 produtores de leite do Alto Uruguai Gaúcho. Indiretamente, centenas de agricultores poderão seguir o exemplo implantado nestas Unidades Produtivas.

Resultados pretendidos: Capacitação de 320 famílias produtoras de leite nas mais modernas técnicas de criação da bezerra, qualidade do leite, reprodução e, especialmente, em Gestão da Propriedade. Estas Granjas serão unidades de referência, sendo Polos de disseminação de modernas e adaptadas tecnologias a mais de 9 mil Produtores de leite da região.

A alinhamento Estratégico: Alinhamento com as Diretrizes do PEDR.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Capacitação de técnicos e agricultores

Metas

Meta 1.1: 03 cursos para agricultores num total de 320 cursos

Custo meta 1.1: 03 cursos x R\$ 5.000,00 = 16.500,00

Prazo meta 1.1: 09 meses a partir da disponibilidade dos recursos

Meta 1.2: 03 cursos para técnicos num total de 36 cursos

Custo meta 1.2: 03 cursos x R\$ 2.000,00 = R\$ 6.000,00

Prazo meta 1.2: 09 meses à partir da disponibilidade dos recursos
Custo total Produto 1: R\$ 22.500,00

Produto 2: Implantação e acompanhamento do projeto (visitas técnicas)

Metas 2.1: 7680 visitas técnicas bimestrais a 320 unidades produtivas

Custo meta 2.1: 7680 visitas x R\$ 50,00 = 348.000,00

Prazo: 48 meses

Custo total Produto 2: R\$ 348.000,00

Produto 3: Análises para avaliação da qualidade do leite

Metas

Metas 3.1: 3072 análises de CBT (contagem de bactérias totais)

Custo Meta 2.1: 3072 análises x R\$ 5,00 = R\$ 15.360,00

Prazo: 48 meses

Metas 3.2: 3072 análises de CCS (contagem de células somáticas)

Custo Meta 2.1: 3072 análises x R\$ 2,00 = R\$ 6.144,00

Prazo: 48 meses

Metas 3.2: 3072 análises de composição do leite

Custo Meta 2.1: 3072 análises x R\$ 2,00 = R\$ 6.144,00

Prazo: 48 meses

Custo total produto 3: R\$ 27.648,00

Produto 4: Premiação (estimular a participação efetiva dos agricultores)

Meta 4.1: Premiação de 32 produtores participantes do projeto, com notebook

Custo meta 4.1: 32 notebook x R\$ 1.500,00 = R\$ 48.000,00

Prazo: 48 meses (no último mês de realização do projeto, durante a avaliação)

Custo Total Produto 4: R\$ 48.000,00

Produto 5: Encontros/Reuniões de avaliação e redirecionamentos

Metas

Meta 5.1: 140 reuniões regionais de avaliação técnica

Custo Meta 5.1: - Refeições: 140 reuniões x R\$ 30,00 = R\$ 4.200,00

- Materiais e divulgação = R\$ 136,00

- Materiais de expediente - resma Papel A4 - 26 x R\$ 15,00 = R\$ 390,00

- 05 tonners 05 x R\$ 80,00 = R\$ 400,00

- Outros = 500,00

Custo total da Meta 5.1 = R\$ 5.626,00

Meta 5.2: 360 Encontros regionais técnicos/agricultores

Custo Meta 5.2: - Refeições: 360 reuniões x 30,00 = R\$ 10.800,00

- Materiais e divulgação = R\$ 136,00

- Materiais de expediente - resma Papel A4 - 26 x R\$ 15,00 = R\$ 390,00

- 05 tonners 05 x R\$ 80,00 = R\$ 400,00

- Outros = R\$ 500,00

Custo total da Meta 5.2 = R\$ 12.226,00

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto:

Técnicos da EMATER/RS envolvidos no Projeto

Nome	Município
Vilmar Fruscalso (Coord.)	Escritório Regional
Marcos Antonio Gobbo	Escritório Regional
Gilberto Tonello	Escritório Regional
Cilon Fialho	Escritório Regional
Frederico Modri Neto	Áurea
Valmir Dartora	Aratiba
Mauro Deboni	Barão do Cotegipe
Ricardo Barbieri	Barra do Rio Azul
Andrea Macari	Benjamin Constant do Sul
Carlos Carraro	Campinas do Sul

Edegar Copatti	Carlos Gomes
Leandro Kubiak	Centenário
Vilmar Tonello	Charrua
André Gazzoni	Cruzaltense
Ernani Schneider	Entre Rios do Sul
João Paulo Petri	Erebango
Walmor Gasparin	Erechim
Sinval Pereira Goulart	Erval Grande
Cesar Pano	Estação
Jonas Farina	Faxinalzinho
Osmar Antoni Vitali	Floriano Peixoto
Sigismundo Wolozyn	Gaurama
Renato Mores	Getúlio Vargas
Bruno Utermoehl	Ipiranga do Sul
Leandro Natan Richwicki	Itatiba do Sul
Derli Dalastra	Jacutinga
Antonio Tadeu Pandolfo	Marcelino Ramos
Laerth G. Suszek	Mariano Moro
Murilo Marcon	Paulo Bento
Welison Valduga	Ponte Preta
Joviane Salvadori	Quatro Irmãos
Delmir Nadal	São Valentim
Edegar Frank	Sertão
Ladir Burin	Severiano de Almeida
Valter Burin	Três Arroios
Alceu Lira	Viadutos

Também serão envolvidos Técnicos das Prefeituras, Cooperativas e Laticínios.

Órgãos Públicos Envolvidos: SEAPI, SDR, EMATER-RS, Prefeituras Municipais e AMAU, Agência de Desenvolvimento e CREDENOR.

Organizações parceiras: AMAU, UFFS, URI, UERGS, IDEAU, COTREL, IFRS Sertão, CRESSOL, SICREDI NORTE RS.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo do Estado, Prefeituras Municipais, Empresas do Setor Leiteiro.

Elaboração de Projeto Executivo: sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00.

Fontes de recursos: SDR, AMAU, Prefeituras municipais, Emater/RS-Ascar, laticínios, Empresas envolvidas com o setor lácteo

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 48.000,00.

Despesas Correntes: R\$ 452.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto: R\$ 500.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Atividade	Período em Semestre									
	2º/17	1º/18	2º/18	1º/19	2º/19	1º/20	2º/20	1º/21	2º/21	
Capacitação dos Técnicos	x	x								
Capacitação dos Agricultores	x	x								
Implantação e acompanhamentos (visitas técnicas)	x	x	x	x	x	x	x	x		

Análises / avaliação da qualidade do leite	x	x	x	x	x	x	x
Premiação							x
Encontros/Reuniões de avaliação e redirecion							x

2. Indústria Têxtil

2.1 Projeto Ampliação Vestiário

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Ampliação e manutenção do Banco do Vestiário do Alto Uruguai

Localização: Rua Castro Alves, nº39, Centro, Erechim/RS, CEP 99700-226.

Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

Duração do projeto: 12 meses

Responsável pela implementação: APL Polovest / Sindicato das Indústrias do Vestiário do Alto Uruguai - SINDIVEST A.U.

Escopo: Ampliação e Manutenção do Banco do Vestiário, com aquisições de equipamentos e insumos, contratação de profissionais, pesquisas de melhorias e desenvolvimento de projetos.

Responsável: João Carlos Oleksinski De Andrades – Presidente Sindinvest

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Contribuir para a operacionalização e gerenciamento das ações do Banco de Vestiário a fim de continuar promovendo alternativas para qualificação pessoal, bem como para reaproveitamento dos resíduos industriais do setor, transformando desperdícios em benefícios sociais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Ampliação e manutenção do Banco do Vestiário regional.

Meta 1: Aquisição de equipamentos para a realização de cursos;

Meta 2: Aquisição de maquinários para a realização de cursos;

Meta 3: Aquisição de equipamentos para triagem, armazenagem, embalagem e reutilização dos resíduos têxteis;

Custo: R\$ 100.000,00

Prazo: 6 meses, após a liberação dos recursos.

Produto 2: Estruturação equipe de trabalho, contratações e consultorias e aquisições para o desenvolvimento das atividades.

Meta 1: Contratação de profissionais/colaboradores para atuar no Banco do Vestiário;

Meta 2: Contratação de consultores e professores para ministrar cursos;

Meta 3: Contratação de consultoria especializada para desenvolvimento de pesquisas de melhorias e desenvolvimento de novos projetos;

Meta 4: Contratação de consultores;

Meta 5: Aquisição de insumos e materiais para a realização dos cursos e atividades do Banco do vestiário.

Custo: R\$ 200.000,00

Prazo: 12 meses, após a liberação dos recursos.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto:

SINDIVEST, APL POLOVEST, SEBRAE, SENAI, IFRS, URI Erechim e EMPRESAS LOCAIS.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado, Prefeituras Municipais dos Municípios do CREDENOR, Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, AMAU.

Organizações parceiras:

SEBRAE, SENAI, IFRS Erechim, URI Erechim e empresas dos municípios da Região do Alto Uruguai.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras e empresários da região.

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00

Fontes de recursos: Governo do Estado; empresas do setor

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 100.000,00

Despesas Correntes: R\$ 200.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 100.000,00

Produto 2: R\$ 200.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produtos	Período de execução												
	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês	
Produto 1	x	x	x	x	x	x							
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

* Período de execução após a liberação dos recursos.

2. 2 Projeto Fortalecimento Vestuário

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Vestuário do Alto Uruguai

Localização: Rua Castro Alves, nº39, Centro, Erechim/RS, CEP 99700-226.

Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Duração do projeto: 12 meses

Responsável pela implementação: APL Polovest / Sindicato das Indústrias do Vestuário do Alto Uruguai - SINDIVEST A.U.

Escopo: Por meio de um projeto setorial que compreenderá toda a região, estruturado para qualificação de empresas por meio de consultorias e desenvolvimento de ações, visa-se a promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia regional e, por visão de futuro, ter excelência no desenvolvimento dos pequenos negócios, contribuindo para a construção de um País mais justo, competitivo e sustentável.

Responsável: João Carlos de Andrades - Presidente do Sindivest

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo geral:

- Melhorar a capacidade gerencial e de produção das empresas do setor, fomentar a competitividade das indústrias de confecção e vestuário e potencializar a produtividade e a qualidade dos produtos por meio de consultorias específicas e pontuais.

Objetivos específicos: - Disponibilizar em contrapartida recursos para contratação de consultoria especializada do SEBRAE para apoio à gestão e melhoria dos produtos de empresas do setor, por meio de minicursos e consultorias específicas, de acordo com a demanda surgida.

Justificativa: A qualificação e capacitação dos gestores das empresas, em especial as de pequeno porte, é fundamental para garantir o bom gerenciamento, assim como a competitividade das empresas. Para tanto, torna-se indispensável a realização de cursos gerenciais, assim como consultorias especializadas com capacidade de identificar problemas e apontar soluções, proporcionando maior capacidade competitiva e viabilidade econômico-financeira das empresas, garantindo a manutenção de postos de trabalho e a geração de mais empregos e de renda.

Beneficiários: - 15 empresas do porte Micro e Pequeno, pertencentes a base do CREDENOR.

Resultados pretendidos: Aumentar a produtividade das empresas da região; desenvolver estratégias para o aumento da competitividade e promover melhoria na qualidade dos produtos e serviços.

Alinhamento Estratégico: alinhamento com as Diretrizes do PEDR.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Qualificar e capacitar os processos de gerenciamento e produção de 15 indústrias do setor têxtil da Região do Alto Uruguai.

Meta 1: Realização de 01 curso para gestores de 15 empresas do setor têxtil;

Meta 2: Contratação de consultorias específicas e pontual atuar em 15 empresas micro e de pequeno porte do setor têxtil da Região.

Custo: R\$ 30.000,00

Prazo: 12 meses, após a liberação dos recursos.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: SINDIVEST, APL POLOVEST, SEBRAE

Órgãos Públicos Envolvidos: Governo do Estado, empresas do setor na Região, Prefeituras Municipais do CREDENOR, AMAU.

Organizações parceiras: SEBRAE.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo do Estado do RS

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
 Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: 30.000,00
Fontes de recursos: Governo de Estado do Rio Grande do Sul
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: 0,00
Despesas Correntes: R\$ 30.000,00
 Investimentos e despesas correntes por produto:
 Produto 1: R\$ 30.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produtos	Período de execução												
	Metas	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês
Produto 1	Meta 1			x	x								
	Meta 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

*OBS

- O período de execução da meta 1 pode variar, de acordo com a articulação do curso e a definição dos participantes.
- A execução da Meta 2 deverá se estender por um período de 12 meses, após a liberação dos recursos.

2. 3 Projeto Qualificação Mão De Obra

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Qualificação da mão-de-obra da região para atuar no setor têxtil
Localização: Rua Castro Alves, nº39, Centro, Erechim/RS, CEP 99700-226.
Valor total estimado do projeto: R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)

Duração do projeto: 12 meses

Responsável pela implementação: APL Polovest / Sindicato das Indústrias do Vestuário do Alto Uruguai - SINDIVEST A.U.

Escopo: Qualificação da mão-de-obra da região para atuar no setor têxtil (indústrias), seja como autônomo ou como funcionários das empresas da região, por meio de cursos de aperfeiçoamento que atendam as particularidades do setor de vestuário.

Responsável: João Carlos Oleksinski De Andrades – Presidente SINDIVEST

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo Geral: Apresentar e desenvolver conhecimentos básicos de costura, além de propiciar aos alunos embasamento prático na utilização de equipamentos e ferramentas de costura para que ao término das atividades possa exercer as atividades relacionadas à costura.

Objetivos específicos:

- Realização de 7 cursos de capacitação em corte e costura para 15 pessoas cada, proporcionando aos alunos:
- conhecer os tipos de máquinas, classes dos pontos, agulhas e costuras;
- aprender a aplicação das agulhas aos tipos de tecidos;
- confeccionar exercícios e produtos de vestuário;
- operar todos os tipos de máquinas de costuras industrial com segurança na linha de trabalho;
- confeccionar produtos de vestuário;
- saber a sequência operacional das peças.

Justificativa: Aratiba, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebang, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Florianópolis, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios, Viadutos

Oferecer o ensino profissionalizante, capacitando o aluno para operar, controlar e ter o domínio das máquinas e realizar as operações básicas de costura, visando à qualidade e à produtividade, que permitem a sua inserção no mercado de trabalho ou renda extra, com vistas ao desenvolvimento regional.

Beneficiários:

Beneficiários diretos:

- 102 pessoas, funcionários das empresas do setor e/ou moradores em situação de vulnerabilidade social;

Beneficiários indiretos:

- empresas pertencentes a base do COREDE.

Resultados pretendidos: Maior disponibilidade de profissionais qualificados para atuar como autônomos ou empregados nas indústrias do setor têxtil da Região.

Alinhamento Estratégico: Alinhamento com as Diretrizes do PEDR.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Realização de 7 cursos de capacitação em corte, costura e modelagem para 15 pessoas cada.

Meta 1: Contratação de Consultores para ministrar os cursos;

Meta 2: Aquisição de materiais para a realização dos cursos;

Meta 3: Aluguéis, alimentação, hospedagem, deslocamento e transporte.

Custo: R\$ 140.000,00

Prazo: 12 meses após a liberação dos recursos.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: SINDIVEST, APL POLOVEST, SEBRAE, SENAI, IFRS, URI Erechim e empresas locais.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado, empresas de Erechim e Getúlio Vargas, Prefeituras Municipais dos Municípios do COREDE, Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, AMAU.

Organizações parceiras: SINDIVEST, APL POLOVEST, SEBRAE, SENAI, IFRS, URI Erechim e empresas locais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual e Municipais; Empresas do Setor.

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 140.000,00

Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual e Municipais; Empresas do Setor.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: 0,00

Despesas Correntes: R\$ 140.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 140.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produtos	Período de execução												
	Metas	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês
Produto 1	Meta 1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Meta 2	x											
	Meta 3	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

* Período de execução será de 12 meses, após a liberação dos recursos.

